

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Lucas Pereira

A expansão da OCDE na América Latina: análise dos processos de acesso dos países da
região

Mestrado em Relações Internacionais

São Paulo

2025

Lucas Pereira

A expansão da OCDE na América Latina: análise dos processos de acesso dos países da região

Mestrado em Relações Internacionais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Governança, Política Internacional e Política Externa”, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Flavia de Campos Mello.

São Paulo

2025

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Pereira, Lucas.

P436 A expansão da OCDE na América Latina : análise dos processos de acesso dos países da região / Lucas Pereira. – São Paulo, 2025.
198 f. : il.; 30 cm.

Orientadora: Flavia de Campos Mello.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2025.

1. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. 2. América Latina – Relações exteriores. 3. México – Relações exteriores. 4. Chile – Relações exteriores. 5. Colômbia – Relações exteriores. 6. Costa Rica – Relações exteriores. I. Título.

CDD 338.91

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Trata-se de um trabalho que explora um tema pouco discutido no Brasil: compreender como e por que determinados países latino-americanos ingressaram na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), considerando os seus projetos de política externa, a atuação de atores domésticos e as políticas da entidade para a região.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This study explores a topic that is seldom discussed in Brazil: understanding how and why certain Latin American countries joined the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), considering their foreign policy projects, the role of domestic actors, and the organization's policies for the region.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Este trabajo explora un tema poco abordado en Brasil: comprender cómo y por qué determinados países latinoamericanos ingresaron en la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE), considerando sus proyectos de política exterior, el papel de los actores domésticos y las políticas de la organización para la región.

Lucas Pereira

A expansão da OCDE na América Latina: análise dos processos de acessão dos países da região

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Governança, Política Internacional e Política Externa”, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Flavia de Campos Mello.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Flavia de Campos Mello (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Dr. Lucas da Silva Taschetto (Universidade Federal do ABC)

Prof.^a Dr.^a Cláudia Alvarenga Marconi (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

São Paulo, 21 de fevereiro de 2025

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001. The opinions, hypotheses, and conclusions or recommendations expressed herein are those of the authors and do not necessarily reflect the views of CAPES.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente à minha orientadora, Professora Flavia de Campos Mello, que me acompanha desde a graduação, passando pela iniciação científica e agora no mestrado, sendo sempre solícita a todas as minhas necessidades e dúvidas ao longo do processo de escrita, compartilhando seu amplo conhecimento e contribuindo com sugestões valiosas para o aprimoramento desta dissertação. Foi uma enorme honra ter sido seu orientando.

Aos professores Lucas Taschetto e Cláudia Marconi, que aceitaram prontamente participar da minha banca de qualificação e cujos comentários foram extremamente enriquecedores para esta dissertação. Também agradeço a todos os brilhantes professores da minha graduação, em especial do Departamento de Relações Internacionais - Laerte Apolinário, Patrícia e Natália - e aos professores do PPGRI, notadamente Reginaldo Nasser, Cristina Pecequilo e Eduardo Mariutti, que iluminaram meus pensamentos, expandiram meus conhecimentos e me ajudaram a compreender a complexidade das relações internacionais sob uma ótica mais politizada e sensível aos problemas sociais que nos cercam.

Um agradecimento especial à minha família - meus pais, Abilio e Simone, meu irmão Victor, minha avó Hilda e meus primos Guilherme e Davi - que sempre estiveram ao meu lado nos momentos de dificuldade e comemoraram cada pequena conquista ao longo da minha formação.

Aos meus amigos Leonardo, Caio, Gustavo e Laura que desde a graduação me incentivaram a estar na área acadêmica e estiveram abertos a ouvir meus receios e preocupações, buscando sempre ajudar. Agradeço também aos meus colegas do Programa San Tiago Dantas, Guilherme Morais e, sobretudo, à Ana Rachel Fortes, por estarem sempre próximos e pelas revisões e comentários que contribuíram para o aprimoramento do meu texto.

Por fim, sou grato às secretarias do Dantas e da PUC-SP, sobretudo a Giovana, Graziela e Lúcia, por toda a ajuda excepcional ao longo desta trajetória.

RESUMO

Esta dissertação analisa a expansão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na América Latina, evidenciando por que determinados países optaram por aderir à entidade e de que forma internalizaram suas diretrizes de governança. A investigação parte do pressuposto de que a adesão à OCDE não constitui um simples aprimoramento técnico-administrativo, mas reflete decisões estratégicas de política externa, orientadas por condicionantes sistêmicos e, sobretudo, por coalizões domésticas. Para isso, adota-se uma abordagem teórico-metodológica baseada em dois pilares: (i) a compreensão do *overlapping* institucional na região, isto é, a sobreposição de mandatos e agendas (OCDE, BID, AP, UE), que reforça a difusão de reformas pró-mercado; e (ii) a análise dos processos de política externa, destacando o protagonismo de governos, ministérios econômicos, grupos empresariais e think tanks. A pesquisa concentra-se nos quatro países latino-americanos (México, Chile, Colômbia e Costa Rica), observando que, embora cada um apresente particularidades históricas e econômicas, há uma convergência fundamental: o interesse em projetar-se globalmente e atrair investimentos estrangeiros, tendo na OCDE um “selo de qualidade” que confere legitimidade internacional. O estudo revela que a expansão da organização na região se vincula tanto à busca de credibilidade junto a potências do Atlântico Norte quanto ao respaldo de governos que almejam maior abertura econômica e integração às cadeias globais de valor. Assim, identificam-se dinâmicas domésticas em que o empresariado, os ministérios de perfil econômico e a mídia exercem influência decisiva, deslocando o papel tradicional dos ministérios de relações exteriores. Metodologicamente, a dissertação recorre a documentos oficiais, relatórios da OCDE, artigos acadêmicos e notícias de jornais para triangular diferentes perspectivas. Os resultados indicam que a adesão à OCDE surge de um processo complexo de barganhas e convergências internas, potencializado pela atuação conjunta de instituições internacionais alinhadas à agenda dos países desenvolvidos. Conclui-se que a expansão da OCDE na América Latina, longe de ser meramente funcional, encerra escolhas políticas e econômicas que envolvem disputas, definições de inserção internacional e rearranjos institucionais ajustados aos padrões do “Ocidente”.

Palavras-chave: Política Externa; Governança Internacional; OCDE.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the expansion of the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) in Latin America, highlighting why certain countries have opted to join the institution and how they have internalized its governance guidelines. The research departs from the premise that OECD membership is not merely a technical-administrative improvement but rather reflects strategic foreign policy decisions shaped by systemic factors and, above all, by domestic coalitions. To this end, a theoretical-methodological approach based on two pillars is adopted: (i) understanding institutional overlapping in the region - that is, the overlap of mandates and agendas (OECD, IDB, PA, EU) - which reinforces the dissemination of market-oriented reforms; and (ii) analyzing foreign policy processes, emphasizing the leading role of governments, economic ministries, business groups, and think tanks. The study focuses on the four Latin American member countries (Mexico, Chile, Colombia, and Costa Rica), noting that although each has unique historical and economic characteristics, there is a fundamental convergence: the desire to project themselves globally and attract foreign investment, for which the OECD functions as a “seal of quality” bestowing international legitimacy. The research finds that the organization’s expansion in the region is tied both to the pursuit of credibility vis-à-vis North Atlantic powers and to the support of governments seeking greater economic openness and integration into global value chains. Accordingly, it identifies domestic dynamics in which the business community, economic ministries, and the media wield decisive influence, displacing the traditional role of ministries of foreign affairs. Methodologically, the dissertation draws on official documents, OECD reports, academic articles, and newspaper coverage to triangulate different perspectives. The findings indicate that OECD membership arises from a complex process of domestic bargaining and convergence, facilitated by the joint activities of international institutions aligned with the agenda of developed countries. The conclusion is that the OECD’s expansion in Latin America, far from being merely functional, entails political and economic choices that involve disputes, definitions of international positioning, and institutional rearrangements calibrated to the standards of the “West.”

Keywords: Foreign Policy; International Governance; OECD.

RESUMEN

Esta disertación analiza la expansión de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) en América Latina, destacando por qué determinados países optaron por adherirse a la organización y de qué manera internalizaron sus directrices de gobernanza. La investigación parte del supuesto de que la adhesión a la OCDE no constituye una mera mejora técnico-administrativa, sino que refleja decisiones estratégicas de política exterior, orientadas por condicionantes sistémicos y, sobre todo, por coaliciones domésticas. Con este fin, se adopta un enfoque teórico-metodológico basado en dos pilares: (i) la comprensión de la superposición institucional en la región, es decir, la coincidencia de mandatos y agendas (OCDE, BID, AP, UE), que refuerza la difusión de reformas promotoras del mercado; y (ii) el análisis de los procesos de política exterior, subrayando el papel protagónico de los gobiernos, los ministerios económicos, los grupos empresariales y los think tanks. La investigación se centra en los cuatro países latinoamericanos miembros (México, Chile, Colombia y Costa Rica), observando que, si bien cada uno presenta particularidades históricas y económicas, existe una convergencia fundamental: el interés en proyectarse globalmente y atraer inversiones extranjeras, encontrando en la OCDE un “sello de calidad” que otorga legitimidad internacional. El estudio revela que la expansión de la organización en la región está vinculada tanto a la búsqueda de credibilidad ante las potencias del Atlántico Norte como al respaldo de gobiernos que aspiran a una mayor apertura económica e integración en las cadenas globales de valor. De esta forma, se identifican dinámicas domésticas en las que el empresariado, los ministerios de perfil económico y los medios de comunicación ejercen una influencia decisiva, desplazando el rol tradicional de los ministerios de relaciones exteriores. Metodológicamente, la disertación recurre a documentos oficiales, informes de la OCDE, artículos académicos y noticias de prensa para triangular distintas perspectivas. Los resultados indican que la adhesión a la OCDE surge de un proceso complejo de negociaciones y convergencias internas, potenciado por la actuación conjunta de instituciones internacionales alineadas con la agenda de los países desarrollados. Se concluye que la expansión de la OCDE en América Latina, lejos de ser meramente funcional, entraña opciones políticas y económicas que implican disputas, definiciones de inserción internacional y reajustes institucionales acordes a los estándares de “Occidente.”

Palabras clave: Política exterior; Gobernanza Internacional; OCDE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Processo de alargamento.....	53
Figura 2 –	Comércio exterior entre China e América Latina.....	58
Figura 3 –	Principais objetivos institucionais do LACRP.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Etapas do Processo de Adesão à OCDE.....	42
Tabela 2 – Metas e Procedimentos entre a AP e a OCDE.....	84
Tabela 3 – Principais Acordos de Livre Comércio com os EUA.....	88
Tabela 4 - Reformas Econômicas e Acordos Comerciais do México (1988-1998).....	93
Tabela 5 - Principais reformas.....	111
Tabela 6 - Argumentos favoráveis à OCDE segundo a LyD.....	118
Tabela 7 - Diretrizes da PE.....	140
Tabela 8 - Plano de ação.....	146
Tabela 9 - Principais leis alteradas.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIF	Asociación de Bancos e Instituciones Financieras
AP	Aliança do Pacífico
APEC	Asia-Pacific Economic Cooperation
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ASOBANCARIA	Asociación Bancaria y de Entidades Financieras de Colombia
BM	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIAC	Business and Industry Advisory Committee
CADEXCO	Cámara de Exportadores de Costa Rica
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CANACINTRA	Cámara Nacional de la Industria de Transformación
CCE	Conselho Coordenador Empresarial
CD	Centro de Desenvolvimento
CE	Comissão Europeia
CEP	Centro de Estudios Públicos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CICR	Cámara de Industrias de Costa Rica
CINDE	Coalizão Costarriquenha de Iniciativas de Desenvolvimento
CNC	Cámara Nacional de Comercio, Servicios y Turismo
CODELCO	Corporação Nacional do Cobre do Chile
COMEX	Comércio Exterior
COPARMEX	Confederação Patronal da República Mexicana
CPC	Confederación de la Producción y del Comercio
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CTC	Central de Trabalhadores da Colômbia
DIRECON	Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales
ECP	Programa de Competitividade da Eurásia
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IED	Investimento Externo Direto
LARCP	Programa Regional para a América Latina e o Caribe
LYD	Libertad y Desarrollo
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MENA	Oriente Médio e Norte da África
MILA	Mercado Integrado Latino-Americano
MRREE	Ministério das Relações Exteriores
MSI	Modelo de Substituição de Importações
NAFTA	North American Free Trade Agreement
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OECE	Organização Europeia para a Cooperação Econômica
OI	Organização Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PSD	Política de Segurança Democrática
PIB	Produto Interno Bruto
PYME	Pequenas e Médias Empresas
SEARP	Programa Regional do Sudeste Asiático
SEGIB	Secretaria Geral Ibero-Americana
SE	Secretaria de Economia
SHCP	Secretaría de Hacienda y Crédito Público
SRE	Secretaria de Relações Exteriores
SUBREI	Subsecretaria de Relações Econômicas Internacionais
SVS	Superintendencia de Valores y Seguros
TLC	Tratado de Livre Comércio
TUAC	Trade Union Advisory Committee to the OECD
UCCAEP	Comissão Especial da União Costarriquenha de Câmaras e Associações Empresariais
UNAM	Universidad Nacional Autónoma de México

UNASUL

União de Nações Sul-Americanas

UE

União Europeia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	A OCDE E O SEU PROCESSO DE EXPANSÃO.....	24
2.1	A evolução da instituição.....	24
2.2	A participação da sociedade civil na OCDE.....	32
2.3	As relações com países não-membros.....	36
2.4	O Processo de ingresso: motivações e procedimentos.....	38
2.5	Governança como transformação doméstica dos Estados.....	44
2.6	O papel do Secretário-Geral da OCDE.....	49
2.7	Geopolítica e a OCDE.....	55
3	AS INSTITUCIONALIDADES DAS RELAÇÕES DA OCDE COM A AMÉRICA LATINA.....	61
3.1	A OCDE e o conceito de Overlapping.....	61
3.2	O Programa Regional para a América Latina e o Caribe (LACRP).....	65
3.3	As organizações regionais parceiras da OCDE.....	69
3.4	A União Europeia, OCDE e América Latina.....	73
3.5	A Aliança do Pacífico (AP) e a OCDE.....	79
4	OS PROCESSOS DE ACESSÃO DE PAÍSES LATINO-AMERICANOS.....	89
4.1	México (1994).....	89
4.1.1	A política externa mexicana e a aproximação com a OCDE.....	89
4.1.2	A participação de atores estatais.....	100
4.1.3	A participação de atores não-estatais.....	101
4.2	Chile (2007-2010).....	106
4.2.1	A política externa chilena e a aproximação com a OCDE.....	106
4.2.2	A participação de atores estatais.....	114
4.2.3	A participação de atores não-estatais.....	115
4.3	Colômbia (2013-2020).....	121
4.3.1	A política externa colombiana e a aproximação com a OCDE.....	121
4.3.2	A participação de atores estatais.....	130

4.3.3	A participação de atores não-estatais.....	132
4.4	Costa Rica (2015-2021).....	140
4.4.1	A política externa costarriquenha e a aproximação com a OCDE.....	140
4.4.2	A participação de atores estatais.....	149
4.4.3	A participação de atores não-estatais.....	152
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
	REFERÊNCIAS.....	164

1 INTRODUÇÃO

A expansão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na América Latina constitui uma dimensão de crescente relevância do cenário internacional contemporâneo. Trata-se de uma região na qual a organização vem ampliando o seu quadro de membros paralelamente à incorporação de países europeus, consolidando um padrão sequencial de expansão que se estende desde a adesão do Chile em 2010, seguido pela Colômbia em 2020 e Costa Rica em 2021. Essa dinâmica ocorre num contexto marcado tanto pela paralisação da Organização Mundial do Comércio (OMC), o que reforça o papel da OCDE como fórum privilegiado para o avanço de uma agenda econômica liberalizante, quanto pelo interesse dos Estados Unidos em contrabalançar a crescente influência econômica da China na região (Mello, 2021).

A própria natureza da OCDE, enquanto organização multilateral não universal, condiciona o processo de admissão de novos membros ao comprometimento com a implementação de um conjunto pré-estabelecido de políticas econômicas, bem como ao estreitamento das relações com os EUA e as potências europeias. Criada no pós-Segunda Guerra Mundial, a organização reflete um bloco Ocidental e, por longo tempo, manteve um caráter altamente restrito, concentrando-se em países do Atlântica Norte. A partir dos anos 1990, no entanto, inicia-se um processo sutil de diversificação de membros, com o ingresso do México (1994) e da Coreia do Sul (1996), bem como de países socialistas em transição, abrindo caminho para uma identidade mais heterogênea¹, ainda que o relacionamento com a América Latina enquanto região estratégica só viesse a se consolidar posteriormente (Leimgruber; Schmelzer, 2023; Paz, 2005).

O ingresso do México, contextualizado no imediato pós-Guerra Fria e nas negociações do NAFTA, estava fortemente ligado às relações bilaterais com os EUA e não configurava ainda um interesse sistemático da OCDE na América Latina em sua totalidade (Mello, 2020). Contudo, a incorporação do Chile, em 2010, marca um ponto de inflexão. A partir de então, observa-se um movimento coeso de aproximação latino-americana, confirmado pelos processos de adesão da Colômbia (2013-2020) e da Costa Rica (2015-2021), bem como pelas iniciativas dirigidas ao Brasil, considerado parceiro-chave desde 2007 (OCDE, 2012c) e ao Peru,

¹ Com a queda do muro de Berlim, a OCDE precisava auxiliar as “economias em transição” e, da mesma forma, incluir as economias emergentes que estavam surgindo e influenciando os rumos do sistema econômico internacional. A OCDE buscou assimilar as mudanças que estavam sendo postas no contexto internacional e garantir a sua legitimidade enquanto uma organização intergovernamental relevante aos estudos econômicos, intercâmbio de informações e difusora de políticas (Paz, 2005).

contemplado com um programa-país em 2014. Outros países, como a República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Panamá, Paraguai e Uruguai, passaram a se relacionar com a OCDE por meio do seu Centro de Desenvolvimento (OCDE, 2021). Em 2016, a criação do Programa Regional para a América Latina e o Caribe (LARCP) consolidou essa expansão, traduzindo-se no estabelecimento de relações mais institucionalizadas com a região (OCDE, 2016a). Em 2022, Brasil, Peru e Argentina receberam convites formais para iniciar os seus processos de adesão, o que pode fazer com que quase metade dos países latino-americanos integre a OCDE até 2030.

A dinâmica recente de expansão da OCDE para a América Latina pode ser explicada tanto por fatores sistêmicos quanto por condicionantes domésticas. Em termos sistêmicos, sob a liderança de Ángel Gurría, a organização buscou adequar-se à nova realidade internacional, ampliando a heterogeneidade de sua membresia e acolhendo países em desenvolvimento dispostos a adotar normas liberalizantes e reforçar o princípio de *like-mindedness* (OCDE, 2007). Já no plano doméstico, a adesão não pode ser entendida somente como mero reflexo de um estímulo externo; é preciso considerar os governos e os seus projetos de política externa, as suas bases sociais e as articulações para compreender como as agendas da OCDE foram internalizadas nesses países.

Desde o final da Guerra Fria, a redemocratização e a crescente liberalização econômica em diversos países latino-americanos ampliaram exponencialmente o número de atores envolvidos nos assuntos internacionais. Esse ambiente mais dinâmico motivou uma renovação nos estudos de Política Externa, em virtude da crescente complexidade nas relações entre governos e grupos sociais, marcada por uma pluralidade de vozes e agendas. Demandas, conflitos e convergências de diferentes segmentos domésticos passaram a repercutir diretamente na formulação e na implementação da ação internacional, deslocando a política externa de um domínio exclusivo de um Estado unitário² para uma arena permeada pela interação de atores internos e externos (Milani; Pinheiro, 2017).

Para responder à complexidade desse cenário, Milani e Pinheiro (2017) propõem o conceito de “politização da política externa”. Segundo esse entendimento, a formulação e a implementação das estratégias internacionais resultam de escolhas governamentais pautadas

² A abordagem realista clássica - que reduz a política externa a uma conduta estatal entendida unicamente com base no “interesse nacional” - mostra-se insuficiente para explicar as interações dinâmicas em diferentes níveis. Nessa perspectiva, o Estado é concebido como ente unitário, homogêneo e blindado (a chamada “caixa-preta”), em que as decisões de política externa seriam atribuídas sobretudo ao Poder Executivo. A leitura “*top-down*” não abarca as disputas políticas e as negociações internas que influenciam de forma decisiva a formulação da política externa (Milner, 1997).

por barganhas, acordos, disputas e coalizões entre representantes de interesses diversos. A política externa, portanto, não se restringe a um núcleo isolado de poder; ela requer parâmetros de investigação que incluam o papel efetivo de uma miríade de atores em distintas formas de participação e influência - seja por resistência, conflito ou convergência.

Assim, as decisões de ingresso à OCDE, apesar de serem impulsionadas por fatores e estímulos internacionais, são inevitavelmente conduzidas por mecanismos domésticos. Governos permanecem como protagonistas na condução da política externa, porém não são os únicos “formuladores” da ação internacional de um país. Ao lado do Poder Executivo, grupos internos - empresariado, órgãos estatais, mídias, sociedade civil organizada - passaram a demandar e a disputar influências perante a agenda dos países desenvolvidos. Observa-se que, nos quatro países, houve questionamentos à autonomia relativa e ao isolamento burocrático dos ministérios de relações exteriores, em detrimento do fortalecimento de ministérios econômicos e de atores privados no diálogo com a OCDE (Oliveira; Theodoro; Hirasawa, 2023).

Durante o processo de adesão dos países latino-americanos, destacaram-se lideranças domésticas específicas e métodos próprios de interação com a OCDE. O empresariado, em particular, desempenhou papel central ao enxergar na entidade um “selo de qualidade” capaz de facilitar o acesso a mercados e atrair investimentos. Representado por entidades voltadas ao comércio exterior, esse setor não apenas apoiou a adesão, mas também articulou, em conjunto com governos e outros atores internos e externos (como o *Business at OECD*), estratégias para acelerar reformas estruturais e legitimar políticas inspiradas nas *best practices* da Organização.

As motivações concretas de cada país para ingressar na OCDE variaram de acordo com as suas especificidades políticas e econômicas. O México buscou aprimorar a imagem internacional e promover maior abertura econômica no contexto do NAFTA e de suas relações com os Estados Unidos e o Canadá. Já o Chile desejava consolidar o seu modelo liberal, obter acesso a novos mercados e projetar-se globalmente. No caso da Colômbia, o objetivo era melhorar o posicionamento internacional, demonstrar estabilidade interna e aprofundar a liberalização em um contexto de pós-conflito. A Costa Rica, por sua vez, pretendia reforçar sua inserção internacional e impulsionar sua participação na Aliança do Pacífico (AP) por meio do ingresso na OCDE. (Cristina; González, 2022; Gutiérrez, 2017; Sáez, 2010). Em paralelo, esses quatro países adotaram diferentes modos de organização frente ao ingresso, variando entre modelos mais formais e institucionais e outros mais informais, com traços de experimentalismo (Taschetto *et al.*, 2023, no prelo).

Apesar de cada experiência ser singular, observa-se uma convergência basilar: o discurso político nesses governos passou a valorizar a integração nas cadeias globais de valor,

a ampliação dos fluxos de investimento externo direto (IED) e a obtenção de um “selo de qualidade” associado a melhores avaliações de risco e do ambiente de negócios (Frenkel, 2017). Além disso, o respaldo técnico da OCDE - viabilizado por revisões por pares, estatísticas e *benchmarks* - serviu de base concreta para a implementação de reformas domésticas (Taschetto *et al.*, 2023, no prelo). Esse tipo de inserção internacional, orientado pelas normas difundidas pelo “Clube dos Ricos” e conduzido majoritariamente por atores econômicos (ministérios da economia e entidades empresariais), relegou aos ministérios das relações exteriores um papel mais protocolar, evidenciando a primazia da política econômica sobre a política externa.

O processo de adesão, contudo, não é isento de desafios para países em desenvolvimento na América Latina. A internalização de quase 300 instrumentos legais da OCDE, que cobrem áreas como comércio internacional, governança corporativa, tributação e meio ambiente (OCDE, 2023c), requer negociações complexas tanto com a organização, enquanto corpo unitário, quanto com as grandes potências do Atlântico Norte. O grau de relacionamento prévio, bem como a existência de acordos de livre comércio com Estados Unidos e União Europeia, ajudam a explicar por que certos governos optaram pela adesão antes de outros, especialmente no caso dos países-membros da AP, cujos padrões de governança aproximam-se das diretrizes da OCDE.

Essa aproximação da OCDE com a América Latina ganhou força a partir de colaborações com iniciativas como o LARCP, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Aliança do Pacífico (AP) e de acordos bilaterais com os principais membros da Organização. De modo geral, os países latino-americanos que mais internalizaram as políticas da OCDE e mantêm relações sólidas com os Estados Unidos – aliadas a um modelo liberal de governança, com abertura econômica e redução do papel do Estado - encontram-se mais bem posicionados para estreitar laços com a instituição (Vargas-Alzate, 2015).

De acordo a literatura sobre *overlapping* (Nolte, 2018; Eilstrup-Sangiovanni, 2022; Reinsberg, 2024), embora haja sobreposição de agendas e instituições - como a OCDE, UE, BID e a AP - isso não se traduz em fraqueza ou contradições; ao contrário, reforça a convergência de normas e práticas voltadas à promoção dos interesses e agendas dos países desenvolvidos. Tal arranjo amplia a legitimidade e o alcance das políticas pró-mercado difundidas pela OCDE, pois cada instituição sobreposta potencializa a adoção das “melhores práticas”, enquanto os governos latino-americanos se valem desses muitos canais para promover as suas preferências de política externa e obter respaldo internacional.

Diante desse panorama, esta dissertação adota um marco teórico-conceitual estruturado em dois pilares: (i) a compreensão da governança da OCDE voltada para a América Latina,

tendo em vista o conceito de *overlapping*, e (ii) a análise dos projetos de política externa dos países latino-americanos que se tornaram membros da organização. O objetivo geral é compreender por que determinados países latino-americanos optaram por ingressar na OCDE, analisando, para isso, as relações entre os contextos domésticos e externos, em meio a arranjos institucionais e escolhas político-econômicas. Em última instância, busca-se evidenciar como os processos de adesão se entrelaçam com jogos de poder, interesses e disputas internas, demonstrando que a política externa não é determinada apenas por condicionantes sistêmicas, mas também por projetos internos, coalizões e convergências de múltiplos atores.

Para atingir este objetivo, a metodologia adotada é predominantemente qualitativa, fundamentada na análise de literatura, documentos oficiais e notícias provenientes de jornais de grande circulação. As fontes primárias incluem publicações e documentos oficiais disponíveis nos sites da OCDE e dos governos dos quatro países estudados. Como fontes secundárias, a pesquisa recorre a artigos acadêmicos, livros e estudos de relevância que abordam a temática, produzidos por pesquisadores nacionais e internacionais. Esses materiais permitem uma análise aprofundada das interações entre os países latino-americanos e a OCDE, bem como das implicações das políticas de governança internacional no processo de adesão. A utilização de múltiplas fontes assegura a triangulação dos dados, fortalecendo a projeção dos argumentos.

A investigação enfrenta desafios, pois a OCDE possui uma cultura institucional relativamente opaca, com debates realizados a “portas fechadas”, exclusão periódica de documentos oficiais após dez anos e o predomínio de abordagens quantitativas ou economicistas distanciadas dos aspectos políticos e críticos (Clifton; Fuentes, 2011; Hadjiisky, 2023). Não por acaso, parte significativa dos estudos sobre a OCDE adota perspectivas mercadológicas, centradas em análises estatísticas, deixando lacunas na compreensão das dinâmicas internas, das negociações político-diplomáticas e das implicações institucionais.

Essas limitações, contudo, evidenciam também a originalidade e relevância deste estudo. Ao optar por uma abordagem que combina análise documental, revisão da literatura e recursos jornalísticos, a pesquisa oferece um olhar mais amplo sobre a internalização das normas da OCDE por atores domésticos. Ao mesmo tempo, ao privilegiar uma perspectiva de política externa, este trabalho contrasta com análises majoritariamente quantitativas que negligenciam as dimensões econômicas, os atores e os procedimentos do processo de adesão. Dessa forma, espera-se ampliar o debate acadêmico, lançando luz sobre as condições que marcam a expansão da OCDE na América Latina.

Busca-se fazer uma sistematização analítica que se concentra em mapear os principais atores - governos, ministérios, entidades do setor privado, think tanks, academia - envolvidos no processo de adesão, identificando as especificidades do contexto doméstico que formaram-se as coalizões pró-OCDE e as condições internas necessárias para internalizar as agendas liberalizantes da organização. Do mesmo modo, pretende-se compreender como a OCDE constrói os seus projetos para a região, desde o pós-Guerra Fria, passando pela década de 2000, marcada pela ascensão de economias emergentes, até chegar à conjuntura atual, em que a rivalidade entre polos de poder global reconfigura alianças, pautas e pressões sobre os países latino-americanos.

A hipótese que orienta este trabalho sustenta que a adesão à OCDE, longe de representar apenas um aprimoramento técnico-institucional, implica escolhas estratégicas de política externa e inserção internacional. Esses movimentos resultam da confluência entre pressões externas - sobretudo a necessidade de alinhar-se a padrões econômicos e políticos do Atlântico Norte - e demandas internas de legitimação política, atração de investimentos e consolidação de reformas liberalizantes. Assim, argumenta-se que o ingresso na OCDE não é neutro ou puramente funcional, mas reflete posicionamentos geopolíticos e prioridades econômicas que ancoram a América Latina numa matriz da governança internacional do Ocidente.

Os objetivos específicos incluem: (i) examinar os modos de atuação e iniciativas da OCDE para a América Latina enquanto região; (ii) identificar quais entidades domésticas participaram desse processo, avaliando o papel da sociedade civil - empresariado, academia, think tanks, sindicatos e mídia na construção de narrativas legitimadoras; e (iii) entender o perfil dos países que ingressaram na OCDE, em termos de política externa e econômica.

Este trabalho pretende contribuir para a literatura em três dimensões. Teoricamente, integra a análise da governança internacional da OCDE com os estudos de política externa latino-americana, evidenciando a dimensão política da internalização normativa. Empiricamente, fornece um mapa detalhado dos processos de adesão à OCDE e das coalizões domésticas pró-OCDE, aspectos pouco explorados em abordagens que enfatizam apenas a lógica econômica. Metodologicamente, utiliza múltiplas fontes - documentos oficiais, relatórios, mídias e estudos de caso - combinando elementos qualitativos que revelam os aspectos político-institucionais, muitas vezes ignorados, da interação entre a OCDE e os governos latino-americanos.

Ao tratar da governança internacional da OCDE, a dissertação evidencia como o *overlapping* das agendas - isto é, a sobreposição de mandatos e atores que compartilham interesses convergentes - favorece o engajamento dos países latino-americanos nos projetos de

reforma. Mostra-se que a sobreposição de agendas, em vez de gerar conflitos ou duplicações ineficientes, intensifica a cooperação e a adoção das políticas da OCDE. Assim, a entidade, atuando como *hub*, consegue inserir suas normas e instrumentos de maneira efetiva, ao mesmo tempo em que as forças domésticas interessadas em legitimar suas agendas encontram respaldo nos padrões liberais difundidos por potências do Atlântico Norte e pelas demais instituições parceiras.

Articulando os estudos de política externa e de governança em condições de *overlapping*, esta dissertação propõe uma abordagem que capta as interações complexas entre os níveis doméstico e internacional. Investiga como a OCDE colabora com entidades nacionais e setores privados na promoção de reformas e adequações institucionais, destacando o papel das forças políticas internas na internalização da governança internacional promovida pela organização. Dessa forma, a pesquisa revela como os projetos de política externa dos países estudados convergem com os interesses das principais potências do Atlântico Norte e como as coalizões domésticas facilitam a conformação às normas e práticas promovidas pela OCDE.

Em síntese, esta pesquisa lança um olhar abrangente sobre a dinâmica da adesão dos países latino-americanos à OCDE, situando o fenômeno na confluência entre determinantes internos - reformas econômicas, agendas de política externa, coalizões empresariais e think tanks - e vetores externos - padrões normativos liberais, influência do Atlântico Norte, rearranjos institucionais e rivalidades sistêmicas. Ao final, busca-se não apenas compreender por que e como ocorre a expansão da OCDE na região, mas também refletir sobre as implicações políticas e econômicas desse processo para a conformação quadro de governança internacional.

No Capítulo 2, realiza-se uma análise abrangente da evolução da OCDE, visando compreender como a organização se consolidou como principal força propulsora do liberalismo e maior clube do Ocidente. Examina-se seu funcionamento e estrutura interna, bem como os principais instrumentos legais e relatórios que norteiam suas atividades e suas relações com países não-membros. Discute-se, ainda, a participação da sociedade civil por meio do Comitê Consultivo Empresarial e Industrial (BIAC) e do Comitê Consultivo Sindical (TUAC), evidenciando como esses organismos promovem a interação entre a OCDE e as entidades domésticas. Além disso, investiga-se o processo de adesão à OCDE, segmentando-o em procedimentos gerais e motivações dos países, de modo a elucidar os critérios e razões que os levam a tornar-se membros, bem como a forma pela qual a organização utiliza a governança por indicadores para transformar as bases domésticas dos Estados. Por fim, são explorados os papéis dos secretários-gerais José Ángel Gurría (antecessor) e Mathias Corman (atual),

analisando-se os desafios que cada um enfrentou no contexto das questões geopolíticas que marcaram suas respectivas gestões.

O Capítulo 3 investiga como a OCDE expandiu a sua influência na América Latina a partir do fenômeno de *overlapping* - isto é, a sobreposição de agendas e instituições que atuam em convergência para promover reformas alinhadas aos padrões do Ocidente. Nesse sentido, o Programa Regional para a América Latina e o Caribe (LACRP), em articulação com a Aliança do Pacífico (AP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formam um conjunto de institucionalidades que impulsionam a expansão da governança da OCDE na região, conferindo legitimidade e apoio às reformas propostas pela organização.

No Capítulo 4, são identificadas, em cada país, as dinâmicas específicas dos processos de adesão à OCDE, considerando o contexto político doméstico, as diretrizes de política externa e os projetos de inserção econômica internacional. Em cada um dos quatro países analisados, atores domésticos específicos lideraram o processo, desenvolvendo métodos e canais próprios de interação com a OCDE para promover uma maior integração à economia global. A adesão à OCDE reflete projetos de inserção econômica vinculados a princípios pró-mercado, nos quais não apenas os governos, mas também grupos domésticos como o empresariado, a mídia e os think tanks desempenharam papéis de liderança na internalização das normas da governança internacional da organização. Essa participação interna garante o apoio necessário às reformas estruturais, à adoção de princípios econômicos e à implementação dos instrumentos legais da OCDE, conferindo um “selo de qualidade” internacional que legitimou as transformações adotadas no âmbito doméstico.

2 A OCDE E O SEU PROCESSO DE EXPANSÃO

Esse capítulo busca compreender os processos de expansão da OCDE levando em consideração o contexto internacional em que foram estabelecidos novos padrões com países latino-americanos, dentro do modelo de governança internacional da organização.

2.1 A evolução da instituição

A OCDE³ é um órgão intergovernamental econômico e de desenvolvimento com sede em Paris, fundada formalmente em 1961, para fomentar o progresso econômico e o comércio mundial. Entre os vinte membros fundadores, a maioria estava localizada na Europa Ocidental, além dos Estados Unidos e Canadá. A organização foi criada para substituir a Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OECE), formada em 1948 com o objetivo de administrar o Plano Marshall no processo de reconstrução dos países europeus envolvidos na Segunda Guerra Mundial (Wolfe *et al*, 2007).

No final do Plano “Marshall”, *“the OEEC had been transformed from a standing political conference with a small staff and an unstable political agenda into an established European bureaucracy”* (Leimgruber; Schmelzer, 2023, p. 12). Mesmo assim, duas questões colocaram em risco a sua sobrevivência institucional: (i) a opção pela organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ao invés da OECE, como único canal de distribuição de ajuda militar e econômica da época; e (ii) possível fusão da OEEC ao Conselho da Europa (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

Para garantir a sua sobrevivência institucional, a OECE foi transformada num braço econômico da OTAN. Com isso, a OECE precisou ampliar o seu escopo de atuação, consolidando-se como um espaço para a produção e governança de normas transatlânticas. À vista disso, passou a defender a padronização de modelos estatísticos criados pelos seus funcionários técnicos para a compreensão das dinâmicas econômicas locais, regionais e sistêmicas (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

A mudança da OECE (1948) para a OCDE (1961) estava em consonância com as necessidades internacionais daquele momento. Com a reconstrução europeia concluída e os EUA ocupando uma posição de liderança no Ocidente, a criação da OCDE representava não

³ Inserida em momentos cruciais da história: “o período de reconstrução da Europa no imediato pós-Guerra, o cenário bipolar da Guerra Fria, o fim do sistema de Bretton Woods, a liberalização econômica da década de 1990 e a ascensão de economias emergentes neste início do século XXI” (Naddi, 2020, p. 01), tem contribuído com uma estrutura de regras e normas para uma governança liberal e de convergência com os países desenvolvidos (Davies e Woodward, 2014).

apenas uma aliança transatlântica que englobava EUA e Canadá junto aos 18 membros fundadores da extinta OECE, mas também a consolidação do reconhecimento compartilhado sobre a primazia da ordem econômica liberal (Davies; Woodward, 2014).

Considerados os maiores interessados, os EUA utilizaram a OCDE como um importante meio para institucionalizar essa cooperação transatlântica. Os norte-americanos estavam ajustando as relações com os europeus numa nova base mais igualitária e com o compartilhamento dos custos da interdependência do comércio, finanças, desenvolvimento e outras questões. A maioria das mudanças institucionais da OECD para a OCDE estiveram em acordo com a política externa norte-americana⁴ (Clifton; Fuentes, 2011).

Com a sua criação, duas tarefas foram destinadas à organização: (i) impulsionamento do crescimento econômico ocidental vis-à-vis a ascensão do modelo econômico planejado da União Soviética (URSS) e (ii) criação de programas de ajuda para combater a influência do comunismo nos países em desenvolvimento e em descolonização. Do final da década de 1960 em diante, a OCDE se especializou em questões de longo prazo, visando antecipar possíveis problemas emergentes e globais (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

Até o final da década de 1960, a OCDE pautava suas políticas econômicas no livre comércio e na estabilidade de preços, ainda que admitindo alguma intervenção estatal. Esse cenário começou a mudar com o enfraquecimento do sistema de Bretton Woods, a crise do petróleo na década de 1970 e a transformação dos interesses econômicos de seus países-membros, fatores que levaram a uma reorientação ideológica da organização (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

A década de 1970 foi marcada por sucessivas crises econômicas internacionais. O colapso de Bretton Woods pôs fim às taxas de câmbio fixas, enquanto as duas crises do petróleo (1973-1974 e 1979) geraram choques de oferta que culminaram em estagflação - a combinação de desaceleração econômica e inflação elevada - nos países-membros da OCDE (Godinho, 2018).

Nesse contexto, sob a liderança do economista norte-americano Paul McCracken, um grupo de especialistas da OCDE elaborou um relatório que reorganizou o debate macroeconômico. Enquanto economistas keynesianos defendiam estímulos à demanda agregada, economistas liberais promoviam a contenção monetária e salarial, bem como medidas voltadas ao lado da oferta. Publicado em 1977, o Relatório McCracken consolidou a nova

⁴ Um exemplo notável foi a decisão de manter o Código de Liberalização de Capitais e Invisíveis e ao mesmo tempo, eliminar o Código de Liberalização Comercial (Clifton; Fuentes, 2011).

perspectiva da organização ao criticar o crescimento dos gastos sociais e a rigidez dos mercados de trabalho, qualificando-os como entraves ao desenvolvimento. Além disso, ofereceu uma base analítica favorável a políticas monetaristas, câmbio flexível e privatização de serviços sociais (McCracken, 1978).

Diante da estagflação e dos choques das crises do petróleo, os governos dos países-membros da OCDE redefiniram prioridades, focando no curto prazo, no estímulo à produção e na recuperação econômica global. O Departamento de Economia da organização passou a defender a contenção salarial e monetária, bem como políticas de fomento à oferta. Gradualmente, as despesas sociais passaram a ser vistas como entraves ao crescimento, intensificando-se o debate sobre a “crise do Estado de bem-estar” e reforçando a tendência à privatização de serviços (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

A partir de disso, a OCDE adotou um viés político-econômico neoliberal, enfatizando a abertura comercial e a redução do gasto público (Leimgruber; Schmelzer, 2023). Nesse ambiente, instituíram-se taxas de câmbio flutuantes, ampliou-se a mobilidade de capitais e cresceu a preocupação com a estabilidade monetária e de preços (Clifton; Fuentes, 2011). Buscou-se transcender as fronteiras nacionais, intensificando a interconectividade no comércio, no investimento e na globalização dos mercados financeiros. Assim, o Estado protecionista cedeu lugar a uma era dominada pelos mercados (Jarvis, 2017).

Nas décadas de 1980 e 1990, esse processo se aprofundou, consolidando a OCDE como porta-voz de reformas econômicas liberais - em especial nas áreas trabalhistas e sociais, bem como da desregulamentação de mercados e da privatização de empresas estatais (Leimgruber; Schmelzer, 2023; Mahon; Macbride, 2009). De modo geral, estava no planejamento da organização:

Cut budgets, eliminate labor market rigidities, strengthen competition, free international trade, rationalize production, exploit all new technologies, refrain from demand management, strengthen the personal responsibility of individuals and families and reduce generous social security benefit and reduce social security benefits (Armingeon; Beyeler, 2004, p. 228).

Ao longo da década de 1980, a OCDE consolidou essas orientações em sua estrutura, aplicando-as em um momento de pior recessão desde 1945. As economias da OCDE enfrentavam estagflação - excesso de capacidade produtiva, alto desemprego e inflação elevada - resultando em baixo ou nulo crescimento. A OCDE defendeu que a recuperação econômica viria pela implementação de políticas de oferta e redução de impostos e regulamentações.

Ademais, ao final da década registrou o início do fim da Guerra Fria, impondo novas dinâmicas geopolíticas (Carroll; Kellow, 2021).

Nos anos 1990, essas tendências se intensificaram, com a OCDE disseminando reformas orientadas pelo mercado, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento econômico decorreria da quebra de monopólios estatais, alcançada pela redução da capacidade tributária e fiscal dos Estados (Jarvis, 2017). No mesmo período, a ascensão da OCDE materializou-se na promoção da liberalização do comércio, das finanças e dos investimentos, consolidando o Atlântico Norte como o centro da economia capitalista mundial (WOLFE *et al.*, 2007). Assim, mantinha-se o discurso da superioridade de economias de mercado democráticas frente a regimes autoritários (Davies; Woodward, 2014).

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, a OCDE passou a enfrentar novos desafios: a estagnação de alguns membros, o declínio da hegemonia norte-americana e o crescimento rápido de economias externas à organização, sobretudo China, Índia, Brasil e Rússia (Leimgruber; Schmelzer, 2023). Diante disso, a OCDE já não contemplava todas as economias centrais do capitalismo global, e teria que se esforçar para superar a sua identidade forjada na Guerra Fria de representar apenas as potências econômicas desenvolvidas (Davies; Woodward, 2014).

Com a intensificação da globalização, os países da OCDE viram sua parcela na economia mundial diminuir, ao mesmo tempo em que emergia uma ordem multipolar. Esse cenário impulsionou reformas internas, levando a organização a ampliar o número de membros e intensificar o envolvimento com novos parceiros (Carroll; Kellow, 2021).

Nos anos 2000, as políticas econômicas ocidentais, antes apresentadas como solução para a recuperação econômica nacional e bom funcionamento dos mercados financeiros, passaram a ser contestadas. Junto, observava-se o esforço dos países do Sul Global em articular-se coletivamente, valendo-se de arranjos alternativos para defender os seus interesses no cenário capitalista contemporâneo (Davis, 2023).

Em resposta, a OCDE buscou reformar sua administração, estruturando seus esforços em: (1) ampliar os processos de adesão; (2) fortalecer relações com economias emergentes, sobretudo as do G20; (3) estabelecer programas regionais ou individuais de cooperação com não membros; e (4) ampliar o escopo de atuação para além de ajustes estruturais, alcançando temas como pobreza, desigualdade social e educação (Godinho, 2018).

No século XXI, a organização continuou a enfrentar desafios, como a redução da participação econômica global de seus membros e a ascensão de potências emergentes. Esses fatores reforçaram a necessidade de acelerar reformas internas para manter a sua influência na

governança internacional como difusora de políticas entre as economias capitalistas ocidentais avançadas, seguindo uma perspectiva liberal ortodoxa de matriz anglo-saxônica (Clifton; Fuentes, 2011). Segundo Galvis (2021), embora a organização tenha recentemente incorporado abordagens que consideram o bem-estar social, não abandonou os imperativos macroeconômicos que a sustentam desde a década de 1980.

Embora a OCDE seja multitemática e intersetorial, tem um compromisso exclusivo com o seu mandato econômico, previsto nos três itens que compõe o 1º artigo da Convenção:

- (i) “to achieve the highest sustainable economic growth and employment and a rising standard of living in Member countries, while maintaining financial stability, and thus to contribute to the development of the world economy”;*
- (ii) “to contribute to sound economic expansion in Member as well as non-member countries in the process of economic development”;*
- (iii) “to contribute to the expansion of world trade on a multilateral, non-discriminatory basis in accordance with international obligations”* (OCDE, 2023a, p. 01).

Esses tópicos representam a fundamentação base da OCDE: colaborar com o desenho econômico-normativo global, seguindo as diretrizes de uma concepção liberal ortodoxa (Leimgruber; Schmelzer, 2023). Para ela, apenas um sistema comercial multilateral aberto e baseado em regras compartilhadas poderia maximizar a expansão econômica dos seus Estados-membros. Independente da condição doméstica estrutural de um país - desenvolvido ou em desenvolvimento - condenam-se quaisquer práticas econômicas protecionistas ligadas à troca de bens e serviços (OCDE, 2015a).

Mesmo com uma mudança observada nos anos 2000, em que a OCDE passou a adotar um liberalismo mais inclusivo para atrair economias emergentes, não abdicou do seu compromisso com a liberalização econômica. Em alguns departamentos, as políticas de bem-estar social foram parcialmente recuperadas, com a promoção da intervenção do Estado em certas áreas das políticas sociais (Eccleston, 2011). Para Mahon e McBride (2008), as recomendações de políticas da OCDE mudam de acordo com o tempo, demanda e departamento.

Em todo caso, muitos pesquisadores apontam um desequilíbrio de forças dentro da própria institucionalidade da OCDE, numa cisão entre os delegados dos Ministérios das Finanças e Economia e os delegados de Assuntos Sociais. Há uma inclinação a favor dos argumentos economicistas no seio da organização, impactando a implementação de políticas em diversas áreas. Esse desequilíbrio pendular advém dos interesses de entidades econômicas e coalizões internas dos Estados-Membros mais poderosos da OCDE (Hadjiisky, 2023).

Their relationship with the Economics Department has not always been easy; in the past, ‘economic policy’ was narrowly limited to macroeconomic performance and a limited set of structural underpinnings relating to product and labor market functioning and efficiency. The Economics Department has not always been receptive to ‘non-traditional’ approaches to economic thinking prevalent in other OECD Departments. As however the set of topics that interest economic policy makers has broadened to include the determinants of growth, issues of sustainability and increasingly of inclusion (Papaconstanoiu, 2023, p. 188).

Com o peso excessivo do Departamento Econômico, a OCDE tem enquadrado a realidade sob as lentes econômicas, com uma racionalidade de mercado aplicada a quase todos os seus domínios e atividades institucionais. Isso pode ser entendido como um processo de “economização” das políticas públicas, com princípios e instrumentos da economia usados para validar opções de políticas em áreas que normalmente não estariam orientadas para o lucro. No mais, o Conselho da OCDE passa a adotar medidas liberais para lidar com os problemas políticos dos países (Brown, 2015; Hadjiisky, 2023).

As políticas econômicas da OCDE são formuladas em conjunto com o Secretariado e dentre muitos Comitês Temáticos, dois são centrais⁵: o Comitê de Revisão Econômica e Desenvolvimento (EDRC, na sigla em inglês) e o Comitê de Política Econômica⁶ (EPC, na sigla em inglês). O EDRC examina os procedimentos e práticas econômicas nacionais preparadas pelo Secretariado e o EPC concentra-se na formulação e implementação de políticas macroeconômicas voltadas para reformas estruturais (Papaconstanoiu, 2023).

Essas três entidades juntas administram o funcionamento e as prioridades estratégicas do Departamento Econômico da OCDE: análise da situação econômica dos países, projeções, política fiscal, contas públicas e tributações, produtividade, migração, meio ambiente, capital humano, habitação, comércio, investimentos, mercados de trabalho, saúde e outras questões (OCDE, 2023f).

Existem duas publicações feitas pelo Departamento Econômico da OCDE que se tornaram relevantes em termos de prescrição de políticas macroeconômicas e estruturais: (i) *The OECD Economic Outlook*; e (ii) *Going for Growth*. No primeiro relatório, é apresentado um conjunto de projeções sobre diversas áreas, com números e estatísticas. No segundo

⁵ Cada um deles possui um membro por país, representantes da Comissão Europeia (CE), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) (Papaconstanoiu, 2013).

⁶ “*The role of EPC Chair has been assigned to the Chair of the US Council of Economic Advisers, a clear nod to the influence of the OECD’s largest economy*” (Papaconstanoiu, 2023, p. 186).

relatório, a partir dos indicadores de desempenho, é identificadas reformas econômicas prioritárias para cada país (OCDE, 2023b; OCDE, 2023e).

É válido mencionar que o peso das análises e relatórios econômicos da OCDE varia de país a país. Para grandes economias como a Alemanha ou os EUA, raramente as publicações da organização recebem grande destaque doméstico. Entretanto, para os países-candidatos que aspiram ser membros-pletos da organização, receber os relatórios econômicos tornou-se uma espécie de “rito de passagem” (Papaconstanoiu, 2023).

A estrutura da organização possui um Conselho, um Secretariado e diversos Comitês Temáticos. A atividade da OCDE se baseia no processo de criar, regular e trocar dados e informações (produzidas por um corpo técnico altamente qualificado), entre os Estados envolvidos com a organização (exclusivamente os membros e parceiros-chave) e com a participação direta do Secretariado, sobre um amplo espectro de atividades.

O Conselho da OCDE é o órgão que decide questões administrativas e globais da organização. Sua composição inclui embaixadores dos Estados-membros e representantes da Comissão Europeia, com a liderança do Secretário-Geral. Este órgão se reúne de forma regular para deliberar sobre as principais atividades da organização, com as decisões acertadas por meio de consenso. Além disso, anualmente, realiza-se a Reunião do Conselho Ministerial da OCDE, onde se agrupam chefes de governo, ministros da economia, do comércio e das Relações Exteriores dos Estados-membros. Nesse encontro, monitoram e estabelecem prioridades para o trabalho da OCDE, discutem o panorama econômico e comercial global e aprofundam questões como o orçamento institucional e o processo de adesão (OCDE, 2023g).

As discussões entre os Estados membros da OCDE são baseadas em informações e análises fornecidas pelo Secretariado da organização, localizado em Paris. Este Secretariado desempenha um papel crucial na coleta de dados, monitoramento de tendências e na análise para antecipar o desenvolvimento econômico, bem como na pesquisa de mudanças sociais e padrões emergentes em várias áreas: comércio, meio ambiente, agricultura, tecnologia e tributação. Cerca de 3300 funcionários do Secretariado da OCDE apoiam as atividades dos comitês. Eles incluem economistas, advogados, cientistas, analistas políticos, sociólogos, profissionais da comunicação, especialistas digitais e estatísticos que fornecem pesquisas e análises (OCDE, 2023g). Por meio das reuniões recorrentes entre o Secretariado da OCDE e funcionários nacionais das subunidades dos governos, têm-se formado fortes coalizões entre estruturas burocráticas intergovernamentais de diferentes países, que perduram independentemente das mudanças governamentais, com posicionamentos políticos alinhados.

A OCDE possui uma extensa rede de mais de 300 grupos de trabalho, especialistas e comitês temáticos que abordam praticamente todas as áreas políticas: economia, comércio, ciências, emprego, educação, mercados financeiros, entre outros. Esses comitês são encarregados de elaborar propostas, analisar dados e avaliar o sucesso de políticas, além de examinar a coordenação de ações entre os Estados-membros. Os Comitês abrangem as mesmas áreas temáticas que os departamentos governamentais e mantêm conexões com políticos em nível nacional. Os participantes desses comitês representam uma variedade de organizações, incluindo agências governamentais, universidades, empresas e organizações da sociedade civil. Mais de 40000 funcionários das administrações nacionais comparecem às reuniões dos comitês da OCDE todos os anos para solicitar, revisar e contribuir com o trabalho realizado pelo Secretariado da OCDE. Quando retornam aos seus países de origem, as autoridades nacionais têm acesso online aos documentos produzidos e podem trocar informações por meio de uma rede intergovernamental especializada (OCDE, 2023g).

No que tange ao arcabouço político-normativo, a OCDE possui cerca de 272 instrumentos legais que, juntos, são chamados de *acquis*, divididos em: Decisões (23); Recomendações (185) e Declarações (37). As “decisões” são de caráter formal e vinculativo, já as “Recomendações” e “Declarações” não necessitam de vinculação formal (OCDE, 2023c). Desde 2017, o Conselho da OCDE definiu os principais instrumentos legais da organização, dentro de um marco legal para a “estrutura de novos membros em potencial” (OCDE, 2017), sendo eles:

The Declaration on International Investment and Multinational Enterprises; the Policy Framework for Investment; the Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions; the Corporate Governance Principles; a framework on taxation and profit shifting (OCDE, 2017, p. 01).

Além disso, caracterizada como a “guardiã da ordem liberal”, possui dois instrumentos legais - de caráter vinculativo - centrais para a sua governança econômica internacional: o “Código de Liberalização de Movimento de Capitais” e o “Código de Liberalização de Operações Correntes de Intangíveis” (OCDE, 2023c). Em suma, servem para: “*lowering trade barriers and establishing convertibility of the currency and free capital movement were primary conditions*” (Davis, 2016, p. 13). Esses são os principais instrumentos jurídicos em termos de projeção multilateral que regulam operações referentes às contas de capitais e financeiras.

Essa organização não possui um sistema de sanções formais ou órgão de solução de controvérsias. Por conseguinte, espera-se que os candidatos implementem os seus instrumentos

de maneira consentida e não-coercitiva e que estejam aptos à transparência de informações durante os processos de revisão por pares⁷ (Davies; Woodward, 2014). Os instrumentos legais da OCDE conduzem os Estados a longos processos de reformas em diversas áreas, adequando-os aos parâmetros da organização. Feita a adesão, é dificultada a possibilidade de se desfazer as reformas previamente estabelecidas em caso de mudança de governo ou paradigma político (Carroll, 2011).

2.2 A Participação da sociedade civil na OCDE

De acordo com a OCDE, o envolvimento com a sociedade civil contribui para orientar as suas atividades e fortalece o impacto e a qualidade de suas recomendações de políticas. Diante da crescente participação pública, ativismo e mobilização social, a OCDE tem procurado oferecer canais de diálogo e espaços de interação, promovendo um intercâmbio bidirecional com organizações como sindicatos, associações empresariais e setores da sociedade em geral (OCDE, [s.d.d]).

Desde 1962, a OCDE mantém canais institucionais de diálogo com o setor empresarial e sindical por meio do *Business at OECD* (BIAC) e do *Trade Union Advisory Committee* (TUAC). O Secretário-Geral e o Conselho da OCDE realizam consultas anuais com esses comitês, e a maioria dos grupos de trabalho da organização também interage regularmente com os seus representantes. Além disso, a OCDE se conecta diretamente a outras organizações da sociedade civil (OSCs) e a entidades “guarda-chuva” que reúnem múltiplos segmentos sociais (OCDE, [s.d.]).

A atuação conjunta do BIAC e do TUAC constitui um dos pilares da estratégia da OCDE para engajar e influenciar diferentes atores da sociedade civil. O TUAC, por exemplo, remonta ao período pós-Segunda Guerra Mundial, tendo sido fundado em 1948 para assessorar a OCEE na implementação do Plano Marshall. Com a criação da OCDE em 1962, o TUAC adquiriu *status* consultivo, consolidando uma estrutura bipartite ao lado do BIAC. Atualmente, o TUAC reúne 59 organizações sindicais afiliadas a 31 países membros, representando aproximadamente 58 milhões de trabalhadores, além de contar com membros associados no Brasil, Indonésia, Rússia e África do Sul (Mello, 2021; Woodward, 2004; TUAC, [s.d.]).

⁷ Consiste numa avaliação pelos pares sobre a performance de um Estado em uma área específica. Membros da sociedade civil, empresas e sindicatos também podem participar dessas avaliações. O propósito principal é ajudar o Estado sob avaliação a aprimorar suas políticas, adotar as melhores práticas e seguir padrões e princípios estabelecidos (OCDE, 2020b).

O BIAC, fundado em 1962, atua como representante da comunidade empresarial e industrial junto à OCDE. Reconhecido como a principal voz do empresariado na organização, defende o livre mercado e o crescimento econômico liderado pelo setor privado. Atualmente, conta com 45 entidades empresariais de países membros da OCDE, 13 de países observadores e 42 organizações setoriais internacionais, totalizando 100 membros que representam mais de 7 milhões de empresas. Sua missão envolve apresentar recomendações políticas e manter o diálogo contínuo com autoridades de países membros e não-membros da OCDE (BIAC, [s.d.b]).

Além disso, o BIAC desenvolveu um programa específico direcionado à América Latina, denominado *Latin America Contact Group of BIAC*. Sob a liderança dos Diretores Fernando Treviño Núñez e Jacobo Ramos Folch, este grupo foi criado para contribuir com o *Latin America and the Caribbean Regional Programme* (LACRP) visando aprimorar o ambiente de negócios na região, promover as boas práticas recomendadas pela OCDE, fortalecer as estruturas de governança e incentivar o crescimento econômico liderado pelo setor privado. O *Latin America Contact Group* mantém um diálogo contínuo com a Divisão para a América Latina da OCDE, organiza sessões temáticas, oferece suporte às discussões sobre adesão e participa ativamente da “Cúpula Ministerial Anual da OCDE para a América Latina e o Caribe. Nessa cúpula, importantes conglomerados empresariais da região, como a *Asociación Nacional de Industriales* (ANDI), a *American Chamber of Commerce* (AmCham) e a *Cámara de Industrias da Costa Rica* (CICR), entre outros, atuaram ativamente pela defesa da adesão de seus respectivos países à OCDE (BIAC, [s.d.a.]).

Para além do engajamento empresarial e sindical, a Rede Parlamentar Global da OCDE (*OECD Global Parliamentary Network*), criada em 2011, constitui outro espaço de participação com a sociedade civil. Dirigida a parlamentares e assessores, a sua estrutura flexível permite debater políticas públicas, compartilhar experiências e fortalecer a cooperação legislativa internacional. Ao oferecer acesso a dados, análises e recomendações da OCDE, a rede auxilia legisladores na fundamentação de decisões nacionais e promove o diálogo sobre questões emergentes e desafios globais, tais como mudanças climáticas, governança digital, desigualdades sociais e transformações no mercado de trabalho (OCDEAI, [s.d.]).

A interação com outras organizações não governamentais internacionais também é relevante. Entidades como a *Oxfam*, *Friends of the Earth*, *World Wildlife Fund* (WWF) e a Aliança do Norte para a Sustentabilidade (ANPED) atuam como observadoras ou exercem influência direta nas negociações e na formulação de políticas da OCDE (Academia de Centroamérica, 2018). Nesse contexto, destaca-se a *OECD Watch*, uma aliança de mais de 100

ONGs de 55 países (membros e não membros da OCDE), estabelecida em 2003. Sua função é divulgar e monitorar a implementação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais. Ela também capacita comunidades, indivíduos e trabalhadores a utilizarem as Diretrizes e o mecanismo de reclamação dos Pontos de Contato Nacionais (NCPs), buscando responsabilizar empresas por condutas inadequadas e contribuindo para o fortalecimento de padrões e legislações internacionais em responsabilidade corporativa (Oecdwatch, [s.d.]).

As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais estabelecem explicitamente a participação das OSCs em seu monitoramento, por meio da criação de Pontos Nacionais de Contato (PNCs), existentes nos 48 países signatários. Esses pontos funcionam como escritórios governamentais destinados a promover a divulgação das Diretrizes, receber denúncias sobre o seu descumprimento, resolver conflitos em nível nacional e participar das avaliações por pares do comitê que lida com tais reclamações (Mello, 2021; Oecdwatch, [s.d.]).

Dessa forma, a própria OCDE ([s.d.]) afirma que o seu compromisso com a participação da sociedade civil se manifesta por meio da interação com comitês empresariais e sindicais, da Rede Parlamentar Global e do diálogo com organizações não governamentais, reafirmando a centralidade da governança colaborativa no cenário internacional. Ao implementar processos inovadores de participação, bem como diretrizes e estruturas de diálogo, a OCDE busca fortalecer o caráter democrático e a eficácia das políticas públicas que desenvolve (OCDE, [s.d.d]).

Como já é sabido, para que um Estado possa aderir à OCDE, é necessária a implementação de reformas domésticas substanciais. A Conectas, uma organização da sociedade civil dedicada à promoção e defesa dos direitos humanos, desenvolveu um guia prático que orienta outras OSCs sobre como influenciar politicamente esse processo complexo. O objetivo é assegurar a realização de reformas sociais e ambientais significativas nos futuros Estados-membros, garantindo que os critérios da OCDE sejam plenamente atendidos (Conectas, 2022).

As organizações da sociedade civil dispõem de momentos estratégicos para exercer influência ao longo do processo de adesão. Inicialmente, quando um Estado manifesta a intenção de aderir a um instrumento específico da OCDE, a sociedade civil pode emitir declarações ao comitê pertinente, avaliando se o país cumpre realmente os objetivos previstos. Embora a OCDE procure evitar a politização durante o período de revisão dos comitês, as OSCs podem procurar aliados entre os Estados-membros e solicitar que formuladores de políticas pressionem a OCDE por requisitos mais rigorosos à adesão (Conectas, 2022).

Nos debates prévios à adesão, que ocorrem de forma confidencial e altamente politizada, a influência direta das OSCs é mais limitada. Ainda assim, se identificarem que um Estado está prestes a aderir, as organizações podem tentar persuadir o Secretário-Geral ou Estados-membros aliados a adiar essa adesão até que o país esteja mais alinhado aos padrões da OCDE, sobretudo se as condições sociais ou ambientais forem precárias. Alternativamente, podem exigir que a adesão aconteça apenas mediante a imposição de requisitos estritos, caso o processo já esteja avançado. Conforme destaca a própria OCDE, representantes de governos, parlamentos, outras organizações internacionais, empresas, sindicatos, ONGs e academia trazem perspectivas únicas para orientar mudanças. Com cerca de 4 mil reuniões e eventos anuais, especialistas da OCDE participam ativamente dos debates, trabalhando diretamente com governos e a sociedade civil, inclusive por meio de consultas (Conectas, 2022; Oliveira; Theodoro; Hirasawa, 2023).

Quando o processo de adesão entra na fase do roteiro (*roadmap*), a sociedade civil intensifica suas ações, enviando cartas a formuladores de políticas, organizando eventos para a imprensa e publicando declarações que instem a OCDE a adotar abordagens específicas. As OSCs podem, ainda, solicitar permissão para participar de eventos de lançamento do processo de adesão, ampliando assim sua visibilidade (Conectas, 2022).

Assim que um país candidato envia o seu memorando inicial, as OSCs podem emitir declarações sobre a autoavaliação do Estado, apontando possíveis inadequações e sugerindo melhorias. O período de revisão do comitê é considerado o momento mais crítico para a atuação da sociedade civil, pois é então que as OSCs podem encorajar o secretariado do comitê e os Estados-membros a interpretar o roteiro de forma mais criteriosa. Ao fornecer pesquisas que evidenciem lacunas na governança do país candidato, as OSCs influenciam o debate sobre as reformas internas necessárias para a adesão. A participação ativa em consultas presenciais durante as missões de apuração de fatos da OCDE também é essencial, bem como a insistência para que os comitês tornem suas avaliações mais transparentes.

Após a adesão, a sociedade civil mantém o seu papel ao monitorar o cumprimento dos requisitos estabelecidos, informando comitês e Estados-membros aliados sobre avanços e lacunas persistentes, além de sugerir novas etapas para garantir o alinhamento contínuo do novo membro aos padrões da OCDE (Conectas, 2022).

Em alguns casos, sobretudo quando as negociações provocam confrontos políticos, técnicos da OCDE solicitam reuniões com terceiros, incluindo representantes da sociedade civil, academia ou sindicatos. Em algumas situações, são eles próprios que convocam as reuniões, baseando-se em organizações similares que operam nos países membros; em outras,

delegam ao governo a tarefa de identificar e convidar esses atores. Esses encontros podem ocorrer por videoconferência ou presencialmente, contando, por vezes, com representantes governamentais, conforme estabelecido pela missão da OCDE (Velarde, 2022).

Apesar dessas iniciativas institucionais da OCDE, sindicatos e partidos de esquerda criticam a “cultura do sigilo” da entidade, uma vez que muitas das discussões prioritárias continuam sendo realizadas a portas fechadas. Essa estratégia, pensada para facilitar negociações sobre temas sensíveis e evitar disputas internas, resulta numa coalizão fechada entre funcionários da OCDE e elites políticas nacionais, afastando a tomada de decisão da participação popular e de mecanismos internos de *accountability*. Pouco se debate, portanto, sobre a influência de grupos de pressão e dos interesses particulares de potências da OCDE na condução desses processos. Além disso, a indisponibilidade de certos documentos por mais de 10 anos, classificações rigorosas e dificuldades no acesso às informações tornaram-se grandes obstáculos à atuação da sociedade civil, impedindo uma avaliação mais aprofundada sobre a OCDE e os seus procedimentos (Clifton; Fuentes, 2011; Hadjiisky, 2023).

2.3 As relações com países não-membros

Na transição do século XX para o XXI, as mudanças observadas na economia mundial resultaram num movimento de adequação institucional da OCDE, como forma de resgate da sua influência em matéria de governança internacional. Até então, a OCDE vinha adquirindo uma vasta experiência na produção e disseminação de políticas por e para os seus membros, ou seja, econômicas avançadas (Clifton; Fuentes, 2014).

Em 1998, a OCDE criou o Centro de Cooperação com Não Membros (CCNM), desenvolvendo canais de influência, parcerias estratégicas com diversos países-chave, participação informal de não-membros em algumas atividades e Comitês da organização, além de consultas regulares, troca de informações e colaboração em projetos específicos (Godinho, 2018). Assim, desde o fim da década de noventa, a OCDE conseguiu se comunicar com quase uma centena de economias, que embora não façam parte ou estejam envolvidas oficialmente, aderiram alguns dos Comitês, instrumentos legais e práticas da organização (Signoret, 2005).

O ápice desse movimento de adequação ocorreu a partir de 2006, com a “abertura significativa de processos de adesão, fortalecimento das relações com grandes economias emergentes e lançamento de programas regionais ou individuais de cooperação com outros países não membros” (Godinho, 2018, p. 59). Em meio a diversos desafios e diferenças de organização empresarial, regulamentação e política estatal (Clifton; Fuentes, 2014), era

esperado que os países emergentes, ganhando destaque na contramão da crise financeira de 2007, pudessem ser acomodados no prisma Ocidental (Mello, 2020).

Em maio de 2007, o Conselho Ministerial da OCDE decidiu aumentar a cooperação da OCDE com o Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul, por meio da criação do programa *Enhanced Engagement*. Dentre os objetivos centrais estavam: promover o diálogo, a cooperação e a convergência de políticas e ações entre as economias desenvolvidas e emergentes. Anos depois, esses países se tornaram *key-partners*, com a participação exclusiva em diversos órgãos e comitês da organização (OCDE, 2012c).

A partir de 2012, a participação de não-membros nas atividades da OCDE ganhou relevância, sendo classificada em três categorias⁸: convidados, participantes e associados, conforme o grau de envolvimento, pagamento de cotas e obrigações. Como associado, um país não-membro pode participar plenamente das atividades dos comitês e órgãos subsidiários da organização, envolver-se em projetos ou discussões sobre instrumentos legais da OCDE e até mesmo participar dos processos decisórios, com praticamente os mesmos direitos e deveres dos países membros - incluindo o compromisso de implementar as suas decisões. A única restrição é não participar das atividades relacionadas aos processos de adesão de novos membros (Mello, 2020; OCDE, 2015b).

De acordo com Davis (2023), o arcabouço político-normativo da OCDE é projetado para permitir que tanto membros quanto não-membros utilizem e adiram às mesmas diretrizes e ferramentas. Os padrões de relacionamento com países não-membros se manifestam em quatro opções possíveis: (i) participação em comitês e nas reuniões do Conselho Ministerial da OCDE (com a aprovação dos membros); (ii) adesão aos instrumentos da OCDE; (iii) integração voluntária nos relatórios estatísticos e nos sistemas de dados da OCDE; e (iv) revisões por pares em áreas específicas (USOECD, 2023). Embora os não-membros não possuam poder de tomada de decisão nem a obrigação de contribuir financeiramente, eles têm acesso a informações valiosas e podem influenciar o debate interno sobre os padrões da OCDE (Davis, 2023). Anualmente, a organização publica mais de 150 relatórios e dissemina ativamente esses documentos, incluindo revisões por pares baseadas em relatórios como o *OECD Economic*

⁸ O funcionamento interno da OCDE permite a participação de países não membros em seus comitês técnicos, desde que aprovada pelos membros, em diferentes categorias: convidados, que participam de reuniões específicas conforme o plano de participação; participantes, que integram todas as reuniões de um órgão de forma contínua, sujeito a revisões, contribuindo ativamente para o mandato; e associados, com maior envolvimento, incluindo compromisso com objetivos do órgão e envio de dados estatísticos. Países em adesão também participam ativamente das atividades dos órgãos, seguindo termos definidos pelo Conselho. Além disso, parceiros podem ser incluídos nos órgãos por iniciativa do conselho, dos comitês ou mediante solicitação ao Secretariado (OCDE, 2015b).

Survey e o *Going for Growth*, que já foram aplicadas a países não-membros, como a China e o Brasil (Davis, 2016; Woodward, 2014).

2.4 O Processo de ingresso: motivações e procedimentos

Se a OCDE possibilita que países não-membros possam participar de suas atividades de forma ampla, sem nenhum compromisso vinculativo ou custo financeiro, entender por que determinados países buscam o ingresso formal nessa institucionalidade requer considerar duas dimensões: geopolítica e econômica.

No âmbito geopolítico, a OCDE tem raízes na aliança transatlântica e por conseguinte, os países convidados a iniciar os processos de adesão geralmente possuem alianças mais estreitas com os EUA e a UE, buscando o benefício de *status* que esse grupo confere. A entrada na OCDE significa reconhecimento e credibilidade nas arenas internacionais (Davis, 2016). O processo de adesão à OCDE atrai mais especificamente governos que mantêm valores políticos e posições de política externa semelhantes. Para governos que valorizam a associação com alianças lideradas pelos EUA, a adesão plena à OCDE oferece mais do que apenas a coordenação de políticas e o fornecimento de informações; representa o reconhecimento de pertencer ao clube mais exclusivo do “Ocidente” (Davis, 2016).

Do ponto de vista econômico, a adesão à OCDE exige a implementação de políticas econômicas alinhadas às diretrizes da organização, com uma orientação de mercado nas relações externas. Espera-se que, ao tornar-se membro, o país seja posicionado entre as economias desenvolvidas, conferindo-lhe maior credibilidade internacional e atraindo IED. Agentes econômicos consideram a OCDE um indicador de excelência das políticas econômicas nacionais. Para esses atores internos, a adesão plena oferece um selo de qualidade que impacta positivamente as classificações de risco-país, as dinâmicas financeiras e a competitividade nos mercados (Davis, 2023; Vargas-Alzate, 2021).

Há uma junção entre as variáveis econômicas e geopolíticas. As políticas econômicas liberais são referências-chave para uma participação bem-sucedida na organização, mas os países tendem a ter mais chances de ingressar, sobretudo, se compartilharem também interesses comuns em áreas geopolíticas. Os EUA e a UE costumam convidar aqueles que votam em conjunto com eles em instâncias multilaterais como no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e que compartilham identidades e práticas semelhantes (Davies, 2023; Woodward, 2014). No atual sistema de governança internacional do Ocidente, a OTAN atua como o braço armado, enquanto a OCDE desempenha a função de braço econômico, o que impossibilita a dissociação entre ambas (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

Qualquer perspectiva que reduza a compreensão sobre o ingresso de países em organizações internacionais a uma demanda estritamente funcional por cooperação precisa ser reavaliada. O processo de adesão a OCDE envolve uma pré-seleção que muitas vezes extrapola os trâmites burocráticos e representa uma escolha de alianças no plano internacional, refletindo relações de poder e trazendo consigo normas de conduta e reformas econômicas prescritas pelos países desenvolvidos⁹ (Davis, 2023).

Embora a OCDE venha ampliando o seu relacionamento com um número crescente de países em regiões como a Europa, América Latina e, mais recentemente, Ásia, a organização procura manter um perfil mais “homogêneo”¹⁰ em sua membresia. Para tanto, é seletiva ao escolher os futuros membros, amparando-se em procedimentos de ingresso que foram sendo adaptados ao longo do tempo a fim de assegurar o consenso interno necessário ao avanço de suas agendas (Carroll; Kellow, 2021).

Até o início dos anos 2000, a OCDE não dispunha de planos ou diretrizes claramente estabelecidos para a adesão de novos membros, baseando-se apenas na Carta de Convenção, a qual permitia ao Conselho convidar qualquer país a integrar a organização, desde que houvesse consenso entre os membros (OCDE, 2023a). Nesse período, o Conselho exercia ampla discricionariedade, estabelecendo critérios e procedimentos de forma *ad hoc*, embasados em propostas dos países-membros e em discussões informais com os candidatos e com o Secretário-Geral da OCDE (Godinho, 2018).

Observa-se uma mudança nessa prática quando o Conselho começou a sistematizar a ampliação da membresia, criando procedimentos formais de adesão (Mello, 2020; Godinho, 2018). Surge assim, em 2004, o “Relatório Noboru”, com o objetivo de definir parâmetros mínimos de adesão e controlar os efeitos indesejáveis do alargamento. Ficaram estabelecidos

⁹ A seleção para a adesão à OCDE está fortemente associada às decisões de implementar reformas econômicas e de fortalecer as relações com os membros existentes. Esse processo de seleção não depende apenas de procedimentos burocráticos, mas também de interações políticas. Por exemplo, a adesão dos países da Europa Oriental à OCDE ocorreu após o término da Guerra Fria, facilitando a abertura das relações políticas com o Ocidente. A Turquia, apesar de ser um país em desenvolvimento, tornou-se membro da OCDE por ter sido beneficiária do Plano Marshall como integrante da OTAN. Embora o Chipre tenha atendido às rigorosas exigências de reformas econômicas e políticas necessárias para ingressar na União Europeia em 2004, permanece excluído da OCDE devido às objeções da Turquia, decorrentes de relações políticas tensas (Davis, 2023).

¹⁰ Para Davis (2016), o valor simbólico da filiação a organização depende, em grande medida, de seu grau de exclusividade: se muitos países aderirem, o prestígio e a credibilidade associados à adesão tendem a se diluir. A manutenção da homogeneidade nos valores políticos e econômicos dos membros é considerada fundamental para a organização. Embora existam divergências internas, elas não chegam a inviabilizar as agendas da OCDE. Assim, seus membros tendem a recusar a entrada de países cujas práticas possam comprometer a coesão da entidade, salvaguardando o valor de sua “marca” (Carroll; Kellow, 2021). Cabe ressaltar que a OCDE não objetiva alcançar uma membresia universal, mas sim assegurar que suas políticas alcancem abrangência global (Carroll; Kellow, 2021; Mello, 2020).

três critérios fundamentais: (i) *like-mindedness* (afinidade de visões de mundo); (ii) relevância econômica global; e (iii) garantia de benefícios mútuos (Noboru, 2004).

Em maio de 2004, ao aprovar as conclusões do Relatório Noboru, o Conselho da OCDE instituiu uma Força-Tarefa para avaliar os impactos da ampliação sobre os custos. Posteriormente, em julho de 2005, criou-se o Grupo de Trabalho sobre as “Implicações da Ampliação Futura na Governança da OCDE”. Ao final daquele ano, esse grupo apresentou um relatório sobre as estruturas de governança e administração. As principais recomendações incluíram fortalecer a atuação voltada às economias de mercado democráticas, facilitar a integração de países não-membros, reforçar a contribuição normativa da OCDE na economia global e intensificar o engajamento em questões globais como crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza (OCDE, 2013).

Visando restaurar a sua influência diante da crescente relevância de países não-membros, a OCDE promoveu reformas administrativas e de governança para atenuar possíveis efeitos adversos da expansão. Esse esforço incluiu maior rigor nos critérios de seleção, procedimentos de adesão e definição do momento mais adequado para a inclusão de novos membros, alinhando-se às estratégias formais e aos processos estabelecidos pela organização. Assim, em 2007, o Conselho adotou um novo parâmetro.

Como apêndice do Relatório Noboru, foi criado em 2007 o “Procedimento Geral para Adesões Futuras”, estabelecendo critérios e processos para a incorporação de novos membros. De acordo esse novo relatório, cabe ao Conselho da OCDE avaliar e aprovar convites a potenciais membros, bem como autorizar o Secretário-Geral a analisar os termos e condições de cada candidatura. Ele, por sua vez, deve elaborar um roteiro detalhado de adesão para cada candidato, além de apresentar avaliações periódicas sobre o seu progresso. Paralelamente, os comitês da OCDE avaliam a capacidade dos candidatos de cumprir obrigações, aderir aos instrumentos e padrões da organização e alinhar as suas políticas nacionais às diretrizes da OCDE (Godinho, 2018; OCDE, 2007).

Em 2017, frente ao aumento de candidaturas, a OCDE revisou os seus procedimentos. Após intensos debates sobre objetivos e riscos da expansão, aprovou-se o “Quadro para a Consideração de Membros Potenciais”, definindo os principais instrumentos legais a serem exigidos para confirmar a internalização dos valores e práticas da organização. Entre eles estão a Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais, o Quadro de Políticas para Investimentos, os Princípios de Governança Corporativa, o Código de Liberalização dos Movimentos de Capitais e o Código de Liberalização das Operações Invisíveis Correntes (Mello, 2020; OCDE, 2017).

Para que um país inicie as discussões sobre o seu ingresso na OCDE, deve-se primeiro convencer todos os Estados-membros a lhes conceder um convite formal. Tornar-se membro da OCDE está longe de ser uma mera formalidade, pelo contrário, é o resultado de um rigoroso processo de avaliação das práticas de um país-candidato. Apesar de possuir componentes técnicos muito exigentes, trata-se de um conjunto de decisões estritamente políticas (Thedialogue, 2019).

Quando o Conselho concorda em iniciar o processo de adesão, o Secretário-Geral deve apresentar um *roadmap*^{11 12} específico para cada candidato. Esse documento detalha termos e condições da avaliação, conduzida por cerca de 20 Comitês Temáticos e, em alguns casos, por grupos de trabalho auxiliares (OCDE, 2017). Os Comitês Temáticos e órgãos subsidiários, de acordo com o roteiro, avaliam a disposição e a capacidade do país-candidato em cumprir as obrigações da OCDE. Essa análise considera o grau de conformidade com instrumentos e padrões da organização, bem como a adequação das políticas nacionais. O Conselho pode alterar o roteiro a qualquer momento e consultar outros comitês, se necessário (Subrei, 2021).

Nesses Comitês Temáticos, não se exige consenso pleno; opiniões divergentes são apresentadas ao Conselho, que resolve as diferenças antes da decisão final sobre a adesão. Após receber todos os pareceres, o Secretário-Geral prepara um documento para consideração do Conselho, que então debate e decide a respeito. A seleção dos comitês a serem consultados depende da situação específica do país-candidato. Nem todos os Comitês precisam emitir parecer formal se isso não for considerado necessário ou prático. Nesses casos, o Secretário-Geral pode propor ao Conselho, em fase inicial, a realização de consultas com os presidentes dos comitês não formalmente envolvidos. Durante todo o processo, o Conselho pode abordar quaisquer questões políticas ou promover diálogos diretos com o candidato. O Secretário-Geral

¹¹ Os *roadmaps* devem incluir: (i) uma descrição geral do processo de adesão, especificando as etapas previstas para o país candidato; (ii) a lista dos Comitês a serem consultados, apresentando justificativas para sua inclusão, o nível de consulta necessário e o método de exame proposto para cada Comitê; (iii) um calendário das reuniões dos Comitês, ajustado de acordo com a disponibilidade das informações essenciais e o progresso alcançado pelo país em questão; (iv) a identificação das áreas específicas nas quais o Secretariado realizará revisões diretas sobre a posição do país candidato; (v) o detalhamento das etapas formais obrigatórias para concluir o processo de adesão; e (vi) a indicação dos recursos necessários, que, em regra, são de responsabilidade do país candidato. Embora o roteiro tenha um caráter técnico e processual, (vii) o Conselho pode complementar o documento com termos políticos separados, envolvendo condições não relacionadas a instrumentos específicos da OCDE, que podem ser discutidos com o Secretário-Geral e os países candidatos. Ademais, (viii) o Conselho pode promover debates com representantes dos países candidatos, analisar regularmente os progressos realizados e concluir as negociações de adesão (Subrei, 2021).

¹² Em muitos casos, os relatórios e *roadmaps* da organização apresentam uma estrutura padronizada, com ênfase na sistematização de dados e evidências quantitativas para embasar as análises políticas. No entanto, os aspectos referentes às negociações, como concessões, custos e disputas relacionadas aos processos de adesão, não são detalhados nos documentos oficiais. Essas negociações e acordos tendem a ocorrer de forma informal, complementando as diretrizes estabelecidas nos relatórios formais.

deve relatar periodicamente ao Conselho, ao menos trimestralmente, o andamento das negociações e do processo de adesão (Subrei, 2021).

Após a apresentação do roteiro, espera-se que o candidato elabore um “Memorando Inicial”, posicionando-se frente aos tópicos estabelecidos. Segundo Saez (2010), para obter mais prestígio junto à organização, os candidatos precisam demonstrar flexibilidade e engajamento com as principais diretrizes. Ao final das revisões, a decisão de convidar ou não o candidato ao ingresso formal é tomado por unanimidade pelos membros (OCDE, 2017). A duração desses processos varia: quanto maior a distância entre as condições domésticas do país e os parâmetros da OCDE, mais tempo será necessário para implementar as reformas exigidas. Enquanto países desenvolvidos levaram poucos meses para internalizar os instrumentos legais, países em desenvolvimento precisaram de alguns anos (Godinho, 2018).

Em suma, o processo de ingresso¹³ na OCDE é o principal mecanismo para assegurar o compromisso abrangente dos países com os padrões estabelecidos pela organização. Nesse contexto, a OCDE define normas, áreas de atuação, prioridades, padrões regulatórios, planos de ação, cronogramas e atores envolvidos. Desde 2006, a organização vem intensificando esforços para fortalecer seu impacto global e assegurar relevância para membros e parceiros (Carroll, 2011).

Tabela 1 - Etapas do Processo de Adesão à OCDE

Etapas do Processo de Adesão	Descrição
Solicitação formal do país candidato para abrir um processo de adesão.	A solicitação formal para iniciar o processo de adesão pode ser feita por iniciativa do país candidato ou por convite do Conselho. O Secretário-Geral recebe o pedido e o compartilha com os membros do Conselho, iniciando as discussões preliminares.

¹³ Existem três condições importantes para a conclusão positiva dos processos de adesão à OCDE: as taxas, a transparência e a reforma política. A condição das taxas é gerida por um orçamento progressivo, em que as contribuições financeiras dos membros são proporcionais à renda nacional de cada Estado, com um limite máximo de 13% do orçamento total (Carroll; Kellow, 2021). A transparência exige que os governos forneçam informações detalhadas à OCDE, expondo o seu desempenho para avaliação pública e submetendo-se a rigorosas revisões por pares (Woodward, 2004; OCDE, 2020b). Por fim, a reforma política é essencial para garantir a conformidade com os padrões da OCDE, com foco na internalização dos Códigos de Liberalização da OCDE (OCDE, 2020b).

Consideração e decisão do Conselho sobre a abertura de discussões de adesão.	O Secretário-Geral, com base no Quadro de Referência, fornece informações detalhadas sobre o país candidato, incluindo análises técnicas e políticas. O Conselho avalia essas informações e decide se abre discussões formais de adesão ou se engaja o país por outros meios, utilizando instrumentos de relações globais da OCDE.
Elaboração do 'Roteiro de Adesão' pelo Secretário-Geral.	Caso o Conselho decida abrir discussões formais, o Secretário-Geral prepara o 'Roteiro de Adesão', que estabelece os termos, condições e etapas específicas que o país candidato deverá cumprir. O roteiro é submetido à aprovação do Conselho.
Apresentação do 'Memorando Inicial' pelo país candidato.	O país candidato apresenta um 'Memorando Inicial', que detalha sua posição em relação aos 250 instrumentos legais da OCDE. Esse documento serve como base para as revisões técnicas que serão realizadas pelos Comitês da organização.
Revisões técnicas e reuniões com representantes do país candidato.	Os Comitês da OCDE conduzem revisões técnicas detalhadas, avaliando o alinhamento do país candidato com os padrões e práticas da organização. Além disso, são realizadas reuniões regulares entre os representantes da OCDE e do país para discutir os progressos e ajustes necessários.
Decisão final do Conselho sobre a adesão.	O Conselho da OCDE toma uma decisão final sobre a adesão com base no cumprimento das exigências estabelecidas no Roteiro de Adesão e nas revisões técnicas. Essa decisão requer unanimidade entre os membros do Conselho.
Assinatura do Acordo de Adesão à Convenção da OCDE.	Após a aprovação do Conselho, o país candidato oficializa sua intenção de adesão por meio da assinatura do Acordo de Adesão à Convenção da OCDE, consolidando o compromisso mútuo.
Aprovação pelo Congresso Nacional e ratificação do acordo.	O Acordo de Adesão é submetido ao Congresso Nacional do país candidato, que deve aprová-lo de acordo com seus procedimentos internos. Após a aprovação, o acordo é ratificado pelas autoridades competentes.
Depósito do Acordo de Adesão e filiação plena à OCDE.	Com a ratificação concluída, o Acordo de Adesão é depositado, formalizando a filiação plena do país à OCDE. A partir desse momento, o país passa a ser membro pleno da organização, com todos os direitos e responsabilidades associados.

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em (Subrei, 2021).

2.5 Governança como transformação doméstica dos Estados

A OCDE pode ser entendida como uma organização internacional que gera dados comparáveis e que oferece um espaço híbrido (formal e informal) onde os países, em conjunto, podem buscar legitimação na implementação de suas políticas (Leimgruber; Schmelzer, 2023). Destarte, a capacidade regulatória da OCDE pode ser descrita em três passos: (i) formular, testar e difundir novas políticas; (ii) prestar serviços de aprendizagem aos funcionários públicos nacionais; e (iii) estabelecer métodos leves que garantam a aplicação de seus instrumentos legais (Marcussen, 2003; Mahon; Macbride, 2009).

Em virtude da forte *expertise* em pesquisa e equipe técnica qualificada, tem fixado ideias, moldado identidades e difundido normas entre os seus participantes (Mahon; Macbride, 2008). As principais discussões têm sido chefiadas pelo próprio corpo técnico da organização, que almeja influir sobre: “[...] *ideas, policy instruments, reform agendas, and indicators*” (Francesco; Radaelli, 2023, p. 1).

Avançando nesse entendimento, desde a sua formação, a equipe da OCDE têm elaborado:

Internal reports, hundreds of annual routine or one-off studies, public statements and speeches, the OECD produces policy ideas, develops scenarios, sets agendas, defines guiding principles and narratives, frames topics and cause-effect-relationships, and maps what is going on in member countries' economies and societies (Leimgruber; Schmelzer, 2023, p. 09).

A OCDE também funciona como um fórum onde os Estados-membros podem definir posições e planejar iniciativas comuns para aplicá-las em outras organizações internacionais. Por meio dos Comitês Temáticos e do Secretariado, compostos majoritariamente por peritos técnicos, são introduzidas novas perspectivas, conceitos e propostas para os participantes (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

Mesmo não possuindo um banco para financiamento ou instrumentos de coerção para obrigar os Estados a internalizarem o seu arcabouço político-normativo, a OCDE tem demonstrado a capacidade de transformar a política interna dos países. Por ser uma organização de funcionários públicos internacionais envolvidos com homólogos nacionais - têm coordenado e disseminado políticas em níveis domésticos e internacionais (Francesco; Radaelli, 2023).

While the resultant recommendations did not directly force governments to change their policies, they often strengthened factions within national institutions by providing authoritative endorsement to specific economic policies. Governments could thus use the OECD in the logic of what international relations scholars have described as a two-level game to muster international backing in national controversies (Leimgruber; Schmelzer, 2023, p. 10).

Em nome das chamadas “melhores práticas”, o corpo técnico da OCDE adentra as burocracias nacionais não apenas avaliando dados e resultados políticos, mas também conduzindo os países a longos processos de reformas domésticas, que envolvem a internalização de normas e decisões da organização. Muitos líderes políticos enxergam na adesão à OCDE uma forma de obter um “selo de qualidade” em políticas públicas, o que lhes confere respaldo simbólico em disputas internas por agendas e projetos (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

A legitimidade da OCDE em debates públicos ancora-se em um discurso técnico fundamentado em dados comparáveis, projetando uma imagem de neutralidade e imparcialidade política. Essa “governança baseada em números” influencia diferentes áreas de atuação dos países por meio de indicadores quantitativos, reforçando a ideia de que as melhores decisões derivam de evidências coletadas e sistematizadas pela instituição (Papaconstanoiu, 2023). Ao reunir dados e publicar análises estatísticas, a OCDE compara países ao longo do tempo, qualificando o que “funciona” ou traz resultados positivos com base em métricas e classificações numéricas¹⁴. Nesse contexto, funcionários nacionais costumam recorrer aos relatórios da organização para (i) conferir maior autoridade aos debates públicos internos e (ii) promover reformas em setores considerados estratégicos.

A OCDE possui uma longa tradição na coleta de dados estatísticos sobre desempenho macroeconômico, refletindo uma agenda de mercado ancorada em evidências empíricas. Entretanto, a despolitização desses indicadores vai além de sua mera divulgação, pois consolida visões dominantes acerca do que constitui a “boa governança”. Conceitos como *accountability*, efetividade e legalidade são frequentemente apresentados como neutros e apolíticos, mas servem de base para classificar países conforme critérios que, em grande medida, refletem o ponto de vista econômico dos países desenvolvidos (Erkkilä; Piironen, 2014; Kelley; Simmons, 2019).

Para Löwenheim (2008), as estatísticas criadas a partir desses indicadores reproduzem estruturas hierárquicas internacionais, submetendo os Estados a julgamentos baseados em padrões numéricos de origem ocidental. Em outras palavras, ao definir critérios predominantemente inspirados nas perspectivas e interesses das potências centrais, a OCDE e

¹⁴ De acordo com Kelley e Simmons (2019), essa governança por indicadores confere autoridade à entidade que os produz, pois permite comparar desempenhos e exercer pressão sobre governos para que adotem novas reformas. Nesse contexto, formulações de políticas públicas tornam-se cada vez mais dependentes de conhecimentos técnicos, fortalecendo o uso de evidências estatísticas na definição de prioridades e na verificação do cumprimento de metas propostas.

os atores que a influenciam reforçam uma lógica que responsabiliza os países em desenvolvimento por suas supostas ineficiências, ignorando a interferência externa e as dinâmicas desiguais do sistema internacional. Desse modo, ofusca-se o papel de atores internacionais frequentemente envolvidos na reprodução de problemas sociais, econômicos e políticos nas periferias (Kelley; Simmons, 2019). Além disso, ao focalizar cada unidade isoladamente, essas comparações desconsideram relações de poder na clivagem norte/sul e classificam desafios políticos e econômicos como meramente “domésticos”, ocultando desigualdades estruturais que emergem das arenas internacionais.

Na prática, os indicadores funcionam como avaliações formais, conduzidas por especialistas que monitoram, de modo sistemático, as políticas e as capacidades de diferentes países envolvidos com a OCDE. Essas avaliações adotam metodologias, critérios e questionários padronizados, conferindo aparente objetividade científica e rigor metodológico às classificações. Contudo, ainda que sejam baseadas em concepções específicas de “boa governança”, elas não se limitam a refletir tais ideais: exercem, de fato, um poder concreto para moldar e orientar a conduta dos Estados avaliados (Erkkilä; Piironen, 2014). Em outras palavras, atores econômicos e políticos influentes - como o governo dos Estados Unidos e a própria OCDE - investem na elaboração desses índices para incentivar transformações domésticas nos países que consideram estratégicos.

A produção de conhecimento baseada em medições de governança constitui, assim, um exercício multifacetado de poder: ao quantificar a “boa governança”, não apenas orienta a formulação de políticas, mas também consolida hierarquias, definindo os limites da *expertise*. Com frequência, o viés político por trás das estatísticas desloca-se do debate público para a esfera científica, onde passa a ser tratado como neutro (Kelley; Simmons, 2019). Paralelamente, muitas questões deixam de ser discutidas no âmbito político e migram para o campo da investigação especializada, ganhando uma aparência de isenção de interesses. Todavia, essa suposta objetividade numérica encobre o fato de que todo conhecimento é social e historicamente construído, não existindo valores de verdade ou critérios de racionalidade que transcendam o contexto histórico (Erkkilä; Piironen, 2014).

No contexto latino-americano, todos os países que ingressaram na OCDE submeteram-se a avaliações conduzidas por examinadores internacionais. Esse processo introduz um novo discurso sobre legitimidade e conduta apropriada, ao mesmo tempo que dificulta resistências: recusar tais avaliações pode levar a classificações negativas - como “opaco”, “delinquente”, “despótico” ou “desonesto” - não apenas pela OCDE, mas também por toda a rede de atores que compõe seu entorno. Por esse motivo, e porque a adesão depende dessas avaliações, as

autoridades nacionais tendem a aceitá-las ou até solicitá-las de forma proativa, visando melhorar posições em rankings e reforçar credibilidade.

Com um amplo acervo de dados, relatórios e uma equipe técnica especializada, a OCDE emprega um discurso técnico para legitimar suas decisões e recomendações políticas (Beyeler, 2003). Sua autoridade tecnocrática passa a mediar interesses da sociedade civil, de entidades econômicas e dos Estados (Jarvis, 2017). Ao apresentar-se como uma “autoridade epistêmica”, de caráter “impessoal e neutro”, a OCDE insere-se nos contextos nacionais sem encontrar grandes contestações:

While some issues are ‘depoliticised’ and framed as technical issues or unavoidable global constraints, it is with the tacit agreement of governments, which in doing so take politically challenging or divisive problems off their hands and contribute to removing them from public and democratic discussion (Hadjiisky, 2023, p. 62).

A autoridade epistêmica dos especialistas fundamenta-se na aparente neutralidade dos números, frequentemente percebidos como desprovidos de implicações políticas e inseridos em uma esfera de conhecimento especializado, regida por critérios de verificação científica. Ao padronizar os países em função de desempenhos pré-estabelecidos, a quantificação tende a excluir ou invisibilizar dinâmicas políticas mais amplas, como condições internas, disputas, coalizões e questões geopolíticas. Sob essa ótica, a ideia de que “números devem ser combatidos com outros números” contraria o entendimento de que todas as crenças são socialmente produzidas e de que todo conhecimento é transitório, carecendo de valores de verdade ou critérios de racionalidade que transcendam o contexto histórico (Erkkilä; Piironen, 2014).

Para Hadjiisky (2023), paradoxalmente, a OCDE é uma organização internacional que define as políticas domésticas de seus países e que ao mesmo tempo empenha-se no afastamento de quaisquer politizações delas. Com exceção da grande mobilização social contra o Acordo Multilateral de Investimento (MAI)¹⁵ na década de 1990, a OCDE raramente foi alvo de manifestações públicas que questionassem a sua legitimidade ou forma de atuação.

Isso se deve, em grande medida, pelo contínuo processo de articulação da OCDE com as elites econômicas e políticas dos países, formando poderosas coalizões que dão legitimidade de atuação no âmbito interno (Papaconstanoiu, 2023). Mediante esses grupos internos, as

¹⁵ O MAI, uma iniciativa da OCDE nos anos 1990, buscava criar um marco jurídico global para liberalizar investimentos, garantindo direitos como tratamento justo e proteção contra expropriações. Negociado de forma pouco transparente entre países da OCDE, foi amplamente criticado por priorizar somente os interesses de países ricos e grandes corporações, ignorar as responsabilidades sociais e ambientais, conflitar com políticas ambientais e excluir partes interessadas. Essas falhas culminaram em seu colapso, marcada após a retirada da França das negociações (Bailey; Parisotto; Renshaw, 1993).

melhores práticas da OCDE são implementadas sem grandes oposições (Hadjiisky, 2023). Em comparação com o FMI e o BM, cujas práticas de empréstimos com condicionalidades produziram oposição política em certos países, no caso da OCDE:

[...] enjoys a high level of legitimacy through consensual participation, committee-level decision-making processes, professional peer-to-peer engagement, and recognized technical authority through its various analytical and diagnostic tools for the design, implementation and management of regulatory systems (Jarvis, 2017, p. 04).

As políticas disseminadas pela OCDE transfiguram-se em instrumentos legais “livres” de teor ideológico, político e diplomático (Hadjiisky, 2023). No entanto, não há neutralidade na governança de qualquer área temática, visto que interesses e agendas são constantemente disputados nas arenas locais, nacionais e internacionais (Sinha, 2021).

Na verdade, a OCDE deve ser analisada como um espaço político, que envolve uma ampla gama de atores - diplomatas, embaixadores, parlamentares, entidades privadas, terceiro setor - voltados para a transformação dos Estados-membros. Segundo documento oficial, essa Organização destaca sua “*capability to analyse complex policy issues and recommend coherent policies*” (OCDE, 2021, p. 5), mas produzir conhecimento especializado não a torna politicamente neutra. Quando aplicados internamente, seus instrumentos legais tornam-se objeto de negociação entre partes interessadas, e a aparente despolitização técnica favorece o posicionamento da OCDE nos jogos de poder e na relação com os países (Hadjiisky, 2023).

A governança da OCDE pode, por fim, ser sintetizada por sua difusão de agendas de mercado e articulação com entidades domésticas, com vistas à transformação interna dos Estados. Esses processos envolvem “confrontação”, “exame” e “revisão por pares”, orientados pelos indicadores quantitativos que balizam o desempenho dos países. Ainda que as recomendações da organização não obriguem diretamente os governos a alterarem suas políticas, muitas vezes conferem respaldo a grupos internos favoráveis a determinadas posturas econômicas. Nessas circunstâncias, os governos utilizam o “selo” da OCDE para legitimar políticas domésticas, inserindo-se no que Leimgruber e Schmelzer (2023) classificam como um “jogo de dois níveis”, no qual o apoio internacional reforça posições internas e, ao mesmo tempo, fortalece a influência da própria OCDE na definição das políticas públicas em escala global.

2.6 O papel do Secretário-Geral da OCDE

A expansão da OCDE pode ser compreendida em três fases distintas correspondentes a momentos distintos da organização: a primeira na década de 1960, a segunda na década de 1990 e a terceira a partir de 2010. Durante a primeira fase, aderiram ao grupo o Japão (1964), Finlândia (1969), Austrália (1971) e Nova Zelândia (1973). Com essa composição inicial, o grupo passou a ser denominado “clube dos ricos”, já que incluía as maiores economias da época (Cozendey, 2019). Nesse ciclo inicial, os processos de adesão foram rápidos, impulsionados pela internalização acelerada das reformas estruturais, resultado da grande compatibilidade entre os regimes regulatórios domésticos e os instrumentos legais da OCDE. As dificuldades decorrentes de políticas econômicas foram rapidamente superadas a curto prazo, devido à aceitação de reservas por parte da organização (Godinho, 2018).

Essa primeira composição, em formato de clube, assegurou a homogeneidade dos seus membros, decisiva para a instauração do consenso e da eficácia normativa. Ao contrário do BM, ONU ou FMI, a OCDE não tinha como plano se tornar global em termos de membresia, mas assegurar que os seus padrões e políticas fossem aplicados em escala global. O denominador comum entre os membros fundadores era o compartilhamento de valores, experiências e visões de mundo (Mello, 2020; Flores, 1994).

Mesmo depois de 20 anos do primeiro ciclo, a OCDE seguia sendo composta majoritariamente por economias industrializadas avançadas. Contudo, ao longo dos anos 1990s e 2000s, esse quadro se altera, devido tanto às implicações do fenômeno da transferência de riquezas¹⁶ no sistema internacional quanto aos objetivos geopolíticos da organização (Godinho, 2018; OCDE, 2012b). Alguns Estados-membros da OCDE demonstravam relativa fraqueza econômica, e, por outro lado, economias fora da organização apresentavam altas taxas de crescimento. Originada como uma organização internacional que sustentava a hegemonia dos países Ocidentais, teria que lidar com um mundo multipolar e com o crescente peso geopolítico da periferia do sistema internacional (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

É nesse cenário de incertezas globais que se tem o segundo momento de alargamento da OCDE, ampliando o seu alcance geográfico (OCDE, 2012b). Ao final da Guerra Fria, alguns países do leste europeu estavam em transição para a economia capitalista e a candidatura na

¹⁶ Em 1990, os países do BRIC representavam 8% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, aumentando para 12% da economia global em 2006. O comércio internacional destacou-se como uma das áreas em que a relevância dos BRIC cresceu significativamente. Nesse mesmo período, a participação desses países no comércio mundial subiu de 3,9% para 10,6%, excluindo a Rússia, para a qual não há dados disponíveis em 1990. Entre 1996 e 2008, enquanto o comércio global praticamente dobrou, Brasil, Rússia, Índia e China ampliaram suas exportações a taxas ainda mais elevadas, reforçando sua posição no mercado internacional (IPEA, 2010).

organização¹⁷ auxiliava no processo de reformas e seus respectivos reconhecimentos liberalizantes. Foram eles: República Tcheca (1995), Hungria (1996), Polônia (1996) e Eslováquia (2000). Junto aos países do leste europeu, ingressaram também duas “econômicas emergentes”, o México (1994) e a Coreia do Sul (1996), conferindo maior heterogeneidade à organização.

A entrada do México em (1994), ocorreu no contexto da sua relação especial com os EUA e as reformas do Nafta, compatíveis com os padrões OCDE e a Coreia do Sul (1996), como um importante Tigre Asiático que almejava se integrar mais ao mercado internacional (Cozendey, 2019). Segundo Godinho (2018, p. 44), “comparados com o primeiro ciclo, os casos de México e Coreia ensejaram níveis de transferência de políticas mais significativos, em paralelo com outros processos domésticos e externos”. Reformas de liberalização de importações e desregulamentação dos fluxos de capitais marcaram os esforços na abertura comercial desses Estados. Ademais, foi imposto aos dois países a retirada formal do G77, revelando o caráter exclusivo da Organização, naquele momento (Mello, 2020).

Nesses dois primeiros ciclos de alargamento da OCDE, não havia procedimentos claros de adesão. É visto uma mudança nesse quadro quando o Conselho traçou uma estratégia de ampliação a partir do estabelecimento de procedimentos formais para a adesão (Mello, 2020; Godinho, 2018). Diferente dos dois primeiros, o terceiro ciclo representa uma estratégia mais robusta e de longo prazo para a expansão controlada de sua base de membros. A partir do “Relatório Noboru” e do “Procedimento Geral para Adesões Futuras”, em 2010, entraram na OCDE: Chile, Eslovênia, Estônia e Israel. As principais motivações da OCDE dividiam-se em: (I) aumento de influência na governança internacional e (II) preocupação de membros não-europeus da OCDE com o peso excessivamente europeu que a organização vinha adquirindo. Essa segunda preocupação culminou na criação de um padrão em que a entrada de um membro europeu deveria acompanhar a de outro de fora do continente (Cozendey, 2019).

Alguns anos depois, houve a expansão desse ciclo, com as adesões de: Letônia, em 2016; Lituânia, em 2018; Colômbia, em 2020 e Costa Rica, em 2021. Além disso, em 2022, foram abertos os processos de adesão do Brasil¹⁸, Peru¹⁹, Argentina, Romênia, Bulgária e

¹⁷ Para subsidiar esses processos, foi criado o Programa Parceiros em Transição (PIT, na sigla em inglês). Dentre os objetivos estavam: “(i) contribuir para transição exitosa dos referidos países à situação de economias de mercado, com estabilização macroeconômica e implementação de reformas estruturais e (ii) prepará-los para a adesão à Convenção da OCDE.” (Godinho, 2018, p. 83).

¹⁸ Parceiro-chave da Organização desde 2012 (OCDE, 2012c).

¹⁹ Possui um programa exclusivo de cooperação com a Organização (OCDE, 2022).

Croácia. Observa-se uma lógica sequencial e regional na expansão de novos membros, visto que os futuros membros são do Leste Europeu, América Latina e da Ásia (Mello, 2020).

O processo de alargamento da OCDE foi predominantemente conduzido durante a gestão do ex-Secretário-Geral Ángel Gurría (2006-2021). Em 2005, diante da aposentadoria do então secretário-geral Johnston, seis candidatos foram apresentados para o cargo. Além de Gurría, os demais candidatos provinham da Austrália, Coreia, França, Japão e Polônia. No entanto, o apoio dos EUA foi decisivo para a eleição de Gurría, cuja nomeação marcou uma nova direção para a OCDE (Godinho, 2018).

Ex-ministro das Relações Exteriores e das Finanças do México, Gurría assumiu o cargo de Secretário-Geral da OCDE em 2006, trazendo uma perspectiva ampliada sobre o papel da organização no cenário global. Sob sua liderança, a OCDE passou por uma terceira onda de admissões, incorporando países como Chile, Estônia, Israel e Eslovênia, além de se engajar no fortalecimento dos laços com economias emergentes - Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul - com vistas a torná-las membros plenos. Essa estratégia ficou conhecida como “Envolvimento Aprimorado” (*Enhanced Engagement*) (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

Paralelamente à expansão da membresia, Gurría impulsionou uma série de reformas institucionais orientadas a elevar a influência da OCDE no debate global sobre políticas econômicas. Deu-se ênfase ao aumento do número de países observadores, bem como à implementação de uma agenda focada em inovação, desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e desenvolvimento de competências. Além disso, buscou-se aprofundar a cooperação com parceiros estratégicos, ampliando a atuação da organização em regiões como Ásia e América Latina. A criação de programas regionais específicos para essas áreas exemplifica o esforço de aproximar-se de novos atores, expandindo a legitimidade da OCDE no contexto de um mundo multipolar (Leimgruber; Schmelzer, 2023; Godinho, 2018; Perales-Fernandéz; Dussauge-Laguna, 2023; Signoret, 2005).

Na visão de Gurría, a OCDE deveria manter seu caráter seletivo, sem abdicar do alcance global de suas normas e orientações. O termo “global” permeou o seu discurso e as publicações da organização ao longo de seu mandato, refletindo o desejo de torná-la um centro de discussão sobre a gestão da globalização, em que membros e não-membros pudessem dialogar sobre ferramentas e práticas adequadas para enfrentar os desafios globais. Essa abordagem foi acompanhada por um incremento no quadro voltado para as relações externas da OCDE e por um maior envolvimento do Comitê de Relações Externas e de comitês substantivos da organização (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

O processo de expansão, contudo, não ocorreu sem controvérsias. Buscar novos membros capazes de contribuir para o debate global, ao mesmo tempo mantendo a relevância e o prestígio da OCDE, exigiu cautela. Gurría enfrentou resistência interna, sobretudo em relação à velocidade e ao alcance da ampliação, mas continuou a advogar por uma abertura controlada que assegurasse a manutenção do caráter “*like-minded*” e o alinhamento a valores fundamentais da organização. Em alguns casos, a flexibilidade dos critérios permitiu a inclusão de países como a Costa Rica, que, embora não fosse um “ator significativo” na economia global, atendia a outros objetivos de diversidade e representatividade (Davies, 2023).

A familiaridade de Gurría com a OCDE remonta à década de 1990, quando participou da negociação da entrada do México na organização. Como Ministro das Relações Exteriores (1994-1998) e depois das Finanças (1998-2000), desenvolveu uma compreensão profunda do funcionamento da OCDE e fortaleceu laços que mais tarde o ajudariam a, já como Secretário-Geral, propor a inclusão de países latino-americanos nos debates ministeriais. Esse empenho esteve alinhado à sua intenção de posicionar o México como interlocutor da região na OCDE, ampliando a relevância da organização num contexto latino-americano mais dinâmico (Carroll; Kellow, 2021; Freitas, 2017; Perales-Fernandéz; Dussauge-Laguna, 2023).

A partir de sua gestão, a OCDE intensificou o intercâmbio técnico, a realização de workshops, conferências e novas iniciativas institucionais, visando garantir maior abertura a novos membros e aprofundar o diálogo com grandes economias emergentes. Essas transformações institucionais e substantivas, no contexto da trajetória histórica da organização, tornam clara a influência do mandato de Gurría como um dos fatores centrais das recentes mudanças na identidade e na atuação da OCDE (Godinho, 2018).

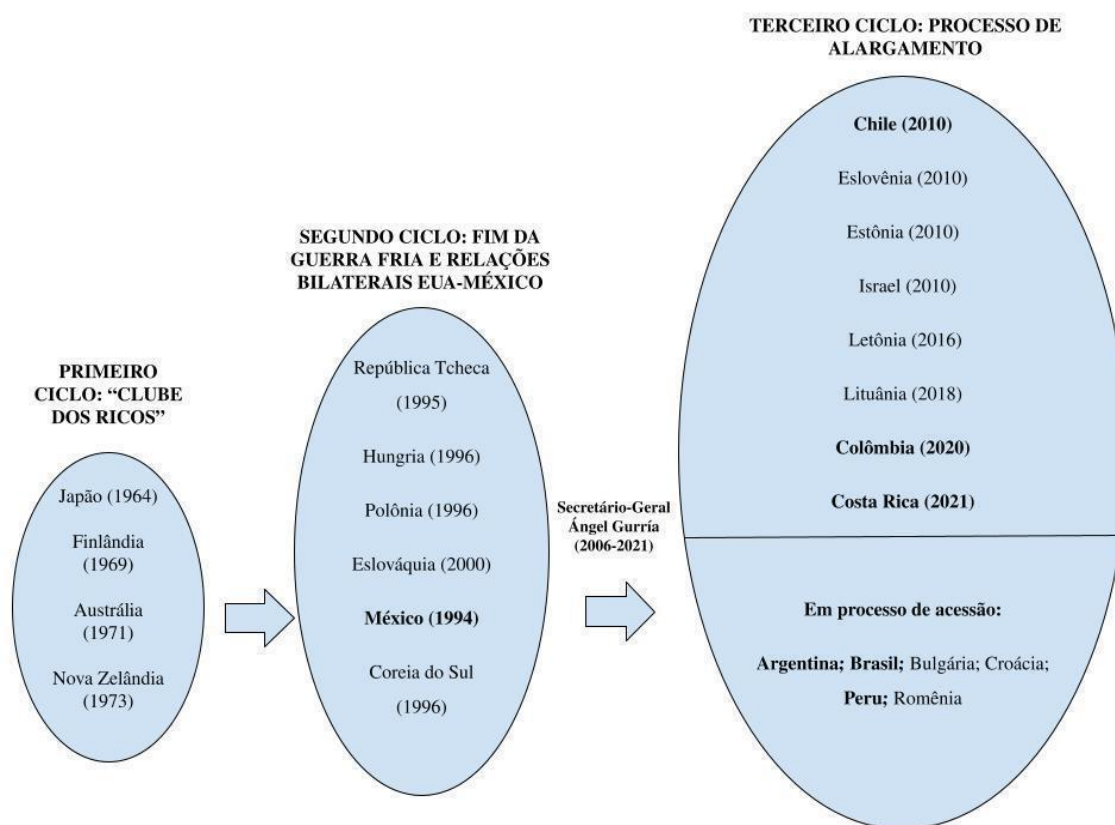
Além da questão da membresia, Gurría buscou ampliar o prestígio da OCDE no debate econômico global, sugerindo que a organização poderia funcionar como um “secretariado” do processo de globalização, assumindo um papel mais ativo em fóruns como o G7/G8 e o G20. Para ele, as políticas propostas ou as boas práticas recomendadas pela OCDE deveriam suscitar atenção não apenas dos formuladores de políticas, mas também da opinião pública internacional, reforçando a legitimidade e a autoridade da organização como referência no cenário político-econômico global (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

É importante ressaltar que Gurría também promoveu a incorporação de temas sociais e inclusivos às pautas da OCDE. A coesão social, a redução do desemprego, a oferta de redes de proteção adequadas, a igualdade de gênero, o enfrentamento da desigualdade e o bem-estar social passaram a integrar o escopo da organização, tornando-se dimensões fundamentais de suas recomendações econômicas. Essa mudança de orientação, mais sintonizada com

tendências internacionais, consolidou-se ao longo de seu mandato e provavelmente continuará sob a gestão de seus sucessores (Leimgruber; Schmelzer, 2023).

A atuação de José Ángel Gurría à frente da OCDE foi marcada por uma estratégia de expansão da membresia, fortalecimento dos laços com economias emergentes, promoção de reformas institucionais, elevação do perfil global da Organização e incorporação de agendas sociais e inclusivas. Esses elementos prepararam terreno para o que mais tarde viria: a expansão da OCDE na América Latina e a criação de um programa regional para a região. Isso consolidou a sua influência na redefinição do papel da OCDE no contexto da governança econômica global.

Figura 1 - Processo de alargamento



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em OCDE (2023b)

Após 15 anos de gestão de Ángel Gurría, a OCDE passou, em 2021, por uma mudança de liderança com a chegada de Mathias Cormann, ex-ministro das Finanças australiano. Ele iniciou um mandato de cinco anos em 1º de junho, sucedendo Gurría em meio a uma acirrada competição geopolítica entre os Estados Unidos e a China. Se durante a gestão de Gurría as relações da OCDE com a China eram mais descomplicadas - tendo alcançado, em 2008, o feito

de incluir o país como *key-partner*, a eleição de Cormann apontou para uma abordagem mais assertiva diante das dinâmicas contemporâneas do cenário internacional.

Cormann era visto como um “*outsider*” em termos de projeção internacional, pois atuara apenas esporadicamente em reuniões do FMI e do G20, representando a Austrália na ausência de outras autoridades. Ainda assim, contou com o forte endosso do governo australiano, que investiu em sua candidatura para reforçar a imagem política do Partido Liberal. O então primeiro-ministro Scott Morrison chegou a declarar que a escolha de Cormann foi “a nomeação australiana mais importante para um grande órgão internacional em décadas” (Uren, 2021).

O processo de seleção do novo secretário-geral da OCDE teve início em setembro de 2020, quando dez candidatos foram apresentados pelos países-membros. Após entrevistas preliminares em dezembro e cinco rodadas de consultas confidenciais entre janeiro e março de 2021, Cormann e Cecilia Malmström (ex-comissária de Comércio da Suécia) alcançaram a etapa final. Embora Malmström tivesse apoio dos europeus, Cormann contou com um apoio contundente do governo australiano, que o via como a figura ideal para promover uma liderança mais firme da OCDE na região Ásia-Pacífico. Essa orientação estratégica também obteve o respaldo do governo Joe Biden (2021-2025), que pretendia revitalizar o multilateralismo como um instrumento para conter a influência crescente da China. A Casa Branca enxergou em Cormann, o candidato mais apto a conduzir essa estratégia (Runde; Li, 2021).

Logo em seus primeiros posicionamentos, Cormann deixou claro que pretendia direcionar a agenda da OCDE para evidenciar as diferenças entre a China e as normas econômicas globais, a exemplo de subsídios estatais, proteção da propriedade intelectual, padrões trabalhistas, transparência política e políticas de concorrência. Ele também sublinhou a preocupação com a coerção econômica, chegando a inserir o tema na pauta do G20 (Uren, 2021). Além disso, como parte de sua estratégia para contrabalançar a influência chinesa, o novo secretário-geral buscou expandir a presença da OCDE na Ásia, com interesse na Índia, na Malásia e, de forma mais imediata, na Indonésia e na Tailândia.

Em fevereiro e junho de 2024, respectivamente, a organização deu início às discussões de adesão com a Indonésia e a Tailândia, representando a primeira vez que países do Sudeste Asiático se candidatam à OCDE (OCDE, 2024). Em março, o Conselho da OCDE aprovou o Roteiro para a adesão da Indonésia e, em julho, o documento correspondente para a Tailândia. Ao anunciar essas medidas, Cormann destacou que, ao incluir as duas maiores economias do Sudeste Asiático, a OCDE fortaleceria seus vínculos com uma das regiões de crescimento mais acelerado do mundo, reforçando a sua estratégia de equilibrar a atuação internacional diante das disputas geopolíticas em curso.

Em meio às competições geopolíticas que envolvem a OCDE, a substituição de Ángel Gurría por Mathias Cormann não trouxe mudanças substanciais para a América Latina. Ao contrário, Cormann manteve o projeto iniciado por Gurría, evidenciado em 2022 pelo convite a Peru, Brasil e Argentina para iniciarem os seus processos de adesão, ao mesmo tempo em que convidou o Paraguai para inaugurar um Programa-País personalizado. Esse movimento atesta a continuidade dos esforços da organização, já presentes na gestão de Gurría, para consolidar sua atuação na região (Ardavín, 2024).

2.7 Geopolítica e a OCDE

A crescente presença econômica da China, não apenas na Ásia, mas também na América Latina, tem suscitado preocupações tanto por parte dos EUA quanto da própria OCDE ao longo da última década. Não é possível dissociar a atuação da OCDE na América Latina dos interesses estratégicos dos EUA e de seus padrões de relacionamento com a região. A trajetória das relações entre Washington e a região é marcada por períodos de oscilação, o que ajuda a explicar por que o Programa Regional para a América Latina e o Caribe (LACRP) da OCDE foi o último a ser lançado dentre todos os outros, apenas em 2016, inserido em um contexto de competição geopolítica frente à crescente presença chinesa.

A aproximação um pouco mais sistemática da OCDE com a América Latina data dos anos 2000, período em que a configuração geopolítica mundial já não era a mesma observada logo após o fim da Guerra Fria. Se naquele momento o mundo parecia caminhar para uma era de paz, cooperação e relações amistosas - conforme a tese do “fim da história” de Fukuyama, a virada do milênio trouxe consigo uma nova ordem mundial, marcada pela maior complexidade das relações internacionais e pela contestação da hegemonia norte-americana no Hemisfério (Pecequillo, 2011).

Nos anos 1990, a América Latina havia sido alvo de importantes iniciativas econômicas dos EUA, como o Plano Brady, o NAFTA e a proposta da ALCA. Entretanto, a partir dos anos 2000, emergiu um cenário de fortes divergências entre os países da região e Washington (Briceño-Ruiz, 2018). Essa mudança não se deveu apenas à retração do interesse do governo George W. Bush (2001–2009) após o 11 de Setembro, quando a política externa dos EUA se voltou ao Oriente Médio (Riggirozzi; Tussie, 2012), mas também ao surgimento de novas dinâmicas políticas internas e externas. A América Latina passou a buscar maior autonomia, apoiada pela ascensão de governos de esquerda, pela aproximação com atores extrarregionais - notadamente China e Rússia - e pelo declínio da capacidade dos EUA de moldar a América Latina enquanto região (Long, 2016; Milani, 2021).

O desapontamento com o modelo econômico neoliberal ao longo dos anos 1990 e o consequente “giro à esquerda” na região marcaram profundamente a política latino-americana. Lideranças como Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Hugo Chávez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia resgataram noções da clivagem norte-sul da década de 1960 e em diferentes graus apresentaram insatisfação com a hegemonia dos norte-americanos e o receituário neoliberal. Embora cada governo tenha seguido um caminho próprio, todos convergiram na necessidade de reforçar a autonomia regional, questionando o papel tradicionalmente exercido por Washington (Correa Serrano; Catalán Salgado, 2016; Briceño-Ruiz, 2018; Milani, 2021).

Essa conjuntura possibilitou a criação de novas instituições e arranjos de cooperação além da órbita norte-americana e da OCDE. A UNASUL (2008) e a CELAC (2011) emergiram como projetos de integração pensados por e para os latino-americanos, sem a influência dos EUA. A UNASUL, em particular, incluiu um Conselho de Defesa sul-americano, algo inédito sem a presença norte-americana (Correa Serrano; Catalán Salgado, 2016; Briceño-Ruiz, 2018; Milani, 2021).

O fracasso do projeto da ALCA, evidenciado na Cúpula das Américas em *Mar del Plata* (2005), é um marco daquele cenário. Diante da dificuldade de avançar com uma integração hemisférica, os EUA passaram a privilegiar acordos bilaterais de livre comércio com países exportadores de *commodities* da costa do pacífico, aliados estratégicos. Entretanto, ao mesmo tempo em que os norte-americanos buscavam manter a sua primazia, a China ganhava terreno, competindo pelo espaço econômico e político na região (Simões, 2018).

Nesse momento de pós-hegemonia (Riggirozzi; Tussie, 2012), a OCDE só veio a estabelecer o seu programa voltado para a América Latina e o Caribe em 2016, mais de duas décadas após o ingresso do México (1994) e seis anos após a entrada do Chile (2010). Esse hiato refletiu as dinâmicas políticas regionais, o declínio da influência dos EUA e o baixo interesse de alguns países latino-americanos em suas institucionalidades, naquele contexto.

Após emergir da Guerra Fria como potência unipolar incontestada, os EUA passaram, nas últimas décadas, a enfrentar crescentes desafios à sua posição hegemônica. Seu próprio poder foi enfraquecido por paralisia política interna, fragilidades econômicas, sobrecarga e decisões externas custosas e malsucedidas. Em certos casos, essas más escolhas acabaram por fomentar coalizões incipientes de contrabalanço, e a inação de Washington permitiu que a China ampliasse a sua influência em detrimento dos interesses norte-americanos. Na visão de analistas como Phillips e Milanovic (2024), sobretudo na última década, a China é a principal potência em ascensão. Em 2010, o próprio *establishment* de inteligência dos EUA assumiu a erosão da unipolaridade norte-americana. No relatório “Tendências Globais”, de 2015,

reconheceu um mundo “multipolar global”, marcado pela transferência de riqueza e poder econômico (Long, 2016).

De maneira semelhante, o Conselho de Relações Exteriores (CFR) dos EUA publicou o relatório “Relações Estados Unidos-América Latina: Uma Nova Direção para uma Nova Realidade”, afirmando explicitamente que a política norte-americana não poderia mais se basear na premissa de que os EUA seriam o ator estrangeiro mais importante na região. Embora o documento defendesse o reforço do projeto hegemônico sobre a América Latina - considerada “influência natural” dos EUA, também admitia a irrelevância relativa da região na agenda externa norte-americana (Preciado Coronado; UC, 2015). Essa dinâmica culminou num rearranjo geopolítico em curso:

Enquanto a China avançou as suas peças estratégicas no tabuleiro latino-americano e aprofundou a sua relação política e econômica com os países da região nos últimos vinte anos, os Estados Unidos atribuíram uma importância periférica ao hemisfério e priorizaram insolúveis intervenções militares no Oriente Médio, a guerra ao terrorismo internacional e o antagonismo com a China e a Rússia. O resultado dessa inércia, no contexto regional, permitiu à China, em menos de duas décadas, ampliar sua importância relativa face aos EUA e se tornar o maior parceiro comercial das duas maiores economias da América do Sul, Brasil e Argentina (Preciado Coronado; UC, 2015, p. 72).

A China tem aproveitado o vazio deixado pelos EUA para expandir a sua presença na América Latina, o que se reflete em investimentos maciços em setores estratégicos, projetos de infraestrutura e no expressivo aumento do comércio. Pequim passou de um parceiro marginal a um ator central, concentrando a sua atuação em áreas-chave como energia, telecomunicações, logística e mineração (CUI, 2023).

No início do século XXI, os EUA eram a principal fonte de importações para a maioria dos países da América Latina, enquanto a China, naquele momento, sequer figurava como grande fornecedora. Contudo, ao longo de duas décadas, a dinâmica comercial mudou drasticamente: a China emergiu como a principal fornecedora de bens para a região, liderando as importações em economias como o Chile, Peru, Brasil e a Argentina (Pasquali, 2022). Em 2000, as exportações latino-americanas para a China representavam menos de 2% do total; já em 2023, esse valor atingiu aproximadamente US\$ 480 bilhões, estabelecendo a China como a principal parceira comercial da América do Sul, superando os EUA (EL PAÍS, 2024). Além do crescimento no comércio, a China investiu substancialmente em projetos de infraestrutura de grande porte na região, financiando portos, redes elétricas e usinas nucleares. Adicionalmente, empresas chinesas de tecnologia, como a Huawei, tornaram-se fornecedoras líderes de equipamentos 4G e 5G na América Latina (Kalout; Costa, 2022; CUI, 2023).

Figura 2 - Comércio exterior entre China e América Latina



Fonte: (Pasquali, 2022).

A expansão da presença chinesa na América Latina tem gerado crescentes preocupações em Washington, que vê a sua tradicional esfera de influência sendo contestada. Desde 2005, o Congresso norte-americano promove audiências regulares para avaliar a penetração de atores externos no Hemisfério, com autoridades alertando sobre o risco da cooperação econômico-comercial sino-latino-americana fortalecer regimes políticos contrários aos interesses dos EUA (Hakim, 2006). Em paralelo, relatórios do Comando Sul (*Southcom*) destacam que a expansão chinesa representa um desafio para a posição norte-americana em defesa e segurança. Os comandantes do *Southcom* chamam atenção para o envolvimento militar crescente da China com países da região mais distantes da órbita de Washington, como Venezuela, Bolívia e

Equador, evidenciando às complexidades que os EUA enfrentam em manter a sua influência regional (Milani, 2021).

Diante das crescentes inquietações manifestadas pelo governo norte-americano quanto à expansão da presença chinesa no hemisfério - conforme destacado acima, em abril de 2006 ocorreu um encontro em Pequim entre autoridades dos EUA e da China. Nessa ocasião, o então Subsecretário de Estado dos EUA para o Hemisfério Ocidental, Thomas Shannon, pressionou o governo chinês para a criação de um mecanismo regular de consultas sobre a atuação do país na América Latina (Cornejo; Navarro García, 2010). Em contrapartida, o vice-Ministro de Relações Exteriores da China, Dan Bingguo, assegurou que Pequim vem adotando a defesa do princípio de não-intervenção nos assuntos internos de outros países e enfatizou o caráter estritamente econômico, e não ideológico, de seu relacionamento com os países latino-americanos (Vadell, 2011).

A expansão chinesa na América Latina tem afetado diretamente a OCDE, organização composta majoritariamente pelas economias avançadas e da qual a China não faz parte. Em documentos oficiais, a OCDE manifesta preocupação com o avanço de Pequim na região e os impactos decorrentes para a economia norte-americana, embora a posição oficial da entidade seja de cooperação com a potência asiática. Mantendo seu *status* de país em desenvolvimento, a China optou por não aderir a “clubes de países ricos” como a OCDE, preservando a sua autonomia e evitando regras internacionais das quais não ajudou a formular (Ferdinand, 2016; ODI, 2024). Ainda que faça parte do programa de Engajamento Ampliado da OCDE desde 2007 e ingressado em seu Centro de Desenvolvimento em 2015, Pequim seguiu distante da adesão aos instrumentos legais e normativos da entidade (Godinho, 2018).

Em paralelo, a estratégia chinesa de construir e participar de instituições alternativas - como o BRICS, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) - revela o esforço de Pequim para moldar a governança econômica global originalmente criada pelas potências ocidentais desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um duplo movimento: por um lado, a China mantém engajamento seletivo em organismos tradicionais; por outro, cria novos arranjos institucionais, reforçando a multipolaridade e reduzindo o peso relativo das instituições fundamentadas na hegemonia norte-americana (ODI, 2024).

Frente a essa concorrência, conforme análise do CSIS, os EUA continuam sendo um ator de destaque no complexo sistema de instituições multilaterais. Porém, a importância da OCDE para a estratégia política, econômica e de segurança nacional norte-americana foi, por muito tempo, subestimada, abrindo espaço para que outros atores - sobretudo a China -

buscassem redefinir aspectos do multilateralismo em seus termos. Em resposta, as administrações de Barack Obama (2009-2017) e Joe Biden (2021-2025) ensaiaram uma “retomada” de sua postura multilateral, o que se refletiu no apoio dos EUA as iniciativas de Gurría para a América latina e mais recentemente à indicação de Mathias Cormann como secretário-geral da OCDE, em 2021.

Em síntese, a União Europeia e os EUA vêm progressivamente perdendo o *status* de hegemonias incontestáveis e observam o surgimento de novos polos de poder. Em reação, Washington tem procurado revitalizar suas relações com parceiros latino-americanos, priorizando países que já possuem acordos de livre comércio e renovando a sua influência por meio de uma agenda de “boa governança” liderada pela OCDE e em conjunto com instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Aliança do Pacífico (AP) (Biegon, 2017). Ainda que esse processo não ocorra de forma linear e apresente sobreposições, como será discutido no próximo capítulo, as suas iniciativas evidenciam a convergência das institucionalidades dos países desenvolvidos num cenário internacional desafiador (Biegon, 2017).

3 AS INSTITUCIONALIDADES DAS RELAÇÕES DA OCDE COM A AMÉRICA LATINA

Este capítulo explora como a OCDE se relaciona com a América Latina por meio do seu programa regional (LACRP) e de parcerias com outras instituições regionais, refletindo um processo em expansão de governança impulsionado pela própria organização. Nesse sentido, destaca-se o fenômeno do *overlapping*, ou seja, a sobreposição de agendas e mandatos dentre diferentes organismos - a exemplo do BID, da UE e da AP - que funcionam como canais para difundir as “melhores práticas” e intensificar as reformas voltadas aos padrões dos países desenvolvidos da OCDE.

Assim, a OCDE emerge como um “*hub*” buscando convergência normativa interinstitucional e a ampliação do alcance de suas políticas na região. Ao pautar boa parte da agenda e manter ramificações regionais, a organização assegura que os governos latino-americanos internalizem as suas recomendações. Embora as agendas dessas instituições se sobreponham, elas também convergem em torno dos objetivos liderados pela OCDE, fortalecendo o poder de agenda dos países desenvolvidos na América Latina.

3.1 A OCDE e o conceito de *Overlapping*

A análise acadêmica do fenômeno de *overlapping* teve origem nos estudos sobre regimes complexos, na década de 1970. Posteriormente, o foco de investigação voltou-se para a sobreposição entre organizações internacionais, buscando compreender como elas interagem em termos institucionais ao ocupar o mesmo domínio político. Nesse contexto, o *overlapping* foi definido como a extensão em que diferentes organizações executam tarefas similares, em razão da crescente coexistência de iniciativas e acordos internacionais (Reinsberg; Westerwinter, 2023; Reinsberg, 2024; Weiffen, 2017; Ribeiro, 2020; Nolte, 2018). Para Eilstrup-Sangiovanni (2022), o conceito refere-se a um conjunto de instituições sobrepostas e não hierárquicas, dedicadas a governar uma área específica. Neste capítulo, o conceito de *overlapping* será explorado de maneira não exaustiva, visando oferecer um panorama conceitual que possa ser aplicado ao contexto da OCDE e de suas institucionalidades associadas na América Latina.

Segundo Eilstrup-Sangiovanni (2022), diversos estudiosos apontam possíveis consequências negativas do *overlapping*, como conflitos de competências, duplicação de funções e estagnação, que podem comprometer a governança em determinadas áreas. Nesse contexto, a sobreposição também pode desencadear conflitos de regras, dificultando a

cooperação entre as organizações e colocando em risco as suas próprias sobrevivências (Reinsberg, 2024).

Em contrapartida, Nolte (2018) argumenta que o *overleping* entre organizações pode minimizar o risco de estagnação da cooperação e da integração interinstitucional. De acordo com essa visão, a sobreposição introduz flexibilidade institucional, pois permite que organizações internacionais expandam deliberadamente as suas atividades para domínios até então inexplorados por falta de capacitação ou recursos (Eilstrup-Sangiovanni, 2022). Nessa dinâmica, governos que participam de múltiplas organizações tendem a valorizar as oportunidades estratégicas trazidas por essa pluralidade de instituições e agendas coordenadas, em vez de se concentrarem unicamente em eventuais problemas decorrentes da sobreposição (Nolte, 2018). Em geral, parte da literatura sugere que o *overlapping* seria menos danoso do que se imagina, configurando-se, muitas vezes, mais como um “problema teórico do que um desafio prático” (Weiffen, 2017; Ribeiro, 2020; Nolte, 2018).

Em consonância com essa posição, Reinsberg (2024) destaca que o *overlapping* possibilita às secretarias de organizações internacionais o acesso a redes de apoio de outras OIs, o que fortalece a resiliência de instituições com sobreposições mais densas. Além disso, quando duas ou mais organizações se sobrepõem em termos de filiação e áreas de interesse, cria-se um espaço para a formulação de políticas interinstitucionais. Tanto o acesso a redes interorganizacionais quanto a possibilidade de estratégias interinstitucionais ampliam a capacidade das OIs de enfrentar desafios e se adaptar às mudanças (Reinsberg, 2024).

A literatura *mainstream* de RI aponta dois tipos de *overlapping* entre organizações internacionais: uma baseada em mandato e outra fundamentada na composição de membros. O mandato diz respeito ao escopo funcional e às áreas de políticas cobertas pelas organizações, enquanto a composição de membros envolve a sua abrangência geográfica. Ademais, a sobreposição de membros pode variar desde uma sobreposição parcial, em que os mesmos membros participam simultaneamente de OIs, até uma integração completa na qual uma organização menor se mantém “aninhada” em outra maior, embora preserve certa autonomia institucional (Weiffen, 2017).

Quando um ator ou grupo de atores que já pertencem a uma instituição com uma competência política específica adere a outra instituição com uma competência semelhante, cria-se uma sobreposição entre as duas. Essa decisão frequentemente resulta da crescente atratividade da nova instituição, que oferece funções de governança semelhantes (Haftel; Lenz, 2022). Por exemplo, todos os países fundadores da AP são membros ou estão em processo de adesão à OCDE, ilustrando como a sobreposição de membros pode ocorrer quando

determinados governos buscam aproximar-se de instituições que compartilham objetivos comuns.

Essa sobreposição de membros entre OIs funcionalmente similares abre a possibilidade para a implementação de políticas interinstitucionais de *forum-shopping*²⁰, em que os Estados podem aproveitar a sua participação em diferentes organizações para sustentar as suas preferências políticas (Reinsberg, 2024). Governos com perfis semelhantes em projetos de política externa e inserção internacional tendem a escolher instituições cujos objetivos coincidem com os seus, reforçando, assim, convergências nas articulações internas e internacionais (Reinsberg, 2024; Ribeiro, 2020). Ainda assim, quando não há uma intersecção efetiva de mandatos entre as instituições sobrepostas, a mera convergência de membros exerce um impacto mais limitado em termos de projeção político-normativa no sistema internacional.

A sobreposição de mandatos²¹ constitui a expressão mais enfática do fenômeno de *overlapping*, sobretudo quando as OIs expandem os seus escopos para áreas de políticas semelhantes, estimulando a convergência normativa e ampliando a influência coletiva nas arenas internacionais. Embora grande parte da literatura estabeleça uma distinção dicotômica entre a sobreposição de membros e a de mandatos, se analisadas conjuntamente, oferecem uma compreensão mais consistente frente às dinâmicas interinstitucionais (Nolte, 2018; Ribeiro, 2020).

Para que haja convergência nas relações de *overlapping*, as OIs, seus membros e demais atores envolvidos precisam empreender esforços conjuntos de modo a ampliar o alcance interinstitucional. É necessário, também, uma acomodação mútua entre as instituições e agentes com iniciativas transversais, a partir dos recursos organizacionais disponíveis (Reinsberg, 2024). O alto grau de sinergia ocorre quando as regras e atividades fornecem instrumentos de política complementares (em vez de conflitantes) permitindo a atuação de forma paralela para atingir objetivos comuns (Eilstrup-Sangiovanni, 2022).

Além disso, a literatura indica que a convergência pode desencadear dinâmicas de imitação entre as institucionalidades sobrepostas. Esse processo acentua a semelhança no desenho institucional entre as diferentes entidades, sobretudo quando alguma delas já possui configurações mais robustas. Assim, a convergência não apenas facilita a cooperação, mas

²⁰ Para Nolte (2018), refere-se a estratégias em que os atores, de forma deliberada, selecionam fóruns internacionais onde avaliam ter maior potencial de avançar as suas preferências políticas, com vistas a obter resultados que beneficiem seus interesses (Nolte, 2018).

²¹ Por exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) possuem competências políticas sobrepostas na liberalização do comércio, assim como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Africana (UA) compartilham responsabilidades em áreas de paz e segurança internacionais (Haftel; Lenz, 2022).

também promove a harmonização das estruturas institucionais (Caneiro, 2024; Haftel; Lenz, 2022; Reinsberg; Westerwinter, 2023).

Trazendo essa discussão para o âmbito da OCDE, é possível traçar alguns paralelos. Em primeiro lugar, nota-se que a organização utiliza um *design* institucional para orientar a arquitetura regional latino-americana rumo a uma cooperação de longo prazo, simbolicamente representada pela imagem de uma “colcha de retalhos” costurada pelos países desenvolvidos. Não se trata de uma estrutura hierárquica centralizada em uma única organização “guarda-chuva”, mas sim de um conjunto de institucionalidades que se articulam de forma sobreposta a fim de alcançar objetivos compartilhados (Eilstrup-Sangiovanni, 2022).

A OCDE funciona como um *hub* em um sistema complexo de redes, assegurando relações convergentes entre instituições separadas, porém sobrepostas. Esse processo ocorre por meio de coordenação e colaboração. Enquanto a coordenação implica compartilhar informações e promover a acomodação mútua - formal ou informal, a colaboração envolve a troca ou o agrupamento de recursos (Eilstrup-Sangiovanni, 2022). Dessa forma, a OCDE se consolida como um elo central capaz de aproximar diferentes organizações em torno de seus planos.

Segundo Mahon e McBride (2008), ao dispor de uma burocracia consolidada com ampla capacidade de pesquisa e qualificado corpo técnico, a OCDE tornou-se uma autoridade epistêmica, que estabelece significados e difunde normas relevantes no âmbito internacional. Essa posição torna a organização atrativa para muitas instituições que buscam coordenação de práticas conjuntas, influenciadas pelo extenso material produzido e divulgado em relatórios, eventos e outras iniciativas. O intercâmbio de especialistas da OCDE com organizações parceiras, bem como a participação prévia de seu secretário-geral em outras OIs, fomenta o estabelecimento de vínculos e o engajamento de organizações regionais em esforços regulatórios na América Latina (Mahon; McBride, 2008).

Embora não seja tão mencionada no *mainstream* acadêmico quanto outras organizações, a OCDE vem contribuindo de maneira decisiva para a construção de conformidade nas arenas internacionais. Ao introduzir um conjunto de normas, regras e institucionalidades, ela não apenas orienta o comportamento dos Estados (e de seus atores domésticos), mas também influencia outras organizações parceiras. Como articuladora de agendas alinhadas aos interesses dos países desenvolvidos - sobretudo os EUA e a UE - a OCDE coopera com as suas institucionalidades em condições de *overlapping*, reforçando a convergência de suas agendas.

A sobreposição de agendas, longe de demonstrar fraqueza, indica que a mesma pauta é reiterada e reforçada pelas diversas instituições envolvidas. Embora a OCDE, em determinados

momentos, pareça menos presente no debate público, é quem tem pautado boa parte da agenda e mantém ramificações regionais importantes. Para atrair a América Latina, a OCDE conta ainda com o apoio de várias institucionalidades, como o BID, a CEPAL e a AP, encorajando a adesão de governos latino-americanos a projetos sobrepostos que, em última instância, servem aos interesses dos países desenvolvidos.

Feita a sistematização do conceito de *overlapping*, os próximos subcapítulos buscam examinar as relações práticas da OCDE com as suas institucionalidades associadas, revelando mecanismos de interação, iniciativas conjuntas, tratados ratificados, entre outros. Essa delimitação permite uma investigação analítica das dinâmicas de interações da OCDE com outras entidades que fomentam a convergência das agendas dos países desenvolvidos na América Latina²².

3.2 O Programa Regional para a América Latina e o Caribe (LACRP)

Desde o final da década de 1990, a OCDE lançou vários programas regionais: o Programa Regional do Sudeste Europeu (SEE) em 2000, o Programa para o Oriente Médio e Norte da África (MENA) em 2005, o Programa de Competitividade da Eurásia (ECP) em 2008 e o Programa Regional do Sudeste Asiático (SEARP) em 2014. Criados em diferentes momentos, cada um desses programas possuía especificidades e modos próprios de organização, com canais de comunicação, níveis de representação e abordagens distintas (USOECD, 2023; Godinho, 2018). Contudo, o Programa Regional para a América Latina e o Caribe (LACRP) foi o último e mais recente a ser implementado, em 2016. A sua criação foi impulsionada pelo contexto econômico particular da região e pelos interesses políticos dos EUA, que enxergavam na aproximação da OCDE com a América Latina uma oportunidade de disseminar reformas econômicas alinhados às suas agendas. Esses aspectos serão explorados com mais detalhes ao longo do texto.

Após uma década de desempenho econômico sólido no início do século XXI e uma relativa resiliência nos primeiros anos da crise financeira de 2008, a América Latina registrou uma desaceleração significativa alguns anos depois, influenciada pela queda nos preços das *commodities* e pela redução do crescimento global. Aproveitando esse contexto, a OCDE percebeu que era um momento propício para estreitar laços e disseminar suas agendas na região. Embora a OCDE tivesse cultivado relações embrionárias com a América Latina desde 2001,

²² A América Latina tem numerosas e complexas instituições internacionais. Para este capítulo, foram selecionadas organizações que estão na órbita do modelo de governança da OCDE para a região. Parceiras essas que compartilham visões de mundo, identidades e processos.

foi apenas em 2016 que esses esforços foram institucionalizados com a criação de um programa regional específico. Esse programa representou uma evolução mais estruturada e abrangente da Iniciativa de Investimento para a América Latina e o Caribe (OCDE-LAC²³), lançada em 2009 (OCDE, 2016b).

Durante a reunião anual do MCM em 2016, Angel Gurría, então secretário-geral da OCDE, e Michelle Bachelet, que presidia o Conselho de Ministros da organização naquele ano, anunciaram a criação do LACRP. Por decisão do Conselho, reconheceu-se que a Iniciativa OCDE-LAC (2009), poderia ser transformada em uma estrutura mais formal, funcionando como um mecanismo estratégico para atrair novos membros latino-americanos à organização (Carroll; Kellow, 2021).

O LACRP foi concebido para fomentar reformas domésticas de alto impacto nos países da região, com foco em áreas prioritárias como produtividade, inclusão social e fortalecimento da governança (OCDE, 2016b). Além disso, o programa visava aproximar os países participantes aos padrões da OCDE, incentivando a internalização de seus instrumentos legais e facilitando o acesso a seus comitês e organismos especializados (OCDE, 2016a).

De acordo com Godinho (2018), as diferenças entre as iniciativas de 2009 e 2016, são:

Em contraponto à Iniciativa ALC, o Programa Regional para a América Latina e Caribe enunciou objetivos mais amplos de estabelecer plataforma para diálogo abrangente entre a OCDE e a região, em complemento à cooperação bilateral mantida com países latino-americanos, destacando-se os casos de Brasil (parceiro-chave) e Peru (beneficiado por programa-país). Além disso, ressalta o objetivo tradicional de aproximar os países da região dos padrões, “boas práticas” e instrumentos da OCDE, bem como de trazer perspectivas e experiências da região para as atividades da Organização (Godinho, 2018, p. 89).

As iniciativas e trabalhos existentes da OCDE-LAC foram incorporados ao LACRP. Para liderar as atividades, foi criado um Grupo Diretor composto por representantes dos países membros e do Centro de Desenvolvimento da OCDE. Para promover a inclusão e fortalecer o envolvimento regional, a liderança do grupo é compartilhada por dois co-presidentes: um de um país parceiro da LAC e outro de um país membro da OCDE. Ambos são escolhidos por consenso a cada três anos, após consultas internas no próprio Grupo Diretor (OCDE, 2016b).

²³ Essa iniciativa representou a busca da OCDE pela intensificação das atividades com a América Latina e o aprimoramento do contato com outras organizações regionais. Foi promovido o diálogo entre especialistas da região e representantes da organização por meio de conferências e encontros temáticos. As discussões concentravam-se em quatro áreas principais: investimentos (*OECD-LAC Investment*), política fiscal (*Fiscal Initiative-LAC*), políticas de inovação e o combate à pobreza (Godinho, 2018).

O Secretariado da OCDE recomenda ao Grupo Diretor o desenvolvimento de mecanismos para consultas regulares e sistemáticas com entidades domésticas, utilizando o BIAC e o TUAC, tanto em nível nacional quanto regional. Nesse sentido, o LACRP surge como uma plataforma criada para atender às demandas internas de economias latino-americanas que desejam estreitar os laços com a OCDE. Muitas entidades domésticas desses países buscam impulsionar suas reformas internas e entendem que o LACRP pode subsidiar esses processos com o seu corpo técnico e garantir selos de qualidade (OCDE, 2016b).

Figura 3 - Principais objetivos institucionais do LACRP



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em (OCDE, 2016b).

O LACRP é fruto de duas décadas de envolvimento do CD da OCDE com a América Latina. Desde 1962, o Centro tem atuado como um espaço de interação, reunindo países em desenvolvimento dentro da estrutura da OCDE²⁴ e promovendo debates sobre temas como comércio exterior, cadeias globais de valor, inclusão social, migração e gênero, desenvolvimento, entre outros. Esse trabalho de longa data inclui parcerias estratégicas com

²⁴ Na década de 1970, por exemplo, atuaram na criação das “Diretrizes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico sobre Empresas Multinacionais”, estipulando paridade no tratamento de empresas privadas e públicas e evitando violações corporativas (Khoury; Whyte, 2023).

organizações regionais, como a CEPAL, fortalecendo a troca de conhecimento e a formulação de políticas adaptadas às necessidades regionais (OCDE, 2015a).

O CD é o principal órgão da OCDE responsável pela construção de pontes entre os países de renda média e a organização. Ele oferece aconselhamento político independente, multidisciplinar e técnico, adaptado às particularidades de cada país. Junto a isso, promove diálogos informais, construindo canais de contato entre governos e setores privados desses países. O seu Conselho de Administração é aberto tanto a países membros da OCDE quanto a não membros, abrangendo diferentes regiões e níveis de renda. Em muitos casos, o Centro estabelece os primeiros contatos com países em desenvolvimento que estão à margem do sistema capitalista global (OCDE, [s.d.]c).

Um exemplo notável de suas iniciativas é o "*International Economic Forum on Latin America and the Caribbean*", organizado anualmente em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Esse evento, realizado no âmbito da *Semaine de l'Amérique Latine et des Caraïbes*, reúne líderes políticos, CEOs e especialistas para discutir o desempenho econômico da região, compartilhar soluções para os seus problemas econômicos e aproximá-los de suas zonas de influência (OCDE, [s.d.c]).

Em parceria com o CD, o LACRP tem conduzido agendas voltadas para reformas estruturais nos países da região. Sua criação recebeu o apoio destacado de Portugal, Espanha e EUA no âmbito da OCDE e emergiu num contexto de intensificação das relações com a América Latina. Isso, pois, México, Chile, Colômbia e Costa Rica são membros plenos da organização, enquanto Peru e Brasil possuem canais únicos de aproximação: o primeiro com um programa-país e o segundo como parceiro-chave. Ambos, juntamente com a Argentina, encontram-se em processo de acessão. Além do mais, todos esses países em acréscimo com a República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Panamá, Paraguai e Uruguai participam como membros do CD, reforçando o alcance regional da organização (Godinho, 2019; OCDE, 2021). A OCDE colabora de perto com quase todos os países da LAC para facilitar o diálogo político, promover a formulação de políticas eficazes e apoiar agendas baseadas em instrumentos legais da OCDE.

Destacam-se dois aspectos centrais sobre o estabelecimento do LACRP: (i) o programa reflete uma nova estratégia geopolítica particular da OCDE voltada à sua expansão na região num contexto de competição com polos rivais (OCDE, 2016b); e (ii) a sua institucionalidade

faz parte de um mecanismo de governança internacional²⁵ da OCDE que, articula-se com outras organizações regionais para influenciar os rumos político-econômicos da América Latina.

Em linhas gerais, a criação do LACRP exemplifica o fenômeno de *overlapping* discutido na literatura (Eilstrup-Sangiovanni, 2022; Reinsberg, 2024), pois se sobrepõe às agendas de outras organizações que também buscam promover reformas na região, como o BID, a CEPAL e a AP. Sob essa perspectiva, a OCDE atua como um *hub* que reúne diferentes institucionalidades, permitindo que os países da América Latina recorram a múltiplos fóruns para a promoção de suas preferências políticas (Reinsberg, 2024). Embora isso possa levar a eventuais conflitos ou duplicações de esforços entre essas OIs, a maior parte da literatura sugere que os ganhos em termos de flexibilidade institucional e convergência normativa superam os riscos de estagnação e competição, sobretudo quando as organizações reconhecem a importância de acomodar os interesses comuns (Nolte, 2018; Ribeiro, 2020).

A convergência de mandatos entre a OCDE e essas organizações regionais favorece a consolidação de arranjos interinstitucionais mais robustos, reforçando a legitimidade das práticas recomendadas. No caso do LACRP, essa sobreposição possibilita uma harmonização de agendas e a criação de plataformas de diálogo mais amplas, nas quais normas e “boas práticas” são constantemente reiteradas (Weiffen, 2017). Para a OCDE, esse processo se traduz em uma maior capilaridade na difusão de suas políticas, fortalecendo o poder de agenda da organização na América Latina.

3.3 Organizações regionais parceiras da OCDE

Desde a criação do LACRP em 2016, a OCDE tem colaborado com diversas organizações regionais estratégicas, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), a Fundação UE-ALC e a Aliança do Pacífico (AP). Essas parcerias permitem que o programa se beneficie da experiência regional e do apoio dessas entidades, com as quais a OCDE já coopera em várias redes e iniciativas (OCDE, 2016a; 2016b).

Num esforço interinstitucional envolvendo o CD, a CEPAL, a CAF e a Comissão Europeia, têm sido conduzidos estudos aprofundados sobre a evolução econômica da América Latina, sistematizando dados para fundamentar as recomendações políticas. Essa articulação

²⁵ Implementação de regras globais no âmbito doméstico (Haufler, 2018).

entre diversas redes de organizações regionais, vinculadas aos comitês temáticos da OCDE, amplia o alcance e a adesão às políticas propostas (OCDE, 2016a).

A OCDE optou por colaborar com diversas organizações, fornecendo recursos e ideias com base em suas diretrizes internas. Essa parceria tem facilitado a produção de estatísticas comparáveis, avaliações de políticas, diálogos técnicos e orientações sobre implementação de políticas adaptadas às necessidades de cada país, considerando seus contextos locais, regionais e internacionais (OCDE, 2016a). Nesse sentido, a cooperação com entidades como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) adquire destaque, pois fortalece os macrorelatórios e publicações da OCDE por meio de resultados e indicadores relativos ao desenvolvimento regional (Vargas-Alzate, 2018).

A Secretária Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, evidenciou o trabalho conjunto produtivo com a OCDE em prol do desenvolvimento sustentável dos países da região. Essa colaboração foi ressaltada durante o quinto aniversário do LACRP, na Sessão Pública de Alto Nível do Grupo Diretor do Programa em 2021. Bárcena salientou o relacionamento próximo estabelecido com o então Secretário-Geral da OCDE, José Ángel Gurría, por meio de diferentes iniciativas, como diálogos de políticas, coleta de dados, análises e elaboração de relatórios. Esse trabalho envolveu o Gabinete do Secretário-Geral, bem como diretorias temáticas, dentre elas a Diretoria de Relações Globais e o Centro de Desenvolvimento da OCDE (CEPAL, 2021).

Um exemplo relevante dessa cooperação é o relatório conjunto elaborado pela CEPAL e pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE, intitulado “Desafios Emergentes e Paradigmas em Mudança: Novas Perspectivas sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento” (2018). O documento propõe uma abordagem abrangente para a cooperação internacional, alinhada a políticas domésticas e focada na ascensão dos países na escala de renda. As agendas delineadas - centradas em prosperidade, pessoas e paz - buscam identificar oportunidades de parcerias birregionais entre a União Europeia (UE) e a América Latina e Caribe (ALC). Além disso, traduzem o esforço da CEPAL em introduzir na OCDE conceitos e princípios relevantes para que os países desenvolvidos os incorporem em suas políticas (IISD, 2018).

Com a consolidação do LACRP, a publicação anual do relatório “Perspectivas Econômicas da América Latina” adquiriu maior relevância. Iniciado em 2011, esse material consolidou-se como uma ferramenta-chave para aprofundar o conhecimento sobre os desafios enfrentados pela região. Até o momento, nove edições foram publicadas, cujos resultados são apresentados em fóruns multilaterais importantes, como as Cúpulas Ibero-Americanas e a Aliança do Pacífico (OCDE, 2016b). A significativa participação da CEPAL na elaboração do relatório garante análises aprofundadas e recomendações sobre prioridades de desenvolvimento

econômico, social e de políticas estruturais, tornando-o imprescindível para acadêmicos, analistas e formuladores de políticas públicas (Vargas-Alzate, 2018).

Nos últimos anos, por meio de diversas reuniões de alto nível, a OCDE consolidou um amplo acervo de relatórios técnicos resultantes da colaboração com atores-chave como o BID, a CEPAL e a CAF. Publicações como *Impulsando la productividad y el crecimiento inclusivo en Latinoamérica* e *Mejorando la inclusión social en América Latina: desafíos clave y el rol de los sistemas de protección social* trouxeram contribuições significativas para os debates sobre os desafios regionais (Vargas-Alzate, 2018).

Desde a sua fundação em 1959, o BID tem desempenhado um papel estratégico na aproximação entre a América Latina, o Caribe e a Europa, atuando como uma ponte de diálogo e cooperação com os países desenvolvidos (BID, 2003). A entrada formal de países europeus na instituição, na década de 1970 - com a Declaração de Madri (1974) e a adesão de 13 países europeus entre 1976 e 1977, seguida por Portugal (1980) e Noruega (1986), totalizando 16 membros europeus - reforçou o caráter transatlântico do BID. Essa inclusão europeia possibilitou a criação de um canal de contato privilegiado entre o contexto econômico e político latino-americanos e as agendas europeias (BID, 2003).

Como parte do fortalecimento desses vínculos, o BID estruturou fundos fiduciários de apoio a projetos de desenvolvimento na América Latina, demonstrando o compromisso dos países europeus em promover relações sólidas com a região. Até 2003, 13 países europeus e a União Europeia haviam constituído 42 fundos, totalizando US\$ 332 milhões, voltados principalmente para nações de baixa renda (BID, 2003). Esse investimento consolidou o papel do BID como uma plataforma de convergência entre a América Latina e a Europa, estimulando iniciativas conjuntas de desenvolvimento e aprofundando as relações transcontinentais.

Nos últimos anos, o BID tem atuado como um “conector” entre os países latino-americanos e a União Europeia, configurando um quadro de convergência que facilita o lançamento de iniciativas conjuntas no âmbito da OCDE (BID, 2003). Esse trabalho reflete o compromisso de seus membros europeus em fortalecer os laços e promover o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, inclusive por meio de programas que apoiem a entrada de países da região na organização.

A atuação do BID contribui, assim, para a construção de uma estrutura de governança internacional que aproxima a América Latina dos padrões globais formulados pela OCDE. O Banco tem participado ativamente da expansão da organização na região, oferecendo financiamento e incentivando reformas estruturais que visam alinhar os países aos critérios e padrões exigidos pela OCDE. Esse processo é potencializado por meio de assistência técnica,

suporte financeiro e parcerias estabelecidas com a União Europeia, que viabilizam ajustes institucionais e fortalecem as candidaturas dos países latino-americanos à adesão (BID, 2003). Dessa forma, o BID consolida seu papel como facilitador de convergência entre a América Latina e as principais economias desenvolvidas, promovendo a integração da região aos fóruns multilaterais liderados pela OCDE.

A parceria estratégica entre o BID e a OCDE remonta a 2003, quando ambas criaram o Fórum Latino-Americano de Concorrência. O primeiro evento, realizado em Paris, englobou avaliações por pares das autoridades de concorrência da OCDE e debates sobre a incorporação de uma dimensão concorrencial em políticas econômicas e o papel o IED em setores estratégicos de infraestrutura para o Chile (OCDE, 2002; BID, 2003). Essa iniciativa foi precursora de um engajamento mais amplo da OCDE com a região e serviu de embrião para outras colaborações, como a posterior inclusão dos países caribenhos no “Fórum Latino-Americano e Caribenho de Concorrência”. A participação de acadêmicos, organizações internacionais e do setor privado nessas discussões reforça o caráter multidimensional da governança promovida em parceria com o BID, nutrindo um ecossistema de troca de melhores práticas e identificação de reformas necessárias (OCDE, [s.d.a]).

O trabalho conjunto BID-OCDE também se estende a redes temáticas, como a Rede de Altos Funcionários Orçamentários da América Latina e do Caribe (LAC), e a iniciativas focadas em produtividade e superação da “armadilha da renda média” (Vargas-Alzate, 2018). Em 2020, um estudo conjunto ressaltou a importância do fortalecimento dos mecanismos de governança e integridade na região, oferecendo dados e indicadores sobre finanças públicas, emprego no setor público, práticas orçamentárias, gestão de recursos humanos, governança regulatória, dados governamentais abertos e compras públicas. O objetivo era melhorar a qualidade das políticas públicas, reduzir a corrupção e aumentar a confiança da população nas instituições (BID, 2020).

Nesse contexto, o apoio do BID e a própria convergência entre América Latina, Europa e OCDE não ocorrem de forma isolada. Think tanks e centros de análise também desempenham um papel importante. O Wilson Center, por exemplo, por meio de seu *Latin America Program*, tem promovido debates sobre a expansão da OCDE na região, reunindo tomadores de decisão, setor privado, jornalistas e intelectuais (Wilsoncenter, 2024).

Em um evento realizado em abril de 2022, o Wilson Center reuniu o atual Secretário-Geral da OCDE, Mathias Cormann, representantes ministeriais da Costa Rica, Peru e ex-assessores presidenciais colombianos, além da coordenação de adesão da própria OCDE. Nesse encontro, foram discutidos os benefícios da filiação à OCDE para os países latino-americanos,

os desafios na implementação de reformas, a relevância para investidores e o potencial de fortalecimento com a democracia e o livre mercado. O Wilson Center, ao oferecer um espaço de diálogo entre academia, formuladores de políticas e *stakeholders*, contribuiu para a articulação entre o BID, a OCDE e os países da região, reforçando a importância dessas dinâmicas institucionais nas relações com a região (Wilsoncenter, 2024).

O BID fortalece a governança na América Latina ao promover reformas, financiar projetos e aproximar a região dos padrões globais encampados pela OCDE. Esse processo é amplificado pelo envolvimento europeu na instituição, por iniciativas conjuntas com a OCDE e pela contribuição de think tanks proeminentes, como o Wilson Center, que fomenta o debate, oferece análises qualificadas e atua como um catalisador entre o mundo acadêmico, o setor privado e os formuladores de políticas. Assim, quando um país latino-americano busca a adesão à OCDE, o BID, fornece apoio, ajudando a viabilizar as reformas necessárias para o cumprimento das exigências do “clube dos países desenvolvidos” e intensificando as conexões com a Europa e com o Ocidente de forma mais ampla.

Essa sinergia entre a OCDE e as organizações regionais reforça o *overlapping* institucional que vêm se desenhando na América Latina. Ao alinhar as suas agendas, essas entidades ampliam a legitimidade e o alcance das recomendações de políticas, criando múltiplos canais de suporte e legitimidade para os governos que buscam reformar os seus quadros domésticos. Nesse sentido, a OCDE agrega valor ao incorporar o conhecimento regional de organismos como a CEPAL ou o BID, enquanto essas organizações se beneficiam do peso político e normativo da OCDE, estabelecendo um círculo virtuoso de cooperação.

3.4 A União Europeia, OCDE e América Latina

A União Europeia (UE) tem desempenhado um papel crescente no estabelecimento de iniciativas e relações com a América Latina e o Caribe (ALC), contribuindo para a construção das institucionalidades da OCDE na região. Nesse sentido, a UE participa ativamente do trabalho da OCDE na LAC, articulando-se com diversas organizações e mecanismos multilaterais. Destacam-se as alianças estratégicas euro-latino-americanas e o relacionamento com instituições como a Fundação UE-ALC, o Centro de Desenvolvimento da OCDE, a CEPAL, o BID e o Escritório Regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a LAC (Eurosocial, [s.d.]).

Em 2014, ocorreu o primeiro grande seminário organizado pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE e pela Fundação UE-ALC, com o objetivo de debater novas estratégias de cooperação entre a União Europeia (UE) e a América Latina (EU-LAC

Foundation, 2014). Na ocasião, a então presidente da Fundação UE-ALC, Benita Ferrero-Waldner, e o Secretário-Geral da OCDE, Angel Gurría, destacaram a importância da implementação de novas modalidades de cooperação. Apesar dos progressos socioeconômicos na região, a “armadilha da renda média” permanece um desafio, indicando que a América Latina e o Caribe (ALC) não podem ser excluídos dos mecanismos internacionais de cooperação. Ferrero-Waldner também ressaltou que os valores compartilhados entre a UE e a ALC estão sendo testados em um mundo “pós-ocidental”, marcado por maior disparidade de renda, conforme indicam estudos do Fórum Econômico Mundial e da Oxfam (EU-LAC Foundation, 2014).

Outro exemplo notável dessa cooperação é o projeto “Conduta Empresarial Responsável na América Latina e Caribe” (RBC-LAC), lançado em 2019. Financiado pela União Europeia (UE) e implementado conjuntamente pela OCDE, OIT e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), o RBC-LAC promove um crescimento econômico inteligente, sustentável e inclusivo em nove países da ALC: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá e Peru. O projeto apoia a adoção de padrões internacionais de conduta empresarial responsável, fortalecendo práticas alinhadas à governança corporativa ética, o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente (OECD, [s.d.]).

A parceria em torno do RBC-LAC ilustra como a UE e a OCDE encontram pontos de convergência²⁶ que resultam em *overlapping* de agendas. Em linha com os estudos de Reinsberg (2024) e Nolte (2018), a articulação interinstitucional fortalece a difusão de padrões de conduta empresarial responsável, ao mesmo tempo em que consolida a presença política da UE na América Latina.

Entre 2019 e 2022, diversas iniciativas no âmbito do RBC-LAC reforçaram a cooperação entre a UE e a OCDE, promovendo debates sobre conduta empresarial responsável e diligência. Destacam-se o Fórum do Centro para a Ação de Responsabilidade Social Empresarial (CentraRSE) na Guatemala, que salientou a importância de práticas empresariais éticas; o webinar da Câmara de Comércio Internacional do Brasil (ICC Brasil), que abordou integridade corporativa; o diálogo sobre a Carta Empresarial Interamericana, convocado pelo

²⁶ Ao reunir instituições como a OIT e o OHCHR, o RBC-LAC demonstra, ainda, o caráter flexível que essas coalizões podem assumir. Como destacam Eilstrup-Sangiovanni (2022) e Ribeiro (2020), o *overlapping* pode favorecer a formulação de estratégias conjuntas e abrir espaço para que os Estados interessados se engajem em diferentes fóruns, potencializando o alcance das políticas. Dessa forma, a cooperação UE-OCDE, apoiada por entidades onusianas, reforça a legitimidade dos acordos estabelecidos, contribuindo para que os governos da América Latina incorporem as normas de governança corporativa dessas organizações.

Ministro das Relações Exteriores da Colômbia; a Sessão Especial da Conferência das Partes (COP) sobre o Acordo de Escazú, enfatizando a necessidade de implementação efetiva e cooperação internacional; e a Reunião Anual do Conselho Empresarial Argentino para o Desenvolvimento Sustentável (CEADS), que integrou discussões sobre empresas e direitos humanos sob a perspectiva do RBC-LAC (OCDE, [s.d.]).

Paralelamente, em 2017, a União Europeia (UE), a OCDE e a CEPAL lançaram o “Mecanismo Regional para o Desenvolvimento em Transição”, posteriormente renomeado para *Facilidad de Desarrollo en Transición para América Latina y el Caribe* (DeTALC). Esse mecanismo visa fomentar um diálogo aberto entre a Europa e os países da América Latina e Caribe (ALC) sobre o impacto da transição para níveis de renda mais elevados e a capacidade das nações parceiras de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A abordagem de “Desenvolvimento em Transição” (DiT) vai além da simples classificação dos países pelo nível de renda, entendendo o desenvolvimento como um processo dinâmico no qual transições ocorrem em todas as etapas do crescimento econômico. A UE, um dos principais doadores para a região, comprometeu-se a apoiar o DeTALC durante o período orçamentário de 2021 a 2027 (UE, [s.d.]).

Em maio de 2018, a UE, a CEPAL e a OCDE reforçaram esse compromisso ao lançar oficialmente o mecanismo regional para os países da LAC em transição. Denominado “*Facility for Development in Transition*”, o programa apoia o desenho e a implementação de políticas públicas orientadas para o alcance dos ODS, incentivando o fortalecimento das capacidades nacionais e promovendo modalidades mais inovadoras de cooperação internacional. Com um orçamento total de 28 milhões de euros, sendo 19,5 milhões provenientes da UE, a iniciativa concentra-se em oferecer apoio estratégico às metas de desenvolvimento sustentável da região (UE, [s.d.]).

Durante o trigésimo sétimo período de sessões da CEPAL, lideranças institucionais destacaram a importância dessas iniciativas. Alicia Bárcena (CEPAL), Stefano Manservigi (Diretor-Geral de Cooperação Internacional e Desenvolvimento da Comissão Europeia) e Mario Pezzini (Diretor do Centro de Desenvolvimento da OCDE) enfatizaram a necessidade de um “salto copernicano” na cooperação tradicional para o desenvolvimento, considerando que a maioria dos países da América Latina e Caribe (LAC) são classificados como de renda média. Segundo Bárcena, o objetivo seria redefinir o diálogo entre provedores e receptores de cooperação, valorizando a troca de experiências entre a União Europeia (UE) - que já passou pela transição - e os países da região (CEPAL, 2018). Essas lideranças acreditam que os países da LAC podem adotar um modelo de desenvolvimento que se beneficie da experiência

europeia, a qual combinou liberalização econômica e integração para tentar alcançar um crescimento mais sustentável (CEPAL, 2018).

Outro pilar significativo da parceria entre a UE e a ALC é a Fundação Internacional UE-ALC, criada pelos Chefes de Estado e de Governo da UE, da América Latina e do Caribe, cujo Acordo Constitutivo entrou em vigor em 2019. A Fundação, que integra a UE, seus Estados-Membros e os países da ALC, dedica-se a fortalecer e promover a parceria birregional, ampliando sua visibilidade e incentivando a participação da sociedade civil no diálogo intergovernamental. Dessa forma, atua como instrumento para reforçar a parceria estratégica, junto ao Plano de Ação Birregional e à CELAC (Fundação UE-ALC; Fundação Carolina, 2022).

Para impulsionar essa agenda, ambas as partes têm se comprometido com reuniões regulares em nível de Chefes de Estado e de Governo, bem como com encontros de Ministros das Relações Exteriores em anos alternados em eventos similares aos mencionados anteriormente. No entanto, a UE considera que a América Latina ainda carece de um mecanismo de coordenação permanente institucionalizado que assegure continuidade e acompanhamento (COMISSÃO EUROPEIA, 2023). Nesse contexto, o LACRP surge com o apoio da maioria dos países da UE, visando construir um terreno comum em torno de uma ampla gama de questões de interesse da UE, responder a novos desafios e promover cooperações setoriais específicas.

Em documento oficial intitulado *Joint Communication to the European Parliament and the Council: A New Agenda for Relations between the EU and Latin America and the Caribbean*, a UE ressalta que ela e a América Latina e o Caribe (LAC) são parceiros naturais. Essa relação baseia-se em laços históricos e culturais, vínculos econômicos e sociais, além de um compromisso comum com o multilateralismo e a governança internacional baseada em regras. Ambas as regiões, juntas, representam um terço dos membros das Nações Unidas (ONU) e desempenham um papel relevante na manutenção do direito internacional, do respeito à Carta da ONU e da defesa de valores como paz, segurança, democracia, Estado de Direito e direitos humanos (Comissão Europeia, 2023).

A cooperação mútua se reflete na ampla rede de acordos comerciais estabelecidos entre a UE e a ALC, essenciais para compreender a dinâmica das relações com a região e também com a OCDE. Desde 2018, o comércio bilateral entre UE e LAC cresceu 40%, impulsionado por acordos comerciais bilaterais e regionais. A UE é um dos principais investidores na LAC, o seu terceiro maior parceiro comercial e o principal contribuinte em cooperação para o desenvolvimento, reforçando a interdependência econômica e o interesse mútuo em promover

crescimento econômico sustentável, reduzindo dependências excessivas e diversificando parceiros (European Commission, 2023).

Desde a década de 1990, a UE tem buscado fomentar a integração sub-regional na ALC, apoiando blocos como a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), o Cariforum e o Mercosul. Como resultado, foram estabelecidos acordos abrangentes com dois grupos sub-regionais (Cariforum e América Central), um acordo comercial multipartidário com três países da CAN (Colômbia, Equador e Peru) e acordos bilaterais com México e Chile. A UE também firmou um Acordo de Associação com a América Central em 2012, estruturado em torno de três pilares - diálogo político, cooperação e comércio - que se reforçam mutuamente, contribuindo para o crescimento econômico, a democracia e a estabilidade política na região (European Parliament, 2014; European Commission, 2023).

Os acordos bilaterais são igualmente centrais. O México foi o primeiro país latino-americano a assinar um “Acordo Global” de parceria econômica, coordenação política e cooperação com a UE, em 1997. Este Acordo de Associação UE-México entrou em vigor no ano 2000 e estabeleceu três pilares principais: diálogo político, cooperação econômica e comercial, além de colaboração em diversas áreas, como ciência, tecnologia e políticas regionais. Alguns anos depois, foi firmado um novo acordo comercial entre a UE e o México, substituindo o anterior. Antes, as relações comerciais eram regidas pelo Pilar Comercial do Acordo Global de Parceria Econômica, Coordenação Política e Cooperação UE-México. O novo acordo visava eliminar as altas tarifas mexicanas sobre alimentos e bebidas europeus, permitir que empresas da UE ampliassem a comercialização de serviços no México e fortalecer o compromisso com a proteção dos direitos dos trabalhadores e do meio ambiente (UE-ALC, 2017).

No caso do Chile, as relações UE-Chile foram inicialmente regidas pelo Acordo-Quadro de Cooperação de 1996²⁷, substituído pelo Acordo de Associação UE-Chile de 2002 (em vigor desde 2005), que fornece uma estrutura abrangente para aspectos políticos, comerciais e de cooperação, além de um diálogo político em diferentes níveis. A UE e o Chile negociaram a modernização de seu acordo atual, ampliando o acesso mútuo aos mercados, firmando compromissos ambiciosos sobre comércio e desenvolvimento (incluindo questões de gênero) e facilitando a transição para energia renovável e o uso sustentável de matérias-primas. A UE

²⁷ O pilar comercial do Acordo de Associação UE-Chile impulsionou significativamente o comércio bilateral entre os países, crescendo de €7,7 bilhões em 2003 para €18,9 bilhões em 2011. A partir dele, o Chile pode fortalecer a sua competitividade no mercado global, com um crescimento econômico mais robusto e sustentável, o que contribuiu para o seu ingresso na OCDE, em 2010 (EU-LAC, 2017).

também firmou outros acordos com o Chile, como aqueles referentes à ciência, tecnologia e política regional (EU-LAC, 2017).

Ademais, a UE concluiu acordos comerciais com Colômbia, Peru e, posteriormente, Equador, refletindo necessidades específicas dessas negociações. Inicialmente, as conversas visavam um acordo regional entre a UE e a Comunidade Andina. No entanto, Equador e Bolívia deixaram as negociações, que prosseguiram de forma bilateral com Peru e Colômbia. O resultado foi a conclusão de um acordo comercial abrangente, com cronogramas distintos para cada um. O Acordo de Livre Comércio (ALC) entre a UE e a Colômbia, assinado em 2010, visava eliminar tarifas comerciais, garantir o acesso preferencial contínuo das exportações colombianas e peruanas à UE e ampliar o comércio de bens e serviços. O acordo abrangia setores como frutas e vegetais da Colômbia, além de máquinas, equipamentos de transporte e serviços da UE. Também foi fortalecida a proteção da propriedade intelectual, incluindo indicações geográficas, e comprometimento mútuo com o desenvolvimento sustentável e o respeito aos direitos humanos (European Parliament, 2014).

A flexibilidade da UE em adaptar acordos às diferentes realidades sub-regionais e nacionais contrasta com a estratégia mais padronizada dos EUA, baseada no modelo do NAFTA. Essa abordagem maleável da UE é vista também na busca pela conclusão do acordo UE-Mercosul, negociado desde 1999 e considerado prioritário. Embora tenham ocorrido dificuldades ao longo dos anos, houve renovação das negociações a partir de 2016, com vistas a alcançar um entendimento político. Em paralelo, a UE mantém um diálogo estreito com a AP, que, nos últimos anos²⁸, tem se aproximado mais do bloco europeu do que o Mercosul. A maioria dos Estados-membros da UE atua como observadora da AP, e ambas as partes se comprometeram, por meio de uma Declaração Conjunta²⁹ (2019), a promover o multilateralismo, a abertura comercial e o fortalecimento de uma ordem global liberal fundamentada em regras (Perrin, 2019; EEAS, 2019).

²⁸ Conforme Perrin (2019), enquanto o Mercosul enfrentou dificuldades para estabelecer relações mais próximas com a UE nos últimos 25 anos, a AP aproximou-se significativamente do bloco. A maioria dos Estados-membros da UE atua como observadores da AP, demonstrando boa vontade em aprofundar esse relacionamento. Isso foi evidenciado pelo comunicado emitido após a reunião de julho de 2018 em Bruxelas, envolvendo o Alto Representante para Relações Exteriores e Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão Europeia, representantes dos quatro países da AP e os Ministros das Relações Exteriores dos 28 Estados-membros da UE. Durante o encontro, ambas as partes destacaram a relevância de fortalecer o multilateralismo, sustentando uma ordem global liberal fundamentada em regras e em acordos de livre comércio que sejam alinhados aos princípios da Organização Mundial do Comércio (OMC) (Perrin, 2019).

²⁹ EEAS. Joint declaration on a partnership between the States Parties to the Framework Agreement of the Pacific Alliance and the European Union. New York, 2019. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/joint-declaration-partnership-between-states-parties-framework-agreement-pacific-alliance-and_en. Acesso em: ago. 2024.

A UE também incentiva a participação de países latino-americanos em fóruns internacionais como a OCDE. A maioria dos países da região que mantêm acordos comerciais com a UE já são ou estão em processo de adesão à OCDE. Os temas mais recentes em discussão entre as partes incluem transparência e troca de informações, padrões mínimos contra erosão da base tributária e transferência de lucros, além da liberalização econômica. Esses tópicos são disseminados com o apoio conjunto da OCDE, fortalecendo a cooperação e promovendo práticas econômicas e regulatórias promovidas pelos países desenvolvidos (European Commission, 2023; Fundação UE-ALC; Fundação Carolina, 2022).

Em síntese, o engajamento da UE com a LAC é multifacetado, abrangendo diálogo político, cooperação em desenvolvimento, fortalecimento das instituições democráticas, estímulo ao comércio e investimento sustentável, bem como o apoio à integração sub-regional. Ao priorizar a modernização de acordos com parceiros-chave como México e Chile e ao intensificar o diálogo com a Aliança do Pacífico, a UE consolida sua posição como um importante ator externo na governança internacional da região. Essa atuação promove a convergência em temas de interesse em comum, reforça a integração econômica e institucional e fortalece os laços entre a América Latina e a OCDE.

3.5 A Aliança do Pacífico (AP) e a OCDE

Não é possível compreender o processo de expansão da OCDE na América Latina sem considerar as relações com a Aliança do Pacífico (AP) e os seus países fundadores. Com exceção da Costa Rica³⁰, todos os países latino-americanos que ingressaram na OCDE fazem parte da AP. Este bloco é um mecanismo formal de inserção regional e internacional que facilita o sistema produtivo a alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento para competir nos mercados internacionais. Fatores como inovação, transparência, competitividade e altos padrões em geral - exigidos pela OCDE dos países que aspiram à adesão plena - foram incorporados no desenvolvimento do Acordo-Quadro e do Protocolo Adicional da AP (Vargas-Alzate, 2015).

Em outros termos, ao fazer parte da AP, os países têm certa facilidade em internalizar as reformas exigidas pela OCDE durante os processos de acessão de novos membros, devido à compatibilidade político-normativa entre as organizações e suas respectivas identidades. Antes de analisar as interações entre a AP e a OCDE propriamente, é necessário compreender o

³⁰ Após mais de uma década de discussões na busca pela convergência interna, a Costa Rica iniciou o processo de adesão à AP em 2022 (AP, 2024).

contexto histórico da AP e os objetivos de inserção econômica que orientaram o bloco (Vargas-Alzate, 2015).

Em 2011, Chile, Colômbia, México e Peru assinaram a "Declaração de Lima", comprometendo-se com a criação da AP. Em 2012, o Acordo-Quadro foi assinado, constituindo juridicamente a organização. Em 2015, durante a 10ª Cúpula da AP, a "Declaração de Paracas" foi firmada, iniciando formalmente os trabalhos do bloco (AP, 2021). A AP é uma iniciativa de integração econômico-comercial latino-americana, orientada pelas ideias neoliberais do Consenso de Washington (Manríquez; Bonilla, 2014). Trata-se da consolidação de um bloco de países com visões econômicas similares, baseadas na livre circulação de capitais, ampliação dos investimentos e cooperação aduaneira (Oyarzún, 2017).

Não por acaso, a AP resgata traços do regionalismo observados durante os anos 1990 (Briceño-Ruiz, 2014):

Its creation expresses a return to open regionalism, a choice made by decision-makers in Chile, Colombia, Mexico and Peru to strengthen a type of regional governance that is aligned with the current rules for the world. For the most part, it does so without questioning the dominant structure, as the four countries already individually follow and share the predominant ideas about trade, economics, and politics. At the same time, the PA allows them to disseminate and socialize their vision of the world (Oyarzún, 2017, p. 142).

A AP apresenta-se como uma alternativa ao protecionismo de projetos reformistas como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) (Briceño-Ruiz, 2013). Defende-se que, na contramão desses arranjos regionais "ideologizados", a AP adota um "pragmatismo" de mercado para enfrentar os desafios da inserção econômica de seus membros em um mundo globalizado e interdependente (Oyarzún, 2017). Dentre os objetivos da AP, estão:

(i) "build in a participatory and consensual way an area of deep integration to move progressively towards the free mobility of goods, services, resources and people"; (ii) "become a platform of political articulation, economic and commercial integration and projection to the world, with emphasis on the Asia-Pacific region"; e (iii) "promoting the growth, development of their economies" (AP, 2023, p. 02).

Para os quatro membros, esperam-se vantagens competitivas nos negócios internacionais, com clara orientação para a Ásia-Pacífico. Além disso, a AP serviria como uma plataforma econômica para alcançar as cadeias globais de valor. Em maio de 2016, um salto institucional foi dado com a entrada em vigor do "Protocolo Adicional do Acordo-Quadro da

Aliança do Pacífico"³¹, eliminando tarifas em quase 95% das trocas comerciais intrarregionais (AP, 2021).

Do ponto de vista institucional, a AP não tem um secretário-geral ou uma sede oficial³². Sua instância máxima é *pro tempore* e representada pelos quatro presidentes dos países membros. Apesar de gozar de grande credibilidade externa, devido à sua baixa institucionalidade, depende das iniciativas de seus governos e de convergências político-ideológicas para alcançar resultados expressivos (Naddi; Gonçalves, 2020).

Ainda é pouco estudada a maneira como a AP se relaciona com as diversas organizações internacionais da América Latina - seja de forma complementar, indiferente ou competitiva, mas a sua criação denota uma evidente fragmentação na região. De um lado, há um eixo atlântico, representado pelo Mercosul e liderado pelo Brasil, que possui projetos políticos reformistas vis-à-vis as estruturas de poder em um mundo globalizado e tende a reservar um papel maior para o Estado na economia. Do outro, há um eixo pacífico, representado pela AP, que almeja se projetar internacionalmente, promovendo o livre mercado e o Estado mínimo (Oyarzún, 2017; Manríquez; Bonilla, 2014).

De acordo com Lima e Cracau (2016, p. 10), "*the four member countries of the Pacific Alliance are relatively homogeneous in their pattern of insertion into world trade and international financial markets*". Essa convergência nos processos de inserção econômica reflete-se também na agenda da OCDE, que desponta como uma alternativa externa complementar à AP. Dos quatro países fundadores da AP, três - México, Chile e Colômbia - já são membros plenos da OCDE, enquanto o Peru encontra-se em processo de adesão. A OCDE, por sua vez, tem se esforçado para influenciar não apenas as decisões políticas de seus Estados-membros, mas também de outras organizações internacionais, como a AP. Consolidada por meio da Declaração Conjunta, essa aliança deve ser compreendida como a formação de um quadro institucional que assegura a primazia das agendas dos países desenvolvidos na América Latina (Oyarzún, 2017).

³¹ Duas iniciativas adicionais merecem destaque: (i) a criação do Mercado Integrado Latino-Americano (MILA), uma plataforma comercial-financeira integrada que permite a agregação dos mercados de ações dos quatro países membros; e (ii) a criação da Plataforma de Mobilidade Acadêmica e Estudantil, um programa que concede bolsas de estudo e intercâmbio entre estudantes dos países (AP, 2021).

³² A AP organiza-se por meio de três principais instâncias: o Conselho de Ministros, composto pelos ministros das Relações Exteriores e do Comércio Exterior, que supervisiona a implementação das decisões e os objetivos delineados no Acordo-Quadro; o Grupo de Alto Nível (GAN), formado por vice-ministros das mesmas áreas, responsável por monitorar o progresso dos grupos técnicos e explorar novas áreas de cooperação, especialmente com a região Ásia-Pacífico; e os Grupos Técnicos, que reúnem representantes de diferentes setores governamentais dos países membros para tratar de temas prioritários, como mobilidade, comércio, serviços, fluxo de capitais e cooperação (AP, 2021).

A partir disso, observa-se a existência de um claro fenômeno de *overlapping* pelo compartilhamento de membros, já que quase todos os integrantes da AP também fazem parte da OCDE. Esse arranjo ilustra uma espécie de “aninhamento” (Nolte, 2018; Ribeiro, 2020), em que a AP se posiciona dentro do campo de influência da OCDE, evidenciando as relações de poder que permeiam as arenas internacionais. Destaca-se, ainda, que desde sua criação o bloco conta com o respaldo institucional da OCDE - exemplo disso é a participação do Secretário-Geral Gurría na ratificação do Acordo-Quadro (2012) que instituiu a Aliança - o que reforça a convergência de agendas entre as duas organizações.

Nesse contexto, a AP demonstra reconhecimento pela autoridade técnica da OCDE, adotando uma aproximação institucional que busca fortalecer sua posição entre os países desenvolvidos. A integração à OCDE, considerando a hierarquia de poder nas arenas internacionais, proporciona acesso privilegiado aos processos de formulação das regras econômicas globais (Eccleston, 2011). Tanto a AP quanto a OCDE compartilham a lógica da cooperação liberal, apresentando semelhanças significativas em seus modelos organizacionais³³ e formas de operação. Existe uma eminente compatibilidade de visões de mundo, definidas em: *“the defense of the democratic political system, macro-economic stability, fiscal responsibility, and the promotion of free trade as a creator of jobs, growth and development”* (Jarrín, 2016, p. 20).

A adesão à OCDE é favorecida pela proximidade entre as diretrizes da organização e as reformas promovidas no âmbito da AP. Ou seja, o Acordo-Quadro da AP estabelece as bases que facilitam a implementação de medidas compatíveis com os requisitos exigidos pela OCDE, como o incentivo à concorrência empresarial, a internacionalização econômica, o fortalecimento das cadeias produtivas e o aumento nos IEDs - temas convergentes considerados prioridades para as entidades. A partir da adoção das “melhores práticas”, a AP espera se consolidar como uma plataforma de integração regional alinhada às diretrizes das institucionalidades que permeiam a governança internacional da OCDE (Vargas-Alzate, 2015).

A OCDE tem demonstrado grande entusiasmo em relação aos trabalhos da AP, considerando excepcionais as suas iniciativas voltadas à globalização e ao multilateralismo (OCDE, 2018). Embora a AP seja alvo de algumas contestações regionais³⁴ e, em certos

³³ As duas Organizações possuem comitês de trabalho e em termos operacionais, o Grupo de Alto Nível da AP se assemelha com o Secretariado da OCDE.

³⁴ De início, essa iniciativa foi recebida com muitas críticas, principalmente por governos de esquerda na região: Evo Morales nomeou a AP como uma ALCA renovada; Rafael Correa defendeu que apenas o socialismo poderia deter as consequências políticas da AP; Maduro indicou a ALBA e o Mercosul como meios de resistência à AP e por fim, Amorim, ex-Ministro das Relações Exteriores do governo Lula, apontou que o fluxo comercial no Mercosul era mais próspero do que na AP (GONÇALVES, 2017).

contextos, vista como uma oponente político-econômica ao Mercosul, perante a OCDE, trata-se de projetos complementares direcionados ao *status quo* do capitalismo global, visto que a cooperação com a AP faz parte do plano de governança econômica regional da OCDE para a América Latina (AP, 2019; OCDE, 2020a).

Do ponto de vista da AP, a OCDE funciona como uma aliada estratégica, sobretudo na mediação de relações com países observadores da Aliança, grande parte dos quais também integra a própria OCDE. Aproximadamente 85% dos membros da organização são observadores da AP (OCDE, 2020a), o que confere convergência de interesses e legitimidade às iniciativas da Aliança, tornando-a uma interlocutora de peso para a OCDE.

Essa parceria se consolida pelo trabalho estreito da OCDE com os quatro países-membros da AP, promovendo reformas significativas e fortalecendo a colaboração multilateral. Graças à experiência técnica e ao conhecimento acumulado em áreas prioritárias, bem como à sua estrutura institucional sólida e às redes bem articuladas com diversos atores, a OCDE posiciona-se como a principal parceira internacional da Aliança (OCDE, 2018).

Nesse cenário, observa-se uma clara dinâmica de imitação institucional (Caneiro, 2024; Haftel; Lenz, 2022) entre a OCDE e a AP, na medida em que esta última reproduz os padrões organizacionais e as agendas dos países desenvolvidos definidas pela primeira. Essa convergência de propósitos não só facilita a internalização das “melhores práticas” exigidas nos processos de acesso à OCDE, mas também oferece à AP uma espécie de selo de qualidade que reforça o prestígio internacional de seus membros.

Entre as iniciativas de aproximação, propõe-se a criação de um Grupo de Apoio formado por especialistas do Secretariado da OCDE para auxiliar os trabalhos da AP na implementação de uma agenda de cooperação com o Ocidente. Destaca-se, também, o papel da OCDE enquanto "Consultora Estratégica" para a inserção econômica internacional da AP, ao sugerir a possibilidade de dois acordos futuros: um com o Mercosul e outro com a UE - sendo ambos regidos por um Mecanismo de Diálogo Político sob liderança da própria OCDE (OCDE, 2018).

Desde o seu início formal, a AP tem convidado a OCDE para participar de algumas de suas atividades e cúpulas. Nos últimos anos, a pedido dos Grupos Técnicos da AP, a OCDE participou de duas questões-chave: (i) na preparação de um relatório sobre a “Igualdade de Gênero na Aliança do Pacífico” e (ii) instruindo a inserção de micro, pequenas e médias Empresas latino-americanas (PYME, na sigla em espanhol) nas cadeias globais de valor (OCDE, 2020a).

A intensificação do relacionamento interinstitucional ocorreu em 2019, durante a XIII Cúpula³⁵ da AP em Puerto Vallarta, México, com a assinatura da Declaração Conjunta "*Alianza del Pacífico-OCDE*". Ficou acordada a implementação da Declaração pelos Coordenadores Nacionais da AP e pela Divisão da América Latina e Caribe da Secretaria de Relações Globais da OCDE (AP, 2019). O documento estabelecia os seguintes objetivos:

Tabela 2 - Metas e Procedimentos entre a AP e a OCDE

	Metas e Procedimentos	Descrição Detalhada
(i)	Vínculos produtivos	Foco na construção de laços de longo prazo entre os países da Aliança do Pacífico (AP) e a OCDE. Visa fortalecer a integração econômica, o intercâmbio de melhores práticas de governança, a adoção de padrões globais e a promoção da cooperação multilateral como eixo central das relações regionais.
(ii)	Adesão a discussões políticas	Participação ativa nos Comitês Temáticos da OCDE, como o Comitê de Comércio e o de Política Econômica, levando em consideração as diretrizes estabelecidas no Acordo-Quadro da AP. Essa integração amplia o impacto das decisões tomadas na OCDE nas estratégias políticas da AP.
(iii)	Colaboração com Estados observadores	Criação de sinergias entre os Estados observadores da AP e as plataformas de diálogo político e cooperação da OCDE, facilitando a troca de conhecimentos, ideias e experiências em temas de interesse comum, como desenvolvimento sustentável e comércio internacional.
(iv)	Áreas de interesse compartilhadas	Articulação entre os Grupos Técnicos da AP, os Comitês da OCDE ³⁶ e o LACRP, abrangendo áreas como inovação tecnológica, governança pública, políticas educacionais e desenvolvimento sustentável.

³⁵ Nesse mesmo evento, a OCDE também apresentou o seu relatório “Políticas para PYMEs competitivas en la Alianza del Pacífico y países participantes de América del Sur y Haciendo realidad la transformación digital en América Latina”, servindo como uma ferramenta de avaliação comparativa sobre governança corporativa e de orientação aos policy makers sobre a identificação e implementação de reformas domésticas alinhadas com as “boas práticas” da OCDE (OCDE, 2020a).

³⁶ Numa estratégia de intensificação dos trabalhos entre os Comitês, a OCDE tem prestado consultoria para os Grupos de Trabalho da AP. Dentre as principais áreas, estão: *Regulación Comercial, Pymes, Encadenamientos Productivos, Género, Movilidad de Personas, Inversiones, Compras Públicas e Conectividad* (OCDE, 2020a). Para cada uma dessas áreas, a OCDE - baseando-se em suas evidências quantitativas - têm buscado influenciar a maneira pela qual os países membros da AP internalizam normas.

(v)	Alinhamento político-normativo	Harmonização do arcabouço legislativo da AP com os instrumentos legais da OCDE, promovendo revisões por pares e a implementação de padrões globais. A OCDE, por sua vez, oferece suporte técnico, análises detalhadas e recomendações específicas para o aprimoramento de políticas públicas nos países membros da AP.
(vi)	Eventos conjuntos	Realização de seminários, workshops, sessões de treinamento e encontros interinstitucionais sobre temas como governança corporativa, gestão econômica e inclusão social. Esses eventos visam a capacitação técnica e a disseminação de boas práticas entre os membros da OCDE e da AP.
(vii)	Estudos e projetos conjuntos	Desenvolvimento de projetos colaborativos e estudos regionais voltados para desafios como desigualdade, mudanças climáticas e competitividade econômica, acompanhados da preparação e divulgação de publicações regionais que promovam a troca de dados, informações e análises detalhadas entre as partes.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em (AP, 2019).

A declaração firmada com a OCDE refletiu o compromisso mútuo em construir relações sólidas, estratégicas e duradouras, além de promover sinergias entre o processo de integração econômica da AP e as ferramentas analíticas desenvolvidas pela OCDE. O documento também destaca a decisão conjunta de colaborar em áreas de interesse, como economia digital, cadeias globais de valor, harmonização regulatória internacional, pequenas e médias empresas (PMEs), entre outras (AP, [s.d.a]).

Apesar do grande potencial de colaboração entre os membros da AP e os seus países observadores (OCDE), essa parceria ainda não foi plenamente explorada, conforme indicado pelo relatório "*Pacific Alliance & Observer Countries: An Agenda for Co-operation*". Este estudo, considerado um dos documentos mais importantes das relações entre as entidades, promove debates sobre novos modelos de integração regional na América Latina (OCDE, 2018).

O relatório é fruto de uma parceria entre o Instituto Europeu de Estudos Internacionais (EIIIS), a *Copenhagen Business School* (CBS), a *Friedrich Alexander Universität Erlangen-Nuremberg* (FAU) e da própria OCDE. O seu objetivo é estruturar uma agenda de cooperação entre a AP e os seus países observadores, com foco no apoio ao processo de aprendizagem, baseado nas experiências concretas de três países - Suécia, Alemanha e Dinamarca. Para a sua elaboração, foram realizados três workshops - Estocolmo, Copenhague e Berlim - reunindo

acadêmicos, formuladores de políticas, representantes empresariais, sociedade civil e diplomatas. Durante esses encontros, foram identificadas quatro macroáreas prioritárias de cooperação³⁷: digitalização, empreendedorismo e PMEs, educação e capacitação profissional e igualdade de gênero. A partir desses debates, derivou-se propostas políticas específicas para a AP (OCDE, 2018).

O papel de liderança da OCDE neste estudo evidencia o interesse da organização em fortalecer a cooperação com a AP e seus países observadores. A OCDE reconhece o potencial significativo das propostas apresentadas para impulsionar o desenvolvimento de uma agenda de cooperação multilateral, tendo como plano de fundo a liberalização econômica (OCDE, 2018).

Foi observado, portanto, um potencial significativo para ampliar as interações entre os trinta países observadores (OCDE) e os quatro países fundadores da AP. Para que a cooperação seja efetiva, o estudo diz que se deve ir além dos instrumentos tradicionais, incluindo modalidades inovadoras como o compartilhamento de conhecimento, a capacitação técnica e a transferência de tecnologia. Essa abordagem deve considerar as estratégias nacionais e regionais e adotar uma perspectiva multidimensional que transcenda enfoques setoriais limitados a temas específicos (OCDE, 2018).

Por fim, destaca-se o principal evento produzidos pela OCDE relacionado à AP. Trata-se do Seminário “*Emerging Markets. The Pacific Alliance: Perspectives & Opportunities for Latin America*”, realizado no Centro de Desenvolvimento da OCDE, em Paris, em 2017. Este evento promoveu uma reflexão sobre as relações internacionais da AP, com discussões aprofundadas sobre as sinergias identificadas com o Ocidente e possíveis maneiras de reforçá-las por meio de um exercício de harmonização consensual. A conferência teve como objetivo discutir não apenas a promoção de diretrizes de políticas econômicas para um crescimento mais sustentado e robusto na região, mas também outros tipos de cooperações mutuamente benéficas, visando aumentar o bem-estar e a aplicação de políticas regionais de impacto (OCDE, 2018).

A AP possui dimensões não apenas comerciais, mas também geopolíticas. Seus quatro países fundadores já possuíam acordos de livre comércio com os EUA antes mesmo de considerarem a criação do bloco, funcionando como uma espécie de “estágio” anterior à sua consolidação. Para a AP, Washington é o observador de maior relevância em termos de importância regional. Em declaração oficial, o governo norte-americano enfatizou as conquistas

³⁷ Essas áreas também foram destacadas como prioritárias pela Aliança do Pacífico nas Declarações de *Puerto Varas* (2016), *Cali* (2017) e *Puerto Vallarta* (2018) (OCDE, 2018).

econômicas do bloco e os valores compartilhados, como abertura de mercados e adesão a investimentos estrangeiros diretos (US, 2013). A emergência da AP em 2011, mesmo após um período de contestação ao liberalismo e à hegemonia dos EUA, evidenciou que o poder norte-americano na região não se dissipou e que as narrativas contrárias³⁸ não se tornaram dominantes (Dabène; Parthenay, 2017; Correa Serrano; Catalán Salgado, 2016).

Essa aproximação não ocorreu de maneira espontânea. Washington se valeu de suas próprias institucionalidades, selecionando parceiros cujas visões de mundo, interesses e identidades se alinham aos padrões norte-americanos - o que se aplica aos integrantes da Aliança do Pacífico (AP) que ingressam na OCDE. Os quatro membros do bloco estão amplamente comprometidos com as regras da globalização econômica e mantêm acordos de livre comércio entre si, reforçando a sua credibilidade como interlocutores privilegiados dos EUA. Além disso, a orientação pró-mercado do bloco é reforçada, estimulando acordos bilaterais com a União Europeia e os norte-americanos. Tanto a criação da AP quanto o lançamento do LACRP, em 2016, respondem à institucionalização de canais de relacionamento com determinados governos latino-americanos, a fim de abastecer os interesses das economias desenvolvidas na região (Dabène; Parthenay, 2017; Simões, 2018).

Com a anuência dos EUA, a OCDE tem respaldado a internacionalização da AP e estimulado a sua aproximação com a própria organização, evitando que o protagonismo regional fique limitado à Ásia-Pacífico e aos interesses chineses (OCDE, 2020a). Washington, por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da própria AP, tem oferecido suporte aos países latino-americanos na realização de reformas estruturais necessárias para atender aos padrões de governança econômica da OCDE. Não surpreende, por isso, que os países mais próximos dos EUA - e com as quais mantêm acordos de livre comércio - tenham liderado a criação da AP e buscado ingressar na OCDE antes das maiores economias da região, como o Brasil e a Argentina.

³⁸ Historicamente, enquanto os bolivarianos e membros do Mercosul promoveram uma postura mais assertiva, certas nações latino-americanas de orientação liberal optaram por fortalecer vínculos com os EUA (Viana; Barros; Calixtre, 2011).

Tabela 3 - Principais Acordos de Livre Comércio com os EUA

Países	TLCs	Relações Econômicas Bilaterais
México	O Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA), vigente desde 1º de julho de 2020, substituiu o NAFTA. O USMCA busca relações comerciais mais equilibradas entre os países membros, contribuindo para a criação de empregos e promovendo o crescimento econômico norte-americano.	O México é o segundo maior mercado de exportação dos EUA e o terceiro maior parceiro comercial. Em 2018, o comércio bilateral de bens e serviços alcançou US\$ 678 bilhões. Cerca de 80% das exportações mexicanas foram destinadas aos EUA.
Colômbia	O Acordo de Promoção Comercial (TPA), vigente desde 15 de maio de 2012, elimina tarifas e facilita o comércio em diversos setores, como serviços financeiros e telecomunicações. Inclui normas ambientais e trabalhistas.	Os EUA são o principal parceiro comercial e investidor na Colômbia. O comércio bilateral atingiu US\$ 39,3 bilhões em 2022, com destaque para mineração e manufatura. Empresas americanas geraram mais de 90 mil empregos diretos.
Chile	O Acordo de Livre Comércio entre os EUA e o Chile, em vigor desde 1º de janeiro de 2004, foi projetado para eliminar tarifas e ampliar o acesso aos mercados de ambos os países. O acordo reduz barreiras ao comércio de serviços, protege os direitos de propriedade intelectual e promove a transparência regulatória ³⁹ .	Antes da entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, os norte-americanos já ocupavam posição de principal parceiro comercial do Chile, com uma participação de 16% nas trocas comerciais ⁴⁰ .
Peru	O Acordo de Livre Comércio EUA-Peru (PTPA), vigente desde 1º de fevereiro de 2009, eliminou tarifas e fortaleceu a proteção à propriedade intelectual, aos trabalhadores e ao meio ambiente.	O comércio bilateral aumentou de US\$ 9,1 bilhões (2009) para US\$ 22,2 bilhões (2022). O comércio agrícola cresceu 260% no mesmo período.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em (STATE DEPARTMENT, [s.d.]; USTR, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.c]).

³⁹ Além disso, assegura a não discriminação no comércio de produtos digitais, exige a manutenção de leis de concorrência que coíbam práticas comerciais anticompetitivas e determina a aplicação efetiva de normas trabalhistas e ambientais. Desde 1º de janeiro de 2015, todos os produtos originários dos EUA passaram a entrar no Chile sem a incidência de impostos (USTR, [s.d.a].).

⁴⁰ Esse patamar foi mantido até 2006. Após flutuações no ranking, desde 2009 os EUA se consolidaram como o segundo maior parceiro comercial do Chile, mantendo uma participação média de 16%. Em 2022, a participação americana no comércio exterior chileno alcançou 17% (USTR, [s.d.a].).

4 OS PROCESSOS DE ACESSÃO DE PAÍSES LATINO-AMERICANOS

Neste capítulo, são analisados os antecedentes e as variáveis domésticas que influenciam na formulação e implementação da política externa dos países latino-americanos, com vistas ao processo de adesão à OCDE. Parte-se do pressuposto de que a política externa é moldada por dinâmicas internas, envolvendo demandas, conflitos e convergências de diversos grupos domésticos, que disputam espaços de poder e buscam coordenar agendas e interesses específicos. Por isso, a investigação abrangerá a identificação dos principais indivíduos e instituições que exerceram liderança na tomada de decisão sobre o ingresso na OCDE, assim como a análise dos métodos e canais de interação desenvolvidos com essa organização. São também consideradas as particularidades de cada um dos quatro países latino-americanos selecionados, levando em conta os seus respectivos contextos políticos, econômicos e institucionais. Em linhas gerais, é buscado identificar as diretrizes da política externa e os projetos de inserção internacional de cada país, junto ao mapeamento dos atores, evidenciando como tais iniciativas se articulam com o objetivo maior de integração à economia global.

4.1 México (1994)

4.1.1 A política externa mexicana e a aproximação com a OCDE

Para compreender o processo de adesão do México à OCDE, é necessário retomar os contextos domésticos e sistêmicos que moldaram essa trajetória. Desde a entrada da Nova Zelândia em 1973, nenhum novo membro havia sido aceito pela organização, muito menos um país com características socioeconômicas tão distintas como o México. Todavia, as transformações globais provocadas pela queda do Muro de Berlim, o fim da ordem bipolar e a ascensão de novas configurações de influência global, com as expectativas de fortalecimento do multilateralismo, impulsionaram debates na OCDE sobre o alargamento de sua membresia⁴¹ (Villanueva Ulfgard; López, 2017). Ao mesmo passo, o México vinha conquistando reconhecimento internacional pelas reformas econômicas implementadas em resposta às crises, culminando na sua adesão ao NAFTA em 1994. Esse acordo decisivo para consolidar o país

⁴¹ As transformações em curso na economia global, marcadas pela emergência dos países do Leste Europeu como economias de mercado, pela crescente relevância das dinâmicas econômicas asiáticas, pelos esforços renovados de integração na América Latina, pela consolidação do Mercado Único Europeu, pelo Tratado de Livre Comércio da América do Norte e pelo fortalecimento do desejo de cooperação internacional em diversos setores, levaram a OCDE a reavaliar suas atividades e metas. Nesse contexto, o processo de alargamento da OCDE surge como uma resposta estratégica, incorporando novas economias e ampliando sua abrangência para refletir as realidades econômicas e geopolíticas em evolução (Hernández Santiago, 1996).

como um ator alinhado à liberalização econômica e à integração internacional, credenciando-o como um candidato viável para ingressar na OCDE, conforme discutiremos mais adiante.

A partir dos anos 1980, o país enfrentou transformações econômicas marcadas pelo esgotamento do Modelo de Substituição de Importações (MSI) e pela intensificação da crise econômica regional, que levaram a profundas mudanças nas políticas internas. Sob os governos de Miguel de la Madrid e Carlo

s Salinas, o México implementou uma agenda de liberalização econômica em consonância com o "Consenso de Washington", caracterizada pela abertura ao mercado global e pela redução da intervenção estatal na economia. Esse conjunto de reformas preparou o terreno para a entrada do México na OCDE (Paz, 2005; Vigevani; Cepaluni, 2016).

Durante esse período, o México começou a eleger presidentes com perfis tecnocráticos, formados academicamente nos EUA e distantes das dinâmicas políticas tradicionais do país. Essa mudança refletiu a ascensão de uma nova elite empresarial que promoveu uma alteração significativa no modelo econômico, anteriormente nacional-desenvolvimentista. Propôs-se redimensionar o papel do Estado, orientando-o para o mercado externo. Nesse contexto, os grandes empresários mexicanos e o investimento estrangeiro direto (IED) foram considerados os grandes agentes do desenvolvimento econômico (Alba, 2023).

Miguel de la Madrid (1982-1988), o primeiro desses presidentes tecnocráticos, assumiu a presidência com a missão de restaurar a economia nacional após a crise de 1982. Diante das dificuldades econômicas, sua política externa seguiu uma linha de "presença discreta". Embora o México tivesse participado ativamente na pacificação da América Central através do Grupo Contadora, o foco do seu governo foi a estabilização econômica interna (Abella, 2015).

A nova orientação da política externa de la Madrid refletiu, em grande medida, a insatisfação com os modelos de desenvolvimento seguidos até então, considerados ineficazes para enfrentar os desafios econômicos da época. Com o esgotamento das estratégias de desenvolvimento adotadas pelos países do Terceiro Mundo, o governo passou a defender que, num contexto de globalização crescente, as economias orientadas para o mercado internacional teriam mais chances de prosperar. Assim, o novo projeto buscou a "modernização" do país para superar a crise e reduzir a distância em relação às economias desenvolvidas, materializando-se internamente numa reforma estrutural de caráter liberal (Paz, 2005).

Acreditava-se que uma aproximação gradual com o Atlântico Norte impulsionaria mudanças estruturais nos aparatos estatais do México. Em 1986, ao aderir ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), o país deu início à liberalização de sua economia e inseriu-

se nos novos fluxos da globalização. Esse movimento estratégico foi acompanhado de um plano de aproximação com os EUA para a obtenção de crédito externo (Ives, 2017).

O governo Madrid implementou reformas econômicas alinhadas aos compromissos firmados com o FMI, redirecionando o excedente econômico em benefício do capital internacional e dos setores dominantes do capital nacional (Xelhuantzi, 1999). Essas medidas lançaram as bases para as reformas mais profundas conduzidas posteriormente por Carlos Salinas e prepararam o terreno para a revalorização da imagem do México no cenário internacional e o seu ingresso na OCDE.

Em 1988, Carlos Salinas de Gortari, ex-secretário de Finanças do governo de Miguel de la Madrid (1982-1988), foi eleito presidente do México. Com um perfil tecnocrático semelhante ao de seu antecessor, aprofundou o liberalismo econômico e estreitou as relações com os EUA. Enfrentando uma grave recessão interna, caracterizada pela estagnação do PIB e hiperinflação (Roldan, 1994), intensificou o programa econômico do governo anterior, promovendo a privatização de cerca de mil empresas estatais e renegociando a dívida externa com credores internacionais (Arellano, 1994; Hanson, 2012). Dessa forma, sua política econômica foi marcada pelo rigor no controle de gastos públicos, fortalecimento fiscal e redução da dívida externa, medidas que visavam reposicionar o México como um ator competitivo e confiável no mercado global (Ives, 2017).

O Plano Nacional de Desenvolvimento (1989-1994) teve como objetivo central a promoção do desenvolvimento econômico mexicano, fundamentado numa inserção mais efetiva do país no contexto global (Tamames, 1991). As relações exteriores foram reduzidas aos objetivos econômicos do governo Salinas - atração de capital externo e integração aos novos fluxos econômicos da globalização (Ives, 2017; Velázquez, 2001).

Assim, algumas prioridades tradicionais da diplomacia mexicana foram redefinidas em favor da estratégia econômica, com a redução da influência da Secretaria de Relações Exteriores (SRE) na formulação e implementação da política externa (Signoret, 2005). Num quadro de mudanças, a Secretaria de Economia (SE), assumiu a liderança na inserção econômica internacional do país. Com o apoio do setor privado, buscou-se reposicionar o México como um ator relevante nos principais centros de poder político e econômico globais.

Durante o governo Salinas, a política externa mexicana - refletindo tanto interesses nacionais quanto mudanças contínuas no sistema internacional - foi orientada pela prioridade de integrar a economia nacional aos mercados globais e ampliar alianças. Entre as principais iniciativas estavam a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, na sigla em inglês), a formação do Grupo dos Três (G-3) com Colômbia e Venezuela, o ingresso

no Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e na OCDE, a participação no fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e a realização da Primeira Cúpula Ibero-Americana (Xelhuantzi, 1999; Velázquez, 2001).

Num contexto internacional desfavorável, algumas alianças mostraram-se mais frágeis do que outras: os países europeus concentravam-se na consolidação da União Europeia e no apoio às nações socialistas em transição; no contexto asiático, liderado pelo Japão, os países da APEC demonstraram pouco interesse em parcerias com o México; enquanto na América Latina o foco estava na consolidação de processos democráticos, no retorno de governos civis e na formação de blocos regionais. O governo Salinas percebeu, então, que o êxito de seu projeto econômico dependeria da aliança com os EUA - sobretudo, para garantir a implementação do NAFTA e a integração à OCDE (Paz, 2005).

Desde a Revolução Mexicana, pela primeira vez, houve um notável estreitamento positivo nas relações entre o México e os EUA⁴². A integração com a economia norte-americana passou a ser não apenas aceita, mas vista como uma oportunidade vantajosa para ambos os países. Embora o governo mexicano mantivesse um discurso de diversificação de suas relações exteriores, as ações do governo Salinas evidenciavam um foco direcionado aos laços com os EUA, atendendo às exigências de uma nova ordem global pós-Guerra Fria. Essa postura foi reforçada durante a visita do presidente George Bush a Monterrey, em novembro de 1990, quando ele declarou que as negociações do NAFTA constituíam a institucionalização da relação bilateral. Essa estratégia abarcava três áreas prioritárias: a administração da dívida externa⁴³, a atração de investimentos estrangeiros e o fortalecimento das relações comerciais (Signoret, 2005).

O NAFTA teve grande impacto para a política externa do governo Salinas, aproximando o país do atlântico norte. Contudo, essa integração exigiu reformas internas significativas para nivelar a sua economia aos padrões dos outros dois países. A participação do México no NAFTA também promoveu o seu ingresso na OCDE, pois ambas iniciativas complementavam-

⁴² Historicamente, a dependência econômica do México em relação aos EUA limitou sua capacidade de diversificar iniciativas regionais e internacionais que pudessem desafiar as principais políticas econômicas norte-americanas ou reduzir sua influência na região, o que gerou descontentamento entre alguns governos nacionalistas anteriores. Para Salinas, mesmo que o México perdesse parte de sua autonomia internacional, deveria reforçar suas relações com os EUA para impulsionar o projeto econômico do país, voltado para a exportação (Gómez Bruera, 2015).

⁴³ O pioneirismo do México na reestruturação de sua dívida externa, por meio do Plano Brady, fortaleceu as bases econômicas nacionais, demonstrou o compromisso do governo com a estabilidade e a credibilidade financeira internacional e viabilizou condições efetivas para o NAFTA (Velázquez, 2001).

se assegurando o compromisso do país em adotar os novos padrões da governança econômica internacional (Flores, 1994).

Graças às mudanças legislativas implementadas em 1992 para alinhar as leis mexicanas às disposições do NAFTA, o México já havia realizado diversas reformas antes mesmo de considerar a possibilidade de aderir à OCDE. Entre essas reformas destacavam-se: a manutenção de um sistema fiscal competitivo, rigoroso controle dos gastos públicos, desregulamentação econômica (Xelhuantzi, 1999).

Dessa forma, a OCDE rapidamente tornou-se uma das principais agendas da política externa do governo Salinas. Entendia-se que o ingresso na organização constituía um ponto de descontinuação com o passado e determinante para o funcionamento do novo modelo econômico adotado por aquele governo (FLORES, 1994). O arcabouço político-normativo da organização seria empregado para promover e legitimar as transformações domésticas (Perales-Fernandéz; Dussauge-Laguna, 2023). Ao nível externo, o país estaria aprimorando as suas relações com os países desenvolvidos e conseqüentemente, a sua posição nos jogos de poder do sistema internacional (Signoret, 2005).

Tabela 4 - Reformas Econômicas e Acordos Comerciais do México (1988-1998)

Ano	Medida/Evento	Descrição
1988	Redução de barreiras comerciais	Simplificação das tarifas (redução de 16 para 10 faixas); eliminação de subsídios à exportação e preços preferenciais de insumos energéticos e petroquímicos.
1986-1988	Entrada no GATT	Acesso ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), promovendo a abertura comercial e a eliminação de barreiras à importação.
1990	Início das negociações do NAFTA	Início das negociações para o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) com EUA e Canadá.
1991	Acordo de Livre Comércio com o Chile	Estabelecimento de um acordo comercial com o Chile, outro país latino-americano com um modelo econômico semelhante ao do México, caracterizado pela liberalização e abertura de mercados. O Chile também estava promovendo reformas econômicas alinhadas ao neoliberalismo, buscando a integração no comércio global. Esse acordo permitiu maior circulação de bens e investimentos entre os dois países, reforçando suas políticas de integração ao mercado internacional.

1994	Entrada em vigor do NAFTA e Ingresso na OCDE	Formalização do NAFTA, estabelecendo livre comércio com EUA e Canadá; acordos com Costa Rica, Colômbia, Venezuela e Bolívia. México ingressa na OCDE, reforçando compromissos de liberalização econômica e integração internacional.
1995-1998	expansão comercial	Negociações com Guatemala, El Salvador, Honduras e MERCOSUL; resolução de disputas comerciais no NAFTA; negociação de acordo com a União Europeia.

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em (Cepal, 2000).

A possibilidade de adesão do México à OCDE desencadeou uma das primeiras disputas internas na organização, revelando que os interesses dos países membros não eram tão homogêneos quanto se supunha durante a Guerra Fria. Com o término do confronto bipolar, tornou-se evidente que os membros não estavam mais dispostos a sacrificar interesses econômicos particulares em favor de objetivos políticos comuns, já que o "princípio de oposição" à União Soviética havia deixado de existir. Nesse novo cenário, durante a década de 1990, os países expressaram suas divergências ao considerar outros candidatos à adesão a OCDE (Paz, 2005).

Membros não europeus da OCDE defendiam a expansão geográfica da organização e buscavam equilibrar a representação entre países europeus e não europeus. Nesse contexto, apenas Canadá, Espanha⁴⁴ e EUA apoiaram plenamente a entrada do México na OCDE, enquanto o Japão promovia a adesão da Coreia do Sul. Por outro lado, os países europeus, liderados pela Alemanha, preferiam a inclusão dos ex-países socialistas do Leste Europeu (Davis, 2023).

As condições efetivas para o ingresso do México só foram estabelecidas quando os EUA manifestaram o apoio em sua adesão à OCDE⁴⁵. Pode-se argumentar que a entrada mexicana resultou do equilíbrio de forças dentro do Conselho, no qual os EUA impuseram seus interesses, apesar de a OCDE ser predominantemente europeia em sua composição. Com objetivos geopolíticos e econômicos no hemisfério, os norte-americanos consideravam vital a adesão mexicana para equilibrar forças dentro do Conselho majoritariamente europeu. Havia também a percepção de que o processo de ingresso aceleraria a internalização de reformas econômicas mexicanas alinhadas tanto à OCDE quanto ao NAFTA (Ovando Regalado, 1995).

⁴⁴ Devido aos laços histórico-coloniais, a Espanha e Portugal defenderam a inclusão de países latino-americanos à OCDE (DAVIS, 2023).

⁴⁵ Inicialmente, esse interesse não era amplamente compartilhado entre os Estados-membros. Algumas nações como a Noruega e a Dinamarca se opuseram ao ingresso mexicano na OCDE, apontando críticas sobre o subdesenvolvimento do país e à ausência de valores alinhados a organização (PAZ, 2005).

Ademais, tanto para Washington quanto para o governo Salinas, o processo de adesão fazia parte de uma estratégia de *lock-in*, pois, ao internalizar os instrumentos legais da organização, o México comprometia-se com políticas liberalizantes de longo prazo. Em outros termos, buscava-se preservar a manutenção da orientação econômica do governo Salinas, alinhada às prescrições macroeconômicas da OCDE e, portanto, garantir que a orientação econômica adotada naquele momento não fosse alterada após uma possível mudança de governo (Paz, 2005).

Por meio do trabalho conjunto entre funcionários públicos de alto escalão mexicanos e norte-americanos e o Secretariado da OCDE, foi estabelecida uma forte campanha sinalizando que a adesão mexicana seria estratégica não apenas para os objetivos institucionais da organização, mas também confluyente com os interesses econômicos dos Estados-membros. Dentre os argumentos favoráveis, destacavam-se:

- (i) O México era considerado uma porta de acesso direto ao mercado norte-americano, via NAFTA; (ii) a economia mexicana estava se tornando uma das mais abertas do mundo; e (iii) a capacidade mexicana de criar pontes com os países em desenvolvimento e propagar as ideias da OCDE em espaços inóspitos para a organização (Signoret, 2005, p. 2).

Com uma conjuntura internacional propícia, o governo Salinas conseguiu aumentar rapidamente o contato com a Organização, adotando um plano que consistia na participação via compartilhamento de interesses. Por meio de uma coordenação permanente, sob a responsabilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros e assistida pelo Ministério das Relações Exteriores, assegurou um ritmo consistente com as mudanças internas. Muitas reformas econômicas já estavam em curso ou haviam sido implementadas nos anos anteriores (Flores, 1994).

É pertinente afirmar que as relações que o México estabeleceu com a OCDE naquele contexto respondiam às diretrizes econômicas do governo Salinas. Os formuladores de políticas esperavam que a plena membresia na OCDE garantisse ao país: (i) confiança interna e externa na economia mexicana; (ii) classificações de risco político mais favoráveis; (iii) acesso a linhas de crédito com custos financeiros reduzidos; e (iv) uma imagem internacional aprimorada, visando o aumento do IED (Flores, 1994; Arellano, 1994).

O México demonstrou grande interesse em ser escolhido como candidato à adesão, submetendo diversas propostas à OCDE. A organização considerou que, desde a década de 1980, as reformas econômicas transformaram o país em um dos mercados emergentes mais abertos do mundo. Do ponto de vista técnico, a OCDE demonstrou interesse em estudar o caso

mexicano devido à recorrência de crises econômicas significativas que o afetavam, com potencial para desestabilizar o sistema econômico internacional (Flores, 1994).

Segundo o ex-Secretário-Geral da OCDE, Jean-Claude Paye, o interesse do México em ingressar na organização era resultado de sua política econômica liberal e da aspiração de ser reconhecido como parte do "Primeiro Mundo". Para ele, a trajetória do México incluiu passos significativos, como a adesão ao GATT em 1986, após intensos debates, e a participação como acionista do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD). As reformas econômicas implementadas pelo país revelaram-se notáveis para um país em desenvolvimento, evidenciando a determinação e a capacidade do governo Salinas em internalizar as agendas propostas pela OCDE (OECD, 1991).

Esse período foi marcado por um otimismo liberal, com instituições voltadas para a convergência e o compartilhamento, em contraste com a divergência e a disputa observadas durante a Guerra Fria. O México engajou-se em um processo de adaptação linear a um modelo único, inserido no contexto ideológico pró-Consenso de Washington, que se traduziu em reformas econômicas liberalizantes e foi influenciado por ideias como o "fim da história"⁴⁶ - conceito que exerceu forte influência global, especialmente na América Latina. Esse contexto ideológico representava o fim do "Terceiro Mundo" e a convergência com o "Primeiro Mundo" (Mello, 2009).

A escolha do governo mexicano em ingressar na OCDE foi uma "decisão de política externa" de natureza soberana, embora influenciada por certas pressões, restrições e condições. Internamente, o governo de Salinas contou com o apoio do setor privado, enquanto externamente recebeu respaldo dos EUA. Salinas esperava que a participação do México na OCDE permitisse ao país envolver-se nas principais negociações conduzidas pelas nações mais influentes do mundo (Ovando Regalado, 1995). Além disso, acreditava que o apoio da OCDE, por meio de estudos e programas, legitimaria seu projeto econômico, facilitando a aprovação legislativa e promovendo o consenso em torno das reformas propostas pelo Executivo.

O ingresso do México na OCDE, concretizado em maio de 1994, resultou das reformas econômicas implementadas durante o governo de Salinas, as quais alinharam o marco econômico, legal e institucional do país aos princípios da organização, e da determinação em aderir ao "primeiro mundo". Levando em consideração as reformas do NAFTA e as relações com os EUA, o processo de adesão foi relativamente rápido (Velázquez, 2001).

⁴⁶ FUKUYAMA, F. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Como primeiro país latino-americano a buscar adesão à OCDE, o México trilhou um caminho pioneiro na região. Devido ao histórico da organização como um clube restrito, com poucas novas adesões, as relações entre o México e a OCDE foram estabelecidas por vias de um experimentalismo, sem um *roadmap* previamente definido. A OCDE impôs ao país uma série de requisitos⁴⁷ que precisavam ser cumpridos para que se tornasse membro, conforme previstos nos principais documentos e na Carta de Convenção da organização (Paz, 2005). Além disso, o processo de acesso foi considerado uma espécie de seguro para que o México continuasse implementando suas reformas liberalizantes, mesmo no caso de fracasso das negociações do NAFTA (Neves, 2021).

Desde a década de 1980, o México participava informalmente de diversos comitês da OCDE. Em 1990, com o intuito de conhecer a Organização e as possibilidades de aumento dos vínculos, foi enviada uma equipe com altos funcionários mexicanos para uma missão exploratória. No mesmo ano, o país aceitou participar formalmente do Comitê do Aço e avançou rapidamente na privatização desse setor industrial (Davis, 2023). O Ministério da Administração Pública também se envolveu em vários comitês relacionados à gestão pública e governança, visando modernizar a administração, aumentar a transparência e implementar iniciativas de governo eletrônico (Perales-Fernandéz; Dussauge-Laguna, 2023).

Durante o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), as relações entre o México e a OCDE avançaram de forma significativa. Em 1991, após a realização de um estudo exploratório sobre a situação econômica e política mexicana, o Secretário-Geral da OCDE reuniu-se com o ministro mexicano das Relações Exteriores para discutir a possibilidade de uma maior integração do México com a organização. Nesse encontro, foi solicitada a admissão do país como observador em oito comitês temáticos: movimentos de capital, investimento internacional, mercados financeiros, comércio, políticas de proteção ao consumidor, políticas e legislação de concorrência, emprego e assuntos sociais, e meio ambiente (Flores, 1994).

O Conselho da OCDE instruiu cada comitê a estabelecer termos específicos e critérios de avaliação para a participação do México. Delegações mexicanas de alto nível, compostas por representantes das principais instituições nacionais, reuniram-se com esses comitês para apresentar informações detalhadas sobre a economia e estatísticas do país, buscando alcançar o consenso necessário para a adesão à organização (Xelhuantzi, 1999). Essas delegações incluíam funcionários de órgãos como a *Secretaría de Economía* (SE), a *Secretaría de Medio Ambiente*

⁴⁷ Entre os compromissos mais relevantes, destacam-se o Código de Liberalização dos Movimentos de Capital, o Código de Liberalização das Operações Correntes Invisíveis e as legislações relacionadas ao Investimento Estrangeiro e às Empresas Multinacionais (Paz, 2005).

y Recursos Naturales (Semarnat), a *Secretaría de Desarrollo Social* (Sedesol) e a *Secretaría de Hacienda y Crédito Público* (SHCP). Foi instituído um Grupo Permanente de Subsecretários (GSP), liderado pelo Subsecretário Andrés Rozental, com a finalidade de monitorar de forma minuciosa a atuação das diferentes agências na OCDE, avaliar os compromissos passíveis de serem firmados e elaborar orientações estratégicas para as delegações envolvidas (Tello *apud* Hernández Santiago, 1996).

Em setembro, foi criada na Embaixada do México na França uma seção dedicada à OCDE. Essa unidade tinha como principal objetivo apoiar a participação das delegações mexicanas nas atividades organizadas pela entidade, além de estabelecer um canal de comunicação eficiente entre o governo mexicano e a Organização (Hernández Santiago, 1996). Em 1992, é publicado o primeiro relatório econômico direcionado ao México, destacando a aplicação de reformas estruturais e recomendações para a estabilização macroeconômica, redução da inflação e o equilíbrio orçamental (Vicher, 2014), ademais:

[...] se recomendó fomentar la confianza en los inversores como clave para un alto crecimiento económico, reformas en política fiscal, en el sistema de pensiones, flexibilización en el empleo, continuar con una política monetaria enfocada a reducir la inflación y mantener buenas condiciones para los mercados financieros, mantener una política fiscal restrictiva, reforzar el sistema fiscal para apoyar aumentos justificables del gasto público (Vicher, 2014, p. 127).

Durante o processo de acessão, quase todo o quadro jurídico nacional foi reformado para reduzir a intervenção estatal e atender às recomendações da OCDE (Perales-Fernandéz; Dussauge-Laguna, 2023). Mesmo expressando ressalvas a respeito da flexibilização de alguns setores como finanças, energia, telecomunicações, petróleo e o mercado de capitais, o governo mexicano acabou cedendo à maioria das condicionalidades exigidas durante as negociações (Neves, 2021).

No contexto geopolítico, a possível entrada do México na OCDE foi condicionada pela exigência de sua retirada do G-77⁴⁸, o que implicou na renúncia do país à sua liderança simbólica no “terceiro mundo”⁴⁹. Esse afastamento em relação aos países em desenvolvimento – que frequentemente se opunham às políticas das nações desenvolvidas – refletiu dinâmicas de poder e controle nas relações entre o México, EUA e a OCDE. Essa decisão levou ao abandono de um fórum estratégico que coordenava interesses comuns de desenvolvimento nas

⁴⁸ A carta de comunicação elaborada por Manuel Tello, então Secretário de Relações Exteriores do México, e entregue ao Ministro das Relações Exteriores da Argélia - na época presidente do G-77 - informou que o governo mexicano deixaria de participar de qualquer grupo ou coalizão que se opusesse às posições dos países desenvolvidos (Tello, 1994, *apud* Signoret, 2005).

⁴⁹ Diferente dos países do G-77, que buscavam criar estruturas internacionais alternativas, o México deveria atuar como um “ator cooperativo do sistema” e uma “potência média do *status quo*” (Gómez Bruera, 2015).

negociações da ONU, resultando na perda de acesso a programas de assistência e a importantes espaços de negociação voltados ao progresso socioeconômico do país (Neves, 2021; Signoret, 2005).

Em 1993, antes de sua adesão formal, o México foi selecionado junto a outros três países latino-americanos que realizavam reformas estruturais – Argentina, Brasil e Chile – para participar do programa *Dynamic Non-Member Economies* (DNMEs), promovido pela OCDE. Esse programa incluía também seis economias asiáticas – Hong Kong, Coreia do Sul, Malásia, Cingapura, Taiwan e Tailândia – e buscava explorar o papel do investimento estrangeiro direto (IED) na integração econômica regional e no fortalecimento dos vínculos com as economias da OCDE. O programa permitiu discutir tendências regionais e globais de IED e os impactos de acordos interempresariais e privatizações como instrumentos para atrair investimentos (OECD, 1993).

Finalmente, em 1994, o México ingressou formalmente na OCDE, como decorrência dos processos de “modernização” da economia - abertura comercial, privatizações e das negociações paralelas pela formação do NAFTA (Arellano, 1994). Para tal sucesso, foi necessária uma conjuntura internacional favorável e uma negociação muito ativa entre as autoridades mexicanas, membros da organização e o Secretariado. Para Flores (1994): “*esto constituye un reconocimiento a la nueva posición internacional de México, a las profundas transformaciones económicas emprendidas en los últimos años y a sus perspectivas de desarrollo*” (Flores, 1994, p. 517). A sua entrada foi importante para superar (parcialmente) a nomenclatura “clube dos ricos”, em razão da primeira inclusão formal de um país em desenvolvimento na Organização (Perales-Fernandéz; Dussauge-Laguna, 2023).

A adesão do México à OCDE em 1994 ocorreu em um momento de considerável instabilidade política e social no país. Um dia após o assassinato de Luis Donaldo Colosio, candidato presidencial pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), em 23 de março de 1994, o Conselho da OCDE decidiu por unanimidade que o México preenchia todos os requisitos para se tornar membro. Posteriormente, em 28 de setembro de 1994, José Francisco Ruiz Massieu, secretário-geral do PRI e ex-governador do estado de Guerrero, também foi assassinado. Embora esses eventos de violência política levantassem questionamentos sobre o compromisso mexicano com a democracia pluralista e o respeito aos direitos humanos, eles tiveram pouca influência na decisão dos membros da OCDE. O tema não foi amplamente debatido, e tais acontecimentos não impediram a aceitação do México, considerada bem-vinda. Isso sugere que considerações econômicas e geopolíticas prevaleceram sobre os critérios referentes à democracia na decisão da organização (Nolasco Meza, 2024; Signoret, 2005).

De acordo com Nolasco Meza (2024), Jean-Claude Paye, então secretário-geral da OCDE, ciente das implicações políticas, afirmou no Château de la Muette: "*People and problems pass, institutions, clear rules, and certainty endure. This organization will help give meaning and certainty to Mexico's economic and social future*" (Nolasco Meza, 2024). Essa declaração reflete a perspectiva da OCDE de que a integração do México poderia contribuir para a estabilidade econômica e institucional do país, independentemente das turbulências políticas momentâneas.

Apesar de não apresentar níveis de desenvolvimento plenamente alinhados aos padrões da OCDE e enfrentar desafios internos, como crises econômicas e instabilidade social (Signoret, 2005), o México foi convidado a aderir à organização em reconhecimento à sua adesão ao Consenso de Washington e às políticas neoliberais. A decisão não resultou de uma avaliação exaustiva sobre as políticas públicas, trajetória de crescimento econômico ou bem-estar da população, mas sim de uma convergência ideológica com os princípios defendidos pela OCDE (UNAM, 2022).

Em síntese, a adesão do México à OCDE em 1994 resultou da convergência entre os princípios liberais da organização e os objetivos da política externa do governo Salinas. Houve compatibilidade entre as reformas econômicas implementadas após as crises da década de 1980 e as novas demandas de uma organização que buscava recuperar a sua identidade e legitimidade no contexto pós-Guerra Fria (Paz, 2005). Nesse cenário, nota-se uma convergência interna e externa, com os EUA como "grande patrocinador", para aprofundar as relações entre o México e a OCDE. O ingresso mexicano à organização não significou uma estratégia de expansão regional e sequencial da OCDE na América Latina, mas uma dinâmica bilateral EUA-México vinculada ao contexto do acordo do NAFTA (Mello, 2020).

4.1.2 A participação de atores estatais

No contexto de adesão do México à OCDE, a participação dos diferentes atores internos foi marcada por baixa transparência e limitada presença da sociedade, em parte devido ao cenário político do período, que inibia questionamentos internos (Signoret, 2005). A ausência de um *roadmap* definido para o processo e a rapidez com que as negociações avançaram - motivada, sobretudo, por exigência dos EUA - contribuíram para a carência de debates públicos e/ou registros documentais que evidenciassem os posicionamentos e as atividades dos atores domésticos.

Apesar desse quadro, algumas entidades públicas destacaram-se na condução do processo. O *Ministerio de Hacienda y Crédito Público* (SHCP), o *Ministerio de Economía* (SE)

e o *Ministerio de Relaciones Exteriores* (SRE) lideraram a articulação multissetorial, com o SHCP e o SE mais focados em questões de liberalização comercial e financeira, e o SRE coordenando o cumprimento dos compromissos assumidos junto à OCDE. Outras secretarias, como a *SAGARPA* e a *SEMARNAT*, mostraram interesse em legislações ambientais e no potencial acesso ao mercado europeu; já o *Ministerio de Educación Pública* (SEP) adotou ferramentas como o PISA, aproveitando a cultura de avaliação proposta pela organização (Signoret, 2005). Enquanto isso, secretarias como o *Ministerio del Trabajo y Previsión Social* (STPS) e a *Secretaría de la Función Pública* (SFP) demonstraram, inicialmente, um engajamento mais limitado, embora a flexibilização trabalhista sugerida pela OCDE pudesse ir ao encontro de suas pautas.

A atuação do poder legislativo foi crucial na promoção de ajustes regulatórios e na supervisão do orçamento destinado às atividades do país na OCDE. Por meio de grupos de trabalho, como “*Fortalecimiento de la Relación Gobierno-Ciudadano y los Procedimientos y Relaciones Parlamentarias*”, representantes da organização compareciam regularmente às comissões legislativas, garantindo acompanhamento e legitimando decisões (Xelhuantzi, 1999). Os governos estaduais, por sua vez, também buscaram estabelecer laços com a OCDE, particularmente por meio de programas promovidos pelo Comitê de Administração Pública (PUMA), que abordavam temas como governança, descentralização e desenvolvimento regional. Essa participação subnacional revelou-se uma extensão dos compromissos federais, demonstrando que o processo de adesão não ficou restrito às instituições do Executivo, mas também alcançou iniciativas locais. Como exigência da organização, foi instaurado um processo de descentralização e desburocratização dos procedimentos administrativos dos governos locais (Xelhuantzi, 1999).

Em meio a essas interações, o México integrou diferentes setores públicos, ampliando a adoção de práticas e políticas de acordo com as diretrizes da OCDE. Nesse sentido, cada entidade pôde contribuir com sua experiência e prioridades, consolidando um sistema de governança marcado pelo envolvimento institucional em torno dos objetivos comuns estabelecidos pela organização.

4.1.3 A participação de atores não-estatais

O empresariado mexicano foi uma das principais bases de apoio do governo de Carlos Salinas, desempenhando papel central na implementação de reformas econômicas liberais. Esse período foi marcado pela privatização de empresas estatais - como a *Pemex* e a Comissão Federal de Eletricidade (CFE) - e pela abertura comercial que culminou na assinatura do

NAFTA. Alinhadas a interesses externos, as elites empresariais aproveitaram as reformas para expandir seus negócios e consolidar sua posição no mercado global. Nesse contexto de liberalização e internacionalização, a possibilidade de ingresso do México na OCDE foi recebida com entusiasmo pelo setor privado, reforçando sua colaboração com o governo na implementação de políticas econômicas favoráveis.

Devido à prominência econômica das agendas da OCDE, diversas instituições governamentais, como a *Secretaría de Desarrollo Social* (SEDESOC), o *Ministerio de Hacienda y Crédito Público* (SHCP) e o *Banco de México*, envolveram-se na revisão e elaboração de documentos sobre política fiscal, mercado financeiro, concorrência e comércio, atendendo às exigências dos comitês da OCDE (Xelhuantzi, 1999). O empresariado participou ativamente desse processo, moldando políticas que atendessem às normas internacionais, sobretudo em questões relacionadas à liberalização dos investimentos estrangeiros e à redução de reservas para empresas multinacionais (Signoret, 2005).

Os compromissos de adesão incluíram a eliminação gradual de reservas relacionadas a investimentos estrangeiros e empresas multinacionais. Essas questões foram debatidas em fóruns como os Comitês de Política Econômica e Mercados Financeiros, sob a supervisão da Direção de Assuntos Financeiros, Fiscais e Empresariais (DAFFE). O BANCOMEXT demonstrou interesse nas negociações do arranjo das Diretrizes para o Financiamento de Créditos à Exportação. Delegações mexicanas, especialmente do SHCP, negociaram anualmente para assegurar que as reformas planejadas avançassem conforme os critérios estabelecidos (Signoret, 2005). Um dos pontos altos desse processo ocorreu quando o SHCP angariou apoio do governo dos EUA, que, por meio do presidente Clinton e do secretário do Tesouro Lloyd Bentsen, disponibilizou uma linha de crédito de 6 bilhões de dólares para reforçar a economia mexicana, visando o ingresso na OCDE (Ovando Regalado, 1995).

A incorporação do México à OCDE reforçou o diálogo entre órgãos governamentais e associações empresariais. Entidades como o Conselho Coordenador Empresarial⁵⁰ (CCE), a Confederação Patronal da República Mexicana (COPARMEX) e a Câmara Nacional da Indústria de Transformação (CANACINTRA) desempenharam papéis de destaque, aliando-se ao governo pelas realizações das reformas econômicas alinhadas às diretrizes da OCDE. Essas

⁵⁰ O CCE, uma das maiores associações empresariais do México, consolidou-se como um importante interlocutor no processo de adesão. Essa organização representava cerca de 80% do PIB nacional e reunia mais de 2.000 associações. Por meio de iniciativas como os 10 Princípios da Dimensão Social das Empresas, o CCE reforçou seu compromisso com padrões de governança corporativa, transparência e responsabilidade social (Alba, 2023; SE, 2024).

associações viam a organização como uma plataforma para fortalecer a economia e promover a competitividade global do país (Signoret, 2005).

A liberalização econômica promovida pela OCDE encontrou apoio significativo em entidades como a COPARMEX e o *Consejo Mexicano de Negocios* (CMN). Como porta-vozes dos interesses do empresariado mexicano, defenderam práticas que incentivassem a abertura econômica e pressionaram por mudanças estruturais internas - incluindo privatizações e desregulamentação de setores estratégicos - atendendo aos padrões de governança econômica da OCDE (Davis, 2016). Especificamente, a COPARMEX impactou diretamente os processos de tomada de decisão institucional que influenciam o desenvolvimento político, econômico e social do México. Além disso, promove e mantém estreitas relações de colaboração com as principais organizações empresariais de outros países, buscando participar das decisões de políticas econômicas por meio de espaços de representação e de instituições privadas, sociais e públicas em áreas estratégicas para o desenvolvimento das empresas e do país (COPARMEX, [s.d.]).

Há décadas a COPARMEX⁵¹ tem ampliado o seu alcance por meio da participação ativa nos principais fóruns e organizações internacionais que promovem conexões do setor empresarial nos âmbitos político, econômico e social, como a OCDE, o Banco Mundial e as Nações Unidas. Com cerca de 40.000 empresas afiliadas, a COPARMEX estabeleceu parcerias estratégicas com organismos internacionais, incluindo a ANDI da Colômbia e a UCCAEP da Costa Rica, contribuindo para a aproximação desses países ao BIAC, com a COPARMEX atuando como intermediária nessa conexão (COPARMEX, [s.d.]).

Além da COPARMEX, a Confederação das Câmaras Industriais dos Estados Unidos Mexicanos (CONCAMIN), a Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM) e a Federação dos Sindicatos das Empresas de Bens e Serviços (FESEBES) participaram de algumas reuniões do BIAC e do Comitê Consultivo Sindical (TUAC), visando definir o papel dos sindicatos e câmaras empresariais ao longo do processo de adesão do México (Paz, 2005).

A possibilidade de entrada do México na OCDE foi bem recebida pelo setor privado, que via as recomendações dessa organização multilateral como base para orientar políticas econômicas favoráveis aos seus interesses. Embora grande parte do empresariado já tivesse acumulado experiências prévias de internacionalização durante as negociações do NAFTA em 1994 (Alba, 2023), as relações com a OCDE exigiram uma colaboração estreita entre o governo,

⁵¹ Parte de sua estratégia de inserção e integração internacional é buscar ser a organização empresarial com maior influência e impacto na América Latina (COPARMEX, [s.d.]).

os funcionários da organização e o próprio empresariado para a internalização das reformas e diretrizes propostas.

A atuação da mídia mexicana no processo de ingresso do país na OCDE revelou-se ambígua, oscilando entre a exaltação inicial de um suposto “salto” ao Primeiro Mundo e o subsequente desinteresse diante dos problemas econômicos que emergiram (Ramos, 1999). Nos primeiros anos da década de 1990, diversos veículos de comunicação celebraram a entrada na OCDE como um marco simbólico que consolidaria o *status* do México como nação desenvolvida. Contudo, a crise financeira que sucedeu às reformas bancárias e aos influxos de capital - vistas a princípio como positivas - fez com que a imprensa passasse a questionar a pertinência dessa adesão, enfatizando a fragilidade econômica do país (Davis, 2023; Ramos, 1999).

Estudos como o de Signoret (2005) destacam, ainda, o baixo interesse dos meios de comunicação em discutir o tema, sobretudo em contraste com a cobertura intensa dedicada ao NAFTA. A OCDE, com uma agenda discretamente técnica e pouca exposição pública, não despertou debates amplos, permanecendo ofuscada pela relevância geopolítica do acordo comercial norte-americano (Arellano, 1994). No cenário internacional, veículos como o espanhol *El País* (1994) assinalaram as contradições entre as aspirações globais do governo de Carlos Salinas de Gortari e o contexto de instabilidade política interna, marcado pelo assassinato de Luis Donaldo Colosio. Dessa forma, a adesão do México à OCDE acabou recebendo cobertura pontual, deixando em segundo plano a discussão sobre os potenciais impactos ou os riscos associados à participação do país em uma organização predominantemente composta por economias desenvolvidas.

Instituições acadêmicas mexicanas contribuíram diretamente para os debates técnicos e para a disseminação de informações sobre as políticas e o processo de acessão da OCDE. Entre as instituições acadêmicas, a *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) teve maior projeção devido à quantidade de estudos produzidos sobre a política externa mexicana e a relação do país com a OCDE.

A UNAM estabeleceu uma aliança estratégica com a organização, formalizada por um memorando de entendimento que buscava fortalecer a cooperação acadêmica. Enrique Graue, reitor da universidade, destacou que essa parceria consolidou o intercâmbio de acadêmicos e a criação da Cátedra UNAM-OCDE (2020), ampliando a participação em eventos e publicações conjuntas. Leonardo Lomelí, secretário-geral da UNAM, destacou que a OCDE tem sido uma fonte confiável de dados econômicos e sociais, o que despertou grande interesse da universidade em aprofundar essa colaboração. Ele afirmou que, por meio dessa parceria, é possível promover

uma compreensão mais ampla e aprofundada sobre o papel da governança econômica da OCDE nesse contexto (Fundación UNAM, 2022).

A produção acadêmica sobre o processo de adesão do México à OCDE abrange diversas perspectivas, desde análises sobre diplomacia econômica até críticas às implicações das políticas neoliberais. Entre os trabalhos de destaque estão *Importancia y perspectivas de la participación de México en la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos 1990-1995*, de Adriana Xelhuantzi; *La política exterior de México en el Gobierno de Carlos Salinas de Gortari: ¿una nueva concepción*, de G. Abella; *Crítica al ingreso de México a la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos en el marco de la diplomacia económica externa bajo la administración salinista*, de Óscar Hernández Santiago; e *La política exterior de México y la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos 1989-1994*, de María Velázquez. Esses estudos contribuíram significativamente para a compreensão do papel do México na OCDE, explorando desde os benefícios de sua integração até os desafios enfrentados durante o processo.

As poucas críticas ao modelo de integração do México à OCDE emergiram de estudos de pesquisadores de algumas universidades. De acordo com César Salazar López, pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas (IIEC), apesar de ser uma das maiores economias do mundo, o México não exerce influência significativa nas políticas globais. Mesmo após 30 anos de ingresso na organização, o desempenho do país em áreas como educação e saúde continua abaixo da média dos membros da OCDE. Salazar argumenta que o modelo adotado perpetua uma dependência estrutural, consolidando o México como um país em desenvolvimento que, apesar de suas aspirações, enfrenta grandes obstáculos para alcançar a plena industrialização (UNAM, 2022).

Em estudo de 1994, a pesquisadora da *Fundación Doralicia Carmona* e da UNAM, Doralicia Carmona, também criticou o modelo econômico promovido pela OCDE, questionando os resultados das políticas de economia aberta e Estado mínimo implementadas por Miguel de la Madrid e aprofundadas durante o governo de Carlos Salinas. Segundo Carmona, o governo acumulou déficits consecutivos na conta-corrente e enfrentou problemas de supervisão bancária, sobrevalorização do peso e baixa poupança interna. Para ela, a adesão à OCDE aumentou a dependência do México de instituições internacionais, como o FMI, e dos EUA, limitando os compromissos econômicos de longo prazo do país. Além disso, apontou que os benefícios do modelo não convenceram grande parte da população mexicana, que continuou cética em relação à eficácia das reformas neoliberais (Carmona, 1994).

É importante destacar que as produções acadêmicas centraram-se majoritariamente no NAFTA, enquanto a OCDE recebeu pouca atenção. Mesmo assim, as poucas contribuições fomentaram debates e trouxeram à tona questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelo México. As contribuições acadêmicas, tanto críticas quanto apoiadoras, ajudam a compreender o impacto da adesão do México à OCDE no contexto de sua política externa e de seu desenvolvimento econômico.

4.2 Chile (2007-2010)

4.2.1 A política externa chilena e a aproximação com a OCDE

Após a saída de Augusto Pinochet do poder em 1990, o Chile iniciou um processo de transição para a democracia que marcou profundamente sua estrutura política e econômica. Sob a liderança de Patricio Aylwin, primeiro presidente eleito democraticamente após o regime militar, o país buscou reconstruir suas instituições democráticas e promover a reintegração internacional. No entanto, apesar do retorno ao regime democrático, a herança econômica do período militar foi mantida e até aprofundada, consolidando o Chile como uma das economias mais abertas do mundo. Este novo contexto democrático também proporcionou a oportunidade de repensar a sua política externa, adotando uma postura mais cooperativa e multilateral, ao mesmo tempo em que buscava superar as fragilidades no âmbito externo resultando do governo de Pinochet.

Para compreender o cenário político e econômico que emergiu no pós-Pinochet, é necessário revisar os antecedentes que moldaram o período ditatorial. A derrubada do governo socialista de Salvador Allende⁵², em setembro de 1973, resultou de uma combinação de fatores como o colapso das instituições democráticas, uma crise econômica severa e a ausência de apoio interno, sobretudo por parte de empresários e militares. Este contexto levou ao golpe liderado por Augusto Pinochet, que instaurou um regime militar caracterizado por uma profunda repressão política e transformações estruturais no modelo econômico e na política externa chilena (Wilhelmy; Duran, 2003).

Ao assumir o poder, Pinochet estabeleceu uma ditadura militar caracterizada por profunda repressão política e violações aos direitos humanos. Os militares e os grupos econômicos emergiram como atores-chave deste novo governo. No campo da política externa,

⁵² O governo de Allende implementou diversas reformas por meio do Programa da Unidade Popular (UP), incluindo a nacionalização de indústrias manufatureiras, reformas agrárias e a implementação de políticas de bem-estar social para a classe proletária. No entanto, essas mudanças enfrentaram forte oposição de setores conservadores (Borges, 2013).

fez uso de um confronto ideológico com o bloco soviético e os seus aliados, tendo o anticomunismo como eixo central de sua posição internacional, num estilo pretoriano-ideológico (MUNOZ, 1986). À vista disso, Pinochet afastou o Chile de algumas organizações regionais e internacionais multilaterais que eram consideradas suspeitas de influências socialistas (Wilhelmy; Duran, 2003).

O modelo econômico de “substituição de importações” do governo passado foi descartado e em seu lugar, Pinochet seguiu as prescrições dos norte-americanos⁵³ para introduzir uma política de “choque” na economia chilena:

[...]forzar la recuperación de los equilibrios macroeconómicos, empujando al mismo tiempo al comercio exterior hacia una apertura unilateral de importaciones y fuerte promoción de exportaciones (...) se inició una política de desregulaciones y privatizaciones en diversos ámbitos y sectores productivos de la economía nacional. (Wilhelmy; Duran, 2003, p. 275).

Foi nomeada uma equipe de economistas conhecida como "Chicago Boys"⁵⁴, em referência à Universidade de Chicago, para lidar com as reformas econômicas internas: privatização de empresas estatais, ausência no controle de mudanças, desregulamentação de setores-chave da economia e abertura do país ao comércio internacional. O Chile tornou-se um dos primeiros países a adotar políticas econômicas neoliberais de maneira abrangente e sistemática (Laidler, 2003). Essas drásticas mudanças econômicas chilenas agradavam tanto o Ocidente quanto os grupos econômicos que sustentavam o regime militar (Munoz, 1986).

Todavia, as práticas ultra violentas e a ausência da restauração das instituições democráticas criaram tensões e uma crise de legitimidade externa chilena. As representações diplomáticas dos EUA, sob ordem do governo Carter⁵⁵ (1977-1981) e vários outros membros da Comunidade Europeia assumiram uma posição declarada pela recuperação dos direitos políticos e sociais do povo e o restabelecimento da democracia chilena (Wilhelmy; Duran, 2003; Munoz, 1986).

A incapacidade de lidar com a crise cambial e financeira, o reagrupamento da oposição e o isolamento internacional fizeram com que Pinochet iniciasse a transição para a democracia

⁵³ “*El plan económico del nuevo gobierno coincidió con la orientación del gobierno de Estados Unidos de ese momento*” (Munoz, 1986, p. 581).

⁵⁴ Influenciados pelo “monetarismo” de Milton Friedman e a economia neoclássica de Robert E. Lucas Jr, tratou-se de um grupo de economistas chilenos treinados na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos e que influenciaram na implementação das políticas econômicas neoliberais durante o regime militar Pinochet. Os membros dos "Chicago Boys" assumiram posições-chave no governo, exclusivamente no Ministério da Fazenda (Laidler, 2003).

⁵⁵ Durante o mandato do Presidente Carter, houve uma ênfase significativa em sua política externa voltada para a promoção e respeito dos direitos humanos e da democracia, especialmente na América Latina. Nesse período, a administração dos Estados Unidos distanciou-se das abordagens preferidas pela administração republicana anterior (Wilhelmy; Duran, 2003).

por meio de um plebiscito eleitoral em 1988. Ele permaneceu no poder até março de 1990, quando entregou a presidência ao vencedor das eleições presidenciais democráticas, Patricio Aylwin (Araneda, 2022). Restaurando a democracia, o país passou a se reintegrar em fóruns multilaterais e se empenhar nas agendas de Direitos Humanos. Ainda assim, as políticas econômicas adotadas durante o regime autoritário foram aprofundadas devido à forte presença de uma elite econômica influente na definição da inserção econômica do país (Fuentes, 2022; Oyarzún, 2014).

A coalizão de centro-esquerda *La Concertación* conduziu a transição democrática do Chile e manteve-se no poder até 2010, promovendo tanto a consolidação política quanto a expansão da integração econômico-comercial internacional. Em sua política externa, priorizou a cooperação e a ampliação das relações econômicas globais (Klaveren, 2011). No contexto regional, o Chile adotou um "regionalismo aberto," buscando estreitar laços com países vizinhos e alinhar-se às tendências globais de integração, favorecendo acordos sobre o comércio de bens e serviços na América Latina. Paralelamente, o Chile ampliou a sua participação em organizações multilaterais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), e firmou acordos econômicos com países como os Estados Unidos⁵⁶ e Canadá, além de parcerias na região Ásia-Pacífico e um acordo-quadro com a Comunidade Europeia (Klaveren, 2011).

Entre 1990 e 2010, a política externa chilena manteve uma linha contínua de cooperação e acordos comerciais, sustentada por uma visão democrática progressista associada a um modelo econômico liberal, o que consolidou o Chile como uma das economias mais abertas do mundo (Betancourt, 2011; Vieira; Gusmão, 2011). Subordinada aos interesses econômicos, a diplomacia chilena funcionou como um instrumento a atração de investimentos estrangeiros nos setores produtivo e financeiro (Wilhelmy; Duran, 2003). Essas dinâmicas econômicas foram refletidas no interesse do Chile em aderir à OCDE, uma meta iniciada no governo de Ricardo Lagos e finalizada no governo de Michelle Bachelet (Oyarzún, 2014).

Durante o mandato de Ricardo Lagos (2000-2006), terceiro presidente do Chile pós-redemocratização, o país formalizou o seu desejo de ingressar na OCDE. Essa solicitação não surgiu espontaneamente, mas decorreu da abertura comercial do Chile e as boas relações com as potências Ocidentais. O país já possuía acesso a mercados globais e acordos de livre comércio com diversos países e blocos econômicos, incluindo o Peru, Colômbia, México,

⁵⁶ Por exemplo, cabe destacar o programa "Iniciativa para as Américas" do ex-presidente George Bush I e as tentativas da diplomacia chilena em ingressar o país no Tratado. Há também as relações chilenas com o Departamento de Estado dos EUA com vistas ao ingresso no NAFTA (Wilhelmy; Duran, 2003).

Canadá, China, Japão, Coreia do Sul, Turquia e em especial - com os EUA e a União Europeia (Vieira; Gusmão, 2011).

Ao contrário da vulnerabilidade internacional vivenciada pelo país durante o período do governo militar (1973-1989), o fortalecimento das relações com os Estados Unidos e a Europa fazia parte de uma reestruturação estratégica da política externa chilena, para reposicionar o Chile como um ator relevante e reintegrado ao cenário global (Betancourt, 2011; Martins, 2011).

A relação do Chile com os Estados Unidos incluiu um elevado grau de diálogo político, alcançando seu ponto culminante em 2004 com a assinatura de um Acordo de Livre Comércio (TLC⁵⁷), tornando o Chile o segundo país latino-americano a firmar um pacto de tal magnitude com os EUA e marcando uma etapa crucial na sua inserção global. Sua assinatura coincidiu com a posição chilena contrária à invasão do Iraque, evidenciando a maturidade nas relações bilaterais, que passaram a focar em alianças voltadas para a inovação e o desenvolvimento do capital humano, não apenas no âmbito federal, mas também em cooperações com os estados (Klaveren, 2011).

A estratégia de cooperação econômica chilena, além do TLC com os EUA, incluiu esforços para uma potencial adesão ao NAFTA. Desde a Cúpula das Américas de 1994, quando a possibilidade de o Chile se tornar o quarto membro do NAFTA foi debatida, a política externa do país passou a refletir uma orientação de integração com os países norte-americanos, fenômeno descrito como a “naftalização” das relações externas chilenas (Milet, 2003).

A União Europeia (UE) tem sido, nas últimas décadas, outro grande eixo das relações externas do Chile, em especial após a assinatura, em 2002, de um Acordo de Associação Política e Econômica⁵⁸ que ampliou o comércio e as colaborações em tecnologia, inovação, mineração e serviços (Tiemann; Marques, 2018). Esse acordo estabeleceu um quadro sólido de cooperação com base em três pilares principais: um Acordo de Comércio Livre (ACL), um diálogo político contínuo e iniciativas de cooperação mútua (Klaveren, 2011).

⁵⁷ Em 2003, o Acordo de Livre Comércio entre Chile e Estados Unidos (FTCA, na sigla em inglês) foi assinado ampliando garantias para o acesso e proteção de investidores entre os dois países. Esse acordo estabeleceu princípios como o tratamento nacional (art. 10.2) e o tratamento de nação mais favorecida (art. 10.3), além de assegurar um nível mínimo de tratamento (art. 10.4) e condições específicas para os requisitos de desempenho (art. 10.5) sobre investimentos estadunidenses no Chile, promovendo uma base segura e justa para investimentos bilaterais (Gutierrez-Haces, 2004).

⁵⁸ Em 18 de novembro de 2002, a Ministra das Relações Exteriores, Soledad Alvear, firmou o Acordo de Associação Política e Comercial entre Chile e União Europeia. Este acordo, ao entrar em vigor, possibilitou a eliminação imediata de tarifas e barreiras comerciais para 85% dos produtos chilenos exportados ao Mercado Comum Europeu, abrangendo também setores como o industrial, pesqueiro, agrícola e financeiro. Posteriormente, em 26 de junho de 2003, o Chile assinou um acordo específico com os países membros da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) (BCN, 2002).

Do ponto de vista chileno, a Europa sempre teve uma influência considerável sobre setores políticos e intelectuais, com modelos e doutrinas europeias servindo de inspiração para diversas correntes políticas e partidos políticos chilenos. Além disso, as instituições europeias despertaram interesse entre os acadêmicos e políticos do Chile, e a proximidade de suas estruturas políticas facilitou relações bilaterais entre as partes. Assim, o Chile aproveitou essas afinidades para transformar os vínculos existentes em uma parceria mais sólida e abrangente, buscando melhorar qualitativa e quantitativamente as relações com a UE (Klaveren, 2011).

O governo de Michelle Bachelet (2006-2010), em linhas de continuidade⁵⁹, consolidou a posição internacional do Chile, fortalecendo as relações econômicas e diplomáticas com países que compartilhavam interesses semelhantes. Durante o seu mandato, o Chile manteve vínculos estreitos com os EUA, observados nas reuniões bilaterais Bachelet-Obama e na criação do Plano Chile-Califórnia⁶⁰, fomentando ações de cooperação em múltiplos setores. As relações com o Canadá também foram incrementadas em áreas como ciência, tecnologia, meio ambiente e desenvolvimento de capital humano. A cooperação com a União Europeia incluiu a “Parceria para o Desenvolvimento e Inovação”, destacando-se em áreas como educação, energia e meio ambiente (Chile, 2009).

Com o fortalecimento das relações econômicas com o Norte global, o Chile consolidou o reconhecimento da sua economia de mercado aberta e integrada ao sistema econômico internacional (Tiemann; Marques, 2018; Milet, 2003). As alianças estratégicas com o Ocidente, estabelecidas durante o governo de Ricardo Lagos, pavimentaram o caminho para que o governo de Michelle Bachelet avançasse no processo de adesão do Chile à OCDE (Klaveren, 2011).

O Chile tem sido considerado um exemplo bem-sucedido da aplicação das recomendações do "Consenso de Washington", tornando-se uma referência para políticas econômicas liberais na América Latina. Desde a redemocratização, as reformas internas proporcionaram uma base econômica sólida, marcada pela estabilidade da inflação, robustez do sistema financeiro e rigor no equilíbrio fiscal. Essa solidez econômica, com políticas de abertura ao mercado, aliada à estabilidade democrática, criou um ambiente favorável para o relacionamento do Chile com a OCDE (Serrano, 2018).

⁵⁹ A assinatura de acordos econômicos e o estabelecimento de estruturas permanentes de cooperação com os Estados Unidos, Canadá e União Europeia foram objetivos centrais da política externa da *Concertación* (Klaveren, 2011).

⁶⁰ Firmado em 2008 entre a presidente Michelle Bachelet e o então governador da Califórnia Arnold Schwarzenegger, o Plano Chile-Califórnia foi estruturado como uma parceria estratégica para o século XXI, englobando iniciativas conjuntas em agricultura, meio ambiente, tecnologias limpas e energias renováveis, setores de alto impacto econômico e social para ambos os países (Amchamch, 2010d).

Enquanto a chancelaria se encarregou de organizar seminários para atrair interessados, uma unidade dentro da extinta Direção-Geral de Relações Econômicas Internacionais (DIRECON), denominada Subsecretaria de Relações Econômicas Internacionais (SUBREI), teve um papel central na implementação de acordos e em todo o processo de discussão política (Serrano, 2018; Valenzuela, 2019; Taschetto, *et al.*, 2023, no prelo). Como decisão dos Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda, Karen Poniachik, ex-Ministra de Mineração, foi escolhida como a representante do Chile nas negociações do processo de adesão à OCDE. Também foi criado o posto de Embaixador na OCDE, para fortalecer os laços, aprimorar o intercâmbio de informações e criar uma coalizão transgovernamental com posicionamentos políticos convergentes (Minrel, 2018).

O início relações entre o Chile e a Organização remontam à década de 90. Em 1992, o Chile tornou-se membro observador da Organização. Nos anos seguintes, o país deu passos significativos: em 1996, ingressou no Comitê de Comércio; em 1997, no Comitê sobre Investimentos Internacionais e Empresas Multinacionais; e em 1998, foi adicionado ao Centro de Desenvolvimento da OCDE. Durante o mandato do ex-presidente Ricardo Lagos (2000-2006), o Chile estava consolidando um processo maduro de abertura econômica e política. No final de 2003, o país solicitou a entrada formal na OCDE, com a entrega de uma carta assinada pelo Ministro José Insulza (Gutiérrez, 2017; Tacilla, 2018; Taschetto *et al.*, 2023, no prelo). Para que essa carta fosse aprovada pelo Conselho da OCDE, foram realizadas quatro grandes reformas em áreas estratégicas, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 5 - Principais reformas

Reforma	Descrição
Responsabilidade legal das empresas sobre atos de suborno de funcionários públicos	A nova lei estende a responsabilidade legal para as empresas na totalidade, em contraste com a legislação anterior que punia apenas os indivíduos envolvidos no crime. Exceto para estatais, há a possibilidade de extinção da personalidade jurídica de uma empresa infratora como punição.

<p>Modificação da governança corporativa da CODELCO</p>	<p>A Corporación Nacional del Cobre de Chile (CODELCO⁶¹), principal empresa de mineração do país, passou por uma modernização significativa (Lei n.º 20.392) para alinhar-se aos padrões internacionais de gestão de empresas públicas. As mudanças incluíram a incorporação de diretores independentes com mandatos mais longos, transição gradual de liderança e a criação da função de gerente geral, que substituiu a posição anterior de vice-presidente executivo.</p>
<p>Reforma da governança corporativa privada</p>	<p>A nova regulamentação proíbe transações no mercado de ações com uso de informações privilegiadas e estabelece a obrigatoriedade de conselheiros independentes no comitê de administração. No caso de capitalização de uma estatal, um administrador deve ser eleito com o voto de todos os acionistas.</p>
<p>Ajuste das normas tributárias garantindo o intercâmbio de informações sobre contas correntes bancárias</p>	<p>Garantia de que as autoridades fiscais do Chile (Serviço de Impostos Internos) tenham acesso a todas as informações bancárias, mediante ordem judicial e assegura o intercâmbio de informações com autoridades fiscais internacionais. Isso visa evitar o uso do sistema financeiro chileno para lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e evasão de impostos.</p>

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em (SUBREI, [s.d.a]; [s.d.a]).

Sob a administração de Michelle Bachelet (2006-2010), o Chile já havia avançado nessas questões e participava substancialmente de 20 Comitês Temáticos e Grupos de Trabalho da OCDE. Em maio de 2007, os 30 membros da Organização convidaram o país para iniciar o processo de negociação. Em 2008, o Chile entregou o seu “Memorando Inicial”, marcando a sua posição frente a todos os instrumentos legais da OCDE (Sáez, 2010).

Em 2009, o Conselho convidou o Chile para se tornar membro pleno da OCDE, e um ano depois foi feita a assinatura do tratado de adesão (Serrano, 2018). Um balanço geral mostra que o seu ingresso se deu num contexto de mudança da organização, com o incremento de relações com países em desenvolvimento. A lógica do afastamento entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos foi abandonada, e em seu lugar foi adotada uma estratégia de cooperação, acomodação e *like-mindedness* (Godinho, 2019).

Por conta disso, o *roadmap* chileno teve diferenças significantes em relação aos anteriores, com uma maior atenção direcionada aos procedimentos formais e ao *timing* da entrada de novos membros (Neves, 2021; Godinho, 2019). Diferente do caso mexicano, não foi

⁶¹ Empresa estatal chilena responsável pela exploração, produção e comercialização de cobre e seus subprodutos, como molibdênio e prata (CHILE, 2020).

imposto ao Chile abandonar o G77⁶² ou quaisquer outras iniciativas multilaterais fora do eixo Ocidental. Num primeiro momento, as condicionantes políticas direcionadas ao Chile estavam vinculadas ao compromisso do país com os direitos humanos, democracia e a liberalização econômica (Davies, 2016; Neves, 2021).

Ainda que o Chile já tivesse um histórico de compromisso com a agenda liberal e um relativo desenvolvimento econômico e social, o seu processo de acesso foi complexo e demandou reformas extensas para alcançar o “padrão OCDE”. Por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente foi criado para atender os critérios de preservação ambiental e tanto o sistema de pensões públicas como o setor bancário foram bastante modificados (Gillmore, 2017; Mello, 2019; Thedialogue, 2019). Para mais, uma cota anual de 3 milhões de euros foi imposta ao Chile durante os seus três primeiros anos de membresia (Gutiérrez, 2017).

Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Chile, o país trabalhou para atender aos critérios da OCDE em várias áreas, incluindo a adequação de leis, reformas da governança corporativa e o fortalecimento da responsabilidade penal das entidades jurídicas. Além disso, completaram-se avaliações econômicas e revisões das políticas de proteção ao consumidor e investimento estrangeiro, a fim de alinhar-se aos parâmetros internacionais da OCDE (MRE, 2009).

Para Serrano (2018), dentre alguns motivos que explicam o ingresso chileno a OCDE, de fato, a inserção econômica do país é o principal deles. Para alguns analistas, esta estratégia transformou as bases domésticas facilitando a entrada de empresas estrangeiras em território nacional e uma cartela maior de opções para as exportações chilenas. Para alguns setores críticos, passados mais de uma década do ingresso, os benefícios ainda permanecem dúbios para a grande parte da população chilena (Gillmore, 2017).

Como pode ser visto até aqui, o aprofundamento das relações entre o Chile e a OCDE correspondeu a um processo de abertura econômica do país que vinha ocorrendo desde o período de sua redemocratização, com a ratificação de acordos de livre comércio com as principais economias e blocos econômicos do mundo (Serrano, 2018). Mesmo com eventuais dificuldades, muitos itens do processo de acesso à OCDE foram acelerados com as práticas liberais já vigentes. Como resultado, em apenas quatorze meses o Chile tornou-se membro da OCDE (Mello, 2020).

⁶² Instrumento de coordenação multilateral dos países em desenvolvimento dentro do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU).

A entrada do Chile na OCDE em 2010 foi um marco que trouxe transformações significativas à organização, reforçando seu compromisso com uma estrutura mais plural e inclusiva. Naquele mesmo ano, Israel, Estônia e Eslovênia também ingressaram, elevando o número de membros de 30 para 34, algo que não ocorria desde a adesão da Eslováquia em 2000. Essa expansão reflete a estratégia global da OCDE de engajamento com várias regiões do mundo, incluindo o Oriente Médio, Norte da África, América Latina, Sudeste Asiático e África, além de seu fortalecimento de laços com parceiros-chave como Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul (Chile, 2015).

Desde o seu ingresso formal em 2010, o Chile tem defendido a entrada de novos membros latino-americanos: “*Chile a su vez, a dado decidido apoyo a diferentes candidaturas de países latinoamericanos que buscan entrar en la OCDE. Esto incluye a Costa Rica, Colombia, Argentina, Brasil y Perú*” (Tacilla, 2018, p.122). Sendo assim, o objetivo do país seria desenvolver um elo entre a OCDE e a América Latina e, ao mesmo tempo, atuar como um porta-voz e líder regional. Em 2016, o país assumiu a Presidência da Reunião Anual do Conselho em Nível Ministerial e liderou os procedimentos para a criação do LACRP (Serrano, 2018).

4.2.2 A participação de atores estatais

A coordenação entre ministérios, agências e o Congresso Nacional foi fundamental para o ingresso do Chile na OCDE. O governo organizou equipes interministeriais com foco em governança, transparência e política fiscal, envolvendo órgãos como o Ministério da Fazenda e o extinto *Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales* (DIRECON), substituído, em 2019, pela *Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales* (SUBREI⁶³) (MRE, 2009). Esse movimento refletiu a tendência do *Ministerio de Relaciones Exteriores* (MRE) vincular a inserção internacional do país às metas de abertura econômica - durante os governos da *Concertación* (1990-2010) - consolidando a descentralização do processo decisório no âmbito externo (Valenzuela, 2019).

A DIRECON (atual SUBREI) ficou responsável por gerenciar as ações do governo chileno nos diversos grupos e comitês da OCDE, graças à sua *expertise* em acordos de livre-comércio e à promoção do comércio exterior. Com base nas diretrizes da organização, liderou

⁶³ No site da SUBREI, é possível acessar tabelas detalhadas que indicam a participação do Chile em mais de 30, comitês da OCDE, cobrindo áreas como governança corporativa, política fiscal, educação, meio ambiente, inovação, entre outros. Essas tabelas destacam o comprometimento de diferentes órgãos governamentais na implementação das recomendações da OCDE e na integração das melhores práticas internacionais em suas respectivas áreas (Serrano, 2018).

iniciativas para manter o Chile com baixos níveis de restrições no comércio de serviços e para avançar em facilitação comercial, contribuindo para a transparência e a eficiência do país nos indicadores de *Trade Facilitation* (SUBREI, [s.d.a]; SUBREI, 2010).

O Ministério da Fazenda exerceu papel central na introdução de reformas econômicas e financeiras. Adaptou o sistema orçamentário, criou indicadores de desempenho vinculados aos programas governamentais e estabeleceu incentivos salariais atrelados à produtividade dos servidores. Também participou ativamente de fóruns da OCDE, como a Reunião do Conselho Ministerial, o Comitê dos Mercados Financeiros e o Grupo de Trabalho sobre Suborno. Em paralelo, o *Banco Central do Chile* (BCCh) colaborou em instâncias como o *Economic Policy Committee* e o *Working Party on Financial Statistics*, fornecendo estatísticas confiáveis para embasar as discussões internacionais (SUBREI, [s.d.a]). A independência do BCCh, reconhecida pela OCDE, reforçou a credibilidade da política monetária chilena, sobretudo durante crises como a de 2008.

A *Comisión para el Mercado Financiero* (CMF), por sua vez, fortaleceu a regulação financeira ao adotar normas inspiradas nas recomendações da OCDE, tais como a *Norma General n.º 309* (governança de seguradoras), a *Norma General n.º 325* (gestão de riscos e avaliação de solvência) e a *Norma General n.º 385* (governança corporativa). Além disso, assumiu a supervisão bancária no âmbito do *Consejo de Estabilidad Financiera* (CEF) e incorporou requisitos da Basileia III (SUBREI, [s.d.a]).

Por último, o Congresso Nacional teve a incumbência de debater e aprovar as mudanças legislativas necessárias, incluindo medidas anticorrupção, aprimoramento da transparência empresarial e modernização da governança em empresas estatais como a CODELCO. A tramitação no Congresso promoveu a discussão pública sobre a pertinência e os impactos da adesão, assegurando a aprovação das reformas dentro do prazo exigido pela organização (Congreso Nacional del Chile, 2011).

4.2.3 A participação de atores não-estatais

A adesão do Chile à OCDE, formalizada em 2010, foi um processo amplamente impulsionado por uma série de atores domésticos, dentre os quais o empresariado foi o grande interessado no tema. O setor privado chileno, representado por várias entidades empresariais, não apenas apoiou o processo de adesão, mas também influenciou a formulação e a implementação das políticas externas do país, visando alinhar o Chile aos padrões internacionais promovidos pela OCDE.

A *Confederación de la Producción y del Comercio* (CPC), principal confederação empresarial do Chile, teve um papel de liderança na defesa da adesão à OCDE. A CPC viu na OCDE uma oportunidade para fortalecer as práticas de governança corporativa e regulatórias do país, de modo a torná-lo mais competitivo no cenário global. Além disso, a CPC trabalhou para assegurar que as reformas necessárias fossem implementadas, garantindo a conformidade do Chile com os padrões da organização, especialmente em áreas como transparência e governança econômica (CPC, 2013).

A *Cámara Nacional de Comercio, Servicios y Turismo de Chile* (CNC), por sua vez, foi outra entidade que influenciou a implementação das políticas voltadas para a OCDE. A CNC promoveu mudanças que visavam aumentar a competitividade dos setores de comércio, serviços e turismo, incentivando o cumprimento das exigências internacionais, o que favoreceu o fortalecimento das relações comerciais do Chile com outros membros da OCDE (CNC, 2023).

A atuação do empresariado chileno foi além do simples apoio interno, com líderes como Alfonso Swett, ex-presidente da CPC, alcançando posições de relevância internacional. Swett foi eleito para o conselho de administração do BIAC, demonstrando a integração do setor privado chileno nas discussões globais sobre governança econômica. Sua participação mostra como esses atores influenciam a política externa do Chile, alinhando interesses nacionais com padrões internacionais (CPC, 2022).

No setor financeiro, a *Asociación de Bancos e Instituciones Financieras* (ABIF) e a *Superintendencia de Valores y Seguros* (SVS) também tiveram papéis de destaque. A SVS, liderada por Guillermo Larraín, foi responsável por implementar reformas estruturais nos mercados financeiros do Chile, alinhando-os com os princípios de governança financeira exigidos pela OCDE. Posteriormente, a *Comisión para el Mercado Financiero* (CMF) deu continuidade a esse trabalho, consolidando as reformas das instituições financeiras chilenas seguindo as melhores práticas internacionais e assegurando a participação ativa do Chile nas discussões financeiras globais (CMF, 2011).

A *AmCham Chile* (AMCHAMCL), organização voltada a promover relações econômicas entre Chile e EUA, foi uma peça-chave no processo de adesão chilena à OCDE. A entidade enfatizou que a participação na OCDE colocaria o Chile em um “clube” de países desenvolvidos, abrindo espaço para impulsionar o investimento estrangeiro e aproximar o país de fóruns como o G20 (Amchamch, 2011). Em meio a esse esforço, *Karen Poniachik*, representante oficial do Chile na OCDE e diretora da AMCHAMCL, fortaleceu a comunicação entre setor privado, governo e a própria organização, destacando desafios e oportunidades (Amchamch, 2008).

No contexto do Bicentenário chileno, a AMCHAMCL promoveu eventos estratégicos, contando com a participação de *Klaus Schmidt-Hebbel* (ex-economista-chefe da OCDE) e do ministro José Antonio Viera-Gallo, que discutiram a importância de alinhar o ambiente de negócios do país às exigências da organização. Temas como a *Nova Lei de Responsabilidade Penal Empresarial* e a necessidade de reformas institucionais foram debatidos, reforçando o compromisso do Chile com a transparência e a competitividade (Amchamch, 2009; 2010c; 2010d). Essa aproximação com a OCDE também serviu de plataforma para implementar práticas de governança que colocassem o país em pé de igualdade com grandes economias mundiais (Amchamch, 2010a).

A AMCHAMCL facilitou o diálogo entre o setor privado chileno e autoridades dos EUA, destacando a relevância de tratados que evitassem bitributação e incentivassem o fluxo de investimentos (Amchamch, 2010c). Para a entidade, com a adesão formal do Chile à OCDE em 2010, o país ampliou seu prestígio internacional e ratificou o seu perfil de economia aberta na América Latina. Ademais, a parceria com os EUA e a OCDE fortaleceria as exportações chilenas, gerando empregos e consolidando a imagem do Chile como um destino atrativo para investimentos (Amchamch, 2010d).

A adesão do Chile à OCDE contou com uma participação expressiva de think tanks e da academia, que atuaram de forma complementar ao governo e ao setor privado no debate sobre as reformas necessárias ao ingresso. Essas instituições influenciaram tanto a opinião pública quanto o planejamento das estratégias econômicas e políticas, contribuindo para que o país se alinhasse aos padrões exigidos pela organização.

O *Centro de Estudios Públicos* (CEP), reconhecido por sua produção em temas econômicos, sociais e políticos, gerou pesquisas que subsidiaram tanto o governo quanto o setor privado no cumprimento das exigências da OCDE (CEP, 2008). Em meio à recuperação da crise financeira de 2008, o CEP promoveu discussões sobre a adoção de medidas liberais, defendendo reformas fiscais, monetárias e regulatórias que fortalecessem a sustentabilidade de longo prazo e a capacidade anticíclica do Estado. Um dos principais eventos foi a conferência *Proyecciones Económicas de la OCDE: 2009-2010*, apresentada por Klaus Schmidt-Hebbel (Economista-Chefe da OCDE), com comentários de economistas como Vittorio Corbo e Luis Felipe Céspedes (CEP, 2008).

Outro think tank de grande relevância foi o *Libertad y Desarrollo* (LyD), de orientação liberal, que defendeu a adesão do Chile à OCDE. A sua base argumentativa favorável as agendas da organização concentravam-se em quatro pilares, conforme exposto na tabela a seguir.

Tabela 6 - Argumentos favoráveis à OCDE segundo a LyD

Pilar	Descrição
Credibilidade e Comparação Internacional	Para o Libertad y Desarrollo, o primeiro argumento a ser considerado era a credibilidade das informações que a OCDE coletava, publicava e analisava aos países membros. Com esses dados, o Chile poderia ser comparado com as economias avançadas, ao invés de ser contrastado com os vizinhos sul-americanos, cujas instituições eram frágeis e protecionismos limitava o seu progresso econômico.
Integração Econômica	O segundo argumento do think tank destacava que a OCDE serviria como um instrumento para reforçar a integração econômica do Chile. O aumento da transparência e confiabilidade das políticas públicas atrairia investidores internos e externos, credores nacionais e internacionais, além de melhorar a avaliação de agências de risco. Isso ampliaria os acordos de livre comércio, já responsáveis por mais de 70% do comércio internacional chileno.
Parcerias Estratégicas	O terceiro argumento enfatizava que o Chile poderia adotar políticas e estratégias de sucesso dos membros da OCDE, conectadas às cadeias globais de valor. O ingresso na organização era considerado tão relevante quanto o Acordo de Livre Comércio entre Chile e Estados Unidos, assinado em 2003 e em vigor desde 2004. Este tratado fortaleceu os laços com os Estados Unidos, principal parceiro comercial e financeiro do Chile, e o ingresso na OCDE representava uma ampliação dessa parceria estratégica.
Pró-Occidente	O quarto argumento ressaltava que, do ponto de vista da política internacional, o ingresso na OCDE significava escolher um lado, encerrando o discurso de "não-alinhamento" adotado por muitos países do terceiro mundo, críticos das políticas de mercado dos EUA e das economias desenvolvidas. Essa adesão refletia uma política externa em que o eixo orientador voltava-se para as relações com o Ocidente.

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em (LYD, 2007).

Para a entidade, o ingresso do Chile na OCDE representa uma oportunidade única para comparar e aprender com as economias mais dinâmicas e avançadas em termos de políticas públicas e institucionais. Esses países são os concorrentes reais do Chile, considerando especialmente o tamanho de suas economias, os custos de financiamento e o potencial de investimento que oferecem. Para que o Chile alcance plenamente seus objetivos dentro da OCDE e mantenha uma imagem positiva e respeitada, a LYD argumenta sobre a necessidade de um relacionamento não politizado com a organização. Assim, uma abordagem fundamentada

em transparência e eficiência, é a mais recomendada para que o Chile prospere nesse contexto (LYD, 2010).

O *Centro de Estudios del Desarrollo* (CED) adotou uma postura reflexiva, descrevendo a OCDE como um “grilo falante” que submete o país a um constante escrutínio, incentivando a implementação de boas práticas de governança (CED, 2009). Em artigo, Mauricio Jélvez (diretor do CED) associou as expectativas da OCDE aos avanços socioeconômicos do Chile, ressaltando que o ingresso exporia a disparidade entre o coeficiente de Gini nacional e o dos países-membros da organização, sugerindo um “pacto fiscal” para aproximar o Chile dos padrões de equidade da OCDE (Jélvez, 2007).

A *Fundación Jaime Guzmán*, voltada ao conservadorismo e à formação de lideranças políticas, apoiou uma adaptação cautelosa às normas internacionais, enfatizando a preservação dos valores e princípios nacionais durante a adoção de reformas (FJG, [s.d.]). No meio acadêmico, autores como Raúl Sáez⁶⁴ e Felipe Morandé⁶⁵ consolidaram trabalhos que funcionaram como referências sobre as etapas econômicas e institucionais para o cumprimento das exigências da OCDE (Sáez, 2010; MORANDÉ; DÍAZ, 2010).

Dessa forma, tanto os think tanks quanto a academia no Chile desempenharam papéis essenciais ao analisar criticamente o processo de adesão do país à OCDE. Suas pesquisas e discussões ajudaram a moldar a formulação de políticas que possibilitaram ao Chile não apenas se integrar à organização, mas também ajustar suas práticas internas para se alinhar aos padrões internacionais.

Paralelamente, esse processo contou com um discurso midiático amplamente favorável, que enfatizou os benefícios econômicos e institucionais da adesão dessa adesão. Veículos como *La Tercera* (2012) apresentaram o ingresso do país na organização como um marco de projeção internacional para a América Latina, sugerindo que a experiência chilena poderia abrir caminho para outros países da região (Latercera, 2012). No mesmo sentido, o jornal *Cinco Días* (2010) qualificou a adesão como um acontecimento relevante para o Cone Sul, ao posicionar o Chile

⁶⁴ A obra de Raúl Sáez, coordenador de relações internacionais do Ministério das Finanças e Embaixador do Chile junto à OCDE, publicada em 2010, explora as etapas e desafios econômicos e institucionais enfrentados pelo país para cumprir os requisitos da OCDE. Com uma abordagem focada nos aspectos práticos e nas reformas realizadas, Sáez oferece uma análise que ajuda a elucidar o impacto da OCDE nas políticas nacionais e o caminho seguido pelo Chile para adaptar-se às normas internacionais da organização (Sáez, 2010).

⁶⁵ O capítulo introdutório de Felipe Morandé, ex-embaixador do Chile na OCDE, em coautoria com Juan Daniel Díaz da Universidad de Chile, no livro *Chile en el club de los países desarrollados*, oferece uma visão abrangente dos benefícios e desafios da adesão do Chile à OCDE. A obra analisa como a integração ao “clube dos países desenvolvidos” criou novas oportunidades econômicas, ao mesmo tempo em que exigiu significativos compromissos nas políticas públicas, abrangendo temas como governança corporativa, corrupção e boa governança. Esses textos contribuíram para orientar os debates acadêmicos sobre o processo de ingresso na OCDE (MORANDÉ; DÍAZ, 2010).

como um modelo de desenvolvimento e validando as reformas econômicas que vinha implementando (Cincodías, 2010).

O portal *Emol* (2010) cobriu a formalização da adesão em maio de 2010, enfatizando o simbolismo do reconhecimento internacional do Chile como uma economia emergente confiável e integrada, com potenciais efeitos positivos no crescimento econômico de longo prazo. O site *El Definido* (2014), embora questionasse os benefícios concretos de se integrar à organização, manteve um tom otimista, destacando como a OCDE poderia contribuir para a modernização das políticas públicas e a adoção de boas práticas de governança.

Dessa forma, a mídia chilena contribuiu para fortalecer uma percepção pública amplamente positiva em torno da integração do país à OCDE. Em muitos casos, as coberturas alinharam-se aos interesses do empresariado liberal, legitimando o processo de adesão e reforçando a ideia de que a entrada na organização representava um passo importante para o desenvolvimento econômico e a modernização institucional do Chile.

Com menor projeção no cenário doméstico em comparação aos setores empresarial e midiático, os sindicatos e alguns grupos sociais também reagiram à adesão do Chile à OCDE. As críticas concentraram-se em temas como desigualdade, impacto trabalhista e a percepção de que as políticas sugeridas pela organização podem acentuar as disparidades socioeconômicas já existentes no país.

A *Fundación Sol*, dedicada à pesquisa sobre condições de trabalho e desigualdade, tem sido um dos atores mais ativos nesse debate. Em relatórios como *Chile, el país más desigual de la OCDE* (Fundación Sol, 2023) e outros estudos (Fundación Sol, 2022), a entidade alega que, apesar da adesão, o Chile continua ostentando uma das maiores disparidades de renda entre os membros da organização. Segundo suas análises, o modelo econômico chileno, ao priorizar o capital em detrimento do trabalho, perpetua a concentração de riqueza em uma pequena elite, sem distribuir os benefícios do crescimento para a maioria da população.

A *Central Unitaria de Trabajadores* (CUT), maior sindicato do país, não se opôs formalmente à adesão, mas manifestou preocupações sobre a adequação das políticas da OCDE ao contexto chileno. Integrante do *Trade Union Advisory Committee* (TUAC) - o órgão consultivo sindical da OCDE - a CUT enfatizou a necessidade de proteger os direitos trabalhistas e chamou atenção para o impacto da automatização no mercado de trabalho. Em comunicados, a CUT indicou que o Chile está entre os países da OCDE com maior risco de perda de postos de trabalho devido à automatização, o que, na ausência de medidas preventivas, poderia agravar a vulnerabilidade dos trabalhadores (CUT, [s.d.]).

A *Confederación General de Trabajadores* (CGT), com sede na Espanha, também crítica de instituições como a OCDE, apontou que essas organizações internacionais costumam priorizar políticas de viés pró-mercado que, em seu entendimento, ampliam as desigualdades sociais e fragilizam a democracia. Em uma de suas declarações, a CGT descreveu tais políticas como “golpes de estado antidemocráticos” voltados aos interesses de mercados e elites financeiras, em detrimento dos trabalhadores (CGT, 2011).

Em suma, embora a adesão do Chile à OCDE tenha fortalecido sua posição econômica e internacional, setores sindicais alertam para a persistência das disparidades socioeconômicas, argumentando que as recomendações da organização poderiam acentuar problemas como a desigualdade de renda e a precarização das relações de trabalho se não fossem adaptadas às especificidades do contexto chileno.

4.3 Colômbia (2013-2020)

4.3.1 A política externa colombiana e a aproximação com a OCDE

As relações exteriores da Colômbia, ao longo do tempo, foram influenciadas por duas características marcantes: o pró-americanismo e um forte traço presidencialista, resultando num processo mais fechado de tomada de decisões. Por conta disso, o Ministério das Relações Exteriores vem apresentando fragilidades, com pouca capacidade de negociação e formulação de uma política externa objetiva (Kornat, 2011).

O Governo Uribe (2002-2010), com uma concepção hiperpresidencialista de poder, formulou um programa de governo voltado à segurança nacional, combate às guerrilhas e a política antidrogas. Sua política externa, orientada para os EUA, envidou a captação de legitimidade e cooperação militar. Foi reforçado o processo de internacionalização do conflito colombiano, marcando o que Tickner (2011) chamou de “intervención por invitación”. Apesar da estreita relação na segurança, em termos econômicos não houve nenhum acordo de livre comércio entre os países (Ângulo; Cortés, 2012).

O país assumiu perante a comunidade internacional a sua incapacidade de enfrentar sozinho os problemas internos e solicitou apoio e participação direta dos EUA na elaboração de planos de ação para lidar com aquela situação complexa. Existia uma concepção compartilhada entre as elites políticas e econômicas de que a proximidade com os EUA era estratégica para a defesa dos interesses nacionais (Tickner, 2011).

O conceito de “guerra às drogas”, fabricado nos EUA, é introduzido na Colômbia. Nesse contexto, foi feita a maior ofensiva militar contra grupos irregulares, chamada “Política de

Segurança Democrática” (PSD). Com a colaboração direta dos norte-americanos, a PSD previa assistência técnica, militar e financeira para o combate ao narcotráfico (Tickner, 2011).

Essa postura pró-americanista e combativa, dificultou as relações com os países vizinhos e conseqüentemente, um cenário de isolamento regional colombiano. Seus pares a consideravam um país problemático, que ameaçava a segurança e que contribuía com a presença indesejada dos EUA na América Latina (Artidila; Batalla, 2018).

Em 2009, houve uma crise regional sem precedentes, devido às negociações de Uribe com os EUA para a instalação de bases militares em território colombiano. Esse acordo era visto por muitos líderes de esquerda como uma estratégia de dominação norte-americana. Em oposição, era dito que os territórios deveriam gozar de soberania, sem interferências externas tão profundas (Sánchez, 2017).

Em linhas gerais, um processo de securitização tomou conta da agenda externa do país naquele momento (Artidila; Batalla, 2018). Era de interesse do governo Uribe e das coalizões internas que o apoiavam, avançar na agenda de defesa em detrimento de outras agendas voltadas para a cooperação internacional, participação em fóruns multilaterais e internacionalização da economia (Pastrana; Vera, 2012).

Num contexto doméstico marcado por conflitos internos e um notável afastamento internacional, as iniciativas colombianas em relação à OCDE foram inicialmente consideradas de pouca relevância. Contudo, conforme destacado por Claudia Blum, ex-Ministra das Relações Exteriores, com o apoio do embaixador Fernando Cepeda Ulloa, que representava o país junto ao governo francês, a Colômbia conseguiu participar do Comitê de Investimentos e do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE. Nessas plataformas, o país contribuiu substancialmente para as discussões relacionadas à Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (2005), voltadas ao contexto da cooperação horizontal na América Latina (Colômbia, 2020).

Se com Uribe a internacionalização do conflito armado aguçou laços de dependência com os EUA e uma autoexclusão das dinâmicas regionais e internacionais, para o ex-presidente Juan Manuel Santos (2010-2018), do Partido Social de Unidad Nacional, foi introduzido um novo rumo na política externa colombiana por meio da internacionalização da paz (Pastrana; Vera, 2012). Em 2015, quando Santos assinou a Lei (1753) do *Plan Nacional de Desarrollo* (2014-2018), comprometeu-se com uma política externa abrangente e participativa em instituições multilaterais (DNP, 2015).

Com um posicionamento mais diplomático (Pastrana; Vera, 2012), Santos construiu uma nova imagem internacional do país em três passos: (i) promovendo uma diplomacia

econômica visando a atração de investimentos externos diretos; (ii) aumentando a presença da Colômbia em fóruns multilaterais; e (iii) consolidando um processo de paz com apoio da comunidade internacional. Para cada um desses itens, Santos precisou diversificar as relações internacionais e com um perfil conciliador resgatar relações regionais com antigos parceiros conflituosos (Artidila; Batalla, 2018).

Até então, a política externa colombiana havia sido dominada pela estreita aproximação com os EUA, em detrimento do relacionamento com países vizinhos e de outras regiões. Para superar esse déficit, foi estabelecido mecanismos de aproximação política, econômica e comercial com a América Latina (Gehring; Koch, 2016).

O país propôs o relançamento da Comunidade Andina de Nações (CAN) e buscou, junto com a Venezuela, trabalhar em prol do retorno de Honduras à OEA, além de fortalecer as relações com o Brasil, por meio de uma agenda de cooperação. Ademais, se engajou na construção da Aliança do Pacífico, a partir de 2011, com Peru, Chile e México (Goncalves, 2022, p. 06).

Em 2016, o Acordo de Havana firmado entre o governo Colombiano e as FARC, possibilitou um processo de internacionalização da paz colombiana e de aproximação com outros países. Durante o desenvolvimento do processo, a mediação foi feita por Cuba e Noruega, fiadores e anfitriões das reuniões e Venezuela e Chile como facilitadores de eventuais impasses. No mais, com certas cisões internas amortecidas, as relações com os EUA foram ampliadas, superando limitações da securitização voltada para o narcotráfico e o “terrorismo” (Artidila; Batalla, 2018).

Em consonância com forças internas, Santos recolocou o país nos fóruns multilaterais, com participações na Organização das Nações Unidas (ONU) e na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), por exemplo. Para Santos o multilateralismo seria um meio de contrabalançar as relações com os EUA e aprimorar sua posição na hierarquia de poder global (Ramírez, 2011).

Diferente da UNASUL, formada por governos ideologicamente distintos, a AP era composta por quatro países com visões semelhantes. Com a assinatura do Acordo-Quadro, Santos criou as bases necessárias para uma integração regional aberta, atendendo aos interesses de elites econômicas domésticas (Gehring; Koch, 2016). Também simbolizava uma tentativa de firmar relações econômicas com a região da Ásia-Pacífico, negligenciada por governos anteriores (Artidila; Batalla, 2018).

As relações com os tradicionais parceiros não foram deixadas de lado; pelo contrário, esses eram os maiores parceiros comerciais da Colômbia até então e o foco principal de

alianças. Para Santos, o fortalecimento da cooperação com o Norte seria um passo central para o desenvolvimento colombiano e para alcançar uma melhor posição no cenário internacional. Assim, Santos conduziu a entrada da Colômbia numa das principais instituições multilaterais do Ocidente – a OCDE (Gehring; Koch, 2016; Ramírez, 2011).

O início das relações com a OCDE aconteceu em 2010, como um projeto pessoal de Santos. Após o anúncio das negociações de paz com as FARC e algum tipo de estabilidade política, a Colômbia se projetar em espaços multilaterais. Nesse novo quadro de inserção econômica, a OCDE tornou-se prioridade de sua agenda externa (Cuervo; Gehring, 2015). O ingresso na OCDE seria a representação máxima para a comunidade internacional de que o país havia superado questões relacionadas aos seus conflitos internos e que tinha plenas condições de adotar uma série de padrões e práticas bem-vistas e socializadas entre as potências do mundo (Gehring, Koch, 2016).

Todo o processo foi gerido pela Presidência da República e liderado pelo secretário-geral da Presidência, com as equipes interministeriais. Em 2011, logo após voltar da visita ao Conselho da OCDE em Paris, Santos precisou nomear alguém para ficar à frente das relações com a Organização. Foi escolhida, então, Catalina Crane, uma das Altas Conselheiras e integrante do Departamento Administrativo da Presidência da República. Nos primeiros estágios das relações com a Organização, Crane precisou formar um grupo de trabalho, tanto para articulação doméstica quanto para lidar com os Comitês Temáticos da OCDE (Velarde, 2022).

Uma pequena e flexível equipe foi formada sob a liderança de Crane e com apenas um subordinado, ocupando o cargo de coordenador de acesso, associada aos principais Ministérios envolvidos: das Finanças e de Relações Exteriores. De imediato, foram traçadas três linhas gerais de ação: (i) discussões com 10 comitês temáticos da OCDE; (ii) aderir a um conjunto de instrumentos legais da Organização; e (iii) aprimoramento de relações diplomáticas com os membros mais poderosos da OCDE para adquirir apoio estratégico na temática do ingresso na Organização (Velarde, 2022).

Em maio de 2012, o Ministério das Relações Exteriores enviou uma carta à OCDE expressando o desejo do país de fazer parte dessa organização. Com o avanço das revisões técnicas da Organização, de imediato o país precisou alterar a regulação de temas como: investimento estrangeiro, anticorrupção, transparência, questões fiscais, crescimento sustentável e a gestão de minerais provenientes de áreas de alto risco (Arango, 2021; CUERVO; Gehring, 2015).

O início do processo de adesão da Colômbia ocorreu em 2013, com a publicação do seu *Roadmap for the Accession of Colombia to the OECD Convention*. Estava previsto que o país deveria adotar os valores fundamentais da Organização e seus respectivos instrumentos legais, acompanhados de uma avaliação técnica e política de 23 Comitês Temáticos da OCDE (OCDE, 2013b). Alguns meses depois, em 2014, o governo colombiano entregou o Memorando Inicial, marcando a posição colombiana relacionada ao arcabouço político-normativo da OCDE.

Ao longo de aproximadamente cinco anos (2013-2018), os 23 Comitês Técnicos da OCDE conduziram análises abrangentes sobre o desempenho da Colômbia em várias áreas de trabalho associadas a cada um deles (González, 2020). Dentre as principais reformas requeridas, estavam: concorrência, política regulatória, governança corporativa de empresas estatais, meio ambiente e legislação fiscal (OCDE, 2013b).

De acordo com Velarde (2022), o processo de adesão da Colômbia à OCDE foi marcado por desafios significativos, refletidos na diversidade de coalizões domésticas e grupos de interesse que buscavam influenciar as decisões do governo. Santos nessa temática. Isto é, forças políticas vinham disputando o controle das agendas e a maneira pela qual as reformas da OCDE seriam internalizadas no país. Com isso, o país enfrentou grandes dificuldades em três Comitês Temáticos da organização: (i) o Comitê de Governança Pública, (ii) o Comitê de Emprego e Assuntos Trabalhistas e (iii) o Comitê de Comércio Exterior.

Conforme a *Escuela Nacional Sindical* (2018), os sindicatos colombianos foram os principais responsáveis por atrasar as aprovações do país no Comitê de Governança Pública e no Comitê de Emprego e Assuntos Trabalhistas. As três principais confederações - Central de Trabalhadores da Colômbia (CTC), Confederação Geral do Trabalho (CGT) e Central Unitária de Trabalhadores (CUT) - adotaram uma posição unificada contra a adesão do país à OCDE. Para elas, a violência sistemática contra sindicalistas, a restrição da liberdade de associação e a ausência de padrões trabalhistas deveriam impedir o avanço nesses comitês (Centro de estudios del trabajo, 2017; Industrial, 2017).

Alguns sindicatos, como a *Confederación de Trabajadores de Colombia* (CTC) e a *Central Unitaria de Trabajadores*⁶⁶ (CUT), recorreram ao TUAC da OCDE para reivindicar medidas de segurança aos trabalhadores sindicalizados e o aprimoramento dos padrões de negociação coletiva. Para esses sindicatos, enquanto a Colômbia apresentasse altas taxas de

⁶⁶ Foi o primeiro ator relevante a manifestar oposição ao ingresso da Colômbia na OCDE. Todavia, demonstrou interesse em, por meio do TUAC, expressar a sua voz de forma ativa em um fórum internacional de tal magnitude. Também buscou conectar-se com uma rede de sindicatos dos países membros da OCDE, promovendo troca de experiências e a coletando métodos de atuação (ENS, 2016).

trabalho informal, deficiências na cobertura do sistema de pensões e ineficácia na proteção dos direitos trabalhistas de mais de 22 milhões de trabalhadores, não deveria fazer parte da membresia plena da OCDE (Wade, 2018).

Essas centrais sindicais submeteram ao TUAC relatórios que destacavam as graves violações dos direitos trabalhistas na Colômbia. Apresentaram estudos da Confederação Sindical Internacional (CSI) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), indicando que o governo colombiano ainda estava distante de resolver questões trabalhistas cruciais (Industrial, 2017). O relatório da CSI de 2016 classificou a Colômbia entre os dez países onde os trabalhadores enfrentam as formas mais graves de violência, incluindo assassinatos, ameaças, sequestros e agressões físicas (CSI, 2016).

Graças às centrais sindicais, o "problema trabalhista na Colômbia" tornou-se uma questão recorrente ao longo das discussões com a OCDE, influenciando todas as deliberações durante o processo de acesso. Embora inicialmente os sindicatos tenham rejeitado as relações entre a Colômbia e a OCDE, posteriormente sentiram-se acolhidos pela organização e satisfeitos com a oportunidade de ir a Paris clamar por mudanças perante a comunidade internacional (Arango, 2021).

Para enfrentar a violência contra sindicalistas, o governo colombiano reforçou seu compromisso político, aprimorando tanto a proteção de indivíduos em risco quanto a atuação do Ministério Público nas investigações e punições de crimes contra líderes sindicais. Implementou também reformas que intensificaram a fiscalização do Ministério do Trabalho sobre a subcontratação ilegal e fortaleceram as sanções contra empresas infratoras (Arango, 2021).

Com esse enfoque, o governo Santos buscou restaurar a confiança interna, evidenciando que a adesão à OCDE traria benefícios tangíveis para os trabalhadores colombianos. No âmbito externo, adotou uma abordagem diplomática individualizada⁶⁷, com visitas de ministros do Trabalho e representantes do país na OCDE para dialogar com governos e sindicatos (ARANGO, 2021). O governo apresentou ao Comitê a criação de 3,9 milhões de empregos desde 2010, sendo 70% formais, e o aumento para 904 fiscais de trabalho. Esses progressos garantiram à Colômbia a aprovação no Comitê de Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais (ELSAC, na sigla em inglês) em 22 de março de 2018, apesar das críticas da CUT e de outros sindicatos (LR, 2018a).

⁶⁷ Cabe ressaltar a visita do Presidente Santos à Áustria para promover a ratificação de dois acordos, um trabalhista e outro de livre comércio com a União Europeia. Houve interação semelhante com os Estados Unidos e Canadá (Arango, 2021).

Referente ao Comitê de Comércio, houve três questões sensíveis ao governo colombiano que envolveram pressões sindicais e conflitos de interesse com os EUA:

La aprobación de la reforma a la Ley de Derechos de Autor (tema exclusivamente bilateral pues era un compromiso pendiente del TLC con Estados Unidos), el programa de chatarrización (desintegración) de camiones de carga (los interesados en este tema eran Estados Unidos, México, Suecia y Alemania), y algunas medidas de la política farmacéutica (Estados Unidos y Suiza) (Arango, 2021, p. 149).

A legislação anterior de desmantelamento seguia os padrões exigidos pelo Sindicato dos Transportadores, estabelecendo que a renovação da frota de caminhões deveria ocorrer mediante a remoção de um veículo antigo para cada novo adicionado, visando controlar o fluxo de tráfego e proteger o meio ambiente. No entanto, durante as negociações com a OCDE, os EUA e outros países argumentaram que essa política limitava a entrada de caminhões produzidos por suas indústrias, configurando uma barreira ao comércio internacional (Velarde, 2022).

Nesse contexto, o governo Santos enfrentou uma disputa entre o Sindicato dos Transportadores, que demandava subsídios para a indústria automobilística nacional, e empresas norte-americanas, que acusavam a Colômbia de práticas discriminatórias. Para os EUA, o programa de desmantelamento contrariava os princípios de livre comércio dos acordos que a Colômbia tinha com os Estados Unidos e a União Europeia (Gutiérrez Rivera, 2019; Taschetto *et al.*, 2023, no prelo).

Outros dois pontos que desagradavam os norte-americanos referiam-se às questões sobre a proteção de propriedade intelectual (direitos autorais) e às patentes relacionadas ao setor farmacêutico e ao sistema de controle de preços (Velarde, 2022). Em ambos os casos, denunciava-se a falta de políticas que garantissem equidade competitiva:

Throughout the process, the United States raised numerous obstacles. It had conditioned its support to the acceptance of new commitments related to intellectual property rights, demanding specific norms that go beyond those established in the OECD on that matter, demonstrating the purpose of extracting high level concessions from new entrants and even an agenda that can be viewed as “OECD plus,” restating the intent to advance the “WTO plus” agenda that was not accomplished in the multilateral trade negotiations (Mello, 2019, p.12).

Para cada questão, foi aplicado um tratamento específico e cuidadoso, dado o conflito de interesses. Em relação aos direitos autorais, o Comitê solicitou a revisão da Lei de Direitos Autorais de 1982 como parte do Plano de Desenvolvimento Nacional. Como resultado da

mobilização da equipe técnica da OCDE com os representantes subnacionais, em maio de 2018, o Congresso aprovou a nova Lei de Direitos Autorais, nº 1915⁶⁸ (Colômbia, 2018).

De acordo com a ministra do Comércio, Indústria e Turismo, María Lorena Gutiérrez, a mudança modernizou o marco jurídico da Colômbia em relação aos direitos autorais, um dos requisitos para a adesão do país à OCDE. Essa reforma buscou alinhar a legislação colombiana às normas internacionais, reconhecendo os avanços tecnológicos e culturais das últimas décadas. A lei também incorporou os direitos autorais vinculados aos compromissos assumidos nos acordos de livre comércio com os Estados Unidos e a União Europeia, fortalecendo a posição da Colômbia no cenário global de proteção à propriedade intelectual (LR, 2018a).

No tocante à regulamentação de preços de medicamentos e produtos farmacêuticos, a Colômbia tinha como referência a Lei 1.751, de 2015, que conferia ao governo nacional a prerrogativa de intervir no mercado farmacêutico para assegurar amplo acesso social a medicamentos, em conformidade com o direito constitucional à assistência médica (Partners4access, 2019). O Ministério da Saúde e Proteção Social⁶⁹, além de garantir a aplicação dessa legislação, fundamentava suas ações nas diretrizes⁷⁰ estabelecidas na seção de saúde do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022, que constituíam uma base essencial para proteger os interesses públicos nesse setor (Gutiérrez Rivera, 2019).

Contudo, essa abordagem enfrentou forte pressão internacional, especialmente dos Estados Unidos, que buscavam mudanças nos artigos 70º e 72º do PND (2018-2022). As farmacêuticas norte-americanas, diretamente interessadas, insistiam na rígida proteção de suas patentes, garantindo o controle sobre a fabricação e distribuição de seus medicamentos. Argumentavam também que a liberdade para definir preços era necessária como mecanismo de compensação pelos altos custos de pesquisa e desenvolvimento (Portafolio, 2018).

Assim, apesar da oposição do Ministério da Saúde e Proteção Social, durante as negociações da Colômbia com a OCDE, a Presidência emitiu o Decreto 710 de 2018 para avançar no Comitê de Comércio. Esse decreto definiu que a avaliação do valor terapêutico e a análise econômica realizada pelo Instituto de Avaliação de Tecnologia em Saúde (IETS)

⁶⁸ COLÔMBIA. Ley nº 1915, de 2018. EL CONGRESO DE COLOMBIA. Departamento Administrativo de la Función Pública. Diálogo Oficial, Bogotá, DC, 2018.

⁶⁹ O Ministério da Saúde, ao regulamentar o setor farmacêutico, deve equilibrar pressões internas e externas. Internamente, o foco está na promoção do bem-estar social e no aprimoramento do sistema de saúde pública. Externamente, no entanto, enfrenta desafios advindos de negociações com grandes corporações farmacêuticas multinacionais, que buscam maximizar lucros em mercados emergentes (Kickbusch, *et al.*, 2022).

⁷⁰ Resumidas em dois tópicos: (i) proteger a indústria farmacêutica nacional da concorrência desproporcional das grandes corporações globais e (ii) garantir que os medicamentos fossem acessíveis a toda a população, especialmente aos mais vulneráveis, promovendo o direito à saúde de forma justa e equitativa (Rivera, 2019).

ocorreriam paralelamente à concessão de registros pelo Instituto Nacional de Vigilância Alimentar e Medicamentosa (INVIMA), sem que tais avaliações restringissem o acesso a novos medicamentos (Gutiérrez Rivera, 2019).

Internamente, a Associação de Laboratórios Farmacêuticos de Pesquisa e Desenvolvimento (Afidro), que representa os interesses das farmacêuticas estrangeiras na Colômbia, a Câmara da Indústria Farmacêutica da ANDI e a Associação das Indústrias Farmacêuticas Colombianas (Asinfar) apoiaram esse novo decreto, pelo qual a regulação dos preços passaria a ser feita de forma independente pela Comissão Nacional de Preços de Medicamentos e Dispositivos Médicos (Eltiempo, 2018b).

Com as novas regulamentações, as farmacêuticas norte-americanas tiveram facilidades para entrar no mercado colombiano, com a proteção de suas patentes resguardada juridicamente. Essas mudanças, por sua vez, dificultaram a produção nacional de medicamentos genéricos e comprometeram a intervenção no controle dos preços farmacêuticos. Pode-se dizer que, externamente, o governo Santos atendeu aos requisitos estabelecidos pela Associação de Pesquisa e Fabricação Farmacêutica da América (PhRMA), pela Associação Nacional de Fabricantes (NAM) e pelo Conselho Empresarial Internacional dos EUA, liderado por Robert Lighthizer, representante comercial dos EUA. Essas associações passaram a apoiar a adesão da Colômbia à organização, considerando o alinhamento do país com os padrões internacionais de comércio (Eltiempo, 2018b).

Quanto ao programa de sucateamento, para resolver esse prolongado impasse, o governo Santos adotou uma solução intermediária, criando um decreto que estabelecia a concessão de um fundo para auxiliar os motoristas de caminhão. Todavia, mesmo com a oposição sindical, o governo comprometeu-se a encerrar o programa de sucateamento no período pós-adesão⁷¹ (Velarde, 2022). De acordo com as principais mídias colombianas, enquanto o país não abolisse esse programa, os EUA iriam restringir a adesão colombiana à OCDE (Eltiempo, 2018c).

Com essas mudanças internas, a aprovação da Colômbia no Comitê de Comércio ocorreu em maio de 2018. Esses casos ilustram a complexidade de equilibrar demandas internas com exigências internacionais, especialmente em um processo de adesão a uma organização como a OCDE, que possui rigorosos padrões de governança, direitos trabalhistas e práticas comerciais (Arango, 2021; Velarde, 2022).

⁷¹ COLÔMBIA. Decreto n.º 1.517, de 2016. Abole a regra de “1 para 1” e estipula seu término definitivo para 31 de dezembro de 2018. *Departamento Administrativo de la Función Pública*. Diário Oficial, Bogotá, DC, 2016.

4.3.2 A participação de atores estatais

Para lidar com as críticas direcionadas à agenda da OCDE, o ex-presidente Juan Manuel Santos iniciou um trabalho bilateral com a equipe técnica da organização e realizou um esforço interinstitucional, envolvendo quase todos os setores do Poder Executivo colombiano e outros órgãos do Estado, para convencer os grupos internos sobre os benefícios de integrar a OCDE (Arango, 2021).

Isso implicou em superar antigas diferenças e competições entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Comércio, Indústria e Turismo (Ângulo; Cortés, 2012). Sob a liderança dos ministros María Ángela Holguín e Sergio Díaz-Granados, construiu-se uma ponte com o Congresso colombiano. Juntos, esses ministérios promoveram workshops, palestras e eventos para garantir o engajamento, apoio e agilidade do Congresso nas reformas necessárias para a OCDE (Sánchez, 2015).

Em contraste com o ex-presidente Álvaro Uribe, que adotava um estilo agressivo e confrontador, Santos introduziu um clima de conciliação e diálogo nas relações internas, buscando criar bases de apoio doméstico que dessem sustentação aos seus projetos externos. Isso se manifestou tanto na aproximação entre os ministérios mencionados quanto na unificação do Congresso colombiano:

El gobierno de Santos ha recompuesto la relación del Ejecutivo con el Poder Judicial. Y, gracias a su propuesta de Unidad Nacional, que acercó entre sí al Partido Liberal, a Cambio Radical y al Partido de la U, inició su mandato con la coalición de gobierno más grande de la historia reciente (80% del Senado y 87% de la Cámara de Representantes). Además, logró un cierto margen de acción frente al uribismo, especialmente presente en el Partido de la U y en el Partido Conservador, que, de forma disimulada, han tratado de interferir o al menos frenar algunas de sus iniciativas (Ramírez, 2011, p. 91).

Com uma base de apoio consolidada, o governo Santos pôde intensificar as relações com a OCDE. A rápida aprovação da Lei 1479⁷² de 2011 foi um passo inicial importante, permitindo à Colômbia integrar-se ao Centro de Desenvolvimento da OCDE. Além de reforçar a aproximação institucional com um grupo da organização, a medida evidenciou o apoio do Congresso às agendas da OCDE (Colômbia, 2011).

Além do esforço do Executivo, o Congresso colombiano contribuiu com a adaptação das estruturas legais do país para atender às exigências da OCDE. A aprovação de leis significativas, como a Lei 1474 de 2011, conhecida como Estatuto Anticorrupção, fortaleceu

⁷² COLÔMBIA. Ley 1479 de 2011. EL CONGRESO DE COLOMBIA. Departamento Administrativo de la Función Pública. Diálogo Oficial, Bogotá, DC, 2011. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=44130>. Acesso em: dez. 2024.

os mecanismos de prevenção, investigação e sanção de atos corruptos, atendendo aos padrões exigidos pela organização (Colômbia, 2011a). O Congresso também aprovou reformas em áreas como governança corporativa, meio ambiente e direitos trabalhistas, demonstrando comprometimento com as recomendações da OCDE (Arango, 2021).

Segundo Arango (2021), apesar dos desafios e debates internos, o Congresso alinhou-se ao Executivo no objetivo de aderir à OCDE, consolidando a agenda como uma política de Estado. Com algum atraso nas aprovações, novos funcionários de diversos setores começaram a se familiarizar com os processos dos comitês e a participar mais ativamente. A ampla coalizão pró-governo Santos facilitou a tramitação das reformas, permitindo que a Colômbia avançasse no cumprimento dos requisitos estabelecidos pela organização (Gutiérrez Rivera, 2019). Além do apoio parlamentar, Santos contou com o respaldo das elites colombianas, que viam o ingresso na OCDE como uma plataforma para a integração econômica do país nas cadeias globais de valor (Gathering, 2016).

Após longos e difíceis anos de negociações, a Colômbia recebeu, ao final de 2018, o convite formal para ingressar na OCDE e, concomitantemente, tornou-se parceira global da OTAN no mesmo período. A abertura internacional do país passava pelo fortalecimento das relações com o Ocidente e seus respectivos braços econômicos e militares (Artidila; Batalla, 2018; Vargas-alzate, 2022).

Segundo Arango (2021), após a avaliação de 23 comitês, em sete deles foram estabelecidos "compromissos pós-acessão", consistindo em planos de ação detalhados para o avanço em temas que necessitavam de prazos mais longos para implementação. A Colômbia deverá apresentar periodicamente a esses comitês os avanços realizados nesses compromissos. A OCDE prioriza certos instrumentos legais em detrimento de outros; portanto, quando a Colômbia internalizou o Código de Liberalização de Movimentos de Capitais Tangíveis e Intangíveis, deu um passo substancial para seu ingresso na organização.

Internamente, o processo de adesão foi longo e complexo, marcado por disputas entre grupos internos, sobretudo entre sindicatos e o empresariado doméstico. Essas tensões refletiram nas discussões sobre as reformas necessárias para atender às exigências da OCDE. Ademais, nas relações bilaterais, a Colômbia precisou fazer concessões aos Estados Unidos durante as negociações com o Comitê de Comércio da OCDE, adicionando camadas de complexidade ao processo. Apesar desses desafios, o alto grau de autonomia do governo Santos na formulação da política externa e o apoio das elites econômicas contribuíram para a adesão definitiva da Colômbia em maio de 2020, após quase uma década de negociações e reformas (Gathering, 2016).

Na condição de membro pleno, a OCDE recomendou à Colômbia a adoção de políticas monetárias mais rigorosas. Também foi indicado aumentar a produtividade econômica para cumprir as regras fiscais, estimular o empreendedorismo, reduzir as barreiras alfandegárias nacionais e, por fim, desenvolver mecanismos de proteção social para lidar com a informalidade que ainda atinge cerca de 60% dos trabalhadores colombianos (OCDE, 2023b).

4.3.3 A participação de atores não-estatais

Embora o ingresso da Colômbia na OCDE tenha sido amplamente percebido como um projeto pessoal do presidente Juan Manuel Santos, essa iniciativa demandou legitimação junto a diversos grupos políticos e à opinião pública. O governo precisou demonstrar que a adesão traria benefícios econômicos, buscando envolver atores domésticos e internacionais na internalização das normas e práticas da organização. Entretanto, sindicatos, setores progressistas e organizações da sociedade civil levantaram objeções substanciais, evidenciando como a dinâmica desse processo foi marcada por tensões entre interesses nacionais, demandas populares e pressões externas.

O *Centro de Investigación y Educación Popular* (CINEP) liderou alguns dos questionamentos ao destacar que a adesão poderia exacerbar desigualdades sociais, ameaçar direitos humanos e enfraquecer a sustentabilidade ambiental (CINEP, [s.d.a]). Em parceria com o *Colectivo de Abogados José Alvear Restrepo* (CAJAR) e a *Asociación Interamericana de Defensa del Medio Ambiente* (AIDA), denunciou à OCDE as graves violações socioambientais causadas pela mineradora Cerrejón em La Guajira, onde o deslocamento forçado de comunidades e a contaminação dos recursos hídricos afetaram especialmente povos indígenas (CINEP, [s.d.b]). Segundo o CINEP, a adesão só seria legítima se integrasse compromissos claros de proteção dos direitos humanos e reparação às comunidades afetadas, transcendendo interesses puramente econômicos.

A atuação de sindicatos, como a *Central Unitaria de Trabajadores* (CUT) e o Sindicato dos Transportadores, representou outro foco de resistência. Esses grupos criticaram a pressão por reformas estruturais que, em sua visão, priorizariam os interesses do capital financeiro em detrimento dos direitos trabalhistas (Centro de estudios del trabajo, 2017). O relatório conjunto de Cedetrabajo, CUT e *Escuela Nacional Sindical* (ENS), intitulado “La adhesión de Colombia a la OCDE: Una equivocación”, argumentou que a abertura comercial resultaria em precarização e no aumento da informalidade, agravando a desigualdade social. A *IndustriALL Global Union* também ressaltou que o foco da OCDE em flexibilizar leis trabalhistas beneficiaria elites empresariais e multinacionais, deixando de lado as demandas da classe

trabalhadora (Industrial, 2017; Orjuela, 2018). Na mesma linha, para o sindicalista Diógenes Orjuela, diretor do Departamento de Relações Internacionais da CUT, a OCDE não tem uma preocupação genuína com as condições dos trabalhadores na Colômbia, sendo o seu foco principal promover a agenda econômica das elites globais do mercado financeiro (Orjuela, 2018).

Diversas vozes acadêmicas ecoaram essas preocupações. Jan Kregel⁷³ alertou que países em desenvolvimento, como a Colômbia, podem não ter competitividade suficiente para cumprir as exigências da OCDE, citando o México e a Coreia do Sul como exemplos de países que enfrentaram crises após aderir à organização (Kregel, 2014). Da mesma forma, Juan Manuel López Caballero avaliou que a OCDE prioriza políticas fiscais e financeiras que negligenciam questões sociais, sugerindo que o ingresso refletia mais os interesses pessoais de Santos do que as necessidades da população (Caballero, 2015). Já Jorge Robledo, senador do *Polo Democrático Alternativo*, qualificou a OCDE como um “clube de elite” dominado pelas grandes potências, argumentando que a adesão estreitaria a soberania econômica do país e aprofundaria desigualdades (Robledo, 2018a).

Em meio a esse debate, surgiram críticas unificadas quanto à suposta priorização de interesses de elites econômicas e financeiras, em detrimento das classes trabalhadoras e de grupos historicamente marginalizados. Apesar de os sindicatos e setores progressistas terem conseguido, em determinados momentos, atrasar o processo de adesão, o governo Santos articulou-se com fortes grupos de interesse e aliados políticos estratégicos, pavimentando o caminho para a entrada do país na OCDE.

O empresariado colombiano foi decisivo no processo de adesão do país à OCDE. Entidades como a *Asociación Nacional de Empresarios de Colombia* (ANDI), a *Confecámaras* e a *ALIADAS* articularam-se com o governo, defendendo reformas que atendessem aos padrões da organização e garantindo que os interesses do setor privado fossem considerados nas negociações.

A ANDI, representando uma ampla gama de setores econômicos, esteve na vanguarda desse processo. Bruce Mac Master, presidente da entidade, destacou que a entrada na OCDE não apenas fortaleceria a economia colombiana, mas também abriria novas oportunidades de desenvolvimento e competitividade internacional. As relações entre a ANDI e a OCDE

⁷³ Jan Kregel, economista de renome internacional, em entrevista ao *Portafolio* em 2014, alertou que a Colômbia cometia um erro ao tentar ingressar na OCDE. Segundo ele, a organização é composta por países altamente competitivos e produtivos, e nações em desenvolvimento como a Colômbia não possuem os mesmos níveis de produtividade para competir em igualdade de condições (Kregel, 2014).

iniciaram-se formalmente em 2012, quando o país começou seu processo de adesão. Nesse primeiro momento, a ANDI adquiriu o *status* de observadora na organização, o que permitiu uma valiosa troca de conhecimentos e inseriu o empresariado colombiano nas discussões nos órgãos da OCDE. Em 2020, a ANDI formalizou a sua participação como membro do BIAC, e a partir disso, pode atuar de maneira ainda mais efetiva como porta-voz e defensora das reformas domésticas prescritas pela OCDE e ampliar a representatividade dos interesses empresariais colombianos nas arenas internacionais (ANDI, 2018b; BIAC, 2020).

No setor financeiro, a *Asociación Bancaria y de Entidades Financieras de Colombia* (ASOBANCARIA) destacou que a integração à OCDE traria benefícios estruturais significativos ao país, tanto econômicos quanto institucionais. A associação enfatizou que a OCDE poderia impulsionar a independência da Superintendência Financeira, aprimorar a supervisão dos conglomerados, aumentar a segurança dos investidores e promover maior competitividade, estimulando a entrada de novas instituições, a redução da concentração de ativos e a expansão do crédito, alinhando o sistema financeiro colombiano aos padrões internacionais (Asobancaria, 2019).

Instituições financeiras como o Bancolombia e o BBVA Colômbia destacaram-se no apoio à adesão do país à OCDE. O Bancolombia, um dos principais bancos da América Latina, colaborou com a *Emerging Markets Network* (EMnet) na organização de eventos sobre oportunidades e desafios nos mercados emergentes, abordando as contribuições do setor privado para o desenvolvimento socioeconômico (Bancolombia, 2018; OCDE, 2016c). Além disso, firmou parcerias com a ASOBANCARIA para adequar o setor financeiro colombiano às normas internacionais de governança corporativa e proteção de dados, facilitando a conformidade com as exigências dos comitês da OCDE (Bancolombia, 2018). O BBVA⁷⁴ Colômbia, por sua vez, considerou que a adesão proporcionaria resultados positivos a curto, médio e longo prazos, possibilitando a adoção de melhores práticas, o aumento da produtividade e a aliança às economias mais competitivas (BBVA, 2018).

A *Confecámaras*, representante das câmaras de comércio do país, também teve participação relevante no fomento da agenda da OCDE. Além de defender que o ingresso reforçaria a competitividade colombiana em áreas como combate à corrupção e transparência, a *Confecámaras* elaborou, a partir de dados da organização, o relatório “*Determinantes de la*

⁷⁴ O BBVA Colômbia, filial do grupo financeiro multinacional espanhol Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), que opera em vários países, incluindo a Colômbia, não representa apenas uma aliança entre duas instituições financeiras, mas indica um sólido relacionamento bilateral entre os sistemas bancários dos dois países (BBVA, 2018).

Supervivencia Empresarial en Colombia”. Nele, constatou-se que a taxa de sobrevivência das empresas no país está abaixo da média dos membros da OCDE, o que serviu de base para a exigência de melhorias no ambiente de negócios, principalmente em estímulos a pequenos e médios empresários (Confecámaras, 2017; 2018). Já a *Cámara de Comercio Colombo-Americana*⁷⁵⁷⁶ (AmCham), em colaboração com a ANDI e o *Consejo Empresarial Estados Unidos-Colombia* (CEA), se empenhou em superar barreiras específicas no Comitê de Comércio da OCDE, emitindo comunicados que ressaltavam os benefícios do ingresso para o fortalecimento das cadeias globais de valor e das relações econômicas com grandes potências (Amcham Colombia, 2018a; 2018b; 2021; ANDI, 2018a).

Entidades como a *Alianza de Asociaciones y Gremios* (ALIADAS), contudo, manifestaram divergências pontuais. A ALIADAS⁷⁷ criticou as reformas trabalhista e tributária propostas pelo governo Santos e vinculadas às recomendações da OCDE, argumentando que o aumento nos custos para pequenas e médias empresas (PMEs) e a limitação à terceirização poderiam gerar demissões e prejudicar a competitividade nacional. Por outro lado, na questão tributária, reivindicou que o governo Santos aguardasse um acordo global da OCDE sobre a taxação de grandes empresas internacionais, sob pena de a Colômbia perder competitividade regional (Aliadas, [s.d.a]; [s.d.b]).

De modo geral, as reações do empresariado colombiano revelaram uma tendência fortemente favorável à adesão. Segundo o *Portafolio* (2018), líderes como Javier Díaz (ANALDEX) e Bruce Mac Master (ANDI) ao longo dos anos estiveram salientando os benefícios que a Colômbia receberia em termos de inserção no mercado internacional ao ingressar na entidade. Ou seja, houve um papel ativo do setor privado na promoção do ingresso, entendida como uma plataforma para a simplificação regulatória, atração de investimentos e inserção competitiva em cadeias globais de valor (Portafolio, 2018). Os empresários e instituições financeiras atuaram como facilitadores das reformas exigidas pela OCDE, obtendo espaço privilegiado nas decisões governamentais em detrimento de sindicatos trabalhistas, o

⁷⁵ O governo dos EUA utilizou essas entidades, que atuam como suas representações empresariais oficiais na Colômbia, para pressionar o governo colombiano a ceder às suas exigências sobre as questões de patentes, propriedade intelectual e o fim do programa de sucateamento de veículos colombiano (Andi, 2018a).

⁷⁶ Em 2018, o Comitê de Investimentos da AmCham discutiu as oportunidades do Investimento Estrangeiro Direto (IED) sob as diretrizes da OCDE, destacando a adoção de boas práticas e o uso de indicadores para políticas públicas (Amcham Colombia, 2018a). Em 2021, a Câmara promoveu um debate com especialistas tributários sobre o impacto do imposto mínimo global de 15% proposto pela OCDE, evidenciando seu interesse em alinhar as práticas empresariais colombianas aos padrões internacionais (Amcham Colombia, 2021).

⁷⁷ Para a ALIADAS, as recomendações da OCDE, embora válidas internacionalmente, não deveriam ser aplicadas sem considerar as realidades econômicas locais, pois poderiam prejudicar a livre concorrência e a estabilidade do mercado de trabalho no país (Aliadas, [s.d.a]).

que refletiu as relações de poder, disputas e coalizões vis-à-vis as agendas das relações internas e externas colombianas (Gutiérrez Rivera, 2019).

Os think tanks e a academia colombiana contribuíram ativamente para o ingresso da Colômbia na OCDE, oferecendo estudos técnicos, análises aprofundadas e avaliações críticas que subsidiaram as decisões políticas e econômicas do país. Instituições como o *Departamento Nacional de Planeación* (DNP), a *Fundación para la Educación Superior y el Desarrollo* (Fedesarrollo), a *Asociación Nacional de Instituciones Financieras* (ANIF), o *Centro de Investigación y Educación Popular* (CINEP) e universidades de prestígio, como a *Universidad del Rosario*, a *Universidad de los Andes* e a *Universidad EAFIT*, atuaram na reflexão e difusão do conhecimento acerca das reformas propostas pela organização.

O *Departamento Nacional de Planeación*⁷⁸ (DNP), *think tank* governamental com *status* ministerial e autonomia técnica, constituiu uma base sólida de conhecimento sobre a OCDE e fomentou o debate público informado quanto aos benefícios da adesão (Colômbia, 2020). Enquanto órgão de planejamento, o DNP coordenou esforços entre diferentes ministérios para adaptar as políticas públicas aos padrões internacionais defendidos pela organização (DNP, [s.d.d]). Nesse sentido, coube ao DNP a responsabilidade de estruturar e implementar dois projetos relacionados à participação colombiana na OCDE. O primeiro, em parceria com o BID, resultou na publicação do “*Manual de Consulta de Colombia en la OCDE*⁷⁹”, que estruturou o Programa de Cooperação Técnica para o Ingresso da Colômbia na organização e ajudou a angariar apoio público e político (Colômbia, 2020). O segundo, o curso virtual “*Benefícios de pertencer a la OCDE*⁸⁰”, o objetivo formal desse curso era capacitar funcionários e servidores públicos de todo o país, proporcionando uma maior compreensão sobre a OCDE e as suas dinâmicas locais e regionais (DNP, [s.d.a]).

A Fedesarrollo, reconhecida como uma das think tanks mais influentes do país, também promoveu um cenário político favorável ao ingresso por meio de estudos como o *Informe Mensual n.º 188*, que enfatizou as vantagens estratégicas de atrair investimentos estrangeiros e consolidar melhores práticas de governança (Fedesarrollo, 2018). Segundo esse documento, ao

⁷⁸ Suas principais responsabilidades incluíam a formulação de políticas públicas, coordenação do desenvolvimento nacional e planejamento orçamentário dos recursos de investimento, assegurando que esses recursos fossem alocados de forma estratégica (DNP, [s.d.b]).

⁷⁹ Este manual oferece uma síntese dos principais elementos relacionados à adesão e participação colombiana na organização. O material não apenas orientou tecnicamente o processo, mas também impulsionou a construção do apoio público e político para as reformas associadas aos instrumentos legais da OCDE (Colômbia, 2020).

⁸⁰ O curso era estruturado em três módulos: (i) a origem da OCDE; (ii) o processo de adesão e a participação da Colômbia na organização; e (iii) a formulação de políticas públicas regionais, alinhadas às recomendações da OCDE. A iniciativa visava ampliar o conhecimento sobre a governança e fortalecer a implementação de políticas públicas regionais (DNP, [s.d.a]).

aderir à OCDE, a Colômbia aumentaria sua atratividade para fundos institucionais, como fundos de pensão, ampliando o potencial de recuperação econômica. Já a *Asociación Nacional de Instituciones Financieras* (ANIF), por meio de análises de Sergio Clavijo (presidente da entidade) defendeu a urgência de reformas fiscais e econômicas para garantir a estabilidade macroeconômica e a competitividade do setor financeiro, em consonância com as diretrizes da organização (Portafolio, 2013).

Assim como os think tanks, a academia também contribuiu para o processo de adesão da Colômbia à OCDE. A *Universidad del Rosario* se destacou por meio do *Observatorio Colombia-OCDE*, que sistematizou e divulgou informações sobre políticas relacionadas à organização, bem como promoveu seminários voltados à discussão de desafios e oportunidades da adesão (UDR, [s.d.]). Liderado pelos professores doutores José Orlando Montes de la Barrera, Andrés García Suaza e Enrique Alberto Prieto Rios e com apoio institucional do DNP, o observatório visa gerar e difundir conteúdos informativos, além de avaliar e monitorar o cumprimento das metas da organização. Em 2019, realizou o evento *Perspectivas Económicas da América Latina 2019: Desarrollo en Transición*⁸¹, reunindo representantes da OCDE e de diversos setores econômicos para debater a implementação das reformas internas (UDR, 2019).

A *Universidad EAFIT* analisou igualmente as implicações da entrada da Colômbia na OCDE, especialmente em áreas como inovação, políticas públicas e direitos humanos. Em suas publicações há sínteses do funcionamento da organização e os possíveis riscos e benefícios da adesão. Especialistas como Nicolás Pelau, Carolina Vásquez Arango e José Toro Valencia ressaltaram pontos críticos, como a alta informalidade trabalhista, o sistema tributário pouco atraente para investimentos, a baixa cobertura previdenciária e o investimento insuficiente em pesquisa e desenvolvimento (EAFIT, 2016). Na visão de Vásquez, a Colômbia buscava o ingresso para fortalecer tanto sua política externa quanto seu papel nas relações internacionais, embora persistissem desafios estruturais que poderiam atrasar ou até mesmo impedir a adesão (EAFIT, 2016).

Em parceria com a Fundación Konrad Adenauer, a Universidad EAFIT sediou, em 2018, o fórum Colômbia na OCDE: As realidades de sua adesão, no qual se discutiram diversos

⁸¹ Reunindo atores nacionais e internacionais, como Sebastián Nieto Parra (OCDE), Luis Alberto Rodríguez Ospino (*Departamento Nacional de Planeación*) e Carolina España (CAF), o evento debateu os desafios e oportunidades da adesão da Colômbia à OCDE (UDR, 2019). A participação de representantes da União Europeia, Telefónica Colombia e do Ministério do Comércio, Indústria e Turismo evidenciou a articulação dos diversos setores em torno das agendas de políticas públicas e de desenvolvimento econômico. Dessa forma, o encontro fortaleceu a integração entre atores domésticos e internacionais e ressaltou os esforços de monitoramento e avaliação do Observatorio Colombia-OCDE, destacando o papel da academia na promoção das agendas da organização.

aspectos do processo de negociação. Destacaram-se as intervenções de María Alejandra Calle, que contextualizou o público sobre a relevância da OCDE, e de Nicola Bonucci (OCDE), o qual ressaltou a importância de enxergar as reformas como oportunidade de desenvolvimento, e não apenas como exigências técnicas (FKA, 2018; [s.d.]). Andrés Bitar, coordenador de assuntos da OCDE na Presidência, refutou a ideia de “clube dos países ricos” ao apresentar a organização como um think tank promotora de boas práticas (FKA, 2018).

Os benefícios obtidos pelo país foram detalhados por Sebastián Trujillo, negociador da Colômbia junto à OCDE, que listou as reformas setoriais, como a independência regulatória e as leis sobre conglomerados financeiros, bebidas alcoólicas e concorrência (FKA, 2018). Gabriel Giménez, professor da *Pontificia Universidad Javeriana*, ofereceu uma visão mais crítica, pontuando que a mudança de discurso - de “clube dos países ricos” para “clube das boas práticas” - não resolveria entraves como infraestrutura precária e alta informalidade trabalhista (FKA, 2018).

Por sua vez, a *Universidad de Los Andes* (UNIANDES) contribuiu para o debate promovendo eventos de caráter positivo acerca da organização. Um deles foi o seminário *OCDE: Reduzindo desigualdades e promovendo crescimento econômico na Colômbia*, realizado em 1º de fevereiro de 2013, em Bogotá. O encontro, mediado por Gustavo Carvajal (embaixador da Colômbia na França), contou com a presença de Pirita Sorsa (economista representante da OCDE), Leonardo Villar (Fedesarrollo) e Guillermo Perry (da *Universidad de Los Andes*), discutindo o *Economic Survey da Colômbia* de 2012 (Uniandes, 2013). Em 2019, a mesma instituição organizou o *Lançamento do Estudo Econômico da OCDE para a Colômbia*, recebendo Paula Garda, do Departamento de Economia da OCDE; Pirita Sorsa, chefe da Divisão de Países Latino-Americanos da OCDE; e os professores Marcela Eslava e Hernando Zuleta, da Faculdade de Economia da *Universidad de Los Andes*. Esse evento abordou a evolução do processo de adesão e os desafios remanescentes para a consolidação do ingresso (Uniandes, 2019).

O livro *Colombia en la OCDE: las realidades de su adhesión*, de Vargas-Álzate (2018), publicado pela *Fundación Konrad Adenauer (FKA)* em parceria com a *Universidad EAFIT*, constitui uma referência sólida na análise do papel da Colômbia no cenário internacional. Ao conectar a experiência do país com as dinâmicas globais, a obra discute tanto os avanços obtidos quanto os desafios enfrentados, propondo um roteiro personalizado para que o país consolide sua posição de membro pleno (Vargas-Álzate, 2018). Dividido em cinco capítulos, explora desde a origem da OCDE até os motivos que levaram à busca pela adesão, além de apontar os entraves que surgiram no processo de aceitação e as ações necessárias após o ingresso.

Nesse sentido, a atuação de think tanks e da academia foi decisiva para fornecer bases técnicas, análises críticas e embasamento científico ao processo de adesão. Ao estimular debates públicos e acadêmicos, esses atores contribuíram para uma compreensão mais aprofundada dos riscos e benefícios de se integrar à OCDE. A colaboração entre governo, academia e think tanks possibilitou que a Colômbia avançasse de forma mais segura e informada, ciente dos desafios estruturais a serem superados e engajada na construção de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

A mídia colombiana, de modo geral, adotou uma postura amplamente favorável ao ingresso do país na OCDE, dedicando análises detalhadas aos possíveis impactos institucionais e econômicos da adesão. O jornal *Portafolio* (2018), especializado em economia, ressaltou que a Colômbia, ao adotar práticas comparáveis às de países desenvolvidos, elevaria a qualidade de suas políticas públicas e fortaleceria a confiança de investidores nacionais e estrangeiros. Além disso, enfatizou que o país poderia se tornar um elo relevante entre a Europa e a América Latina, ampliando seu protagonismo regional e internacional.

No mesmo sentido, o periódico *La República* (LR, 2020) argumentou que a organização permitiria fortalecer instituições reguladoras como a Superintendência Financeira, facilitando reformas mais profundas com apoio técnico da OCDE. Contudo, o jornal ponderou que o alinhamento aos padrões de países desenvolvidos poderia fazer a Colômbia perder seu *status* de “país em desenvolvimento”, com potenciais prejuízos diplomáticos perante outras nações latino-americanas.

A revista *Semana* (2018), por sua vez, avaliou que, apesar dos custos iniciais, a adesão poderia ser encarada como um investimento de longo prazo, já que a OCDE promove um ciclo de monitoramento permanente das diretrizes e metas adotadas pelos países membros, incentivando a melhoria contínua das políticas públicas. O jornal *El Tiempo* (Eltiempo, 2018a) descreveu a OCDE como catalisadora de reformas internas em áreas como educação, saúde e mercado de trabalho, destacando o aprendizado mútuo propiciado pelo contato com experiências de outros membros e reforçando uma política externa pragmática e modernizadora.

Já o *El Espectador* (2018) salientou que a adesão impulsionaria a imagem de transparência e governança responsável da Colômbia, conferindo maior legitimidade ao país em fóruns internacionais. Entretanto, registrou críticas de sindicatos e movimentos sociais, preocupados com a possível submissão a normas internacionais pouco sensíveis às especificidades locais, bem como ao comprometimento excessivo com as agendas de potências econômicas.

Em síntese, a imprensa colombiana convergiu na percepção de que a entrada na OCDE fortaleceria a governança pública e impulsionaria a estabilidade econômica, embora reconhecendo riscos, como a perda de políticas nacionais autônomas e eventuais distanciamentos regionais. A cobertura positiva contribuiu para legitimar a adesão, ao apresentar a organização como um importante pilar estratégico para consolidar a posição internacional da Colômbia e promover reformas institucionais de longo alcance.

4.4 Costa Rica (2015-2021)

4.4.1 A política externa costarriquenha e a aproximação com a OCDE

Após o fim de sua Guerra Civil em 1948, a Costa Rica estabeleceu os pilares de sua política externa, construindo uma imagem internacional baseada na paz, democracia e direitos humanos. Esse processo tomou forma com a institucionalização e consolidação da democracia, via Constituição de 1949. Essa Constituição aboliu o exército no país, um movimento de grande simbolismo que consolidou a Costa Rica como uma nação pacífica, desarmamentista e voltada para a diplomacia (Fonseca Ramírez, 2021a).

Nesse sentido, de acordo com Zamora (2019), a Costa Rica, mesmo com as suas contradições e nuances, consolidou um conjunto central de diretrizes da sua política externa, fundamentadas em valores e princípios que transcenderam as diferentes administrações governamentais.

Tabela 7 - Diretrizes da PE

Diretrizes	Descrição
Adesão ao Direito Internacional	A Costa Rica, como nação pequena e desarmada, depende do Direito Internacional para sua proteção contra ameaças externas. O país defende a legalidade internacional e condena ações unilaterais de grandes potências.
Resolução pacífica de conflitos	Rejeita o uso da força e promove a resolução diplomática de conflitos, tanto em questões que envolvem diretamente o país quanto em crises internacionais, reforçando seu papel como mediador em arenas multilaterais.
Apoio ao multilateralismo e à democracia internacional	Como uma das democracias mais consolidadas da América Latina, a Costa Rica defende o fortalecimento de órgãos multilaterais democráticos e promove a governança democrática em nível global, atuando de forma proativa em organismos como a ONU.
Desmilitarização e	Pioneira na não proliferação e no desarmamento global, a Costa Rica aboliu suas

desarmamento global	forças armadas em 1948 e foi liderada por diplomatas como Elaine White no Tratado de Proibição de Armas Nucleares da ONU, consolidando seu papel de liderança na área.
Promoção e respeito aos direitos humanos	Signatária de mais de 50 tratados internacionais de direitos humanos, incluindo a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a Costa Rica desempenha um papel destacado na promoção e proteção desses direitos, tanto no cenário internacional quanto no âmbito doméstico. O país abriga importantes instituições internacionais, como a Corte Centro-Americana de Justiça, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Universidade para a Paz, vinculada à ONU, consolidando sua posição como um centro regional de defesa dos direitos humanos (FONSECA RAMÍREZ, 2021a).
Neutralidade perpétua, não ativa e não armada	Desde 1983, a Costa Rica mantém uma postura de neutralidade frente a conflitos armados internacionais e internos em outros Estados, ratificada pela Lei n.º 9288 de 2014, que declara a paz como um direito humano fundamental (SCIJ, 2014).
Proteção ambiental e desenvolvimento sustentável	Desde os anos 1990, a Costa Rica tem sido proativa em questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, adotando políticas inovadoras, como a meta de descarbonização até 2050 e a proteção de 25% do seu território como áreas de conservação. O país também é signatário do Acordo de Escazú, um tratado regional sobre acesso à informação, participação pública e justiça em questões ambientais.
Ideologia republicana e visão liberal das relações externas	A Costa Rica adota uma visão liberal das relações internacionais, caracterizada pela ênfase no livre comércio e na interdependência econômica. Essa postura foi moldada pelas suas relações históricas com os Estados Unidos, de quem o país é econômica e politicamente há décadas. A assinatura do Tratado de Livre Comércio entre os Estados Unidos, América Central e República Dominicana (CAFTA-DR) em 2004, simboliza como os EUA influenciaram a política econômica e externa costarriquenha em torno da temática da abertura econômica.

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em (Altman, 2018) e (Costarica, [s.d.]).

Essas diretrizes sinalizam um percurso alinhado à tentativa de construção de um posicionamento exterior da Costa Rica enquanto um ator global comprometido com as tradicionais políticas do Ocidente. Tendo isso em mente, será analisada a política externa dos governos que conduziram a Costa Rica à OCDE.

A política externa do governo de Laura Chinchilla (2010-2014) concentrou-se na integração econômica e na diversificação de parceiros comerciais para fortalecer a posição internacional da Costa Rica. Desde o início de seu mandato, Chinchilla priorizou a atração de IED e implementou reformas voltadas para a aproximação do país aos padrões de governança econômica da OCDE (Segura *et al.*, 2014).

No contexto regional latino-americano, buscou uma aproximação com a Nicarágua, a fim de resolver conflitos fronteiriços e diplomáticos. O encontro de Chinchilla com Ortega, durante a cúpula do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), realizado em 2013, foi

uma tentativa de apaziguar as tensões e criar alguma estabilidade regional. Além disso, Chinchilla vislumbrou na Aliança do Pacífico⁸² uma oportunidade estratégica para fortalecer laços regionais com os quatro países latino-americanos fundadores e inserir a Costa Rica na dinâmica econômica da Ásia-Pacífico (Segura *et al.*, 2014).

A agenda externa para a América Latina e o Caribe foi focada na promoção econômica do país, buscando facilitar os acordos de livre comércio firmados com várias nações latino-americanas e caribenhas. Por meio de suas representações diplomáticas e consulares, o Ministério das Relações Exteriores e Culto apoiou o governo na divulgação desses acordos, promovendo feiras, exposições e missões econômicas. Foram ratificados acordos com o Chile, Panamá, Peru, República Dominicana e países da Comunidade do Caribe (CARICOM) (Fonseca Ramírez, 2021a).

Em termos de projeção global, o governo de Chinchilla consolidou alianças por intermédio de visitas de líderes internacionais de peso, como Enrique Peña Nieto (México), Barack Obama (Estados Unidos) e Xi Jinping (China)⁸³. Essas interações diplomáticas foram cruciais para reforçar o apoio à agenda internacional de seu governo e ampliar as oportunidades de cooperação econômica. Em particular, o encontro com Barack Obama teve grande destaque, pois concentrou os esforços para garantir o respaldo dos EUA à principal agenda externa de Chinchilla: a entrada na OCDE. O diálogo bilateral com a potência hegemônica do hemisfério era basilar para criar um ambiente propício ao avanço das relações com a organização (Segura *et al.*, 2014).

Além dos EUA, o México também teve participação ativa na política externa da Costa Rica sob o governo Chinchilla. Em eventos como a VIII Cúpula de Chefes de Estado da Aliança do Pacífico e do SICA, o governo costarrriquenho aproveitou as reuniões bilaterais para fazer lobby em favor de sua candidatura na OCDE e na AP, ambos organismos nos quais o México tinha uma participação ativa (Segura *et al.*, 2014).

Em termos econômicos, o país possui acordos de livre comércio com esses dois países, o que solidificou suas relações econômicas com uma base jurídica mais estruturada. No caso do México, desde 1994, Acordo de Associação Econômica, fazendo a Costa Rica tornar-se o principal fornecedor centro-americano do mercado mexicano. Ambos os países têm investimentos recíprocos em setores-chave como serviços, indústria transformadora e

⁸² Em 2012, o país tornou-se observador da Aliança em 2012, pavimentando o caminho para uma possível adesão futura (Segura *et al.*, 2014).

⁸³ Foi discutido sobre a abertura de Embaixadas na China, a criação de arranjos comerciais para os setores empresariais costarrriquenos e tratados de livre comércio entre os países (Fonseca Ramírez, 2021a).

infraestrutura. Já os EUA, ao longo da última década, foram os principais parceiros comerciais da Costa Rica, responsáveis por cerca de 55% dos investimentos estrangeiros e por uma parcela semelhante das exportações nacionais destinadas ao seu mercado interno (Fonseca Ramírez, 2021a).

A visita de Barack Obama, no contexto dessas relações já consolidadas, foi considerada o ápice das relações internacionais do governo Chinchilla. Esse encontro não só reafirmou os Estados Unidos como principais parceiros comerciais e políticos da Costa Rica, mas também possibilitou discussões sobre a entrada na OCDE, em três reuniões estratégicas: uma bilateral no Ministério das Relações Exteriores, outra multilateral com líderes do SICA e, finalmente, um encontro com empresários locais (Segura *et al.*, 2014).

A Costa Rica também concentrou esforços na União Europeia, buscando aprofundar sua integração com a região por meio de iniciativas como a negociação de um acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA). A diplomacia costarriquenha também buscou angariar apoio europeu para sua agenda de adesão à OCDE, envolvendo atores estratégicos como a PROCOMER, CINDE e o COMEX (Fonseca Ramírez, 2021a).

Durante o governo de Luis Guillermo Solís Rivera (2014-2018), foi buscado um equilíbrio nas relações com diversas regiões, incluindo Norte-Sul, Oriente e Ocidente, uma estratégia que permitiu ao país alianças com diferentes parceiros como as nações europeias e a China, sem comprometer as relações tradicionais com Washington - ainda principal parceiro diplomático e econômico. O seu governo manteve a tradição de uma política externa orientada para o multilateralismo e a promoção dos direitos humanos. Na esfera de defesa, a ação externa da administração concentrou-se na proteção da soberania nacional, em face das disputas territoriais com a Nicarágua, encaminhadas à Corte Internacional de Justiça (Segura *et al.*, 2016).

No âmbito econômico, os dois projetos herdados do governo Chinchilla - as acessões à AP e à OCDE - receberam tratamentos diferenciados sob o governo Solís, devido às pressões internas. Enquanto o presidente adotou uma postura mais crítica em relação à Aliança do Pacífico, em resposta às preocupações de setores agrícolas e industriais que temiam a concorrência com economias mais robustas, a adesão à OCDE foi encarada de forma mais favorável. A resistência à AP refletia o receio de que a integração a essa iniciativa pudesse fragilizar setores estratégicos da economia costarriquenha, como a agricultura, colocando em risco a sustentabilidade dos pequenos produtores. Em contraste, o processo de adesão à OCDE foi amplamente visto como uma oportunidade para o fortalecimento institucional, impulsionando reformas técnicas e fiscais e promovendo a modernização da administração

pública. Tratava-se, também, em reconhecer a relevância da OCDE no contexto das estratégias de desenvolvimento econômico do país (Segura *et al.*, 2016).

Assim que assumiu a presidência, Luis Guillermo Solís foi recepcionado por uma delegação de alto nível da OCDE. Durante o encontro, discutiu-se o andamento das reformas necessárias para o processo de adesão, destacando a importância de continuar a internalização das recomendações da organização. Foi também comunicado que, em 2015, o país receberia o seu *Roadmap*, documento que formalizaria o processo de acesso à OCDE (UCR, 2014).

Nesse contexto, a estrutura organizacional do Poder Executivo foi ajustada para melhorar a coordenação entre o Ministério das Relações Exteriores e Culto (MRE) e o Ministério de Comércio Exterior (COMEX), com foco nas negociações com a OCDE. Para evitar problemas decorrentes de uma má articulação entre as instituições, a COMEX recebeu ainda mais proeminência e passou a atuar de forma integrada com a Promotora do Comércio Exterior da Costa Rica (PROCOMER⁸⁴). Essa mudança refletiu um fortalecimento da influência da COMEX nas decisões de política comercial e internacional, marcando a prioridade das agendas econômicas em detrimento das diplomáticas tradicionais, num momento em que as análises técnicas dos comitês temáticos e suas negociações recebiam prioridade (Segura *et al.*, 2016).

O Ministro do Comércio Exterior, Alexánder Mora, salientou que a gestão de Solís foi decisiva para aprimorar a cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores e a PROCOMER, buscando otimizar recursos e fortalecer o comércio exterior. Essa colaboração interinstitucional também facilitou um diálogo mais eficaz com o Comitê de Comércio da OCDE, reforçando a posição da Costa Rica nas negociações internacionais e avançando o processo de adesão à organização (Procomer, 2017).

O governo de Carlos Alvarado Quesada (2018-2022) enfrentou um cenário internacional desafiador para pequenos Estados como a Costa Rica, em meio às crescentes tensões entre potências globais e à ascensão de líderes caracterizados pelo nacionalismo, populismo e autoritarismo. Essas circunstâncias dificultaram o trabalho de um corpo diplomático com recursos e pessoal limitados. No entanto, Quesada conseguiu capitalizar os avanços herdados da administração anterior, além dos esforços de ministérios que operaram de forma autônoma na esfera externa (Zamora, 2020).

⁸⁴ A PROCOMER foi criada em 1996. Ela representa um esforço do governo costarricense para aprimorar a presença do país no comércio internacional, dando apoio às empresas exportadoras e promovendo a diversificação das exportações (Procomer, 2024).

A política externa esteve fortemente concentrada nas crises da Nicarágua e da Venezuela, relegando o espaço multilateral a uma posição secundária em comparação com administrações anteriores, como as de Chinchilla e Solís. Enquanto o Ministério das Relações Exteriores e Culto (MREC) priorizava questões regionais, o COMEX focava nas relações com a OCDE e na fase final do processo de adesão, sem uma coordenação eficaz com a presidência e o MREC (Zamora, 2019).

Essa falta de coordenação entre o MREC e o COMEX evidenciou uma desconexão entre as agendas de cada ministério e um descompasso na formulação e implementação da política externa. Em contraste com a coordenação bem sucedida observada durante o governo de Solís, as relações externas durante o governo Quesada experimentaram desafios significativos em temas prioritários, como as relações com a Coreia do Sul, o México, a China e a Aliança do Pacífico, além das interações com o SICA (Zamora, 2019).

Outro fator relevante foi a mudança na liderança do MREC, com a transição de Epsy Campbell para Manuel Ventura. Essa mudança não se limitou a uma troca de indivíduos, mas também envolveu uma reconfiguração de discursos e prioridades. A falta de consenso entre a Casa Presidencial e o MREC sobre os rumos da política externa refletiu-se em uma crise de legitimidade do ministério, agravada pela renúncia de Epsy Campbell após controvérsias relacionadas a nomeações criticadas por parlamentares e pela imprensa.

No entanto, duas áreas se destacaram positivamente na política externa do governo Quesada: o comércio exterior e o meio ambiente. Apesar da ausência de uma agenda externa proativa, Quesada apoiou iniciativas do COMEX e do Ministério do Meio Ambiente e Energia (MINAE), que conseguiram manter uma projeção internacional consolidada. O destaque foi a descarbonização da economia, o compromisso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as relações com a OCDE, centrais para a imagem internacional da Costa Rica (Zamora, 2020).

Um dos principais marcos do governo Quesada foi a conclusão do processo de adesão da Costa Rica à OCDE. Em maio de 2021, o país tornou-se membro pleno da organização, resultado de esforços contínuos de mais dois governos e diversas instituições e grupos domésticos. A adesão consolidou a imagem da Costa Rica como uma democracia estável, com instituições robustas e transparentes. Para Quesada, esse feito simbolizou o auge de sua política externa, fortalecendo a posição internacional do país e impulsionando reformas internas em linha com as melhores práticas globais (Mideplan, 2020).

Por outro lado, no que tange à Aliança do Pacífico, Quesada adotou uma postura cautelosa, mantendo a Costa Rica como país observador, sem avançar para a adesão plena. Essa

decisão refletiu as mesmas preocupações econômicas e sociais manifestadas por seu antecessor, Luis Guillermo Solís, que considerava os potenciais impactos sobre setores sensíveis da economia costarriquenha. Assim, o governo Quesada priorizou a inserção em blocos multilaterais ocidentais e o fortalecimento das reformas internas, com a adesão à OCDE, o principal legado de sua administração no campo da política externa (Zamora, 2019).

É possível dividir o processo de ingresso da Costa Rica à OCDE em três fases: (i) a abordagem inicial; (ii) a implementação de um plano de ação; e (iii) o processo de adesão (2015-2020). Essas fases coincidiram com os governos de Laura Chinchilla (2010-2014), Luis Guillermo Solís Rivera (2014-2018) e Carlos Alvarado Quesada (2018-2022) (COMEX, 2023).

Apenas no governo Chinchilla (2010-2014) o interesse em ser membro da organização foi comunicado formalmente à OCDE. Esse passo refletiu o comprometimento do governo em alinhar as suas práticas e políticas aos padrões internacionais da organização. A estratégia inicial de Chinchilla consistia em angariar apoio de Estados-Membros e do Secretariado da OCDE por meio de sua relação especial com os EUA e com a figura do ex-presidente Obama (Mora Martínez, 2020; González Campabadal, 2020).

Em 2013, durante a Reunião Ministerial sobre o fortalecimento do alcance global da OCDE, o Conselho avisou a Costa Rica de que o início do processo de adesão ocorreria em 2015 (OCDE, 2013). Sabendo disso, o país iniciou a segunda fase com um plano de ação explicitado na tabela abaixo:

Tabela 8 - Plano de ação

Ação Implementada	Descrição
Revisões de Políticas Públicas	Avaliações realizadas em áreas como governança pública, educação vocacional e técnica, agricultura, concorrência, inovação, ambiente econômico, estatísticas e abertura de mercados.
Adoção de Instrumentos Jurídicos Relevantes	Implementação de acordos e convenções, como a Convenção Anticorrupção, Códigos de Liberalização e instrumentos sobre gestão de resíduos e produtos químicos.
Participação em Comitês e Grupos de Trabalho	Participação ativa em diversos comitês e grupos de trabalho da OCDE, demonstrando o compromisso contínuo da Costa Rica com as políticas da organização.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em COMEX (2023)

Como parte do Plano de Ação, foi estabelecida uma Comissão Interministerial, encarregada de orientar o processo de adesão à OCDE. Essa comissão era composta por representantes do Ministério de Planejamento Nacional e Política Econômica (MIDEPLAN), Ministério da Fazenda, Ministério da Presidência, Ministério das Relações Exteriores e Culto, e o Ministério de Comércio Exterior (COMEX), que atuou como secretaria técnica, coordenando e facilitando a interação com as 27 instituições envolvidas no processo de adesão (Segura *et al.*, 2014).

Chinchilla (2010-2014) atribuiu o papel de liderança ao Ministério de Comércio Exterior (COMEX) e a representação formal do país na OCDE⁸⁵. A ex-presidente entendia que a condução desse processo deveria se apresentar como impessoal e técnica, para evitar posicionamentos antagônicos. Nesse sentido, as discussões políticas foram abstdidas em detrimento de uma diplomacia econômica. De fato, essa estratégia fez com que os dois governos sucessores, com posicionamentos político-ideológicos diferentes, mantivessem a agenda da OCDE dentro das principais estratégias de política externa do país (González, 2022).

La organización para conducir el proceso de adhesión de Costa Rica a la OCDE estuvo basada en un esquema institucional dirigido por el Ministerio de Comercio Exterior (COMEX), apoyado por los demás órganos y entes públicos en sus respectivas áreas de competencia. El papel de dirección de COMEX se fundamenta en el origen mismo de la iniciativa de buscar la incorporación de Costa Rica a la OCDE. Se nutre, además, de la probada experiencia de ese ministerio en la articulación nacional de múltiples temas e instituciones a nivel público y privado para la participación en negociaciones bilaterales, regionales y multilaterales; a administración de acuerdos económicos con amplia cobertura temática (González Campabadal, 2020, p.10).

Como resultado dos esforços diplomáticos empreendidos, durante o governo Rivera (2014-2018), o Conselho da OCDE aprovou, em 2015, o *Roadmap*⁸⁶, documento que estabelecia os termos e condições para o processo de adesão da Costa Rica à organização. Esse marco deu início à terceira fase, a avaliação criteriosa feita por 22 comissões da OCDE (OCDE, 2015c). Essa fase seguiu sendo conduzida sob a coordenação do Ministério do Comércio

⁸⁵ Durante o processo de adesão da Costa Rica à OCDE, foram implementadas medidas institucionais para coordenar os esforços do país. O Decreto Executivo n.º 37.983-COMEX-MP declarou de interesse público todas as ações, atividades e iniciativas relacionadas ao Ministério de Comércio Exterior (COMEX), destacando a centralidade dessa entidade na articulação das atividades de adesão. Além disso, a criação da Representação Permanente perante a OCDE, por meio do artigo 5º da Lei n.º 9.154, em julho de 2013, reforçou esse papel estratégico. Diferentemente de outros países que vinculam essa função ao Ministério de Relações Exteriores a Costa Rica optou por mantê-la sob a alçada do COMEX, evidenciando o foco na integração econômica e comercial como eixo central do processo de adesão (COMEX, [s.d.]; Segura, 2014, p. 41).

⁸⁶ É importante mencionar que o *roadmap* produzido para a Costa Rica foi idêntico ao entregue à Colômbia (OCDE, 2015c), revelando um padrão geral da OCDE.

Exterior (COMEX), em colaboração com 33 instituições governamentais⁸⁷, para padronizar as legislações internas seguindo as normas e exigências da OCDE (COMEX) (González Campabadal, 2020).

Em março de 2020, os 22 comitês finalizaram as suas análises e o Conselho da OCDE decidiram convidar a Costa Rica a se tornar membro formal. As últimas áreas avaliadas incluíram estabilidade macroeconômica e fiscal, crescimento econômico inclusivo, aumento da produtividade e promoção da concorrência⁸⁸. Esses temas ocuparam as principais negociações durante o governo de Carlos Alvarado Quesada, com quase dois anos de intensos esforços para atender aos critérios da OCDE (Mideplan, 2020).

Em setembro de 2020, o Poder Executivo da Costa Rica submeteu o Projeto de Lei n.º 9981 para regulamentar o acordo de adesão à Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seus protocolos, após cinco anos de avaliações rigorosas. Durante esse período, os comitês da OCDE analisaram diferentes áreas da administração pública costarricense, como saúde, emprego, segurança social, educação, comércio, investimento, agricultura, finanças e comércio (Mora Martínez, 2020).

O ex-secretário-geral da OCDE, Ángel Gurría, congratulou o presidente Carlos Alvarado Quesada pela decisão do Conselho da OCDE, composto a época por 37 países. Após essa conversa, Alvarado contatou os ex-presidentes Laura Chinchilla e Luis Guillermo Solís para informá-los sobre a conclusão bem-sucedida do processo de adesão e reconhecer seus esforços no avanço da pauta durante seus governos. Ele destacou que a adesão à OCDE sempre

⁸⁷ São eles: *Ministerio de Justicia y Paz, Ministerio de Ambiente y Energía (MINAE), Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, Ministerio de Planificación y Política Económica (MIDEPLAN), Ministerio de Ciencia, Innovación, Tecnología y Telecomunicaciones (MICITT), Ministerio de Salu, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social (MTSS), Ministerio de la Presidencia, Ministerio de Educación Pública (MEP), Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG), Ministerio de Hacienda, Ministerio de Economía, Industria y Comercio (MEIC), Ministerio de Comunicación, Ministerio de Obras Públicas y Transporte (MOPT), Ministerio de Seguridad Pública, Instituto Costarricense de Pesca y Acuicultura (INCOPECA), Instituto Costarricense de Turismo (ICT), Instituto Nacional de Aprendizaje (INA), Instituto Nacional de las Mujeres (INAMU), Unidad Asesora de la Propiedad Accionaria del Estado (UAPA), Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC), Banco Central de Costa Rica (BCCR), Consejo Nacional de Supervisión del Sistema Financiero (CONASSIF), Superintendencia General de Seguros (SUGESE), Superintendencia de Pensiones (SUPEN), Superintendencia General de Valores (SUGEVAL), Superintendencia General de Entidades Financieras (SUGEF), Comisión para Promover la Competencia (COPROCOM), Superintendencia de Telecomunicaciones (SUTEL), Autoridad Reguladora de los Servicios Públicos (ARESEP), Dirección General de Migración y Extranjería (DGME) e o Ministerio de Cultura y Juventud (MCJ) (COMEX, 2023).*

⁸⁸ A OCDE recomendou que a Comissão de Promoção da Concorrência (COPROCOM) da Costa Rica fosse fortalecida. Entre as sugestões estão a ampliação da Lei da Concorrência (N. 7472) para englobar todos os agentes econômicos, maior autonomia para a Coprocom, melhorias nos procedimentos de investigação, sanções mais eficazes e alterações na definição de concentração (Revistaeyn, 2020).

foi tratada como uma “política de Estado”, transcendendo mandatos presidenciais e atuando como um fator unificador para o país (Mideplan, 2020).

Dyalá Jiménez Figueres, então ministra da COMEX e coordenadora do processo de adesão, reconheceu que o êxito do processo foi resultado de um trabalho conjunto em várias frentes:

Gracias al trabajo perseverante de un equipo interinstitucional compuesto por más de 40 ministerios e instituciones, y donde el apoyo y aportes del sector privado y de la sociedad civil han sido fundamentales, desde hace prácticamente 8 años, se lograron reformas estructurales importantísimas que cambiarán la vida de las familias costarricenses en el mediano y largo plazo (Mideplan, 2020, p. 3).

Foi enfatizado, também, que o sucesso no processo de adesão dependeu da colaboração do Poder Legislativo, a colaboração do Poder Executivo, por intermédio da comissão multipartidária especial. O trabalho realizado fortaleceu o quadro institucional do país (Mideplan, 2020).

Deve-se notar, como se depreende do que foi indicado, que o ingresso da Costa Rica na OCDE não emergiu no vácuo e de forma espontânea, mas foi uma extensão da política nacional, fundamentada em diretrizes estabelecidas nos planos de governo e em conjunto com os interesses de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais. O processo de desenho da política externa para a OCDE, incluiu um complexo mecanismo de negociação e formulação de políticas, no qual grupos de interesse buscaram influenciar as direções estratégicas do país. Esses grupos, compostos por setores da sociedade civil, influenciaram a definição das prioridades de desenvolvimento nacional em áreas como economia, educação e competitividade, alinhando-se aos padrões e as recomendações da OCDE. É no processo de interação entre dinâmicas domésticas e internacionais que as políticas internas da Costa Rica foram moldadas a partir da agenda de adesão à OCDE (Fonseca Ramírez, 2021a).

4.4.2 A participação de atores estatais

Há quase três décadas, a política externa de *Costa Rica* vem sendo influenciada por atores econômicos, sobretudo o COMEX e a PROCOMER, que promovem a abertura econômica e a atração de IED. Embora o Ministério das Relações Exteriores e Culto (MRREE) possua o mandato formal de conduzir a política externa, conforme o *Estatuto del Servicio Exterior de la República de Costa Rica* (SCIJ, 1986), ele se subordina frequentemente às entidades econômicas (Segura, 2015). Como será visto adiante, o processo de adesão à OCDE reflete essa influência e a agenda estabelecida por esses atores.

Durante o ingresso de Costa Rica à OCDE, exigiu-se coordenação interinstitucional para alinhar empresas estrangeiras e nacionais às diretrizes da organização (Pisu, 2016). Coube, assim, ao COMEX (direção) e a PROCOMER (suporte), a função de disseminar domesticamente as políticas da OCDE e os benefícios para o setor privado de fazer parte dessa organização. Buscou-se construir um ambiente interno favorável às agendas econômico-comerciais, argumentando que o país se tornaria um polo de atração de negócios, e a partir dessa estratégia, obtiveram apoio de aliados-chave do setor privado para a internalização das reformas da OCDE, incluindo a *Coalición Costarricense de Iniciativas de Desarrollo*⁸⁹ (CINDE), que já possuía boas relações com o departamento econômico da organização (Pisu, 2016).

O COMEX liderou as negociações, focando na facilitação do comércio internacional e na atração de investimentos estrangeiros, com destaque para a adaptação do ambiente regulatório e a promoção de um cenário mais aberto e competitivo para os negócios (COMEX, 2016). Paralelamente, o *Ministerio de Planificación Nacional y Política Económica* (MIDEPLAN) participou da adesão, coordenando prioridades de governo e assegurando que as reformas fossem internalizadas. Para o MIDEPLAN, o ingresso na OCDE oferecia uma plataforma robusta de políticas econômicas, impulsionando o desenvolvimento do país (MIDEPLAN, 2020a).

A colaboração entre o MIDEPLAN e o COMEX integrou as agendas econômica e comercial a uma visão de desenvolvimento sustentável, incluindo pautas ambientais e sociais (MIDEPLAN, 2020a). Com o *Ministerio del Ambiente y Energía* (MINAE) e outras entidades, elaborou-se a *Estrategia Nacional de Economía Circular*. Embora não fosse voltada especificamente à OCDE, o documento evidenciou a estabilidade política e institucional de *Costa Rica*, bem como a articulação interministerial em prol da adesão, envolvendo setores públicos, privados e organizações da sociedade civil (MINAE, 2021).

Outra particularidade do governo costarriquenho foi o Legislativo, que criou um *Comité Especial para la OCDE* (com vários partidos), visando: (i) evitar desgastes sobre as decisões da OCDE; (ii) diluir a pressão de grupos opositores; (iii) prevenir a indisciplina nos prazos; (iv) usar discurso técnico para minimizar divergências; e (v) acompanhar e facilitar reformas legislativas (Rodríguez, 2020). Esse comitê recebeu suporte técnico da Rede Parlamentar Global da OCDE, articulando-se com o COMEX e formando uma coalizão subnacional. Assim,

⁸⁹ Organização privada, sem fins lucrativos, especializada em atração, manutenção e expansão de Investimento Externo Direto (IED) (CINDE, [s.d.a]).

foram aprovadas leis em temas como ajuste fiscal, interferência política em estatais, melhorias educacionais e abertura comercial, o que garantiu a fluidez do processo de adesão (González, 2022).

Dentre os partidos, o *Partido Liberación Nacional* (PLN) apoiou firmemente a adesão, impulsionando reformas no setor público e combate à evasão fiscal. Junto com o *Comité Especial* e a *Unión Costarricense de Cámaras y Asociaciones del Sector Empresarial Privado* (UCCAEP), fez lobby político para avançar em reformas fiscais e trabalhistas exigidas pela OCDE. Líderes do partido, como Antonio Álvarez Desanti, destacaram que as agendas da organização fortaleceriam a posição internacional de *Costa Rica* e o Estado Democrático de Direito (Asamblea Legislativa, 2016). Já o *Partido Acción Ciudadana* (PAC), então no poder, apoiou moderadamente as reformas, enquanto a *Frente Ampla* (FA) se opôs a medidas da nova legislação trabalhista proposta, aumento de impostos e interferência no *Coprocom*, mas defendeu o controle de preços no setor agrícola que a OCDE garantia. O *Partido Unidad Social Cristiana* (PUSC) deu apoio moderado após negociações, e o *Movimiento Libertario* (ML) foi favorável ao controle salarial público, mas contrário as possíveis medidas fiscais onerosas ao setor privado (Segura; Hernández, 2017).

No geral, as contestações foram poucas, pois a maioria dos partidos reconheceu a relevância das reformas para o fortalecimento institucional e o crescimento econômico. Esse consenso foi facilitado pela atuação da *Comisión Especial*, em conjunto com a Rede Parlamentar Global da OCDE, que tratou a adesão como uma questão sobretudo técnica, evitando polarizações ideológicas.

Tabela 9 - Principais leis alteradas

Área	Lei	Descrição	Ano
Mercados Financeiros	Lei nº 9.670	Reforçar a independência do Banco Central na condução da política monetária, eliminando o voto do Ministro da Fazenda no Conselho de Administração e desvinculando a escolha do presidente do banco das eleições presidenciais.	(SCIJ , 2019 e)
Mercados Financeiros	Lei nº 9.816	Estabelecer um regime de seguro e garantia de depósitos, além de um regime de resolução bancária, aplicável a todas as instituições financeiras sob supervisão da Superintendência Geral de Entidades Financeiras (SUGEF).	(SCIJ , 2019 e)

Impostos	Lei nº 9.751	Formalizar a adesão da Costa Rica à Convenção para a Implementação de Medidas Relacionadas aos Tratados Tributários, para prevenir a erosão da base tributária e a transferência de lucros (BEPS).	(SCIJ , 2019 a)
Corrupção	Lei nº 9.450	Ratificar a participação da Costa Rica na Convenção de Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.	(SCIJ , 2019 a)
Economia Digital	Lei nº 9.452	Formalizar a adesão da Costa Rica à Convenção Europeia sobre Crimes Cibernéticos.	(SCIJ , 2017 b)
Pescaria	Lei nº 9.767	Alterar a estrutura de governança do Instituto Costarricense de Pesca e Aquicultura (INCOPECA), garantindo maior representação governamental no conselho de administração.	(SCIJ , 2019 ef)
Meio Ambiente	Lei nº 9.673	Assegurar a adesão da Costa Rica à Convenção sobre Responsabilidade Civil por Danos Resultantes de Poluição por Hidrocarbonetos.	(SCIJ , 2019 b)
Estatística	Lei nº 9.694	Reestruturar o Sistema Nacional de Estatísticas, aprimorando sua organização e funcionamento.	(SCIJ , 2019 d)
Concorrência	Lei nº 9.736	Promover mudanças no desenho institucional da Comissão para a Promoção da Concorrência (COPROCOM) e ampliar sua abrangência para setores e mercados anteriormente excluídos das regulamentações de concorrência.	(SCIJ , 2019 c)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em SCIJ.

4.4.3 A participação de atores não-estatais

A *Coalición Costarricense de Iniciativas de Desarrollo* (CINDE) foi a primeira grande entidade privada a mobilizar o empresariado interno em prol da OCDE. Conforme *Jorge Sequeira*, Diretor Geral da CINDE, o ingresso reforçaria positivamente a imagem externa de *Costa Rica*, permitindo que o país se destacasse como opção preferencial para negócios sustentáveis e alinhados a padrões globais de responsabilidade corporativa (CINDE, 2021). Para *Sandro Zolezzi*, Chefe de Pesquisa Aplicada da CINDE, a participação na organização ressaltaria a segurança do destino para o capital estrangeiro, sobretudo em áreas de tecnologia e meio ambiente, contribuindo para maximizar o fluxo de investimentos (CINDE, [s.d.b]).

A *Unión Costarricense de Cámaras y Asociaciones del Sector Empresarial Privado* (UCCAEP), representante do setor empresarial do país, foi uma importante aliada da CINDE na adesão de *Costa Rica* à OCDE, realizando lobby político e estreitando laços com a organização. A UCCAEP aderiu aos princípios do *Fórum Global sobre Transparência e a Troca de Informações para Fins Fiscais* e adotou diretrizes de combate à fraude fiscal (Segura; Hernández, 2017). A UCCAEP foi a primeira organização empresarial costarriquenha da América Latina a integrar o Comitê Consultivo Empresarial e Industrial da OCDE (BIAC), podendo, desde 2015, reivindicar maior eficiência e produtividade no comércio internacional (Elmundocr, 2020; UCCAEP, [s.d.]). Em paralelo, fortaleceu relações com a *Confederación Española de Organizaciones Empresariales* (CEOE) e, conforme *José Álvaro Jenkins*, presidente da UCCAEP, esse intercâmbio contribuiu para obter apoio do empresariado espanhol na adesão à OCDE (CEOE, 2021).

Outras câmaras empresariais também apoiaram a adesão, como a *Cámara de Exportadores de Costa Rica* (Cadexco), a *Cámara de Comercio*, a *Cámara de Comercio Exterior de Costa Rica y de Representantes de Casas Extranjeras* (CRECEX) e a *Asociación de Empresas de Zonas Francas* (AZOFRAS). Seus líderes defenderam que o processo de ingresso fortaleceria a competitividade, a transparência e a segurança jurídica, gerando novas oportunidades de investimento (La Nación, 2020; Larepública, 2020). Paralelamente, argumentaram que as Zonas Francas (FTZs) eram componentes essenciais para a inserção global do país, colaborando com a CINDE e a PROCOMER para evidenciar seu potencial econômico e alinhá-lo às estratégias de investimento da OCDE (CINDE, 2021; PROCOMER, 2022). A *Cámara de Industrias de Costa Rica* (CICR) também ressaltou o papel central de uma representação técnica e imparcial do COMEX, enfatizando que reformas institucionais e a adoção de boas práticas internacionais seriam necessárias para o sucesso da adesão (CICR, 2023b).

A AMCHAM Costa Rica (representante de empresários dos EUA) defendeu ativamente a entrada do país, realizando lobby político, boletins informativos e estreitando vínculos com o COMEX (Amcham, 2015a). A Câmara pressionou pela aceleração do processo e concordava que somente o COMEX possuía o *know-how* para liderar a representação costarriquenha (Amcham, 2015b). Também organizou fóruns para debater desafios de adesão, contando com a *Dyalá Jiménez* (Ministra de Comércio Exterior) e outros representantes, reforçando a visão de que a integração à OCDE aproximaria *Costa Rica* das economias mais avançadas (Amcham, 2019a). Para Gisela Sánchez, ex-presidente da AMCHAM, o ingresso impulsionaria a

economia, ampliaria investimentos e facilitaria a superação de desafios econômicos trazidos pela pandemia (Summa, 2020).

Em síntese, o respaldo dos grupos empresariais convergiu com as metas governamentais de modernizar e abrir o mercado costarriquenho. Acreditava-se que a entrada na OCDE potencializaria a competitividade, a transparência e a atração de IED. Embora sindicatos e outros movimentos criticassem possíveis perdas de direitos sociais, a maioria dos atores econômicos defendeu a adesão como fator de fortalecimento institucional e desenvolvimento econômico para *Costa Rica*.

Os think tanks e as instituições acadêmicas atuaram como mediadores entre governo, setor privado e sociedade civil, elaborando análises e recomendações fundamentais para as adaptações econômicas e institucionais exigidas pela OCDE. O *Observatorio de Comercio Exterior* (OCEX), vinculado à *Universidad Estatal a Distancia* (UNED), exemplifica esse esforço ao mapear a relação do país com a organização, monitorando o cumprimento das diretrizes e oferecendo atualizações por meio da revista digital *Roteiro*⁹⁰ (OCEX, 2023).

A *Academia de Centroamérica*, uma influente organização de pesquisa dedicada ao estudo de questões socioeconômicas, contribuiu para a promoção do ingresso da Costa Rica na OCDE. Por meio da publicação de artigos, como o *El proceso de ingreso de Costa Rica a la OCDE* (Academia de Centroamérica, 2018), a entidade estabeleceu os passos e condições para a adesão do país à organização internacional. Complementarmente, organizou o VI Fórum *Costa Rica en Marcha - Episodio #6: Costa Rica en la OCDE: hacia un país más próspero e inclusivo*, que proporcionou um diálogo entre figuras como Andrés Valenciano (Ministro do COMEX), Silvia Hernández (deputada do Partido de Libertação Nacional – PLN) e Tomás Dueñas (ex-ministro do Comércio Exterior e ex-chefe da Missão da Costa Rica junto à União Europeia), com moderação do presidente da Academia, Ricardo Monge. O encontro ressaltou a importância da OCDE para a modernização e a inclusão social, abordando as implicações da adesão na economia e na política social da Costa Rica e enfatizando o engajamento conjunto dos setores públicos e privados para o desenvolvimento do país.

A Universidade da Costa Rica (UCR) também se destacou pelas pesquisas que analisaram os requisitos para a adesão à OCDE e suas consequências. O Dr. Rodolfo Arce Portuguez e o M.Sc. Esteban O. Mora Martínez figuraram como referências nacionais no tema,

⁹⁰ O OCEX não apenas produziu um documento detalhando as relações entre a Costa Rica e a OCDE, mas também monitora a conformidade do país com as recomendações da organização. Através da revista digital o "Roteiro", o OCEX disponibiliza informações sobre o *status* de implementação das diretrizes da OCDE, permitindo uma avaliação contínua do progresso da Costa Rica em relação aos padrões internacionais (OCEX, 2023).

ao buscarem compreender as implicações econômicas e sociais da membresia. Em suas investigações, a UCR examinou o alinhamento das políticas internas aos critérios da organização, fomentando o debate sobre a necessidade de reformas em áreas como governança, transparência e eficácia administrativa (UCR, 2023). Uma de suas principais iniciativas foi o Monitor da OCDE - resultado do acúmulo de pesquisas da última década - plataforma que conectou academia, governo e sociedade civil, contribuindo para a formulação de propostas que auxiliaram o país no cumprimento dos compromissos assumidos (Monitor OCDE, 2023).

O Programa *Estado de la Nación* (PEN), por meio do relatório de 2017, *Mapeo de actores y perspectivas de la adhesión de Costa Rica a la OCDE y la Alianza del Pacífico*, ofereceu um panorama inicial da adesão ao mapear políticos, representantes dos setores econômico e agrícola, sindicatos e a esfera acadêmica, além de apresentar suas posições em relação à OCDE. O documento evidenciou tanto os grupos que apoiavam quanto os que questionavam a entrada, construindo um quadro abrangente das dinâmicas sociais e políticas em jogo (Cascante; Fonseca, 2017).

Outro importante *think tank*, o *Centro Internacional de Política Económica para el Desarrollo Sostenible* (CINPE), da Universidade Nacional (UNA), reuniu especialistas e atores sociais em eventos que discutiram desafios e oportunidades associados a investimentos, competitividade, regulação e educação voltados a OCDE. A publicação *La Revista*, que contou com artigos de diversos autores - incluindo Suyen Alonso e Olman Segura - propôs uma reflexão sobre as implicações da adesão, embora adotasse uma perspectiva majoritariamente descritiva (CINPE, 2020; CINPE, 2023).

A mídia costarriquenha também desempenhou um papel decisivo na legitimação do processo de adesão do país à OCDE, adotando em geral uma perspectiva favorável aos possíveis impactos político-econômicos e institucionais do ingresso (La Nación, 2015; 2021; El Financiero, 2021). Veículos de comunicação como *La Nación* destacaram, em 2015, o potencial das “mudanças significativas” previstas na “hoja de ruta” para reforçar a inserção internacional da Costa Rica, além de salientar, em 2021, a oportunidade de implantar práticas de governança eficazes e promover padrões internacionais de administração pública (La Nación, 2015; 2021).

O periódico *El Financiero* (2021), por sua vez, enfatizou os benefícios econômicos, sobretudo a possibilidade de maior atração de Investimento Estrangeiro Direto (IED) e o fortalecimento da competitividade costarriquenha. A publicação argumentou que a adesão enviaria uma “sinalização de confiança” aos mercados internacionais, estimulando reformas estruturais benéficas ao ambiente de negócios. No mesmo sentido, o *Diario Extra* (2021) ressaltou que a Costa Rica ganharia acesso a mais de 300 comitês e grupos de trabalho na

OCDE, o que ampliaria a troca de experiências com economias mais desenvolvidas e posicionaria o país de modo ativo e colaborativo em debates sobre mudanças climáticas, educação, tributação e economia digital.

De maneira complementar, *La República* (2021), jornal focado em economia e negócios, trouxe à tona aspectos fiscais, ambientais e sociais da adesão, argumentando que a entrada na OCDE aumentaria o potencial de investimentos, a geração de empregos e a participação do país em discussões globais. O periódico destacou ainda que esse processo facilitaria o acesso a conhecimentos e políticas necessários para resolver problemas econômicos e institucionais de longo prazo na Costa Rica.

Em 2023, o *Delfino.cr* publicou análises que reforçaram a visão otimista acerca da adesão, ao afirmar que as mudanças advindas do ingresso consolidariam a posição da Costa Rica na arena internacional e fortaleceriam tanto o ambiente econômico quanto o institucional (Delfino, 2023). Já o *CRHOY* (2019; 2020) enfatizou o papel da OCDE na modernização das políticas de governança e no incremento da confiança, tanto do governo quanto de investidores, ao longo do processo de preparação do país para desafios econômicos e políticos globais.

Nesse contexto, a mídia costarriquenha consolidou um discurso que vincula a adesão à OCDE ao fortalecimento das instituições nacionais e à modernização econômica. Ao se alinhar aos interesses do setor empresarial, os veículos de comunicação contribuíram para a formação de uma percepção pública amplamente positiva em relação à adesão, enfatizando benefícios como o aumento de investimentos e a integração em cadeias globais de valor. Esse fenômeno, semelhante ao observado em outras nações latino-americanas que também ingressaram na OCDE, privilegia a divulgação das vantagens econômicas em detrimento de discussões mais profundas sobre as adaptações institucionais necessárias para cumprir os padrões da organização, incluindo possíveis impactos sociais ou perdas de autonomia nas políticas públicas (La Nación, 2015; 2021; El Financiero, 2021; Diario Extra, 2021; La República, 2021; Delfino, 2023; CRHOY, 2019; 2020).

Em contraposição, o próprio processo de adesão suscitou críticas por parte de setores sindicais e sociais, que apontaram impactos negativos para a classe trabalhadora. Albino Vargas, Secretário-Geral da *Asociación Nacional de Empleados Públicos y Privados* (ANEP), questionou a falta de benefícios claros, apontando que as reformas propostas não garantiam melhorias nas condições laborais e sociais (CRHoy, 2020). Embora não rejeitasse totalmente a adesão, a ANEP criticou o enfoque neoliberal subjacente ao “roteiro” de ingresso, alegando que o modelo já havia fracassado em diversas ocasiões e aprofundado a exclusão social. Ainda

assim, via na participação no Comitê Consultivo Sindical da OCDE (TUAC) uma chance de influenciar as políticas adotadas (ANEP, 2018).

Na mesma linha, o Bloco Sindical e Social Unitário da Costa Rica (BUSCO) alertou para os riscos de reformas que privilegiam a lógica empresarial, enfraquecendo conquistas laborais históricas (Latindadd, 2020; Segura; Hernández, 2017). A *Red Latinoamericana por Justicia Económica y Social* (LATINDADD) enfatizou o temor de retrocessos em direitos sociais, sobretudo devido às recomendações fiscais da OCDE, que poderiam se traduzir em cortes orçamentários e redução do papel do Estado na economia. Para Jorge Coronado, membro da LATINDADD, esse paradigma neoliberal de Reforma do Estado prioriza a contenção de gastos públicos, a flexibilização trabalhista e a adoção de políticas salariais restritivas, reduzindo a capacidade do governo de mitigar desigualdades (LATINDADD, 2020).

O setor agrícola também manifestou resistência, sobretudo por meio de entidades como a *Corporación Nacional del Arroz* (CONARROZ), que defendiam a proteção de produtores domésticos e a fixação de preços mínimos para produtos agrícolas (Segura; Hernández, 2017). Barboza (2017) apontou a preocupação de que as “boas práticas” da OCDE, ao priorizarem liberalização e desburocratização, pudessem ignorar as condições do mercado agrícola e as incertezas climáticas, prejudicando tanto a segurança alimentar quanto o crescimento inclusivo. Nesse sentido, a busca por equilíbrio exigia conciliar a promoção da competitividade com a proteção de setores vulneráveis.

Em contraponto à justificativa oficial de que a adesão geraria benefícios imediatos, o pesquisador Moya Mena (2020) sustentou que, para países menores como a Costa Rica, ingressar na OCDE representava mais prestígio internacional do que ganhos econômicos tangíveis, mencionando o exemplo do México, que não teria obtido avanços significativos em competitividade ou IDH desde que se tornou membro. Diante dessas críticas, o governo costarriquenho recorreu a negociações internas e apresentou estudos quantitativos para demonstrar as vantagens do ingresso (Segura; Hernández, 2017). Embora tanto o país quanto a OCDE tenham criado mecanismos de participação para os grupos críticos, a real capacidade de influenciar substancialmente as reformas permaneceu restrita, em razão das relações de poder estabelecidas e dos conflitos de interesse com setores midiáticos e conglomerados empresariais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da OCDE na América Latina tem ganhado cada vez mais destaque nas últimas décadas, ancorada em fatores sistêmicos e dinâmicas domésticas que se entrelaçam de maneira complexa. Ainda que a incorporação do México, no imediato pós-Guerra Fria e durante as negociações do NAFTA, não tenha demonstrado à época um interesse sistemático da organização em toda a região (Mello, 2020), o ingresso do Chile em 2010 marcou um ponto de inflexão. A partir desse momento, passou-se a observar um movimento de maior coesão regional em torno da OCDE, com forte apoio do ex-Secretário-Geral Gurria, evidenciado pelas adesões da Colômbia (2013-2020) e da Costa Rica (2015-2021), bem como pelas iniciativas voltadas ao Brasil, considerado parceiro-chave desde 2007 (OCDE, 2012c), e ao Peru, contemplado com um programa-país em 2014.

Ao mesmo tempo em que a OCDE ampliou o seu quadro de membros, manteve o perfil de foro multilateral não universal, exigindo dos candidatos a adoção de políticas pró-mercado e o estreitamento de relações com as potências europeias e os EUA. Governos que possuíam acordos de livre comércio ou laços históricos de cooperação com o Norte global tiveram prioridade (Vargas-Alzate, 2015). Contudo, a explicação para essa dinâmica não se limita a um mero cálculo internacional. Diversos atores domésticos passaram a definir estratégias de inserção externa, deslocando o protagonismo que antes era quase exclusivo dos ministérios de relações exteriores, e envolvendo ministérios de perfil econômico, associações empresariais e outros grupos de interesse na aproximação com a OCDE.

Toda análise que restrinja a entrada de países em organizações internacionais a uma necessidade meramente funcional de cooperação merece reconsideração. O processo de adesão à OCDE passa por uma etapa de pré-seleção que frequentemente transcende formalidades burocráticas, configurando-se como uma decisão estratégica no contexto internacional. Essa decisão não apenas reflete dinâmicas de poder já estabelecidas, mas também impõe a adoção de normas de conduta e reformas econômicas recomendadas pelos países desenvolvidos (Davis, 2023).

O ingresso do México na OCDE (1994) foi impulsionado pelas reformas econômicas liberais do governo de Carlos Salinas e pelo objetivo de projetar o país como parte do “primeiro mundo”. Influenciado pela assinatura do NAFTA e pelo apoio dos EUA, o processo de adesão avançou rapidamente, tornando-se prioridade da política externa mexicana. O arcabouço normativo e institucional da OCDE ajudou a legitimar e aprofundar as transformações

domésticas, reforçando a imagem do México como parceiro estratégico dos países desenvolvidos.

No âmbito interno, o processo foi encabeçado pelos *ministerios de Hacienda* (SHCP), *Economía* (SE) e *Relaciones Exteriores* (SRE), com o Legislativo ajustando marcos regulatórios e governos estaduais alinhando-se aos padrões de governança da OCDE. Entre os não estatais, o empresariado (CCE, COPARMEX, CANACINTRA) apoiou as reformas, vendo na organização oportunidades de mercado e investimentos. A mídia inicialmente celebrou a adesão, mas recuou após crises subsequentes, enquanto a academia, sobretudo a UNAM, produziu análises que mesclaram elogios e críticas ao papel do México na OCDE.

A intenção do Chile de aderir à OCDE consolidou-se durante os governos de Ricardo Lagos (2000-2006) e Michelle Bachelet (2006-2010), em linha com uma política externa focada em abertura comercial e fortalecimento de laços com EUA e União Europeia. Após firmar acordos de livre comércio com diversos países - como o TLC com os EUA (2004) e o Acordo de Associação com a UE (2002) - o Chile buscou projetar-se globalmente como uma economia de mercado confiável. Esse direcionamento, reforçado pela chamada “naftalização” das relações externas (aproximação com o NAFTA), ampliou o protagonismo internacional do país, que se posicionou como parceiro relevante no Norte global.

No processo de adesão à OCDE, o empresariado chileno teve papel decisivo. Organizações como a *Confederación de la Producción y del Comercio* (CPC), a *Cámara Nacional de Comercio, Servicios y Turismo* (CNC), a *Asociación de Bancos e Instituciones Financieras* (ABIF) e a *Superintendencia de Valores y Seguros* (SVS) impulsionaram a adoção de reformas e práticas de governança compatíveis com as exigências internacionais. A *AmCham Chile* reforçou esse movimento ao promover vínculos com os EUA, argumentando que o ingresso no “clube” de países desenvolvidos atrairia investimentos e fortaleceria a imagem global do Chile. Think tanks e academia - a exemplo do *Centro de Estudios Públicos* (CEP) e do *Libertad y Desarrollo* (LyD) - influenciaram a formulação de políticas, discutindo modelos de integração econômica, transparência e competitividade. A cobertura midiática, em veículos como *La Tercera* e *Emol*, foi majoritariamente favorável, destacando os ganhos de imagem internacional e os potenciais benefícios econômicos do ingresso chileno na OCDE.

O projeto de adesão da Colômbia à OCDE foi impulsionado em 2010 como iniciativa pessoal do então presidente Juan Manuel Santos, que visava sinalizar à comunidade internacional a superação dos conflitos internos, sobretudo após o anúncio das negociações de paz com as *FARC*. A busca por maior estabilidade política e por reconhecimento externo fez da

organização uma prioridade de política externa, reforçando a imagem do país como capaz de adotar padrões aceitos pelas potências globais.

Nesse processo, o empresariado colombiano teve papel central. A ANDI, principal representante do setor produtivo, liderou o apoio às reformas necessárias, alegando que o ingresso na OCDE fortaleceria a competitividade e atrairia investimentos estrangeiros. Em 2020, a ANDI formalizou a participação no *BIAC*, consolidando seu acesso aos fóruns de tomada de decisão da organização. Outras entidades, como a *Asociación Bancaria y de Entidades Financieras de Colombia* (ASOBANCARIA) e a *Confecámaras*, também se engajaram na agenda de adesão, destacando potenciais benefícios para a confiança dos investidores e a modernização do ambiente de negócios. Apesar das críticas de sindicatos e setores progressistas, que apontaram riscos de aprofundar desigualdades e subordinar o país a interesses econômicos externos, o governo Santos obteve amplo respaldo de grupos empresariais, impulsionando a adesão oficial da Colômbia à OCDE.

A adesão da Costa Rica à OCDE foi construída ao longo de três governos que, de formas distintas, convergiram no objetivo de projetar o país em fóruns internacionais de relevância e fortalecer sua governança econômica. Sob Laura Chinchilla (2010-2014), priorizou-se a atração de IED e a aproximação com padrões e práticas demandados pela organização, ao mesmo tempo em que se buscou estreitar laços com os EUA, o México e parceiros da AP, além de atenuar tensões regionais, como o conflito fronteiriço com a Nicarágua. Com Luis Guillermo Solís Rivera (2014-2018), a aposta no multilateralismo manteve-se, mas houve cautela em relação à adesão plena à AP por pressões de setores agrícolas e industriais, enquanto a agenda de ingresso na OCDE avançou de modo decisivo, fortalecendo o papel do COMEX na coordenação das reformas solicitadas pelos comitês temáticos da organização. Por fim, o mandato de Carlos Alvarado Quesada (2018-2022) enfrentou contextos desafiadores na política regional, porém concluiu formalmente o processo de adesão em maio de 2021, consolidando a reputação costarriquenha como uma democracia estável, ancorada em instituições sólidas e transparência.

A CINDE exerceu papel central em mobilizar o apoio empresarial. Seu diretor-geral, Jorge Sequeira, sublinhou os ganhos de imagem internacional e a atração de investimentos em áreas como tecnologia e meio ambiente. Em paralelo, entidades como a UCCAEP, a *Cámara de Exportadores de Costa Rica* (*Cadexco*) e a *Cámara de Industrias de Costa Rica* (*CICR*) apoiaram as reformas necessárias, apostando na competitividade e no fortalecimento institucional. Esse respaldo convergiu com a estratégia governamental de modernizar e abrir a economia costarriquenha, projetando o país num “clube” reconhecido por boas práticas de governança e estímulo ao desenvolvimento econômico.

Como se observa, a análise realizada evidenciou que os projetos de inserção internacional dos governos latino-americanos foram determinantes para o interesse em aderir à OCDE. A literatura de política externa latino-americana mostrou-se essencial para entender por que a adoção das normas da OCDE não depende apenas de estímulos exógenos, mas também da articulação entre atores estatais e privados. Governos com agendas liberalizantes - marcadas por abertura econômica, privatizações e busca de credibilidade junto a potências do Atlântico Norte - encontraram respaldo em grupos empresariais que se beneficiavam de um ambiente favorável a negócios e investimentos estrangeiros. Essa coalizão, por vezes discreta, no debate público, foi decisiva na formulação de políticas de adesão, na coordenação de reformas e na disseminação de narrativas sobre ganhos de reputação e competitividade vinculados ao ingresso na OCDE.

A tomada de decisão interna para integrar a OCDE foi fortemente influenciada por grupos domésticos, como associações empresariais, think tanks e veículos de comunicação, que ajudaram a criar um ambiente favorável à internalização das recomendações da organização. As associações empresariais, em particular, financiaram eventos, pesquisas e publicações com foco na adoção das práticas defendidas pela OCDE, enxergando nessa filiação um “selo de qualidade” que poderia atrair investimentos externos. Do ponto de vista da política externa, tratava-se de internalizar diretrizes promovidas pelos países desenvolvidos, com a expectativa de obter respaldo internacional e consolidar uma posição no “primeiro mundo”. Nesse contexto, a dinâmica entre elites econômicas, ministérios de perfil econômico, grupos empresariais, mídia e setores da sociedade civil orienta o ritmo e a direção do processo de adesão. Embora os governos assumam a posição formal de porta-vozes, eles frequentemente tiveram que dialogar, negociar e, por vezes, ceder às pressões internas que buscaram legitimar ou, em menor proporção, contestar a adesão à OCDE.

Esse movimento, no entanto, não ocorreu de maneira isolada: conforme analisado no Capítulo 3, o fenômeno de *overlapping* na América Latina, caracterizado pela sobreposição de agendas e mandatos de diferentes instituições na região, potencializou a difusão dos padrões de governança da OCDE. Em vez de gerar concorrência ou redundância, essa convergência reforçou a legitimidade das reformas prescritas pelo Ocidente, servindo como plataforma para que os governos justificassem internamente preferências de política econômica baseadas em prescrições externas. A atuação conjunta da OCDE, do BID e da AP, por exemplo, promoveu múltiplos canais de suporte à adoção das “melhores práticas”, ampliando a capilaridade de agendas pró-mercado e viabilizando projetos de inserção internacional voltados à abertura

comercial. Nesse arranjo, cada instituição envolvida contribuiu para o fortalecimento das agendas dos países desenvolvidos, sobretudo às preferências dos EUA e UE.

A criação LARCP, em 2016, consolidou ainda mais essa expansão, ao estabelecer uma relação de cooperação institucionalizada e de longo prazo com a região (OCDE, 2016a). A iniciativa reforçou a disponibilidade da OCDE em fornecer relatórios, indicadores e recomendações direcionadas às especificidades latino-americanas, o que criou um ambiente propício para o aprofundamento das reformas e uma espécie de “tradução” das melhores práticas globais para o contexto local.

Este estudo, ao analisar as razões que levaram determinados países latino-americanos a ingressar ou a buscar adesão à OCDE, coloca em evidência um arranjo institucional que, ao mesmo tempo em que difunde normas formuladas pelos países desenvolvidos, assume facetas políticas e econômicas íntimas do contexto de cada país latino-americano, partindo do pressuposto de que o processo de acesso é fruto de um jogo de poder no qual não apenas as condições sistêmicas, mas também as internas, determinam o rumo das negociações. Ao entender essas dinâmicas, buscou-se mostrar que o ingresso de países latino-americanos na OCDE não é uniforme e por que certos países, dotados de relações econômicas mais fortes com os EUA e a UE e de setores empresariais mais organizados, optaram por internalizar a agenda da OCDE.

Nesta dissertação, procurou-se entender os motivos pelos quais determinados países da região optaram pela adesão à OCDE. A pesquisa pautou-se em dois eixos teórico-metodológicos: (i) a análise das dinâmicas de *overlapping*, nas quais agendas e instituições se sobrepõem sem gerar necessariamente conflitos, mas sim convergências que difundem normas econômicas defendidas pelos países desenvolvidos; e (ii) a perspectiva de política externa, que destaca o papel de atores domésticos - governos, empresariado, think tanks, academia e sociedade civil - nas decisões internacionais de cada Estado. Nesse sentido, investigou-se o processo de adesão à OCDE, segmentando-o em procedimentos gerais e motivações dos países, para elucidar critérios e razões que os levam a se tornar membros, bem como a maneira pela qual a organização recorre à “governança por indicadores” para moldar estruturas domésticas. A articulação entre esses dois eixos permitiu compreender como as orientações sistêmicas e as coalizões domésticas são fundamentais para a internalização da governança da OCDE na região.

Conclui-se, assim, que a influência da OCDE na América Latina resulta de relações complexas, em que interesses internos e externos se encontram para validar um determinado modelo de governança internacional. Ao evidenciar o papel estratégico das associações

empresariais e das redes políticas domésticas, esta dissertação aprofunda a compreensão sobre como as agendas dos países desenvolvidos são difundidas e incorporadas na região. Mostra-se que o ingresso na OCDE extrapola o caráter técnico-administrativo, constituindo um movimento essencialmente político: definem-se as diretrizes de inserção internacional, a arquitetura de reformas econômicas e as alianças com potências do Atlântico Norte. Esse processo tem implicações importantes para o desenvolvimento e a autonomia dos países latino-americanos, pois se relaciona diretamente aos rumos de sua política externa e às escolhas de governança econômica.

REFERÊNCIAS

- ABELLA, G. La política exterior de México en el Gobierno de Carlos Salinas de Gortari: ¿una nueva concepción?. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, [s. l.], v. 37, n. 148, 2015. DOI: 10.22201/fcpys.2448492xe.1992.148.51100. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/51100>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- ACADÊMIA DE CENTROAMÉRICA. **Costa Rica en Marcha - Episodio #6: Costa Rica en la OCDE: hacia un país más próspero e inclusivo**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.academiaca.or.cr/webinars/costa-rica-en-la-ocde-hacia-un-pais-mas-prospero-e-inclusivo/>. Acesso em: out. 2024.
- ACADEMIA DE CENTROAMÉRICA. **El proceso de ingreso de Costa Rica a la OCDE**. 2018. Disponível em: <https://www.academiaca.or.cr/wp-content/uploads/2019/01/PV-04-18-El-proceso-de-ingreso-de-Costa-Rica-a-la-OCDE.pdf>. Acesso em: jan. 2024.
- ALBA, Carlos. Long-term relationships between business interests and the state in Mexico. **Interest Groups & Advocacy**, v. 12, p. 216–234, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41309-023-00190-7>.
- ANÁLISIS sobre la reforma tributaria. **ALIADAS**. [s.d.b]. Disponível em: <https://www.aliadascolombia.com/noticia-3/>. Acesso em: jun. 2024.
- DECRETOS reforma laboral. **ALIADAS**. [s.d.a]. Disponível em: <https://www.aliadascolombia.com/decretos-reforma-laboral/>. Acesso em: jun. 2024.
- ALONSO, Suyen. Costa Rica: nosso caminho para ingressar na OCDE. **La Revista CR**, 5 jul. 2020. Disponível em: https://repositorio.una.ac.cr/bitstream/handle/11056/17711/www_larevista_cr_suyen_alonso_costa_rica_nuestro_camino_reco.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- ALTMANN BORBÓN, Josette. Los primeros pasos de la política exterior costarricense en el interconectado mundo del siglo 21. **Anuario Internacional CIDOB**, Nueva época, 2018, p. 221-226. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/AnuarioCIDOB/article/view/348705>. Acesso em: out. 2024.
- ÁMBITO. **Chile ingresará en 2009 al club de los países más desarrollados**. 2009. Disponível em: <https://www.ambito.com/economia/chile-ingresara-2009-al-club-los-paises-mas-desarrollados-n3474934>. Acesso em: 23 out. 2024.
- AMCHAM COLOMBIA. **Comitê de Investimentos**. 2018a. Disponível em: <https://amchamcolombia.co/comites/comite-inversion/>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- AMCHAM COLOMBIA. **Como impactaria a las empresas colombianas el impuesto mínimo global de la OCDE?** 2021. Disponível em: <https://amchamcolombia.co/noticias-colombia/como-impactaria-a-las-empresas-colombianas-el-impuesto-minimo-global-de-la-ocde/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

AMCHAM COLOMBIA. **El acceso a la OCDE ya está hecho en un 95%**. 2018b. Disponible em: <https://amchamcolombia.co/noticias-centro/el-acceso-a-la-ocde-ya-esta-hecho-en-un-95-2/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

AMCHAM. **AmCham acerca sector productivo al proceso de adhesión a la OCDE**. 2019a. Disponible em: <https://www.amcham.cr/amcham-acerca-sector-productivo-al-proceso-de-adhesion-a-la-ocde/>. Acesso em: nov. 2024.

AMCHAM. **AmCham insta la adhesión a la OCDE**. 2015a. Disponible em: <https://www.amcham.cr/amcham-insta-la-adhesion-a-la-ocde/>. Acesso em: nov. 2024.

AMCHAM. **AmCham pide continuidad en el proceso de adhesión a OCDE**. 2015b. Disponible em: <https://www.amcham.cr/amcham-pide-continuidad-en-el-proceso-de-adhesion-a-ocde/>. Acesso em: nov. 2024.

AMCHAM. **Posicionamiento sobre a Lei de Fortalecimento das Autoridades de Concorrência de Costa Rica**. 2019. Disponible em: <https://www.analiticaconsultores.net/wp-content/uploads/2019/07/AmCham-21.303.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

AMCHAM. **Régimen de zonas francas: retos y oportunidades ante incorporación a la OCDE**. 2018. Disponible em: <https://www.amcham.cr/regimen-de-zonas-francas-retos-y-oportunidades-ante-incorporacion-a-la-ocde/>. Acesso em: nov. 2024.

AMCHAMCL. **Actividades de comité**. 2010a. Disponible em: <https://amchamchile.cl/noticia/actividades-de-comite-3/>.

AMCHAMCL. **Importancia de la inversión**. 2006. Disponible em: <https://amchamchile.cl/noticia/importancia-de-la-inversi/>.

AMCHAMCL. **Manteniendo el impulso**. 2011. Disponible em: <https://amchamchile.cl/noticia/manteniendo-el-impulso/>.

AMCHAMCL. **Misión cumplida: Chile se une a la OCDE**. 2010c. Disponible em: <https://amchamchile.cl/noticia/mision-cumplida-chile-se-une-a-la-ocde-2/>.

AMCHAMCL. **OCDE reconoce al sector agrícola como «clave» para el éxito económico de Chile**. 2008. Disponible em: <https://amchamchile.cl/noticia/ocde-reconoce-al-sector-agricola-como-clave-para-el-exito-economico-de-chile/>

AMCHAMCL. **Taller sobre prevención y nueva legislación sobre fraude en las empresas**. 2009. Disponible em: <https://amchamchile.cl/noticia/taller-sobre-prevencion-y-nueva-legislacion-sobre-fraude-en-las-empresas/>.

AMCHAMCL. **Una alianza estratégica para el siglo XXI**. 2010d. Disponible em: <https://amchamchile.cl/noticia/una-alianza-estrategica-para-el-siglo-xxi/>.

ANDI. **Comunicado del Consejo Empresarial Estados Unidos – Colombia, ANDI y Cámara de Comercio de Estados Unidos sobre el proceso de acceso de Colombia a la OCDE**. ANDI, Bogotá. 2018a. Disponible em: <https://www.andi.com.co/Home/Noticia/1069-comunicado-del-consejo-empresarial-estad>. Acesso em: ago. 2024.

ANDI. **Ingreso a la OCDE abrirá nuevas opciones de desarrollo para el país.** 2018b. Disponible em: <https://www.andi.com.co/Home/Noticia/1127-ingreso-a-la-ocde-abrira-nuevas-opciones>. Acesso em: set. 2024.

AP. **Abc integración profunda con miras a la prosperidad.** [2021] Disponible em: https://alianzapacifico.net/wp-content/uploads/2021/05/ABC2021_.pdf. Acesso em: out. 2023.

AP. **Declaración conjunta entre los estados parte del acuerdo marco de la alianza del pacífico y la organización para la cooperación y el desarrollo económicos.** [2019]. Disponible em: <https://www.iri.edu.ar/wp-content/uploads/2019/10/bo-alatina-69-alianzapacifico-declconjunta.pdf>. Acesso em: out. 2023.

AP. **First meeting of the working group for the accession of Costa Rica to the Pacific Alliance is held.** 2024. Disponible em: <https://alianzapacifico.net/en/first-meeting-of-the-working-group-for-the-accession-of-costa-rica-to-the-pacific-alliance-is-held/>. Acesso em: set. 2024.

AP. **Observer States.** [s.d.b]. Disponible em: <https://alianzapacifico.net/en/observant-countries/>. Acesso em: jun. 2024.

AP. **The Pacific Alliance signs Joint Declarations with Japan, OECD and the Eurasian Economic Commission in order to strengthen its external projection.** [s.d.a]. Disponible em: <https://alianzapacifico.net/en/la-alianza-del-pacifico-suscribe-declaraciones-conjuntas-con-japon-la-ocde-y-la-comision-economica-euroasiatica-a-fin-de-fortalecer-su-proyeccion-externa/>. Acesso em: jun. 2024.

AP. **What is the pacific alliance?.** [2023]. Disponible em: <https://alianzapacifico.net/en/what-is-the-pacific-alliance/>. Acesso em: set. 2023.

ARANEDA, D. G. M. La dictadura militar de Augusto Pinochet como historia del presente: historiografía, dictadura, transición, demanda social y crisis de representatividad. **Historia Actual Online**, [s. l.], n. 30, p. 175–191, 2022. DOI: 10.36132/hao.v0i30.823.

ARANGO, C. C. O caminho da colômbia para a ocde: por que, para que e como foi feito. **Revista Tempo do Mundo**, n. 25, p. 133-154, 26 abr. 2021.

ARDAVÍN, J. A. Thirty Years of Latin America in the OECD. **Revista Mexicana de Política Exterior**, [S. l.], n. 130, p. 59–72, 2024. Disponible em: <https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/2704>. Acesso em: dec. 2025.

ARDILA, M.; CLEMENTE BATALLA, I. Santos: una diplomacia tradicional con cambios. **Oasis**, [S. l.], n. 29, p. 29–56, 2019. DOI: 10.18601/16577558.n29.03. Disponible em: <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/oasis/article/view/5879>.

ARELLANO, L. El ingreso a la OCDE. **Revista Mexicana de Política Exterior**, [s. l.], n. 44, p. 190–198, 1994.

ARIAS HENAO, D. El camino de Colombia a la OCDE. **Relaciones Internacionales**, [s. l.], v. 28, n. 56, p. 117–136, 2019. DOI: 10.24215/23142766e058. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/7079>.

ANGULO, L.; CORTÉS, L. La política exterior comercial del gobierno Santos: diversificación de mercados, competitividad y retos del interés nacional. *In*: JOST, S. **Colombia: ¿una potencia en desarrollo?**. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2012, p. (158-199).

ARMINGEON, Klaus; BEYELER, Michelle. **The OECD and European Welfare States**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

ASOBANCARIA. Ingreso de Colombia a la OCDE: ¿Cómo está la banca? **Semana Económica**, n. 1210, 12 nov. 2019. Disponível em: <http://www.asobancaria.com>. Acesso em: out. 2024.

AZZI, Diego. "Subordinação pela adesão: o pleito do Brasil a membro pleno da OCDE". *In*: Gilberto Maringoni; Tatiana Berringer; Giorgio Romano. (Org.). **As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação**. 1ed. Santo André: Editora Universidade Federal do ABC (UFABC), 2021, v. 1, p. 61-74.

BAILEY, P.; PARISOTTO, A.; RENSHAW, G. (orgs.). **Multinationals and employment**. Geneva: ILO, 1993.

BANCOLOMBIA. **Colombia en la OCDE, un compromiso con el bienestar ciudadano**. Colômbia, 2018. Disponível em: <https://www.bancolombia.com/negocios/actualizate/administracion-y-finanzas/colombia-ocde-compromiso-ciudadano>. Acesso em: jan. 2024.

BBC NEWS BRASIL. **Chile será o primeiro país da América do Sul a integrar OCDE**. 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/12/091211_chileocde_ms. Acesso em: 23 out. 2024.

BBVA. **El ingreso de Colombia a la OCDE: ¿qué significa y cómo beneficiará al país?** 2018. Disponível em: <https://www.bbva.com/es/ingreso-colombia-ocde-significa/>. Acesso em: nov. 2024.

BCN. Acordo do Chile com a União Europeia. Diplomacia. **Academia Diplomática do Chile**, Andrés Bello, n. 92, p. 7-8, jul./set. 2002. Santiago, Chile. Disponível em: <http://catalogo.bcn.cl/ipac20/ipac.jsp?&index=BIB&term=141612>. Acesso em: 23 out. 2024.

BETANCOURT, S. G. El papel del liderazgo político en la orientación de la política exterior chilena hacia el espacio sudamericano en el período 2000-2010. *In*: ENCONTRO NACIONAL ABRI, 3., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2011.

BEYELER, Michelle. Globalization, Europeanization and Domestic Welfare State Reforms: New Institutional Concepts. **Global Social Policy**, v. 3, p. 153-172, 2003.

BIAC. **Latin America and the Caribbean Contact Group**. [s.d.a]. Disponível em: <https://www.businessatoecd.org/policy/latin-america-and-the-caribbean-contact-group-0>. Acesso em: ago. 2024.

BIAC. **Who we are**. [s.d.b]. Disponível em: <https://www.businessatoecd.org/about-us>. Acesso em: ago. 2024.

BID. **IDB and Europe**. 2003. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-europe>. Acesso em: jun. 2024.

BID. **IDB-OECD study calls for better governance and integrity in Latin America and the Caribbean**. 2020. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-oecd-study-calls-better-governance-integrity-latin-america-and-caribbean>. Acesso em: jun. 2024.

BID. **La adhesión a la OCDE: una oportunidad para el desarrollo sostenible de Costa Rica**. [s.l.: s.n.], 2020.

BIEGON, R. **US power in Latin America: renewing hegemony**. New York: Routledge, 2017.

BORGES, L. O governo de salvador allende no chile: atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho. **Projeto História**. São Paulo, n. 47, p. 85-109, Ago. 2013.

BRENNER, P.; HERSHBERG, E. Washington e a ordem hemisférica: explicações para a continuidade em meio à mudança. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 90, p. 37-63, set. 2013.

BRICEÑO-RUIZ, J. O Regionalismo Latino-Americano depois do Regionalismo Aberto: Novos Eixos, Novas Estratégias, Modelos Diversos. In: CARMO, C *et al.* **Relações Internacionais: olhares cruzados**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2013, p. 193-238.

BRICEÑO-RUIZ, J. Times of Change in Latin American Regionalism. **Contexto Internacional**, v. 40, n. 3, p. 573–594, set. 2018.

BROOKS, C. Diez años del ingreso de México a la OCDE. Un balance. **Revista Mexicana de Política Exterior**, [s. l.], n. 71, p. 225–234, 2022. Disponível em: <https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/892>. Acesso em: 03 abr. 2024.

BROSIG, M. Overlap and interplay between international organisations: theories and approaches. **South African Journal of International Affairs**, v. 18, n. 2, p. 147-167, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/10220461.2011.588828>.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. New York: Zone Books, 2015.

BUSTAMANTE, Gilberto Aranda; RIVERA, Jorge Riquelme. La política exterior de Chile desde 1990. Inserción internacional y prioridad regional. **Instituto de Estudios Internacionales**, Santiago, v.6, n.11, p.11-41, 2011.

CÁMARA NACIONAL DE COMERCIO, SERVICIOS Y TURISMO DE CHILE. **Nosotros - Socios - Asociaciones Especializadas**. Disponible em: <https://www.cnc.cl/nosotros/socios/asociaciones-especializadas/>. Acesso em: 23 out. 2024.

CANCILLERÍA. **Abecé de Colombia en la OCDE**. Disponible em: <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/abece-colombia-ocde>. Acesso em: ago. 2024.

CANCILLERÍA. **Ministros de la Alianza del Pacífico se reunieron con Secretario General de la OCDE**. Disponible em: <https://www.cancilleria.gov.co/newsroom/news/ministros-alianza-pacifico-reunieron-secretario-general-ocde>. Acesso em: ago. 2024.

CANCILLERÍA. **Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE)**. Disponible em: <https://www.cancilleria.gov.co/search/node?keys=OCDE>. Acesso em: ago. 2024.

CARMONA, Doralicia. Inicia la mayor crisis económica de la historia de México con el “error de diciembre”. **Memoria Política de México**, 19 dez. 1994. Disponible em: <https://www.memoriapoliticademexico.org/Efemerides/12/19121994.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CARNEIRO, C. L. Regional governance in Latin America: the more the merrier? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 67, n. 1, p. e004, 2024. Disponible em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/pDb6NgrrdZqyYMkXNLmGsTp/>. Acesso em: ago. 2024.

CARROL, P. Policy Transfer and Accession: A Comparison of Three International Governmental Organizations. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 16, n. 3, p. 280-296, 2014.

CARROLL, P.; KELLOW, A. **The OECD: A Decade of Transformation: 2011–2021**. Berlin: De Gruyter, 2021. DOI 10.1515/9783110735833.

CASCANTE, A.; FONSECA, D. **Informe Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible 2017**. Programa Estado de la Nación, 2017.

CENTRO DE ESTUDIOS DEL DESARROLLO. **La OCDE es nuestro Pepe Grillo: nos mantiene bajo un permanente y objetivo escrutinio**. 2009. Disponible em: <https://www.ced.cl/cedcl/2009/09/29/la-ocde-es-nuestro-pepe-grillo-nos-mantiene-bajo-un-permanente-y-objetivo-escrutinio/>. Acesso em: 23 out. 2024.

CENTRO DE ESTUDIOS DEL TRABAJO; CENTRAL UNITARIA DE TRABAJADORES; ESCUELA NACIONAL SINDICAL. **La adhesión de Colombia a la OCDE: una equivocación**. Bogotá: Celu, 2017. Disponible em: <https://cedetrabajo.org/analicelu-no-6-la-adhesion-colombia-la-ocde-una-equivocacion/>. Acesso em: jun. 2024.

CENTRAL UNITARIA DE TRABAJADORES. **OCDE en la CUT: Chile es uno de los países de la OCDE que será más impactado por la automatización de los puestos de trabajo**. [s.d.]. Disponible em: <https://cut.cl/ocde-en-la-cut-chile-es-uno-de-los-paises-de-la-ocde-que-sera-mas-impactado-por-la-automatizacion-de-los-puestos-de-trabajo/>. Acesso em: 23 out. 2024.

CENTRALES de trabajadores se proponen frenar el ingreso de Colombia a la Oede. **Semana**, Bogotá, 14 maio 2012. Disponível em: <https://www.semana.com/pais/articulo/centrales-sindicales-muestran-a-ocde-deterioro-mercado-laboral/252100/>. Acesso em: ago. 2024.

CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS. **CEP**. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/?s=OCDE>. Acesso em: 23 out. 2024.

CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS. **Proyecciones económicas de la OCDE: 2009-2010**. Seminário apresentado por Klaus Schmidt-Hebbel. Comentários de Vittorio Corbo e Luis Felipe Céspedes. Santiago, 3 dez. 2008. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/proyecciones-economicas-de-la-ocde-2009-2010/>. Acesso em: out. 2024.

CEPAL. **ECLAC's Executive Secretary highlights joint work with OECD in support of sustainable development in Latin America**. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/en/news/eclacs-executive-secretary-highlights-joint-work-oecd-support-sustainable-development-latin>. Acesso em: ago. 2024.

CEPAL. **European Union, OECD and ECLAC sign agreement to facilitate the development of countries**. 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/en/pressreleases/european-union-oecd-and-eclac-sign-agreement-facilitate-development-countries>. Acesso em: ago. 2024.

CEPAL. **Reformas económicas en México, 1982-1999**. Fondo de cultura económica, México, D. F. 2000. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/1d5f6051-b28b-4a8e-a7a7-b4899a12c7ee/content>.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/T8n9bgHtg77JHByfKCNDqbN/?lang=pt>. Acesso em: abr. 2023.

CHESSÉ, A.; VERDUN, A. International Political Economy. *In*: FRANCESCO, Francesco de.; RADAELLI, C. M. **The Elgar Companion to the OECD**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2023, p. 23-36.

CHILE. **Chile en la OCDE: 10 años de integración**. Santiago: Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales (SUBREI), Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile. [2021]. Disponível em: https://www.chile.gob.cl/ocde/site/docs/20211116/20211116164030/2020__10_a__os.pdf.

CHILE. Hitos de la política exterior: durante el Gobierno de la Presidenta Michelle Bachelet: 2006-2010. Santiago: Gobierno de Chile, **Ministério de Relaciones Exteriores**, 2009. Disponível em: https://www.minrel.gob.cl/minrel_old/site/artic/20091230/asocfile/20091230083503/hitos_final_en_pdf__21_dic.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.

Chile. Ministério da Fazenda. **Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE)**. Disponível em: <https://www.hacienda.cl/areas-de-trabajo/finanzas-internacionales/relaciones-internacionales/organismos/organizacion-para-la-cooperacion-y-el-desarrollo-economicos-ocde->. Acesso em: out. 2024.

Chile. Ministério da Fazenda. **Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE)**. Disponível em: <https://www.hacienda.cl/areas-de-trabajo/finanzas-internacionales/relaciones-internacionales/organismos/organizacion-para-la-cooperacion-y-el-desarrollo-economicos-ocde>. Acesso em: 23 out. 2024.

Chile. Ministério das Relações Exteriores. **Hitos de la Política Exterior durante el Gobierno de la Presidenta Michelle Bachelet, 2006-2010**. Santiago: MRE, 2009. Disponível em: https://www.minrel.gob.cl/minrel_old/site/artic/20091230/asocfile/20091230083503/hitos_final_en_pdf__21_dic.pdf. Acesso em: out. 2024.

CHILE. **Quinto aniversario del ingreso de Chile en la OCDE**. 2015. Disponível em: <https://www.chile.gob.cl/chile/blog/ocde/quinto-aniversario-del-ingreso-de-chile-en-la-ocde>. Acesso em: 1 nov. 2024.

Colômbia. Ministério do Trabalho. La OCDE recomendó a Colombia eliminar la subcontratación abusiva. Bogotá: **Ministerio do Trabalho**, 2024. Disponível em: <https://www.mintrabajo.gov.co/web/guest/comunicados/2024/abril/la-ocde-recomendo-a-colombia-eliminar-la-subcontratacion-abusiva-los-pactos-colectivos-y-combatir-la-violencia-antisindical>. Acesso em: ago. 2024.

CICR. **CICR participa de la Asamblea Anual del Business at OECD**. 2023a. Disponível em: https://cicr.com/noticias_pt/cicr-participa-de-la-asamblea-anual-del-business-at-oecd/. Acesso em: ago. 2024.

CICR. **CICR pide consistencia en proceso de adhesión a la OCDE**. 2023b. Disponível em: https://cicr.com/noticias_pt/cicr-pide-consistencia-en-proceso-de-adhesion-a-la-ocde/. Acesso em: ago. 2024.

CICR. **CICR: Celebramos la aprobación del acuerdo de adhesión de Costa Rica a la OCDE**. 2021. Disponível em: https://cicr.com/noticias_pt/cicr-celebramos-la-aprobacion-del-acuerdo-de-adhesion-de-costa-rica-a-la-ocde/. Acesso em: ago. 2024.

CICR. **Presidente de la CICR participa del Comité Ejecutivo de UCCAEP con la delegación de la OCDE**. [s.d.]. Disponível em: https://cicr.com/noticias_pt/presidente-de-la-cicr-participa-del-comite-ejecutivo-de-uccaep-con-la-delegacion-de-la-ocde/. Acesso em: 14 out. 2024.

CIEPLAN. **Corporación de Estudios para Latinoamérica. Regulación pesquera y prácticas OCDE**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.cieplan.org/regulacion-pesquera-y-practicas-ocde/>. Acesso em: out. 2024.

CINCO DÍAS. **Chile marca el camino hacia la OCDE en el cono sur**. 2010. Disponível em: https://cincodias.elpais.com/cincodias/2010/01/12/economia/1263278991_850215.html. Acesso em: 23 out. 2024.

CINDE. **About**. [s.d.a]. Disponível em: <https://www.cinde.org/en/about>. Acesso em: jun. 2024.

CINDE. Informe anual 2021. San José: **CINDE**, 2021. Disponível em: <https://www.cinde.org/informe2021>. Acesso em: out. 2024.

CINDE. **Ingreso de Costa Rica a la OCDE fortalecerá inversión hacia sostenibilidad productiva con enfoque en personas, planeta y prosperidad**. 2021. Disponível em: <https://www.cinde.org/es/noticias/ingreso-de-costa-rica-a-la-ocde-fortalecera-inversion-hacia-sostenibilidad-productiva-con-enfoque-en-personas-planeta-y-prosperidad>. Acesso em: jun. 2024.

CINDE. **Why the OECD matters for Costa Rica**. [s.d.b]. Disponível em: <https://www.cinde.org/en/essential-news/why-the-oecd-matters-for-costa-rica>. Acesso em: ago. 2024.

CINEP. **Convocatoria revista Controversia 221: Resistencias caleidoscópicas al capitalismo contemporáneo: trabajo, género y despojo**. [s.d.a.] Disponível em: <https://cinep.org.co/convocatoria-revista-controversia-221-resistencias-caleidoscopicas-al-capitalismo-contemporaneo-trabajo-genero-y-despojo/>. Acesso em: nov. 2024.

CINEP. **Denuncian a Cerrejón y otras empresas por daños en La Guajira**. [s.d.b.]. Disponível em: <https://cinep.org.co/comunicado-denuncian-a-cerrejon-y-otras-empresas-por-danos-en-la-guajira-d64/>. Acesso em: nov. 2024.

CINPE. **Costa Rica: nuestro camino hacia la OCDE**. 2023. Disponível em: https://repositorio.una.ac.cr/bitstream/handle/11056/17711/www_larevista_cr_suyen_alonso_costa_rica_nuestro_camino_reco.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: ago. 2024.

CINPE. **El proceso de adhesión de Costa Rica a la OCDE**. 2020. Disponível em: https://repositorio.una.ac.cr/bitstream/handle/11056/17711/www_larevista_cr_suyen_alonso_costa_rica_nuestro_camino_reco.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 out. 2024.

CLIFTON, J.; FUENTES, D. The OECD and “The Rest”: Analyzing the Limits of Policy Transfer. **Journal of Comparative Policy Analysis**, v. 16, 2014. DOI: 10.1080/13876988.2013.877674.

CLIFTON, J.; FUENTES, D. The OECD and Phases in the International Political Economy, 1961-2011. **Review of International Political Economy**, [2011]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228149400_The_OECD_and_Phases_in_the_International_Political_Economy_1961-2011. Acesso em: 19 ago. 2023.

CMF. **Superintendencia de Valores y Seguros**. 2011. Disponível em: <https://www.cmfchile.cl/portal/prensa/615/w3-article-12265.html>. Acesso em: 23 out. 2024.

CNN BRASIL. EUA diz que China está expandindo agressivamente a influência na América do Sul e no Caribe. **CNN Brasil**, 12 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-diz-que-china-esta-expandindo-agressivamente-a-influencia-na-america-do-sul-e-no-caribe/>. Acesso em: nov. 2024.

COLÔMBIA. Decreto n° 1.857, de 2019. Función Pública. **Diário Oficial**, Bogotá, DC, 2019.

COLÔMBIA. **Departamento Nacional de Planeación. Manual de participación de Colombia en la OCDE**. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, 2020. Disponível em: <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/OAC/herramienta-informacion-ocde/pdf/manual-participacion-colombia-ocde.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

COMEX. **Costa Rica Membro de la OCDE**. [2023]. Disponível em: <https://www.comex.go.cr/ocde/>. Acesso em: out. 2023.

COMEX. **Hoja de ruta: de compromisos de Costa Rica como miembro de la OCDE**. [2021]. Disponível em: <https://www.comex.go.cr/media/8902/hoja-de-ruta-de-compromisos-de-costa-rica-como-miembro-de-la-ocde-2021-09-16-vf.pdf>. Acesso em: out. 2023.

COMEX. **OCDE**. [S.d.]. Disponível em: <https://www.comex.go.cr/ocde/>. Acesso em: fev. 2024.

COMEX. **Proceso de adhesión de Costa Rica a la OCDE**. 2016. Disponível em: <https://www.comex.go.cr/sala-de-prensa/comunicados/2016/diciembre/proceso-de-adhesi%C3%B3n-de-costa-rica/>. Acesso em: 16 out. 2024.

COMEX. **Proceso de adhesión de Costa Rica a la OCDE**. 2021. Disponível em: <https://www.comex.go.cr/sala-de-prensa/comunicados/2021/>. Acesso em: jan. 2024.

COMISIÓN PARA EL MERCADO FINANCIERO. **Comisión para el Mercado Financiero (CMF)**. Disponível em: <https://www.cmfchile.cl/portal/principal/613/w3-search.php?keywords=OCDE>. Acesso em: 23 out. 2024.

CONECTAS. **Guia mostra como sociedade civil pode incidir no processo de acesso à OCDE**. 2022. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/guia-mostra-como-sociedade-civil-pode-incidir-no-processo-de-acessao-a-ocde/>. Acesso em: ago. 2024.

CONFECÁMARAS. **Confecámaras celebra aprobación del Comité de Comercio de ingreso de Colombia a la OCDE**. 2017. Disponível em: <https://confecamaras.org.co/confecamaras-celebra-aprobacion-del-comite-de-comercio-de-ingreso-de-colombia-a-la-ocde/>. Acesso em: jul. 2024.

CONFECÁMARAS. Determinantes de la Supervivencia Empresarial en Colombia. **Cuaderno de Análisis Económico**, n. 14, 2018. Disponível em: <https://confecamaras.org.co/wp-content/uploads/2024/01/cuaderno-de-analisis-economico-n-14.pdf>. Acesso em: jul. 2024.

CONFEDERACIÓN DE LA PRODUCCIÓN Y DEL COMERCIO. **Almuerzo empresarial en la CPC con Secretario General de la OCDE**. 2013. Disponível em: <https://www.cpc.cl/con-el-fin-de-analizar-la-coyuntura-economica-mundial-y-nacional-el-secretario-general-de-la-ocde-angel-gurria-se-reunio-en-la-cpc-con-un-grupo-de-empresarios-liderados-por-andres-santa-cruz-en-l/>. Acesso em: 23 out. 2024.

CONFEDERACIÓN DE LA PRODUCCIÓN Y DEL COMERCIO. **Alfonso Swett é eleito membro do conselho de administração da BIAC, organização empresarial da OCDE**.

2022. Disponible em: <https://www.cpc.cl/alfonso-swett-es-elegido-miembro-del-directorio-del-biac-organismo-empresarial-de-la-ocde/>. Acceso em: 23 out. 2024.

CONFEDERACIÓN GENERAL DE TRABAJADORES. **Reunión del G-20 en Londres:** Las trabajadoras y trabajadores no esperamos nada nuevo ni nada bueno de ellos. 2009. Disponible em: <https://cgt.org.es/reunion-del-g-20-en-londres-las-trabajadoras-y-trabajadores-no-esperamos-nada-nuevo-ni-nada-bueno-de-ellos/>. Acceso em: 23 out. 2024.

CONFEDERACIÓN GENERAL DE TRABAJADORES. **Los mercados acaban con la democracia, hasta la formal.** 2011. Disponible em: <https://cgt.org.es/los-mercados-acaban-con-la-democracia-hasta-la-formal/>. Acceso em: 23 out. 2024.

CONFEDERACIÓN GENERAL DE TRABAJADORES. **Reunión del G-20 en Londres:** Las trabajadoras y trabajadores no esperamos nada nuevo ni nada bueno de ellos. 2009. Disponible em: <https://cgt.org.es/reunion-del-g-20-en-londres-las-trabajadoras-y-trabajadores-no-esperamos-nada-nuevo-ni-nada-bueno-de-ellos/>. Acceso em: 23 out. 2024.

CONGRESO NACIONAL DEL CHILE. **Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico:** Incorporación de Chile y Visita de su Secretario General. 2011. Disponible em: <https://www.congreso.cl/organizacion-para-la-cooperacion-y-el-desarrollo-economico-incorporacion-de-chile-y-visita-de-su-secretario-general>. Acceso em: 23 out. 2024.

COPARMEX. **Gestión de José Ángel Gurría impulsó la modernización, el crecimiento y liderazgo de la OCDE a nivel global:** COPARMEX. 2021. Disponible em: <https://coparmex.org.mx/gestion-de-jose-angel-gurria-impulso-la-modernizacion-el-crecimiento-y-liderazgo-de-la-ocde-a-nivel-global-coparmex/>. Acceso em: ago. 2024.

COPARMEX. **Informa COPARMEX a OCDE y BIAC situación del proceso de aprobación del SNA.** 2016. Disponible em: https://www.youtube.com/watch?v=gmaWW_SJVH4&embeds_referring_euri=https%3A%2F%2Fwww.sinembargo.mx%2F&feature=emb_imp_woyt. Acceso em: ago. 2024.

COPARMEX. **Representación Nacional e Internacional.** [s.d.]. Disponible em: <https://coparmex.org.mx/representacion-nacional-e-internacional/>. Acceso em: 15 nov. 2024.

CORNEJO, R.; NAVARRO GARCÍA, A. China y América Latina: recursos, mercados y poder global. **Nueva Sociedad**, n. 228, p. 79-99, jul./ago. 2010. Disponible em: http://www.nuso.org/upload/articulos/3707_1.pdf. Acceso em: ago. 2024.

CORREA SERRANO, M. A.; CATALÁN SALGADO, E. La Alianza del Pacífico: entre la geopolítica de China y de Estados Unidos. **México y la Cuenca del Pacífico**, Guadalajara, v. 5, n. 14, p. 19-52, ago. 2016. Disponible em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-53082016000200019&lng=es&nrm=iso. Acceso em: ago. 2024.

Costa Rica. Asamblea Legislativa. Liberación Nacional respalda a gobierno para ingreso a OCDE. Fracción Parlamentaria P.L.N., **Oficina de Prensa**, 2016.

COSTA RICA. Ministério de Relações Exteriores. **Política Exterior**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.rree.go.cr/?sec=ministerio&cat=politica%20exterior>. Acesso em: 3 ago. 2024.

CSI. **Encuesta global de derechos** 2016. 2016. Disponível em: https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/survey_ra_2016_sp.pdf. Acesso em: fev. 2024.

CUI, Mu. A crescente influência da China na América Latina. **DW**, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-crescente-influ%C3%Aancia-da-china-na-am%C3%A9rica-latina/a-65281067>. Acesso em: ago. 2024.

CUTLER, A. C. Transformations in Statehood, the Investor-State Regime, and the New Constitutionalism. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, v. 23, n. 1, [2016]. Disponível em: <https://www.repository.law.indiana.edu/ijgls/vol23/iss1/5>.

DABÈNE, O.; PARTHENAY, K. Regionalismo na América Central: uma estratégia “all-in”. In: BRICEÑO-RUIZ, J.; MORALES, I. (orgs.). **Regionalismo pós-hegemônico nas Américas**: em direção a uma divisão Pacífico-Atlântico? Abingdon: Routledge, 2017. p. 159-173.

DAVIES, M.; WOODWARD, R. **International Organizations: A Companion**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2014. Cap. 10, p. 327-338.

DAVIS, C. L. **More than just a rich country club**: membership conditionality and institutional reform in the OECD. Princeton: Princeton University, 2016. (Working Paper).

DAVIS, C. L. **Discriminatory Clubs**: the geopolitics of international organizations. Princeton University Press, 2023.

DELFINO. Estas son las implicaciones para Costa Rica al integrarse a la OCDE. **Delfino.cr**, 2023. Disponível em: <https://delfino.cr/2023/02/estas-son-las-implicaciones-para-costa-rica-al-integrarse-a-la-ocde>.

DELFINO. La incorporación de Costa Rica a la OCDE y los cambios que se aproximan. **Delfino.cr**, 2023. Disponível em: <https://delfino.cr/2023/02/la-incorporacion-de-cost-rica-a-la-ocde-y-los-cambios-que-se-aproximan>.

DIARIO EXTRA. **Costa Rica logra ingreso a la OCDE**. 2021. Disponível em: <https://www.diarioextra.com/noticia/costa-rica-logra-ingreso-a-la-ocde>. Acesso em: ago. 2024. Disponível em: http://centroestudiosinternacionales.uc.cl/images/publicaciones/publicaciones-ceiuc/Libro_Chile_club_pa%C3%ADses_desarrollados.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.

DNP. **“Por la cual se expide el Plan Nacional de Desarrollo (2014--2018) “Todos por un nuevo país”**. Bogotá, D.C, DNP, 2015. Disponível em: <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Normograma/Ley%201753%20de%202015.pdf>. Acesso em: jul. 2023.

DNP. Colombia da otro paso para el ingreso a la OCDE. Bogotá, D.C, **DNP**, 2019. Disponible em: <https://2022.dnp.gov.co/Paginas/Colombia-da-otro-paso-para-el-ingreso-a-la-OCDE.aspx>. Acceso em: mar. 2023.

DNP. **Colombia en la OCDE. Bogotá:** Departamento Nacional de Planeación, [s.d.a]. Disponible em: https://www.dnp.gov.co/LaEntidad_/subdireccion-general-prospectiva-desarrollo-nacional/ocde-colombia. Acceso em: ago. 2024.

DNP. **Información general. Bogotá:** Departamento Nacional de Planeación, [s.d.b]. Disponible em: <https://www.dnp.gov.co/la-entidad/informacion-general>. Acceso em: nov. 2024.

DNP. **Ingreso de Colombia a la OCDE.** Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, [s.d.c]. Disponible em: <https://www.dnp.gov.co/Paginas/Buscador.aspx#k=Colombia%20da%20otro%20paso%20para%20el%20ingreso%20a%20la%20OCDE&gsc.tab=0>. Acceso em: set. 2024.

DNP. **Proceso de adhesión e normativa Colombia en la OCDE.** Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, [s.d.d]. Disponible em: https://www.dnp.gov.co/LaEntidad_/subdireccion-general-prospectiva-desarrollo-nacional/ocde-colombia/Paginas/adhesion-y-normativa.aspx. Acceso em: ago. 2024.

EAFIT. **Directivo de la OCDE visita Medellín para conocer adelantos en emprendimiento.** Medellín, 2014. Disponible em: <https://www.eafit.edu.co/social/informate/Paginas/directivo-de-la-ocde-visita.aspx>. Acceso em: jan. 2024.

ECCLESTON, R. The OECD and global economic governance. **Australian Journal of International Affairs**, v. 65, n. 2, p. 243-255, 2011.

EEAS. Joint declaration on a partnership between the States Parties to the Framework Agreement of the Pacific Alliance and the European Union. New York, 2019. Disponible em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/joint-declaration-partnership-between-states-parties-framework-agreement-pacific-alliance-and_en. Acceso em: ago. 2024.

EILSTRUP-SANGIOVANNI, M. Ordering global governance complexes: the evolution of the governance complex for international civil aviation. **The Review of International Organizations**, v. 17, n. 2, p. 293-322, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11558-020-09411-z>.

EL DEFINIDO. **¿Y de qué sirve ser un país OCDE?** 2014. Disponible em: https://eldefinido.cl/actualidad/pais/2795/Y_de_que_sirve_ser_un_pais_OCDE/. Acceso em: 23 out. 2024.

EL ESPECTADOR. Colômbia cumple com os requisitos para seu ingresso à OCDE: o que segue. **El Espectador**, Bogotá, 2018. Disponible em: <https://www.elespectador.com/economia/colombia-cumple-con-los-requisitos-para-su-ingreso-a-la-ocde-que-sigue-article-789112/>. Acceso em: jan. 2024.

EL PAÍS. El nuevo puerto de Chancay, símbolo de la creciente influencia de China en América Latina. **El País**, 16 nov. 2024. Disponible em: <https://elpais.com/internacional/2024->

11-16/el-nuevo-puerto-de-chancay-simbolo-de-la-creciente-influencia-de-china-en-america-latina.html. Acesso em: dez. 2024.

EL TIEMPO. Colômbia entrou de forma oficial à OCDE. **El Tiempo**, Bogotá, 2018a. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/economia/colombia-entro-de-forma-oficial-a-la-ocde-489696>. Acesso em: jan. 2024.

EL TIEMPO. **Este miércoles Colombia enfrenta estudio del Comité de Comercio de la OCDE**. Bogotá, 2018b. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/economia/sectores/este-miercoles-colombia-enfrenta-estudio-del-comite-de-comercio-de-la-ocde-208342>. Acesso em: 18 nov. 2024.

EL TIEMPO. **Ingreso de Colombia a la OCDE pondría en riesgo TLC con EE. UU**. Bogotá, 2018c. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/economia/sectores/ingreso-de-colombia-a-la-ocde-pondria-en-riesgo-tlc-con-ee-uu-267802>. Acesso em: 18 nov. 2024.

ELMORROCOTUDO. **[Opinión] Chile y la OCDE: ¿Por qué un país como el nuestro es miembro de esta organización?** 2017. Disponível em: <https://www.elmorrocotudo.cl/noticia/politica/opinion-chile-y-la-ocde-por-que-un-pais-como-el-nuestro-es-miembro-de-esta-organiza>. Acesso em: 23 out. 2024.

ELMUNDOCR. **UCCAEP: Adhesión de Costa Rica a la OCDE implica mayor compromiso del gobierno**. 2020. Disponível em: <https://elm.cr//featured/u-adh-de-c-r-a-la--oc-implica-m-comp-del-gob>. Acesso em: 14 out. 2024.

EMOL. **Chile formalizó oficialmente su ingreso a la OCDE**. 2010. Disponível em: <https://www.emol.com/noticias/economia/2010/05/07/411863/chile-formalizo-oficialmente-su-ingreso-a-la-ocde.html>. Acesso em: 23 out. 2024.

ENS. **El sindicalismo y la globalización. Medellín**: ENS, 2016. Disponível em: <https://www.ens.org.co/wp-content/uploads/2016/11/El-sindicalismo-y-la-globalizacion.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

ERKKILÄ, T.; PIIRONEN, O. (De)politicizing good governance: the World Bank Institute, the OECD and the politics of governance indicators. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 27, n. 4, p. 344-360, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/13511610.2013.850020>.

ESTEVAM, j.; CEPIK, M. A. Relações militares entre Estados Unidos e Colômbia: do Plano Colômbia ao Acordo de Paz (2000-2018). **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [s. l.], v. 22, 2021. DOI: 10.20889/M47e22003.

EU. **EU-LAC Regional Facility on Development in Transition**. [s.d.]. Disponível em: https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/programming/programmes/eu-lac-regional-facility-development-transition_en. Acesso em: ago. 2024.

EU-LAC FOUNDATION. **OECD Development Centre - EU-LAC Foundation seminar: new EU development cooperation strategies in Latin America**. 2014. Disponível em: <https://eulacfoundation.org/en/oecd-development-centre-eu-lac-foundation-seminar-new-eu-development-cooperation-strategies-latin>. Acesso em: ago. 2024.

EU-LAC FOUNDATION; CAROLINA FOUNDATION. **European Union-Latin America and Caribbean cartography of association agreements**. Hamburg – Madrid, 2022.

Disponível em: https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2022/11/european-union-latin-america-and-caribbean-cartography-association-agreements_EN.pdf. Acesso em: ago. 2024.

EUROPEAN COMMISSION. **Joint communication to the European Parliament and the Council: a new agenda for relations between the EU and Latin America and the Caribbean**.

Brussels, jun. 2023. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX%3A52023JC0017>. Acesso em: ago. 2024.

EUROPEAN PARLIAMENT. EU trade with Latin America and the Caribbean. 2018.

Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018. ISBN 978-92-846-3314-2. Disponível em:

[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2018/625186/EPRS_IDA\(2018\)625186_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2018/625186/EPRS_IDA(2018)625186_EN.pdf). Acesso em: ago. 2024.

EUROPEAN PARLIAMENT. **European union: "trade agreement" with colombia and peru**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014. ISBN 978-92-823-3676-2. Disponível em:

https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/inta/dv/896/896710/896710en.pdf. Acesso em: ago. 2024.

EUROSOCIAl. **Partnerships**. [s.d]. Disponível em: <https://eurosociAl.eu/en/partnerships/>. Acesso em: ago. 2024.

FALCONÍ, F. Alianza del Pacífico esconde intereses geopolíticos de Estados Unidos. **IADE**, 2013. Disponível em: <https://www.iade.org.ar/noticias/alianza-del-pacifico-esconde-intereses-geopoliticos-de-estados-unidos>. Acesso em: set. 2024.

FEDESARROLLO. Informe Mensual de Fedesarrollo: El ingreso de Colombia a la OCDE: en buen momento. **Tendencia económica**, n. 188, 2018. Disponível em:

<https://www.repository.fedesarrollo.org.co/handle/11445/3634>. Acesso em: jun. 2024.

FERDINAND, P. Westward ho: the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping. **International Affairs**, v. 92, p. 941-957, 2016. DOI: 10.1111/1468-2346.12660.

FERNANDES, Daniela. A briga entre EUA e Europa por trás de polêmica sobre Brasil na OCDE. **BBC News Brasil**, 14 out. 2019. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-50043629>. Acesso em: jan. 2023.

FERNÁNDEZ, J.; ROJAS, B.; SOTO, W.; VÁSQUEZ, M. **La Adhesión de Costa Rica a la Alianza Pacífico: Un Balance de Posibles Beneficios y Costos**. Costa Rica: Universidad Nacional de Costa Rica, 2017.

FERNÁNDEZ, M. **Hitos de la política exterior: publicación sobre los principales logros de la política exterior chilena**. [s.d.]. Disponível em: https://www.minrel.gob.cl/hitos-de-%20la-politica-exterior-publicacion-sobre-los-principales/minrel_old/2009-12-30/083503.html. Acesso em: out. 2024.

FLORES, V. D. El ingreso de México a la OCDE. **Comercio Exterior**, v. 44, n. 5, p. 517-523, maio 1994.

FONSECA RAMÍREZ, Walter. Algunas consideraciones sobre el ingreso de Costa Rica a la OCDE. **Revista Costarricense de Política Exterior**, San José, v. XII, n. 2, p. 69-85, set. 2012b. ISSN 1659-0112.

FONSECA RAMÍREZ, Walter. Animando la agenda de desarrollo de la política exterior de Costa Rica. **Revista Costarricense de Política Exterior**, San José, v. XII, n. 2, p. 55-69, set. 2012a. ISSN 1659-0112.

FRANCESCO, Francesco de; RADAELLI, Claudio M. **Introduction to The Elgar Companion to the OECD**. In: *The Elgar Companion to the OECD*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2023. p. 1-9.

FREITAS, A. “Os tropeços no caminho do Brasil rumo à OCDE.” **Jornal Nexo**, Dezembro, 2017.

FUENTES, G. A. A. Agentes, estructuras y la configuración del pragmatismo económico de la política exterior de Chile. **Papel Político**, [s. l.], v. 26, 2022. DOI: 10.11144/Javeriana.papo26.aecp. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/papelpol/article/view/28586>. Acesso em: set. 2023.

FUNDACIÓN JAIME GUZMÁN. **Fundación Jaime Guzmán**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.fjguzman.cl/?s=OCDE&submit=Buscar>. Acesso em: 23 out. 2024.

FUNDACIÓN PARA LA EDUCACIÓN SUPERIOR Y EL DESARROLLO (FEDESARROLLO). **Publicaciones sobre OCDE**. Disponível em: <https://fedesarrollo.org.co/p/publicaciones>. Acesso em: ago. 2024.

FUNDACIÓN SOL. **Chile, el país más desigual de la OCDE**. Disponível em: <https://fundacionsol.cl/blog/actualidad-13/post/chile-el-pais-mas-desigual-de-la-ocde-2934>. Acesso em: 23 out. 2024.

FUNDACIÓN SOL. **Chile, la OCDE y la desigualdad de ingresos: El baile de los que sobran**. Disponível em: <https://fundacionsol.cl/blog/actualidad-13/post/chile-la-ocde-y-la-desigualdad-de-ingresos-el-baile-de-los-que-sobran-7259>. Acesso em: 23 out. 2024.

FURTADO, Celso. *O Capitalismo global*. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GALVIS, C. La OCDE: un perfil crítico. **Razón Crítica**, n. 10, p. 211–235, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21789/25007807.1568>.

GARRETÓN, M. A. A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 27, p. 59–92, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451992000300004>.

GEHRING, H.; CUERVO, M. **El camino de Colombia hacia la OCDE: ¿un catalizador de medidas domésticas favorables para el posconflicto?** 2015. Cap. 08, p. 651-686.

GEHRING, H.; KOCH, M. C. On the Path from Failed State to OECD Member? **International Reports**, v. 1, p. 95-110, jan. 2016.

GILL, S. Global Governance “As It Was, Is and Ought to Be”. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, v. 25, n. 3, p. 371-392, 2019.

GILLMORE, A. [Opini3n] Chile y la OCDE: ¿Por qu3 un pa3s como el nuestro es miembro de esta organizaci3n?. **ELMORROCOTUDO**. Chile, 2017. Dispon3vel em: <https://www.elmorrocotudo.cl/noticia/politica/opinion-chile-y-la-ocde-por-que-un-pais-como-el-nuestro-es-miembro-de-esta-organiza>. Acesso em: set. 2023.

GODINHO, R. O. **A OCDE em rota de adapta3n3o ao cen3rio internacional**: perspectivas para o relacionamento do Brasil com a organiza3n3o. Bras3lia: Funag, 2018.

G3MEZ BRUERA, H. F. To be or not to be: Has Mexico got what it takes to be an emerging power? **South African Journal of International Affairs**, v. 22, n. 2, p. 227-248, 2015. DOI: 10.1080/10220461.2015.1053978.

GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. Estudos sobre An3lise de Pol3tica Externa na Col3mbia: um campo em constru3n3o. *Studies on Foreign Policy Analysis in Colombia: a field under construction*. **Mural Internacional**, [s. l.], v. 13, p. e67406, 2022. DOI: 10.12957/rmi.2022.67406. Dispon3vel em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/67406>.

GONÇALVES, Julia de Souza Borba. **Alianç3 do Pac3fico**: uma breve introdu3n3o do que 3, seus objetivos, suas impress3es na regi3o e di3logo com o Mercosul. Observat3rio de Regionalismo ODR, S3o Paulo, 2017.

GONZÁLEZ CAMPABADAL, A. **Organizaci3n institucional para apoyar la participaci3n efectiva de Costa Rica en la OCDE**. San Jos3: Academia de Centroam3rica, 2020.

GONZÁLEZ, A. **Diplomacia econ3mica y la OCDE**: el caso de Costa Rica. 2022.

GONZÁLEZ, A. **Do Latin American members benefit from the OECD?** *Latin America Advisor*, 5 April 2019.

GUTIÉRREZ RIVERA, M. A. **A ades3o da Col3mbia à OCDE**: transforma3es internas e externas para sua admiss3o. 2020. Dispon3vel em: <https://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/50370>. Acesso em: nov. 2023.

GUTIERREZ-HACES, Teresa. La inversi3n extranjera directa en el TLCAN. **Econom3a UNAM**, Ciudad de M3xico, v. 1, n. 3, p. 30-52, dez. 2004. Dispon3vel em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-952X2004000300002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: out. 2024.

HADJIISKY, M. The Politics of OECD. *In*: FRANCESCO, Francesco de; RADAELLI, Claudio M. **The Elgar Companion to the OECD**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2023. p. 50-66.

HAFTEL, Y. Z.; LENZ, T. Measuring institutional overlap in global governance. **Review of International Organizations**, v. 17, p. 323-347, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11558-021-09415-3>.

HAFTEL, Y. Z.; LENZ, T. Medindo a sobreposição institucional na governança global. **Review of International Organizations**, v. 17, p. 323-347, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11558-021-09415-3>.

HAKIM, P. Is Washington losing Latin America? **Foreign Affairs**, v. 85, n. 1, p. 39-53, 2006.

HAMEIRI, Shahr; JONES, Lee. Global Governance as State Transformation. **Political Studies**, v. 64, n. 4, p. 793-810, 2016.

HANSON, G. H. **Understanding Mexico's economic underperformance**. Washington: Migration Policy Institute, 2012.

HAUFLER, Virginia. Producing Global Governance in the Global Factory: Markets, Politics, and Regulation. **Global Policy**, v. 9, n. 1, 2018.

HERNÁNDEZ SANTIAGO, Oscar. **Críticas à entrada do México na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no âmbito da diplomacia econômica externa sob a administração salinista**. 1996. Universidade Nacional Autônoma do México, México. Disponível em: <https://repositorio.unam.mx/contenidos/366363>. Acesso em: fev. 2024.

IISD. **ECLAC, OECD examine approach for leaving no one behind in transitions**. 2018. Disponível em: <https://sdg.iisd.org/news/eclac-oecd-examine-approach-for-leaving-no-one-behind-in-transitions/>. Acesso em: ago. 2024.

INDUSTRIALL GLOBAL UNION. **Centrales sindicales rechazan ingreso de Colombia a la OCDE**. 2017. Disponível em: <https://www.industriall-union.org/es/centrales-sindicales-rechazan-ingreso-de-colombia-a-la-ocde>. Acesso em: ago. 2024.

INTERNCOLOMBIA. **4 Benefits of OECD Membership for Colombia**. Disponível em: <https://www.interncolombia.com/post/benefits-of-oecd-membership>. Acesso em: jun. 2024.

IPEA. **BRICS - O tempo do BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China crescem mais que a média mundial e atraem investimentos externos**. Desafios do Desenvolvimento, ano 7, edição 60, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=1287%3Areportagens-materias&option=com_content. Acesso em: ago. 2024.

IVES, D. A política externa do México durante o Estado neoliberal (1982-2012): The foreign policy of Mexico during the neoliberal state (1982-2012). **Brazilian Journal of International Relations**. Marília, SP, v. 6, n. 1, p. 149-164, 2017. DOI: 10.36311/2237-7743.2017.v6n1.08.p149. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/6180>. Acesso em: 14 jan. 2024.

JARRÍN, M. **The New Model of Regional Integration for Emerging Countries in Latin America: The Pacific Alliance**. Emerging Markets: The Pacific Alliance - Perspectives &

Opportunities for Latin America. Salamanca: European Institute of International Studies, 2016. p. 19-44.

JARVIS, D. S. L. The OECD and the Reconfiguration of the State in Emerging Economies: Manufacturing 'Regulatory Capacity'. **Development and Change**, v. 48, p. 1386-1416, 2017. DOI: 10.1111/dech.12343. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/dech.12343>. Acesso em: 20 jan. 2025.

JÉLVEZ, Mauricio. La CASEN 2006 y Chile en la OCDE: Nuevos desafíos. **Centro de Estudios del Desarrollo**, 12 jun. 2007. Disponível em: <https://www.ced.cl/cedcl/2007/06/12/la-casen-2006-y-chile-en-la-ocde-nuevos-desafios/>. Acesso em: out. 2024.

KALOUT, H.; COSTA, H. B. M. da. A rivalidade China-EUA e os interesses estratégicos do Brasil. **CEBRI-Revista**, ano 1, n. 2, p. 70-89, abr./jun. 2022.

KAS. **Ingreso de Costa Rica a la OCDE**. 2023. Disponível em: <https://www.kas.de/es/web/costa-rica/einzeltitel/-/content/ingreso-de-costa-rica-a-la-ocde-2>. Acesso em: 14 out. 2024.

KELLEY, J. G.; SIMMONS, B. A. Introduction: the power of global performance indicators. **International Organization**, p. 1-20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/s0020818319000146>.

KHOURY, S.; WHYTE, D. Corporate Consensus and the OECD's Human Rights Mechanism. In: FRANCESCO, Francesco de.; RADAELLI, C. M. **The Elgar Companion to the OECD**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2023, p. 37-49.

KICKBUSCH, Ilona *et al.* Global health diplomacy—reconstructing power and governance. **The Lancet**, v. 399, n. 10341, p. 2156-2166, 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(22\)00583-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(22)00583-9/fulltext). Acesso em: ago. 2024.

KLAVEREN, A. V. **A política exterior de Chile durante los gobiernos de la Concertación (1990-2010)**. Chile: Instituto de Estudios Internacionales, Universidad de Chile, 2011. p. 155-170.

KORNAT, Gerhard Drekonja. **Formulando la política exterior colombiana**. In: TICKNER, Arlene; BORDA, Sandra (org.). *Relaciones internacionales y política exterior de Colombia*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2011. p. 49-77.

LA NACIÓN. **Editorial: ingreso de Costa Rica a la OCDE**. 2021. Disponível em: <https://www.nacion.com/opinion/editorial/editorial-ingreso-de-costa-rica-a-la-ocde/6BEYXTWPVRHGNMM5Y76HLVGM7M/story/>. Acesso em: ago. 2024.

LA NACIÓN. **OCDE presenta 'hoja de ruta' para ingreso de Costa Rica**. 2015. Disponível em: <https://www.nacion.com/economia/ocde-presenta-hoja-de-ruta-para-ingreso-de-costa-rica/DGEPHD2S2ZFGDOY6OWGKHWL4EM/story/>. Acesso em: ago. 2024.

LA NACIÓN. **Sector privado respalda proceso de modernización de Costa Rica en la OCDE.** 2020. Disponível em: <https://www.nacion.com/economia/politica-economica/sector-privado-respalda-proceso-de-modernizacion/CVSWLQB5A5D77PEV3UOVWFEDZI/story/>. Acesso em: 14 out. 2024.

LA REPÚBLICA. **Incorporación a la OCDE no puede esperar más: Cámara de Comercio Exterior.** 2020. Disponível em: <https://www.larepublica.net/noticia/incorporacion-a-la-ocde-no-puede-esperar-mas-camara-de-comercio-exterior>. Acesso em: 3 nov. 2024.

LA REPÚBLICA. **Más inversión, empleos y mejores prácticas fiscales y ambientales son beneficios de ingreso a la OCDE.** 2021. Disponível em: <https://www.larepublica.net/noticia/mas-inversion-empleos-y-mejores-practicas-fiscales-y-ambientales-son-beneficios-de-ingreso-a-la-ocde>. Acesso em: ago. 2024.

LAILER, D. **Chicago Monetary Traditions.** In: EMMET, Robert (org.). *The Elgar Companion to the Chicago School of Economics.* Northampton, Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2003. p. 1-19.

LATERCERA. **Chile en la OCDE: las ventajas y tareas pendientes a casi 4 años de su ingreso.** 2013. Disponível em: <https://www.latercera.com/pulso/chile-en-la-ocde-las-ventajas-y-tareas-pendientes-a-casi-4-anos-de-su-ingreso/>. Acesso em: set. 2024.

LATINDADD. **Ingreso de Costa Rica a la OCDE significaría retroceso en conquistas sociales.** 2020. Disponível em: <https://latindadd.org/todos/ingreso-de-costa-rica-a-la-ocde-significaria-retroceso-en-conquistas-sociales/>. Acesso em: nov. 2024.

LEIMGRUBER, M.; SCHMELZER, M. The Historical transformations of the OECD. In: FRANCESCO, Francesco de.; RADAELLI, C. M. **The Elgar Companion to the OECD.** Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2023, p. 09-22.

LIBERTAD Y DESARROLLO. **Chile ingresa a la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE).** 2010. Disponível em: <https://lyd.org/wp-content/uploads/2010/01/EII-517-Chile-ingresa-a-la-Organizacion-para-la-Cooperacion-y-el-Desarrollo-OCDE-12-01-2009.pdf>. Acesso em: out. 2024.

LIBERTAD Y DESARROLLO. **OCDE y los efectos del ingreso de Chile.** 2007. Disponível em: https://lyd.org/storage/other/files_mf/EII-378-OCDE%20efectos%20del%20ingreso%20de%20Chile%20a%20esta%20organizacion-24-05-2007.pdf. Acesso em: out. 2024.

LIMA, J.; CRACAU, D. **The Pacific Alliance and its economic impact on regional trade and investment.** ECLAC, UNITED NATIONS, 128. Santiago, 2016.

LONG, T. The United States and Latin America: the overstated decline of a superpower. **The Latin Americanist**, v. 60, p. 497-524, 2016.

LÖWENHEIM, O. Examining the state: a Foucauldian perspective on international “governance indicators.” **Third World Quarterly**, v. 29, n. 2, p. 255-274, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/01436590701806814>.

LR. **Comercio:** el comité al que le falta aprobación a Colombia para poder entrar a la OCDE. 2018a. Disponível em: <https://www.larepublica.co/economia/comercio-el-comite-al-que-le-falta-aprobacion-a-colombia-para-poder-entrar-a-la-ocde-2718364>. Acesso em: mar. 2024.

LR. **Diez cambios que la OCDE ha jalonado en Colombia desde que empezó la adhesión.** 2018b. Disponível em: <https://www.larepublica.co/economia/diez-cambios-que-la-ocde-ha-jalonado-en-colombia-desde-que-empezo-la-adhesion-2731659>. Acesso em: ago. 2024.

LR. O bom, o ruim e o feio do ingresso da Colômbia à OCDE, segundo vários analistas. **La República**, Bogotá, 2020. Disponível em: <https://www.larepublica.co/economia/lo-bueno-lo-malo-y-lo-feo-del-ingreso-de-colombia-a-la-ocde-segun-varios-analistas-3000196>. Acesso em: fev. 2024.

MAHON, R.; MCBRIDE, S. Standardizing and disseminating knowledge: the role of the OECD in global governance. **European Political Science Review**, v. 1, p. 83-101, 2009.

MAHON, R.; MCBRIDE, S. **The OECD and transnational governance**. Vancouver: University of British Columbia Press, 2008.

MANRÍQUEZ, J.; BONILLA, J. J. La Alianza del Pacífico. Alcances, competitividad e implicaciones para América Latina. **Fundação Friedrich Ebert (Friedrich-Ebert-Stiftung)**, n. 5/2014, set. 2014.

MARTINÉZ, E. O. M. **Algunas respuestas a las inquietudes sobre qué significa adherirse a la OCDE**. Universidad de Costa Rica, 21 maio 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/czZ35>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MARTINS, C. E. A América Latina e a economia mundial: conjuntura, desenvolvimento e perspectiva. In: VIANA, A. R.; BARROS, P. S.; CALIXTRE, A. B. (Org.). **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília: Ipea, 2011. p. 95-113.

MCCRACKEN, P. W. **Towards full employment and price stability:** a report to the OECD by a group of independent experts. Paris: OECD, 1978. p. 341.

MELLO, F. A governança global e atores domésticos: a internalização da agenda da OCDE. **8 encontro da ABRI**, 2021.

MELLO, F. de C. The OECD enlargement in Latin America and the Brazilian candidacy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 2, 2020.

MELLO, F. de C.; SIMÕES FORTES, A. R.; PAIVA MORAIS, G. de. O processo de acesso do Brasil à OCDE ao final do governo Bolsonaro. **Conjuntura Austral**, [s.l.], v. 14, n. 66, p. 7-14, 2023. DOI: 10.22456/2178-8839.128735.

MELLO, F. Governança internacional no século XXI. In: NASSER, R. M. (Org.). **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MERCADO GARCÍA, Édgar. **La soberanía y la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos**. El caso del Estado mexicano. 1994. Tese (Licenciatura) – Departamento de Ciências Políticas, Universidad Iberoamericana, México.

México, D. F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.

MIDEPLAN. **Beneficios de ingresar a la OCDE**. 2020a. Disponível em: <https://www.mideplan.go.cr/costa-rica-ya-es-miembro-oficial-de-la-ocde>. Acesso em: 16 out. 2024.

MIDEPLAN. **Ingreso de nuestro país a la OCDE es un hito en la historia de Costa Rica**. 2020b. Disponível em: <https://www.mideplan.go.cr/ingreso-de-nuestro-pais-la-ocde-es-un-hito-en-la-historia-de-costa-rica>. Acesso em: 16 out. 2024.

MILANI, C. R. S.; PINHEIRO, L. **The politics of Brazilian foreign policy and its analytical challenges**. Foreign Policy Analysis, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1093/fpa/orw027>.

MILANI, C.; PINHEIRO, L. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013.

MILANI, L. P. Política externa dos EUA para a América do Sul desde o 11 de setembro: negligência ou militarização? **Contexto Internacional**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 63-87, jan./abr. 2021. DOI: 10.1590/S0102-8529.2019430100006.

MILET, Paz. **La política exterior de los gobiernos de la Concertación**. Santiago: FLACSO, 2003. p. 50.

MILNER, H. V. **Interests, institutions, and information: domestic politics and international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1997. xii, 309 p.

MINAE. **Estrategia Nacional de Economía Circular**. 2021. Disponível em: <https://minae.go.cr/organizacion/vicegestionestrategica/SEPLASA/Documentos/Estrategia%20National%20Economia%20Circular.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

MINREL. **Karen Poniachik es la nueva representante del Gobierno de Chile en las negociaciones de ingreso a la OCDE**. [2008]. Disponível em: https://www.minrel.gob.cl/minrel_old/site/artic/20080727/pags/20080727195626.html. Acesso em: mar. 2023.

MORANDÉ, F.; DÍAZ, J. **Chile en el club de los países desarrollados: beneficios, oportunidades y desafíos del ingreso a la OCDE**. In: CHILE en el club de los países desarrollados. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2010. p. 17-29.

MOYA MENA, Sergio I. Análisis semanal: la adhesión de Costa Rica a la OCDE y sus efectos en el país. **Ojo al Informe**, n. 6, 2020. Universidad de Costa Rica. Disponível em: <https://opi.ucr.ac.cr/sites/default/files/publicaciones/An%C3%A1lisis%20semanal%206.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

MUNOZ, H. As Relações Exteriores do Governo Militar Chileno. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 44, n. 2, p. 577-597, 1986.

NADDI, Beatriz Walid de Magalhães. **O alargamento da OCDE como estratégia de adaptação ao novo cenário internacional e o caso brasileiro**. São Paulo: REPRI, 2020.

NADDI, Beatriz Walid de Magalhães; GONÇALVES, Julia de Souza Borba. A Aliança do Pacífico frente à pandemia da COVID-19. **Cadernos de Regionalismo ODR**, São Paulo, v. 4, 2020, p. 31-41. ISSN: 2675-6390.

NEVES, L. P. A EXPERIÊNCIA LATINO-AMERICANA NA OCDE: REFERÊNCIAS PARA O BRASIL. **Revista Tempo do Mundo**, n. 25, p. 109-132, 26 abr. 2021.

NIETO, Juan José Carrillo. La transformación del proyecto constitucional mexicano en el neoliberalismo. **Política y Cultura**, primavera 2010, n. 33, p. 107-132.

NOBORU, S. **A Strategy for Enlargement and Outreach**: Report by the Chair of the Heads of Delegation Working Group on the Enlargement Strategy and Outreach. OCDE. Paris: OCDE, 2004.

NOLASCO MEZA, Alfredo. 30 years later: a look at Mexico since acceding to the OECD. **Mexico Business News**, 06 mar. 2024. Disponível em: <https://mexicobusiness.news/professional-services/news/30-years-later-look-mexico-acciding-oecd>. Acesso em: ago. 2024.

NOLTE, D. Costs and Benefits of Overlapping Regional Organizations in Latin America: The Case of the OAS and UNASUR. **Latin American Politics and Society**, v. 60, n. 1, p. 128-153, 2018.

NOLTE, D.; WEHNER, L. The Pacific Alliance casts its cloud over Latin America. **Anuario de Integración**, n. 10, 2014. Disponível em: <https://www.cries.org/wp-content/uploads/2014/11/8-Nolte-Wehner.pdf>. Acesso em: out. 2024.

OBSERVATORIO DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL. **Incorporación de Chile a la OCDE**. 2011. Disponível em: <https://observatoriocooperacion.cl/ocde-chile.html>. Acesso em: 23 out. 2024.

OCDE. **A Better Global Governance: What is at Stake?** The OECD Perspective. OCDE. [2012a]. Disponível em: <https://web-archiv.e.oecd.org/fr/2012-06-14/61057-abetterglobalgovernancewhatisatstake.htm> . Acesso em: set. 2023.

OCDE. **A General Procedure for Future Accessions**. Paris: OCDE, 2007.

OCDE. **Civil society**. [s.d.d]. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/networks/civil-society.html>. Acesso em: ago. 2024.

OCDE. **Convention on the OECD**. OCDEHOME. Paris: OCDE, 2023a.

OCDE. **Economic Policy Reforms 2023: Going for Growth**. Paris, 2023b.

OCDE. **How to Foster the Internationalisation of SMEs through the Pacific Alliance Integration Process**. [2015a]. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/how-to-foster-the-internationalisation-of-smes-through-the-pacific-alliance-integration-process.pdf>. Acesso em: set. 2023.

OCDE. **Improving global governance in a changing world – A view from the OECD.** [2012b]. Disponível em: <https://web-archiver.oecd.org/2012-06-14/62548-improvingglobalgovernanceinachangingworldaviewfromtheoecd.htm>. Acesso em: set. 2023.

OCDE. **Instrumentos legais da OCDE.** 2023c. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/>.

OCDE. **Latin American and Caribbean Competition Forum.** [s.d.a]. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/networks/latin-american-and-caribbean-competition-forum.html>. Acesso em: jun. 2024.

OCDE. **Meeting of Council at Ministerial Level, 24-25 June 2009.** Paris, 2009. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/C/MIN\(2009\)1/en/pdf](https://one.oecd.org/document/C/MIN(2009)1/en/pdf). Acesso em: ago. 2024.

OCDE. **Meeting of the Council at Ministerial Level, 4-5 June 2008.** Paris, 2008. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/C/MIN\(2008\)1/en/pdf](https://one.oecd.org/document/C/MIN(2008)1/en/pdf). Acesso em: ago. 2024.

OCDE. **Meeting of the Council at Ministerial Level.** Paris: OCDE, 2015a.

OCDE. **Meeting of the Council at Ministerial Level: The OECD's Global Relations.** C/MIN(2016)10. Paris: OCDE, 2016a.

OCDE. **Meeting of the OECD Council at Ministerial Level.** [2021]. Disponível em: https://www.oecd.org/mcm/MCM_2021_Part_2_%5BC-MIN_2021_16-FINAL.en%5D.pdf. Acesso em: jul. 2023.

OCDE. **Meeting of the OECD Council at Ministerial Level.** 2021. Disponível em: https://www.oecd.org/mcm/MCM_2021_Part_2_%5BC-MIN_2021_16-FINAL.en%5D.pdf. Acesso em: jun. 2023.

OCDE. **Members and partners.** [s.d.b]. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/about/members-partners.html>. Acesso em: jun. 2024.

OCDE. **OECD and Enlargement.** 2023d. Disponível em: <https://www.oecd.org/about/document/enlargement.htm>. Acesso em: jun. 2023.

OCDE. **OECD and Inter-American Development Bank Establish Partnership to Promote Competition in Latin American Countries.** 2002. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/PAC/COM/NEWS\(2002\)91/en/pdf](https://one.oecd.org/document/PAC/COM/NEWS(2002)91/en/pdf). Acesso em: jun. 2024.

OCDE. **OECD council revised resolution on partnerships in OECD bodies.** Paris, 2015b. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/C\(2012\)100/REV1/FINAL/en/pdf](https://one.oecd.org/document/C(2012)100/REV1/FINAL/en/pdf). Acesso em: ago. 2024.

OCDE. **OECD Economic Outlook.** OECDILIBRARY. Paris: OCDE, 2023e.

OCDE. **OECD Economics Department Working Papers.** OECDILIBRARY. Paris: OCDE, 2023f.

OCDE. **OECD Latin America and Caribbean Regional Programme.** C(2016)1/FINAL. Paris: OCDE, 2016b.

OCDE. **Organizational structure.** [2023]. Disponível em: <https://www.oecd.org/about/structure/> . Acesso em: mar. 2023.

OCDE. **Overview of EMnet.** Paris: OECD, 15 mar. 2016c. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/DCD/DAC/AGID\(2016\)3/en/pdf](https://one.oecd.org/document/DCD/DAC/AGID(2016)3/en/pdf). Acesso em: jan. 2024.

OCDE. **Pacific Alliance & Observer Countries An Agenda for cooperation.** 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/home/Global-Policy-Perspective-Report-Pacific-Alliance-and-Observer-Countries.pdf>. Acesso em: set. 2023.

OCDE. **Resolution of the council on strengthening the oecd's global reach.** [2013a]. Disponível em: [https://www.oecd.org/legal/C\(2013\)58-FINAL-ENG.pdf](https://www.oecd.org/legal/C(2013)58-FINAL-ENG.pdf). Acesso em: jan. 2023.

OCDE. **Roadmap for the accession of colombia to the oecd convention.** [2013b]. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/C\(2013\)110/FINAL/en/pdf](https://one.oecd.org/document/C(2013)110/FINAL/en/pdf). Acesso em: jan. 2023.

OCDE. **Roadmap for the accession of costa rica to the oecd convention.** 2015c. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/C\(2015\)93/FINAL/en/pdf](https://one.oecd.org/document/C(2015)93/FINAL/en/pdf). Acesso em: jun. 2023.

OCDE. **Rules of procedure of the Organisation.** Paris, 2013. Disponível em: <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/about/legal/OECD-Rules-of-Procedure-2013.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

OCDE. **Secretary-General.** 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/about/secretary-general.html>. Acesso em: ago. 2024.

OCDE. **The OECD Development Centre.** [s.d.c]. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/about/directorates/development-centre.html>. Acesso em: jun. 2024.

OCDE. **The OECD's Relations with its Key Partners.** [2012c]. Disponível em: <https://www.oecd.org/general/50452501.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

OCDE. **Una vinculación estratégica.** [2020a]. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/regional-programme/sub-regional-partnerships/Cooperacion-OCDE-Alianza-del-Pacifico-Una-vinculacion-estrat%C3%A9gica.pdf>. Acesso em: set. 2023.

OCDE. **What is peer review?** OCDE. [2020b]. Disponível em: <https://www.oecd.org/site/peerreview/whatispeerreview.htm>.

OCDE. **Report of the chair of the working group on the future size and membership of the organisation to the council:** framework for the consideration of prospective members Paris, 2017. Disponível em: <http://www.oecd.org/mcm/documents/C-MIN-2017-13-EN.pdf>.

OCDE.AI. **Parliamentary group on AI.** [s.d.]. Disponível em: <https://oecd.ai/en/parliamentary-group-on-ai>. Acesso em: ago. 2024.

OCEX. **La OCDE y Costa Rica**. 2023. Disponível em: <https://www.uned.ac.cr/ocex/index.php/capsulas/771-la-ocde-y-costarica#:~:text=El%2025%20de%20mayo%20de,como%20su%2038%C2%BA%20Estado%20miembro>. Acesso em: ago. 2024.

OCHOA, Enrique. **El ingreso de México a la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos: repercusiones en la política exterior mexicana hacia los países en desarrollo**. 1996. Tese (Licenciatura em Relações Internacionais) – Universidad Iberoamericana, México.

OECD. **OECD Member Countries and Dynamic Non-Member Economies to Hold Informal Workshop on Foreign Direct Investment**. Paris: OECD, 1993. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/SG/NR\(93\)24/en/pdf](https://one.oecd.org/document/SG/NR(93)24/en/pdf). Acesso em: set. 2024.

OECD. **Press Review. Paris**: OECD, 1991. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/SG/PRB/D\(91\)99/en/pdf](https://one.oecd.org/document/SG/PRB/D(91)99/en/pdf). Acesso em: jan. 2024.

OECD. **Responsible Business Conduct in Latin America and the Caribbean (RBC-LAC)**. [s.d.]. Disponível em: <https://mneguidelines.oecd.org/rbclac.htm>. Acesso em: ago. 2024.

OECDWATCH. **OECD Watch**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.oecdwatch.org/>. Acesso em: ago. 2024.

OLIVEIRA, O. P.; THEODORO, A. R. Q.; HIRASAWA, R. A. Política externa, organizações internacionais e políticas públicas: um estudo sobre a ação transnacional da sociedade civil na acessão do Brasil à OCDE. **Revista Tempo do Mundo**, n. 33, dez. 2023.

ORJUELA, Diógenes. La OCDE no se preocupa por los trabajadores y los sindicatos en Colombia. **Escuela Nacional Sindical**, 2018. Disponível em: <https://ail.ens.org.co/entrevistas/la-ocde-no-se-preocupa-por-los-trabajadores-y-los-sindicatos-en-colombia/>. Acesso em: ago. 2024.

OVANDO REGALADO, Dulce Maria. **El ingreso de México a la Organización para la Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE) dentro del nuevo entorno internacional**. 1994.

OYARZÚN, Lorena. **The Pacific Alliance and the construction of a new economic regime? Lights and shadows of the renewal of open regionalism**. In: RUIZ, José; MORALES, Isidro (orgs.). *Post-Hegemonic Regionalism in the Americas: Toward a Pacific–Atlantic Divide?* New York: Routledge, 2017. p. 141-159.

OYARZÚN, Lorena. When Trade Policy is Not Enough: Opportunities and Challenges for Chile's International Insertion. **Journal of Iberian and Latin American Research**, v. 19, n. 2, p. 268-285, 2014. DOI: 10.1080/13260219.2013.853357.

PAPACONSTANOIU, G. Economic Policy. In: FRANCESCO, Francesco de.; RADAELLI, C. M. **The Elgar Companion to the OECD**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2023, p. 185-198.

PARTNERS4ACCESS. **Orphan drugs in Colombia: practical limitations to access. 2019.** Disponível em: <https://partners4access.com/whitepapers/orphan-drugs-in-colombia-practical-limitations-to-access/>. Acesso em: out. 2024.

PASQUALI, M. **Principal origen de las importaciones de bienes en Latinoamérica. Statista, 2022.** Baseado em dados do UN COMTRADE, OEC, Instituto de Estadísticas de Puerto Rico y Panamá. Disponível em: <https://es.statista.com/grafico/26809/principal-origen-de-las-importaciones-de-bienes-en-latinoamerica/>. Acesso em: fev. 2024.

PASTRANA, E.; VERA, D. (2012). De Uribe a Santos: ¿continuidad o nueva orientación de la política exterior colombiana?. *In: JOST, s. Colombia: ¿una potencia en desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior.* Colombia, Fundación Konrad Adenauer, 2012, p. 57-81.

PAZ, O. EL INGRESO DE MÉXICO A LA OCDE Y EL INICIO DE LA “RELACIÓN DOBLE”. *In: SIGNORET, A. Z. La participación de México en la OCDE, 1994-2002.* México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Internacionales, 2005, p. 20-54.

PECEQUILO, C. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

PERALES-FERNANDÉZ, F.; DUSSAUGE-LAGUNA, M. Mexico: From the Diffusion of Ideas to the Making of Policy Changes. *In: FRANCESCO, Francesco de.; RADAELLI, C. M. The Elgar Companion to the OECD.* Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2023, p. (209-220).

PERRIN, I. **The Pacific Alliance: an overview.** Canning House Briefing Paper, mar. 2019. Disponível em: https://www.canninghouse.org/storage/uploads/resources/misc/pacific-alliance-overview_tgufr.pdf. Acesso em: ago. 2024.

PHILLIPS, T.; MILANOVIC, B. China and globalization: past, present, and future. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 40, n. 2, p. 189-211, 2024. Disponível em: <https://academic.oup.com/oxrep/article/40/2/189/7691468>. Acesso em: fev. 2024.

PISU, M. **Costa Rica: Boosting Productivity to Sustain Income Convergence.** Paris: OECD Economics Department, 2016. (Economics Department Working Papers, No. 1318). Disponível em: <https://www.oecd.org/economics/workingpapers/>. Acesso em: junho 2024.

PORTAFOLIO. **Así reaccionan los expertos ante la entrada de Colombia a la OCDE.** Bogotá, maio 2018. Disponível em: <https://www.portafolio.co/economia/asi-reaccionan-los-gremios-y-expertos-ante-la-entrada-de-colombia-a-la-ocde-517472>. Acesso em: set. 2024.

PORTAFOLIO. O que a Colômbia ganha com o acesso à OCDE. **Portafolio**, Bogotá, 31 maio 2018a. Disponível em: <https://www.portafolio.co/economia/lo-que-gana-colombia-con-el-acceso-a-la-ocde-517675>. Acesso em: jan. 2024.

PORTAFOLIO. **Por qué adherir a la OCDE es importante.** Bogotá, 18 maio 2013. Disponível em: <https://www.portafolio.co/economia/finanzas/importante-ingreso-ocde-85826>. Acesso em: jun. 2024.

PORTER, T.; WEBB, M. **The Role of the OECD in the Orchestration of Global Knowledge Networks**. Carleton University. [2007]. Disponível em: [42https://www.researchgate.net/publication/228755501_The_Role_of_the_OECD_in_the_Orchestration_of_Global_Knowledge_Networks](https://www.researchgate.net/publication/228755501_The_Role_of_the_OECD_in_the_Orchestration_of_Global_Knowledge_Networks).

PRECIADO CORONADO, J. A.; UC, P. América Latina frente a China y Estados Unidos: triangulación geopolítica del sistema-mundo. *In*: BIALAKOWSKY, A.; CATHALIFAUD, A.; MARTINS, H. (orgs.). **El pensamiento latinoamericano: diálogos en ALAS**. Buenos Aires: TeseoPress, 2015. p. 83-100. Disponível em: <https://www.teseopress.com/dialogosenalas/chapter/america-latina-frente-a-china-y-estados-unidos-triangulacion-geopolitica-del-sistema-mundo-2/>. Acesso em: nov. 2024.

PRLOG. **Brazil would commit political suicide by joining the OECD, says ex-finance minister Rubens Ricupero**. Disponível em: <https://www.prlog.org/10256031-brazil-would-commit-political-suicide-by-joining-the-oecd-says-exfinance-minister-rubens-ricupero.html>. Acesso em: nov. 2024.

PROCOMER. **Memoria anual 2022**. San José: PROCOMER, 2022. Disponível em: <https://www.procomer.com/memoria2022>. Acesso em: 14 out. 2024.

RAMÍREZ, S. El giro de la política exterior colombiana. **Nueva Sociedad**, n. 231, p. 79-95, 2011.

RAMOS, Gabriela. La contribución de México en la OCDE. **Andlisi**, v. 21, jul. 1999, p. 17.

REINSBERG, B. Institutional overlap and the survival of intergovernmental organisations. **West European Politics**, v. 48, n. 1, p. 29-57, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2024.2341564>.

REINSBERG, B.; WESTERWINTER, O. Institutional overlap in global governance and the design of intergovernmental organizations. **Review of International Organizations**, v. 18, p. 693-724, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11558-023-09488-2>.

REVISTA EYN. **Costa Rica está à espera de la invitación formal para ser parte de la OCDE**. 2020. Disponível em: <https://www.revistaeyn.com/centroamericaymundo/costa-rica-esta-a-la-espera-de-la-invitation-formal-para-ser-DWEN1369291/>. Acesso em: ago. 2024.

RIBEIRO, Clarissa Correa Neto. **Overlapping organizations, political crises, and coexistence: complementarity and fragmentation in South American and African regionalisms = Sobreposições organizacionais, crises políticas e coexistência: complementaridade e fragmentação nos regionalismos Sul-Americano e Africano**. 2020. 1 recurso online (196 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1639400>. Acesso em: dez. 2024.

RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. **The rise of post-hegemonic regionalism: The case of Latin America**. New York: Springer, 2012.

ROBLEDO, Jorge. **El ingreso de colombia a la ocde es peor que someterla a los tlc**. YouTube, maio de 2018a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zHpNa5HVzbs>. Acesso em: ago. 2024.

ROBLEDO, Jorge. La OCDE: el nuevo "sanalo todo". **Pólo Democrático Alternativo**, 2018. Disponível em: <https://www.polodemocratico.net/la-ocde-el-nuevo-sanalotodo/>. Acesso em: set. 2024.

RODRÍGUEZ, J. P. OCDE, elemento disruptivo para Costa Rica. **The Forum Network (OCDE)**, 2020. Disponível em: <https://www.oecd-forum.org/posts/ocde-elemento-disruptivo-para-costa-rica>. Acesso em: ago. 2023.

ROLDAN, E. Política exterior de México: reflexión y análisis. **Revista Mexicana de Política Exterior**, [S. l.], n. 44, p. 242–245, 1994. Disponível em: <https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/1382>. Acesso em: nov. 2023.

RUNDE, D. F.; LI, C. **OECD selects Mathias Cormann as next secretary-general: lessons learned for the United States**. 2021. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/oecd-selects-mathias-cormann-next-secretary-general-lessons-learned-united-states>. Acesso em: ago. 2024.

SÁEZ, Raúl E. La OCDE y el ingreso de Chile. **Estudios Internacionales, Instituto de Estudios Internacionales**, n. 166, p. 93-112, 2010. Disponível em: <https://revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/12670/12959>. Acesso em: 23 out. 2024.

SÁNCHEZ, F. **UNASUR: poder y acción en Suramérica**. Bogotá: Universidad SergioArboleda, 2017.

SANTISO, J. **Dragons and elephants in Latin America**. OECD Development Centre Policy Insights, n. 28, Paris: OECD Publishing, 1 set. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1787/245010733183>.

SCIJ. **Aprobación de la Convención multilateral para aplicar las medidas relacionadas con los tratados fiscales para prevenir la erosión de las bases imponibles y el traslado de beneficios**. [2019a]. Disponível em: http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?nValor1=1&nValor2=90011. Acesso em: set. 2023.

SCIJ. **Canje de notas con la Organización Cooperación y Desarrollo Económicos (OCDE) para la adhesión de la Convención para combatir el cohecho de servidores públicos extranjeros en transacciones comerciales internacionales**. [2017a]. Disponível em: http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_norma.aspx?param1=NRM&nValor1=1&nValor2=84020&nValor3=108209&strTipM=FN. Acesso em: set. 2023.

SCIJ. **Convenio de Europa sobre Ciberdelincuencia (Budapest, 2001)**. [2017b]. Disponível em: http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?param1=NRTC&nValor1=1&nValor2=84360&nValor3=108815&strTipM=TC. Acesso em: set. 2023.

SCIJ. **Convenio internacional sobre la responsabilidad civil nacida de daños debidos a contaminación por hidrocarburos**, 1992. [2019b]. Disponível em:

http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?param1=NRTC&nValor1=1&nValor2=88873&nValor3=116376&strTipM=TC. Acceso em: set. 2023.

SCIJ. **Ley de Fortalecimiento de las Autoridades de Competencia de Costa Rica**. [2019c]. Disponible em:

http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?param1=NRTC&nValor1=1&nValor2=90054. Acceso em: set. 2023.

SCIJ. **Ley del Sistema de Estadística Nacional**. [2019d]. Disponible em:

http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_norma.aspx?param1=NRM&nValor1=1&nValor2=88964&nValor3=135126&strTipM=FN. Acceso em: set. 2023.

SCIJ. **Ley Orgánica del Banco Central de Costa Rica**. [2019e]. Disponible em:

http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_texto_completo.aspx?param1=NRTC&nValor1=1&nValor2=88501&nValor3=115739¶m2=1&strTipM=TC&lResultado=1&strSim=simp. Acceso em: set. 2023.

SCIJ. **Reforma Ley Creación del Instituto Costarricense de Pesca y Acuicultura (INCOPECA)**. [2019f]. Disponible em:

http://www.pgrweb.go.cr/scij/Busqueda/Normativa/Normas/nrm_norma.aspx?param1=NRM&nValor1=1&nValor2=89893&nValor3=118129&strTipM=FN. Acceso em: set. 2023.

SE. **Economía y la OCDE llevan a cabo la cuarta reunión de la red informal de intercambio de semiconductores**. 2024. Disponible em:

<https://www.gob.mx/se/prensa/economia-y-la-ocde-llevan-a-cabo-la-cuarta-reunion-de-la-red-informal-de-intercambio-de-semiconductores?idiom=es>. Acceso em: 15 nov. 2024.

SEGURA BONILLA, O. **Balanço geral da adesão da Costa Rica à OCDE**. CINPE UNA, 9 jul. 2020. Disponible em: <https://repositorio.una.ac.cr/server/api/core/bitstreams/26a48a13-5c65-42d3-8362-b35ef10d5ea1/content>. Acceso em: ago. 2024.

SEGURA, C. **La política exterior de costa rica (1850-2010)**. Costa Rica: Universidad de Costa Rica, 1.^a ed. 2015.

SEGURA, C.; HERNÁNDEZ, R. **Mapeo de actores y perspectivas de la adhesión de Costa Rica a la OCDE y la Alianza del Pacífico**. Informe Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible, 2017.

SEGURA, C.; HERNÁNDEZ, R. **Mapeo de actores y perspectivas de la adhesión de Costa Rica a la OCDE y la Alianza del Pacífico**. Informe Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible, 2017.

SEGURA, C; *et al.* **Costa Rica y su política exterior 2015 ¿Hacia una política exterior de estado?.** Costa Rica: Escuela de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional, 2016.

SEGURA, C; *et al.* **Costa rica y su política exterior: Continuidades y cambios de la administración Chinchilla Miranda a la administración Solís Rivera.** Costa Rica: Escuela de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional, 2016.

SEMANA. **Quanto custaria à Colômbia entrar na OCDE?** Semana, Bogotá, mar. 2018. Disponível em: <https://www.semana.com/internacional/articulo/cuanto-le-cuesta-a-colombia-entrar-a-la-ocde/256147/?fbclid=IwAR0PFiMmneclb2DvCVNnI-zIKHjaYOnYLfpYcbl5qQpBuZn71D2KCQ4PR6A>. Acesso em: fev. 2024.

SERRANO, C. Organización para la Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE). *In: Chile actor del sistema multilateral: Una tradición nacional.* Chile: Academia Diplomática de Chile, 2018. p. 713-741.

SIGNORET, A. Z. **La particxico, Centro de Estudios Internacionalesipación de México en la OCDE, 1994-2002.** México, D. F. : El Colegio de Mé, 2005.

SIGNORET, A. Z. **La participación de México en la OCDE.** México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Internacionales, 2005. 309 p. (Jornadas; 147). Disponível em: <https://muse.jhu.edu/book/74242>. Acesso em: jan.

SIMÕES, T. H. N. A aliança do Pacífico e o tabuleiro geopolítico sul-americano. **Confins**, n. 35, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/12994>. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.12994>. Publicado em: 18 abr. 2018. Acesso em: 02 ago. 2024.

SINHA, Aseema. Understanding the ‘crisis of the institution’ in the liberal trade order at the WTO. **International Affairs**, v. 97, n. 5, 2021.

STATE DEPARTMENT. U.S. relations with Costa Rica. [s.d.] Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-relations-with-costa-rica/>. Acesso em: ago. 2024.

SUBREI. **Chile en la OCDE: 10 años de integración.** 2021. Disponível em: https://www.subrei.gob.cl/docs/default-source/estudios-y-documentos/otros-documentos/chile-en-la-ocde.pdf?sfvrsn=4b1b3cd_1. Acesso em: ago. 2024.

SUBREI. **Chile formalizó oficialmente su ingreso a la OCDE.** 2010. Disponível em: <https://minrel.gob.cl/minrel/site/artic/20100507/pags/20100507170016.html>. Acesso em: 23 out. 2024.

SUBREI. **Participación de Chile.** [s.d.a]. Disponível em: <https://www.subrei.gob.cl/organismos-multilaterales/ocde-organizacion-para-la-cooperacion-y-desarrollo-economico/participaci%C3%B3n-de-chile>. Acesso em: ago. 2023.

SUBREI. **Principales Hitos.** [s.d.b]. Disponível em: <https://www.subrei.gob.cl/organismos-multilaterales/ocde-organizacion-para-la-cooperacion-y-desarrollo-economico/10-anos-de-ocde>. Acesso em: ago. 2023.

SUMMA, R. Inclusión de Costa Rica en OCDE abrirá grandes puertas al desarrollo del país. **Revista Summa**, 2020. Disponível em: <https://revistasumma.com/inclusion-de-costa-rica-en-ocde-abrira-grandes-puertas-al-desarrollo-del-pais/>. Acesso em: nov. 2024.

TACCILA, J. **El impacto del ingreso a la OCDE sobre la política exterior de México y Chile**. Tese (Programa de Maestría en Diplomacia y Relaciones Internacionales) – Academia Diplomática del Perú Javier Pérez de Cuéllar, Lima, 2018. p. 106-134.

TALLINGS, B. Latin America and the OECD: How Can Bilateral Support Help Improve Performance?. *In*: FUKASAKU, K. *et al.* (Ed.). **Policy Coherence Towards East Asia: Development Challenges for OECD Countries**. Paris: OECD Publishing, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264014435-17-en>. Acesso em: jan. 2024.

TAMAMES, Ramón. **Estructura Económica Internacional**. México: Alianza, 1991.

TASQUETTO, L. S.; FERNANDES, M. F. P.; AZEVEDO, M. F. **Estruturas institucionais dos países da América Latina para a acessão e participação na OCDE**. CEPAL/IPEA, 2023. No prelo.

TELLO, MANUEL. "Carta dirigida al G-77", París, Embamex, 14 de abril de 1994. *In*: SIGNORET, A. Z. **La participación de México en la OCDE, 1994-2002**. México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Internacionales, 2005.

TICKNER, A. **Los estudios internacionales en América Latina: ¿subordinación intelectual o pensamiento emancipatorio?** Universidad de los Andes, 2002.

TICKNER, A. Intervención por invitación. Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. *In*: TICKNER, A.; BORDA, S. **Relaciones Internacionales y política exterior de Colombia**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2011, p. 249-281.

TIEMANN, C.; MARQUES, H. Política externa e redemocratização: análise histórica do Chile no período 1990-2010. **Revista Crítica**, 2018.

TUAC. **About**. [s.d.]. Disponível em: <https://tuac.org/about/>. Acesso em: ago. 2024.

UCCAEP. **UCCAEP es miembro de Business at OECD (BIAC)**. [s.d.]. Disponível em: <https://uccaep.or.cr/about/uccaep-es-miembro-de>. Acesso em: ago. 2024.

UDR. **Observatorio Colombia OCDE**. [s.d.] Disponível em: <https://urosario.edu.co/observatorio-colombia-ocde>. Acesso em: out. 2024.

UDR. **Perspectivas econômicas de América Latina 2019**. Disponível em: <https://urosario.edu.co/static/Perspectivas-economicas-de-America-Latina-2019/inicio/index.html>. Acesso em: out. 2024.

UNAM. **México fue invitado a integrarse a la OCDE hace 28 años con el propósito de mejorar el desarrollo económico del país**. Dirección General de Comunicación Social, Boletín de prensa, 25 jul. 2022. Disponível em: https://www.dgcs.unam.mx/boletin/bdboletin/2022_403.html. Acesso em: nov. 2024.

UNIVERSIDAD DE COSTA RICA. **Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) envía delegación a Costa Rica**. Observatorio de la Política Internacional, 2014. Disponível em: <https://opi.ucr.ac.cr/node/222>. Acesso em: 20 out. 2024.

UREN, D. **What an Australian secretary-general of the OECD means for China.** 2021. Disponível em: <https://www.aspistrategist.org.au/what-an-australian-secretary-general-of-the-oecd-means-for-china/>. Acesso em: ago. 2024.

US. **The United States' participation as an observer to the Pacific Alliance.** Washington, DC, 19 jul. 2013. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2013/07/212205.htm>. Acesso em: nov. 2024.

USOECD. **Outreach to non-OECD countries.** [2023]. Disponível em: <https://usoecd.usmission.gov/mission/oecd/our-engagement/outreach-non-oecd-countries/>. Acesso em: nov. 2023.

USTR. **United States-Chile Free Trade Agreement (FTA).** [s.d.a.]. Disponível em: <https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/chile-fta>. Acesso em: ago. 2024.

USTR. **United States-Colombia Trade Promotion Agreement (TPA).** [s.d.b.]. Disponível em: <https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/colombia-tpa>. Acesso em: ago. 2024.

USTR. **United States-Mexico-Canada Agreement (USMCA).** [s.d.c.]. Disponível em: <https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/united-states-mexico-canada-agreement>. Acesso em: ago. 2024.

USTR. **United States-Peru Trade Promotion Agreement (PTPA).** [s.d.d.]. Disponível em: <https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/peru-tpa>. Acesso em: ago. 2024.

VADELL, J. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 57-79, nov. 2011.

VALDIVIESO, A. **Política exterior colombiana: escenarios y desafíos en el posconflicto.** editores Eduardo Pastrana Buelvas, Hubert Gehring. - Primera edición. --Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana: Fundación Konrad Adenauer, 2016.

VALENZUELA, Pablo. Presidentes frente a cancillerías: la formulación de la política exterior en Brasil y Chile entre 1990 y 2010. **Revista Española de Ciencia Política**, [s.l.], n. 49, p. 63-83, 2019. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/recp/article/view/58291>. Acesso em: nov, 2023.

VARGAS-ALZATE, L. Capítulo II. América Latina y la OCDE: Los vínculos regionales con la OCDE. *In*: Colombia en la OCDE: **Las realidades de su adhesión.** 2018a.

VARGAS-ALZATE, L. F. La adhesión de Colombia a la OCDE como una estrategia de inserción en un contexto desfavorable. **Oasis**, [S. l.], n. 35, p. 123–143, 2021. DOI: 10.18601/16577558.n35.07. Disponível em: <https://revistas.uexnado.edu.co/index.php/oasis/article/view/7559>. Acesso em: fev. 2023.

VARGAS-ALZATE, Luis F. **Colombia en la OCDE: las realidades de su adhesión.** Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, KAS, 2018b. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/25939-1442-4-30.pdf>. Acesso em: jun. 2024.

VARGAS-ALZATE. **Colombia en la búsqueda de mecanismos que faciliten su desarrollo: la Alianza del Pacífico y el rumbo hacia la OCDE**. 2015. Disponível em: <https://pacificallianceblog.com/wp-content/uploads/2018/01/2015-Vargas-Colombia-en-la-Bu%CC%81squeda-de-Mecanismos-que-Faciliten-su-Desarrollo-la-Alianza-del-Paci%CC%81fico-y-el-Rumbo-hacia-la-OCDE.pdf>. Acesso em: out. 2024.

ELARDE, J. **Entrando para o Clube: a gestão de campanhas de políticas públicas: o caso do ingresso da Colômbia à OCDE (2011-2018)**. Brasília: Enap, 2022.

VELÁZQUEZ, María. **La política exterior de México y la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos 1989-1994**. 2001. Tesina (Licenciatura em Relações Internacionais) – Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, México. Disponível em: <http://132.248.9.195/pd2001/290325/290325.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

VERA, Cristián Fuentes. Política exterior de Chile (transición, políticas públicas y algo más). **Revista Enfoques**, Santiago, v. 14, n. 24, p. 203-227, 2016.

VIANA, A. R.; BARROS, P. S.; CALIXTRE, A. B. (orgs.). **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3004/1/Livro_Governan%C3%A7a%20global%20e%20integra%C3%A7%C3%A3o%20da%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul.pdf. Acesso em: jun. 2024.

VICHER, D. La influencia de la OCDE en la elaboración de la política económica. **Ola Financiera**, [S. l.], v. 7, n. 18, p. 114–132, 2014. DOI: 10.22201/fe.18701442e.2014.18.45606. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/ROF/article/view/45606>. Acesso em: nov. 2023.

VIEIRA, L. A. M.; GUSMÃO, L. A. **Chile**. Brasília: Thesaurus Editora, 2011.

VIGEVANI, Tullio; CEPALUNI, Gabriel. **Política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.

VILLANUEVA ULFGARD, R.; LÓPEZ, L. In search of making a difference: Mexico in the OECD international development cooperation architecture. **Development Policy Review**, v. 35, n. 4, p. 509–527, 2017. DOI: 10.1111/dpr.12224. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/dpr.12224>. Acesso em: jun. 2024.

WADE, J. Joining the Big League: Colombia Admitted to OECD After Years of Trying to Join the Selective Economic Club. **FINANCECOLOMBIA**, 25 mai. 2018. Disponível em: <https://www.financecolombia.com/joining-the-big-league-colombia-admitted-to-oecd-after-years-trying-to-join-economic-club/>. Acesso em: nov. 2023.

WEIFFEN, B. Institutional Overlap and Responses to Political Crises in South America. *In*: SUAREZ, M., VILLA, R., WEIFFEN, B. (Eds.) **Power Dynamics and Regional Security in Latin America**. Palgrave Macmillan UK: 2017.

WILHELMY, M.; DURAN, R. Los principales rasgos de la política exterior chilena entre 1973 y el 2000. **Rev. cienc. polít.** (Santiago), Santiago, v. 23, n. 2, p. 273-286, 2003.

WILSON CENTER. **OECD expansion in Latin America**. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/event/oecd-expansion-latin-america>. Acesso em: abr. 2024.

WOLFE, R.; BAYNE, N.; BURGUER, A.; Heydon, K.; Erik, K. **From reconstructing Europe to constructing globalization: the OECD in historical perspective**. In: THE OECD and Global Governance. Vancouver: University of British Columbia Press, 2007.

WOODWARD, R. **The Organisation for Economic Cooperation & Development**. p. 1-29, 2009.

WOODWARD, R. The Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD). **New Political Economy**, v. 9, p. 113-127, 2004.

WORLD BANK. **Mathias Cormann is the 6th Secretary-General of the OECD**. 2022. Disponível em: <https://live.worldbank.org/en/experts/m/mathias-cormann#:~:text=Mathias%20Cormann%20is%20the%206th,commenced%20on%201%20June%202021>. Acesso em: ago. 2024.

XELHUANTZI, Adriana. **Importancia y perspectivas de la participación de México en la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos 1990-1995**. 1999. Tese (Licenciatura em Relações Internacionais) – Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, México.

ZAMORA, Carlos Murillo. **Política exterior de la administración Alvarado Quesada**. 2020. Disponível em: <https://delfino.cr/2020/01/politica-exterior-de-la-administracion-alvarado-quesada>. Acesso em: ago. 2024.

ZAMORA, Carlos Murillo. **Relaciones Exteriores: Bases para el análisis de las relaciones internacionales de Costa Rica**. El Colegio de México: 2019. Disponível em: https://repositorio.conare.ac.cr/bitstream/handle/20.500.12337/7829/Murillo_2019_Relaciones_Exteriores.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: ago. 2024.